Evoluir nos define

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO E SUSTENTABILIDADE 2021

+ DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

corsan

GOV RS

NOVAS FAÇANHAS

NO MEIO AMBIENTE
E INFRAESTRUTURA

Índice

1. Mensagem da Administração 3
2. Evoluir define a Corsan 6
3. Evoluir com o setor 19
4. Evoluir a estratégia 28
5. Evoluir na governança 39
6. Evoluir na integridade 50
7. Evoluir junto das pessoas 54
8. Evoluir na operação 66
9. Evoluir é inovar 84
10. Evoluir nos resultados financeiros 91
11. Evoluir no impacto socioambiental 102
12. Ações na pandemia de Covid-19 112
13. Sobre este relatório 115
14. Índice de Conteúdo GRI 119
16. Índice de Conteúdo SASB 122
17. Demonstrações Financeiras 124

1. Mensagem da Administração

GRI 2-22 Encerramos 2021 convictos de termos conseguido entregar importantes resultados em linha com o propósito da Corsan: "Evoluir nos define" – mesmo em um cenário ainda conturbado em razão da persistente pandemia do novo coronavírus. Esse desempenho nos motiva a melhorar continuamente a nossa contribuição para o desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul e do país.

A Corsan passou a ser uma empresa de soluções ambientais, estruturada para pensar no futuro e inovar no presente. Entendemos que sempre é possível fazer mais, de forma inteligente e sustentável, com investimentos em inovação e tecnologia. Isso porque evoluir nos renova, nos motiva, nos une.

No aspecto organizacional, lideramos um processo educacional e de planejamento, com o apoio de empresas renomadas de consultoria, culminando na transformação interna que servirá de base para cumprir e capturar oportunidades oferecidas pelo Novo Marco do Saneamento Básico no Brasil (Lei Federal nº 14.026/2020). Esse Novo Marco estabeleceu agressivas metas de universalização de tratamento de água (99%) e de coleta e tratamento de esgoto (90%) até 2033, além de redução de perdas físicas de água e melhoria da qualidade de serviço.

> **Em 2021, aceleramos entregas que são fundamentais na vida dos gaúchos. Agora, mais que entregar saneamento básico, estamos evoluindo em soluções ambientais. Conheça mais sobre a nova Corsan aqui**

Desenvolvemos um plano de comunicação integrada que nos aproximou do mercado, garantindo acesso à informação, transparência e igualdade de tratamento a todos os nossos stakeholders – colaboradores, clientes, parceiros de negócios, agentes reguladores, credores, dentre outros. A partir do segundo trimestre de 2021, aderimos a uma agenda de divulgação de resultados trimestrais semelhante à de uma companhia listada na B3. Tais ações fazem parte do processo de transformação cultural e corporativa.

Os investimentos projetados para a Corsan são de aproximadamente R$11,9 bilhões até 2033, sendo estimados 59% para expansão de esgoto, 28% para expansão da rede de água, e 13% para manutenção das redes em operação. Atuamos com determinação na busca por recursos financeiros para fazer frente a tal magnitude de investimentos. Concluímos uma operação financeira de até R$450 milhões com a *International Finance Corporation* (IFC), que foi enquadrada na iniciativa Utilities for Climate - U4C, considerada como "Financiamento Sustentável". Essa contratação estabeleceu uma meta de redução de perdas de água dos atuais 43% para 35% até 2024.

Emitimos, também, R$ 600 milhões em debêntures simples, não conversíveis em ações, que receberam a classificação "Título Sustentável", com adicionalidade ambiental e social comprovada e contribuição positiva para o desenvolvimento sustentável. Essas debêntures receberam o prêmio *2021 Project & Infrastructure Finance*, na categoria "Financiamento para Infraestrutura de Água", da LatinFinance.

Apesar de relevantes, essas captações consolidadas de cerca de R$ 1,0 bilhão são ainda tímidas frente à projeção de investimentos projetados para a Corsan. Assim, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, acionista controlador da Companhia, orientou a Administração para promover medidas visando a desestatização da Corsan por meio de oferta pública de ações na B3, orientação essa que teve o respaldo do Poder Legislativo com a aprovação do Projeto de Lei nº 211/2021. Esse processo de preparação da Companhia para a capitalização foi iniciado em setembro de 2021, e temos expectativa de conclusão no segundo semestre de 2022.

Do ponto de vista de resultados operacionais, encerramos 2021 com desempenho consistente e focado na adoção de medidas para preparar a Corsan para uma nova fase de sua história. Atingimos a marca de 3.571 mil economias atendidas, sendo 3.038 mil com água e 534 mil com coleta e tratamento de esgoto. Isso representou um crescimento de 1,7% e 9,6%, respectivamente, em relação a 2020.

Nossa receita operacional líquida no ano, excluídas receitas de construção, atingiu R$3.100 milhões, uma evolução de 9,3% em relação ao exercício anterior. Nosso lucro antes de impostos, taxas, depreciação e amortização ("EBITDA") registrou R$ 676,9 milhões, enquanto nosso lucro líquido no exercício atingiu R$ 350,5 milhões.

Estabelecemos, também, metas de sustentabilidade pautadas pelo objetivo maior de universalização do acesso à coleta e tratamento de esgoto, o que trará externalidades visíveis e muito positivas para os municípios gaúchos em que atuamos. Com isso, não almejamos apenas mitigar o impacto das cidades no meio-ambiente, mas promover ativamente a proteção dos mananciais.

> **Investimos fortemente para devolver aos mananciais uma água mais limpa do que a que captamos**

Em suma, procuramos cumprir o nosso papel de líderes para um meio ambiente equilibrado e saudável para as futuras gerações. Por isso, formalizamos a adesão da Corsan ao Pacto Global da ONU e estabelecemos metas ambiciosas que se relacionam aos objetivos de desenvolvimento sustentável ("ODS"). Dos 17 ODS, descrevemos esforços relacionados a 14 deles ao longo deste relatório.

Em termos de perspectivas para 2022, nosso grande desafio estará em concretizar o processo de desestatização da Corsan, assegurando assim recursos para seguirmos com o nosso necessário plano de investimentos para cumprimento das metas estabelecidas no Novo Marco do Saneamento Básico no Brasil.

Prevemos, também, a realização de novas iniciativas para diminuição do impacto de estiagens com um plano de segurança hídrica, influenciando positivamente no Índice de Desenvolvimento Humano da região, na competitividade com inclusão social e na redução de desigualdades.

Agradecemos a confiança nessa Administração, e esperamos que este relatório possibilite que todos os nossos stakeholders tenham uma visão clara das nossas realizações em 2021 e reconheçam, em cada uma delas, o nosso comprometimento com a evolução contínua.

A Administração

2. Evoluir define a Corsan

2.1. Sobre a Corsan

GRI 2-1 A Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan) é uma sociedade de economia mista sob o controle do Estado do Rio Grande do Sul, que detém 99,99% das ações. Apesar da administração centralizada em Porto Alegre-RS, nossos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário se estendem por 317 municípios gaúchos. Essa cobertura nos assegura posição majoritária no mercado estadual, onde servimos aproximadamente 6,3 milhões de pessoas.

A Corsan foi criada em 21 de dezembro de 1965 com o desafio de levar água potável à população do Rio Grande do Sul. Na data deste Relatório, 96,9% da população das cidades atendidas pela Companhia tem acesso a água tratada. A

partir de agora, o principal desafio reside na expansão dos serviços de esgotamento sanitário, hoje limitados a 19,3% de cobertura. Essa disparidade reflete uma realidade tipicamente brasileira, mas também o reconhecimento tardio de que o tratamento apropriado do esgoto é etapa essencial para a preservação dos mananciais e para a saúde da população.

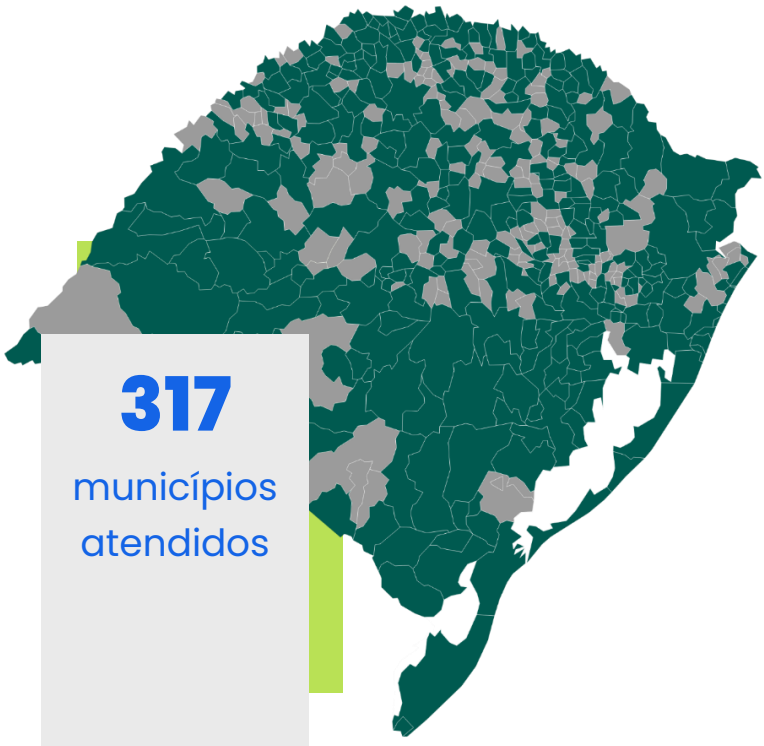
Manter a credibilidade no abastecimento de água e atingir a universalização em esgotamento sanitário - esse binômio tem sido o norte dos nossos investimentos, e da mobilização do nosso capital humano, tecnológico e financeiro.

Nossa missão

Prestar serviços de excelência em saneamento básico nos segmentos e na área em que atua, cumprindo o seu papel social, ambiental e econômico, gerando valor às partes interessadas.

Nossos valores

- Respeito às pessoas
- Saúde e segurança em primeiro lugar
- Foco no cliente
- Orientação para resultados
- Responsabilidade ambiental, social e corporativa
- Profissionalismo



Diferenciais competitivos

Nosso negócio se distingue pela estabilidade e previsibilidade. Os motivos para isso são múltiplos.

Prestamos um serviço básico essencial e atuamos em um setor monopolista regulado, o que permite grande previsibilidade de demanda e receita. Soma-se a isso uma base clientes pulverizada, majoritariamente residencial e com baixo índice de inadimplência.

Da perspectiva regulatória, nossa carteira de contratos se destaca pelo longo prazo de duração, com vencimento médio ponderado de 29,7 anos. A dependência de municípios individuais também é relativamente baixa. Tomados em conjunto, nossos 10 maiores contratos representam 33,6% da receita total da Companhia, o que limita o impacto financeiro na hipótese de um eventual encerramento.

Os reajustes tarifários também vêm sendo suficientes para remunerar adequadamente nossas despesas operacionais e de capital, com atualizações acima da inflação oficial (IPCA) sendo determinados pelas agências reguladoras mais representativas.

Em relação às perspectivas de crescimento do nosso negócio, há boas razões para se projetar um cenário positivo e sustentável a longo prazo. Isso porque a expansão da rede e dos serviços de tratamento de esgoto tem impacto positivo direto na receita da Corsan. Com mais de cinco décadas de expertise em saneamento, estamos prontos para executar um plano audacioso de investimentos e realizar as metas de universalização dos serviços, conforme determina o Novo Marco Legal do Saneamento.

No contexto de transformações que atravessamos, temos sido reconhecidos por nossa contribuição para a agenda ESG, e pela inserção nos mercados de títulos verdes. O empréstimo assinado em 2021 com a *International Finance Corporation* (IFC) inclui metas audaciosas de redução e perdas de água e monitoramento das emissões de gases de efeito estufa. Não menos importante, nossa 4ª Emissão de Debêntures foi classificada como "Título Sustentável" (SITAWI), e recebeu o prêmio *2021 Project & Infrastructure Finance* da LatinFinance (categoria Água e Saneamento).

Rating nacional de longo prazo

Em 2021, a Fitch Ratings afirmou o rating "AA-(bra)" tanto para a Corsan como para a sua quarta emissão de debêntures quirografárias. A perspectiva do rating corporativo é "estável". Em seu relatório, a Fitch ressalta o baixo risco de negócios do setor de saneamento básico, com demanda resiliente. Também aponta que a Corsan mantém relevante posição nos municípios onde opera, em sua maioria sob contratos de longo prazo, o que assegura geração operacional de caixa recorrente.

Corsan para o futuro

Estamos em um momento de transformações. Em 2021, começamos os preparativos para a oferta pública inicial (IPO) da Corsan, com o objetivo de capitalizar-nos em, no mínimo, R$ 1 bilhão. Associado a isso, o Governo do RS divulgou seu compromisso de alienação do controle acionário pós-IPO, o que foi autorizado pela Assembleia Legislativa do RS através de Lei Estadual. Uma vez que se concretize a perda do controle acionário por parte do Estado do RS, passaremos a operar como Companhia privada, o que nos conferirá maior agilidade e flexibilidade nos processos de gestão e investimentos.

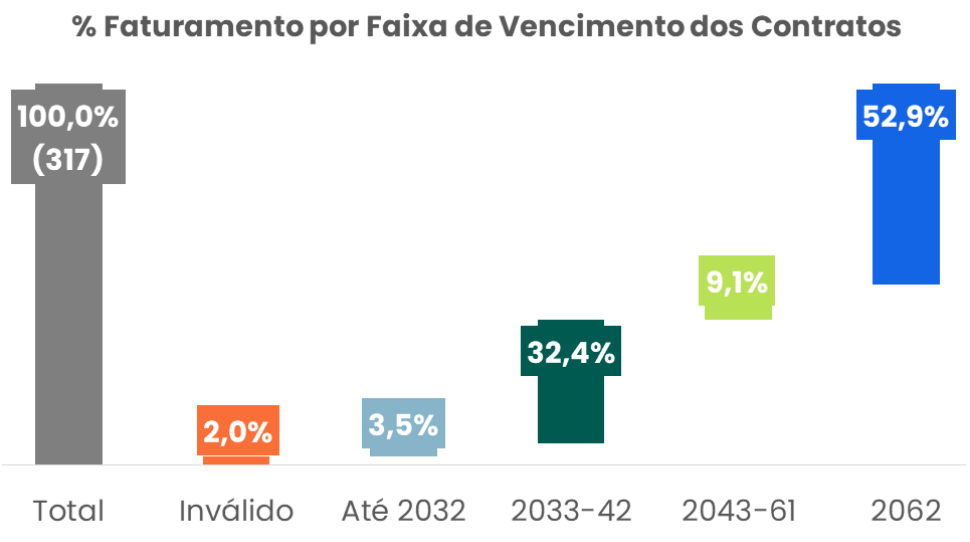
O IPO e a desestatização, porém, serão apenas o primeiro passo de uma caminhada cujo objetivo principal é a universalização do saneamento básico até 2033. O cumprimento das metas impostas pelo Novo Marco nos demandará maior eficiência operacional e velocidade na execução de investimentos. Nós da Corsan entendemos que, apenas em um contexto de Companhia privatizada, poderemos implementar essas transformações com a urgência que a situação exige.

> **Evoluir é olhar o passado com orgulho. Porque só assim é possível melhorar o presente e criar novos legados para o futuro. É por isso que a Corsan está indo além: evoluindo pela qualidade de vida, pelo meio ambiente, por você**

2.2. Panorama dos contratos

Segundo estabelece a Constituição Federal, é do ente municipal a competência para organizar e prestar serviços de saneamento básico, seja de maneira direta, seja ainda através da concessão do serviço. A Corsan, enquanto empresa de saneamento, serve como concessionária desses serviços, regida por contratos de programa com os poderes municipais.

Na data de publicação deste Relatório – e considerando os 74 aditivos assinados até 16 de dezembro de 2021, cujo alongamento de prazo está condicionado à efetivação da privatização – a Corsan possui instrumentos contratuais válidos com 307 municípios.



A totalidade desses contratos rege sobre o tratamento e abastecimento de água; apenas 5 municípios com contratos vigentes (ou 0,3% do faturamento da Corsan em 2021) ainda não incluíram previsões contratuais para a coleta e tratamento de esgoto.

Além dos acordos legalmente vigentes, outros dez contratos se encontram em situação irregular, sendo nove deles porque venceram sem sofrer renovação. É o caso nos municípios de Morro Redondo, Minas do Leão, Mariana Pimentel, Nova Brescia, Canguçu, Amaral Ferrador, Sentinela do Sul, Passa Sete e Lagoa Bonita do Sul). Um décimo município, Erechim, teve seu contrato de programa com a Corsan anulado por decisão judicial. Somados, esses dez municípios representam 2,0% do faturamento da Corsan em 2021.

Nossa carteira de contratos se destaca pela longa duração dos mesmos, com prazo médio ponderado por faturamento de 29,7 anos. 75 contratos têm prazo de vencimento em 2062, representando praticamente 52,9% do nosso faturamento em 2021[1]. Neste grupo estão 9 dos 10 maiores contratos da Corsan.

Há ainda 20 contratos com vencimento entre 2043 e 2061, representando 9,1% do faturamento; 202 contratos com vencimento entre 2033 e 2042, somando 32,4% do faturamento; e 10 contratos com vencimento inferior a 2032, os quais somam 3,5% do faturamento.

Breakdown - Participação no Faturamento Total		
aixa	**%**	**% Acumulado**
Maior	6,17%	6,17%
2º-5º	15,49%	21,67%
6º-10º	11,64%	33,31%
11º-30º	24,02%	57,33%
31º-100º	28,82%	86,15%
101º-317º	13,85%	100,00%

2.3. Compromisso com o Desenvolvimento Sustentável

GRI 2-23 Entendemos que nosso negócio é indissociável das externalidades que produzimos na sociedade e no meio-ambiente. O saneamento impacta de maneira muito fundamental na vida das pessoas, e é por isso que as ações da Corsan interessam tanto à sociedade gaúcha.

Saneamento é mais saúde e dignidade para as pessoas

[1] O alongamento dos prazos contratuais, constantes dos aditivos assinados até a data de 16 de dezembro de 2021, estão condicionados à efetivação da privatização da Companhia.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, cada R$ 1 investido em saneamento reverte em uma economia de R$ 4 em saúde. As externalidades positivas extrapolam muito o contexto local – aumento da frequência escolar, menor risco de alagamentos, mais empregos e crescimento econômico.

Saneamento é proteger o planeta

Mananciais são tão fundamentais para a vida no seu entorno, quanto para o equilíbrio natural em escala global. Além de fornecer abrigo e alimento para um sem-número de espécies, os corpos d'água podem funcionar como capturadores de carbono (ou, se poluídos, como emissores).

Saneamento é segurança hídrica

Com a poluição dos mananciais, somos obrigados a buscar água limpa em locais distantes e a competir com outras finalidades de uso da água, como a geração elétrica e a irrigação. Melhorar a eficiência de uso da água tem impactos diretos e indiretos sobre toda a economia.

Nossa visão ESG

Nossa visão de futuro para os temas ESG é pautada pelo desenvolvimento social e pela conservação do meio-ambiente. Com os investimentos que estamos realizando, queremos contribuir para a limpeza dos mananciais do RS, devolvendo à natureza uma água mais pura do que a captada na forma bruta. Estabelecemos metas de sustentabilidade apoiadas na universalização do acesso e no impacto sobre as comunidades em que atuamos, buscando continuamente a inovação em soluções ambientais, além de esforços na educação ambiental para gerar um ambiente saudável para as futuras gerações.

Universalização do acesso e impacto nas comunidades gaúchas

O cumprimento das metas colocadas no Novo Marco do Saneamento conduzirá automaticamente a ganhos sociais e a um importante impacto positivo nas comunidades gaúchas, tais como melhoria da saúde e qualidade de vida da população, uso sustentável dos recursos naturais, geração de emprego e renda. Outros benefícios indiretos incluem o desenvolvimento imobiliário e urbano, ganhos de produtividade e aumento do potencial econômico de regiões turísticas.

Inovação em soluções ambientais

Tratamos inovação como um tema transversal. Ser uma empresa de soluções ambientais é pensar no futuro e inovar no presente. A Corsan entende que sempre é possível fazer mais, de forma inteligente e sustentável, com investimentos em inovação e tecnologia. Porque evoluir nos renova, nos motiva, nos une.

Rede Brasil do Pacto Global

GRI 2-23 A Corsan desempenha um importante papel na geração de impactos positivos para a sociedade. O que queremos é produzir resultados duradouros para todas as partes interessadas que envolvem o nosso negócio. Visando melhorar resultados em diversos âmbitos da empresa e alavancar mudanças na gestão, ao mesmo tempo em que também procuramos impactar positivamente a sociedade e o meio ambiente por meio do crescimento sustentável e da cidadania, aderimos, em dezembro de 2021 à Rede Brasil do Pacto Global. Com essa participação,

> **Afirmamos apoio aos 10 princípios do Pacto nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, e declaramos que atuaremos em prol dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).**

Nossa adesão ao Pacto Global alinha a Corsan à Agenda 2030, com um compromisso a nível mundial. Relembrando, água potável é fundamental para a vida humana, e a sustentabilidade faz parte dos nossos valores. Ao alinharmos missão, valores e metas aos objetivos do Pacto Global, almejamos que os impactos positivos de nossas ações se espalhem, alcançando e influenciando toda a sociedade.

Frente às mudanças climáticas que impactam de forma negativa todos os processos da Corsan e a sociedade de forma global, reconhecemos a importância da gestão da emissão de gases de efeito estufa relacionadas às nossas atividades. Além disso, assumimos o compromisso de fomentar o ODS 13, que trata das ações contra as mudanças globais do clima.

Nesse sentido, em 2021 nos apropriamos de informações técnicas com o objetivo de iniciar uma gestão assertiva das emissões de gases de efeito estufa (GEE) relacionadas às nossas atividades. Em 2022, empregaremos esforços para a realização de um inventário dessas emissões para, a partir dele, direcionarmos ações para redução e compensação dos GEE lançados, e assim contribuir para a redução da crise climática global.

Alinhamento aos ODS

Na Corsan, nos mantemos atentos e alinhados também à pauta representada pelos 17 ODS da Agenda 2030.

ODS 6 – Água Potável e Saneamento

Nossos negócios contribuem diretamente para o ODS 6 – Água e Saneamento. Nos municípios em que atuamos, a cobertura dos serviços de água potável em zona urbana é de 96,9% de universalização e 19,3% de universalização em esgoto. Corrigir essa defasagem em relação

ao esgotamento sanitário, especialmente, está no cerne de nossa estratégia para a próxima década. Para isso, será necessário atuar na melhora de mananciais, no aumento da eficiência de processos, na redução de perdas e no investimento em qualidade de atendimento.

GRI 203-2 Mas, o impacto de nossas atividades não termina aí. Seja pelas transformações internas que promovemos, seja pelas externalidades dos nossos negócios, nos relacionamentos direta e indiretamente a outros 12 ODS que refletem temas de interesse material das nossas partes relacionadas, conforme listamos a seguir.

ODS 1 – Erradicação da Pobreza

Contribuímos para o ODS 1 quando trabalhamos pela acessibilidade econômica a serviços básicos essenciais, seja através da regularização de economias de água (Programa Água, Vida e Cidadania), seja através da Tarifa Social.

ODS 3 – Saúde e Bem-Estar

A ampliação dos nossos serviços é item essencial para a prevenção de doenças transmissíveis pela água, para reduzir a contaminação de pessoas pela poluição, e para conferir dignidade a populações residentes em áreas não urbanizadas.

ODS 5 – Igualdade de Gênero

Na Corsan, trabalhamos para assegurar às mulheres acesso igualitário aos postos de liderança da empresa, e reconhecemos a necessidade de se avançar a representatividade de gênero nas instâncias mais elevadas da administração.

ODS 7 – Energia Limpa e Acessível

Empregamos esforços para melhorar a eficiência energética de nossos processos, ao mesmo tempo em que operamos no ambiente de livre contratação de energia com quase 50% da energia proveniente de fontes limpas. Também investimos em projetos de geração própria distribuída a partir de matrizes renováveis, como hidrelétrica, solar e eólica.

ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico

Nosso impacto sobre a realidade do trabalho está visível dentro e fora da organização. Enquanto buscamos continuamente a satisfação e segurança dos nossos colaborado-

res, também contribuímos indiretamente para a criação de emprego e renda na sociedade – com nossos investimentos em infraestrutura, com o incentivo ao turismo e com os patrocínios culturais que mantemos.

ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura

Está no nosso passado, presente e futuro: a Corsan contribui para a construção da infraestrutura urbana em todos os municípios em que atua. Além dos investimentos diretos em infraestrutura de saneamento, também participamos de projetos essenciais para a vida nas cidades como contrapartida aos projetos de interesse direto da Corsan.

ODS 10 – Redução das Desigualdades

Na realidade social brasileira, a desigualdade está inclusive no acesso à infraestrutura e aos serviços básicos. Corrigir esse atraso é não apenas dar tratamento igual a todos os distritos da cidade, mas também elevar as condições de habitação, de saúde e de futuro da população.

ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

Quando investimos na ampliação e modernização da estrutura de saneamento, contribuímos para a destinação adequada dos dejetos produzidos nas cidades, bem como para o planejamento urbano e para a adaptação da infraestrutura das cidades a eventos climáticos extremos.

ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis

Os investimentos da Corsan em esgotamento sanitário melhoram a condição dos mananciais – origem da água bruta que abastece as cidades – e, portanto, para um uso mais racional de outros importantes reservatórios de água, como os reservatórios subterrâneos.

ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima

O setor de saneamento possui importante papel na mitigação das mudanças climáticas – tanto pelos resíduos derivados do tratamento de esgoto (emissores de gases de efeito estufa) quanto pelo alto consumo de energia envolvido na operação. Por isso, estamos nos preparando para a elaboração do nosso primeiro inventário de emissões, que subsidiará a adoção de compromissos verificáveis em favor da redução global de emissões da Corsan.

ODS 14 – Vida na Água

Tratar o esgoto industrial e urbano é a grande contribuição que podemos dar à vida aquática. Na Corsan, universalizar esse serviço é a nossa meta mais importante.

ODS 15 – Vida Terrestre

Não haverá equilíbrio dos mananciais enquanto as terras adjacentes estiverem devastadas. Matas e rios são partes simbióticas de um mesmo ciclo hidrológico. Por isso investimos e apostamos em nosso Programa de Pagamento de Serviços Ambientais (PPSA), que remunera proprietários de terras que protegem as matas próximas aos rios.

2.4. Movimento Água 360°

GRI 303-1 Em parceria com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a Corsan lançou em 2021 o Movimento Água 360° com o objetivo de promover a sustentabilidade hídrica com a participação da sociedade. O equilíbrio e o futuro do planeta dependem da conservação da água e de iniciativas que contemplem mais do que o saneamento básico: a Corsan busca inovação em soluções ambientais em todas as etapas do caminho da água.

De toda a água disponível no planeta, apenas 2,5% da água disponível é doce, sendo a maior parte de difícil acesso, pois está concentrada nas geleiras ou armazenada em aquíferos. Apenas 1% da água doce disponível encontra-se nos rios. O movimento Água 360° tem como objetivo ampliar a visão sobre da população sobre a água e é um convite ao cuidado com esse bem essencial para todos. O movimento está organizado a partir de quatro eixos de atuação.

Cuidado 360°

A Companhia trabalha continuamente em ações que se refletem no cuidado com os recursos hídricos, como forma de garantir o abastecimento regular de água e a sustentabilidade dos processos. No contexto do contrato assinado com a IFC, a Corsan realiza investimentos com o objetivo de reduzir as perdas de água na distribuição, dos atuais 43% para 35%.

O contexto de sustentabilidade dos processos está ligado ao conceito de economia circular. Estão em andamento projetos de gerenciamento de resíduos das Estações de Tratamento de Água, que pode se transformar em subproduto, o que garante uma destinação final sustentável. Em 2021, a Companhia assinou com o Senai um contrato para gerenciamento de resíduos sólidos, que vai proporcionar uma gestão integrada dos resíduos a partir de um diagnóstico ambiental abrangendo Sistemas de Abastecimento

de Água (SAA), Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES) e a Administração Central. Após o diagnóstico, serão traçadas as linhas de ação para dez regiões, 317 municípios e 619 endereços.

Sobre a conservação dos recursos hídricos, existem ações em andamento como a parceria com o Ministério Público do Rio Grande do Sul para mapeamento e conservação das nascentes e mananciais, por meio do aplicativo Água para o Futuro e do Programa Especial de Pagamento por Serviços Ambientais (PPSA). Importante destacar que a iniciativa valoriza as propriedades e áreas rurais, além das fontes de abastecimento.

Educação 360°

Desde 2020, contamos com um Programa de Educação Ambiental que visa a conscientização e sensibilização das gerações futuras para a importância do caminho da água e estímulo às boas práticas junto ao meio ambiente. A Corsan conta atualmente com mais de 300 multiplicadores ambientais, que desenvolvem atividades nos municípios atendidos pela Companhia, e passam por contínua capacitação técnica e didática através de parceria firmada com o SENAI.

Essas ações se somam ao projeto de sustentabilidade H2oje - agregador de conteúdo que reúne informações e alerta sobre sustentabilidade hídrica que tem por objetivo criar consciência a partir de uma transformação cultural. A Companhia acredita que a água é o futuro das crianças e é por meio delas que ela pode garantir o hoje e o amanhã.

A Corsan desenvolve também outras ações de educação ambiental para estimular a participação de estudantes, como o Jovens Embaixadores do Saneamento. Esta ação promove viagens de estudo virtuais para alunos de escolas públicas, sobretudo nas regiões próximas das obras de saneamento, com o objetivo de sensibilizar as novas gerações sobre o tema ambiental, o que gera impacto positivo sobre as comunidades onde atua.

Turismo 360°

As principais ações da Companhia neste eixo visam aprimorar a coleta e tratamento de esgoto em regiões de alto potencial turístico do Estado, como Norte, Litoral e Serra, o que permite a conservação do corpo hídrico na sua melhor versão. Desta forma, a Corsan acredita contribuir com o desenvolvimento econômico e gerar externalidades positivas, além de benefícios diretos e indiretos, tais como a atração de

mais pessoas a estas regiões, geração de empregos, renda e desenvolvimento econômico.

Na região das Hortênsias, encontra-se em fase final a obra das novas instalações da estação de tratamento de esgoto Santa Terezinha, que vai duplicar de capacidade, podendo tratar até 90 litros por segundo. A obra consiste em dois módulos de estação pré-fabricada junto à ETE existente, uma solução histórica por meio de uma obra de qualidade, que representa investimento em tecnologia, modernização e eficiência operacional. Tal projeto aumenta diretamente o potencial turístico de um dos mais conhecidos cartões-postais da serra gaúcha: a cascata do Caracol.

Serviços 360°

O 4° eixo do Movimento se pauta pela inovação e tecnologia para melhorar os processos no caminho da água e qualificar o atendimento à população. A Companhia acredita que qualificar o atendimento é também atender a população de baixa renda. Esse é o objetivo do programa Água, Vida e Cidadania, que leva abastecimento de água para as famílias que não têm acesso à água tratada de qualidade. Mais saúde, dignidade e cidadania para a população de baixa renda. Outras frentes de ação do eixo incluem:

- ETA 4.0 (sistema de tecnologias e metodologias inteligentes): com o objetivo de automatizar a análise e controle de parâmetros de potabilidade nas estações.

- SoluTrat: programa de limpeza de fossas sépticas e conscientização sobre a importância do descarte correto do esgoto doméstico, mais uma vez contribuindo com o conceito de economia circular.

2.5.Painel de Indicadores

SERVIÇOS						
		2019		2020		2021
COBERTURA DOS SERVIÇOS						
Nível de universalização de água (%)		96,7%		96,6%		96,9%
Nível de universalização de esgoto (%)		16,3%		17,6%		19,3%
ATENDIMENTO						
Índice de reclamação de problemas*		20,4		13,4		28,7
Tempo médio de atendimento ao cliente (h)		36,2		26,2		27,1
PESQUISA DE SATISFAÇÃO 2021						
Qualidade da água		**Regularidade do serviço**		**Atendimento**		
Aprovam	**Reprovam**	**Aprovam**	**Reprovam**	**Aprovam**	**Reprovam**	
82,6%	3,9%	82,1%	3,1%	69,7%	14,2%	

*Número de reclamações por mil economias

OPERACIONAIS						
		2019		2020		2021
ABASTECIMENTO DE ÁGUA						
Ligações de água (mil)		2.138		2.167		2.198
Economias de água (mil)		2.945		2.986		3.038
Número de ETAs operacionais (un.)		165		166		165
Extensão da rede de água (km)		28.185.101		28.746		29.479
Volume faturado de água (mil m³)		299.670		311.752		312.739
Índice de perda na distribuição (%)		43,3%		42,2%		43,1%
Substituição de rede (%)		N/D		N/D		0,4%
ESGOTAMENTO SANITÁRIO						
Ligações de esgoto (mil)		231		252		272
Economias de esgoto (mil)		450		487		534
Número de ETEs operacionais (un.)		85		68*		71*
Volume faturado de esgoto (mil m³)		40.839		45.513		49.177
EFICIÊNCIA OPERACIONAL						
Número de empregados CLT		5.756		5.681		5.551
Produtividade (ligações de água/empregado)		0,37		0,38		0,40

*Redução decorrente da entrada em vigor de PPP para o serviço de esgoto na região metropolitana

FINANCEIROS	2019	2020	2021
Receita Operacional Líquida* (R$ mil)	2.611.507	2.836.944	3.100.168
Receita de Água (R$ mil)	2.690.499	3.029.098	3.281.127
Receita de Esgoto (R$ mil)	189.125	229.537	260.826
EBITDA (R$ mil)	766.577	1.606.507	676.940
Margem EBITDA (%)	26,9%	50,9%	19,8%
EBITDA Ajustado (R$ mil)	763.602	810.897	826.897
Margem EBITDA ajustada (%)**	29,2%	28,6%	26,7%
Resultado Financeiro (R$ mil)	17.101	460.429	- 162.268
Lucro Líquido (R$ mil)	301.153	1.814.394	350.469
Margem Líquida (%)	10,6%	57,5%	10,3%

*Descontadas receitas de construção

**Divisão pela receita operacional líquida, desconsiderando receitas de construção

AMBIENTAIS	2019	2020	2021
Consumo total de energia elétrica (GJ)	1.461.452	1.484.574	1.518.825
Participação de energias renováveis (%)	0,01%	12,66%	49,02%
Consumo total de combustíveis para frota (GJ)			109.772
Participação de combustíveis renováveis (%)			0,02%
Intensidade energética, água faturada (GJ/mil m³)	4,9	4,8	4,9

SOCIAIS	2021
Total de suspensões residenciais	211.133
Religações residenciais em <30 dias (%)	89,9%

3. Evoluir com o setor

3.1. Novo Marco do Saneamento

Em julho de 2020, uma regulação atualizada para o setor de saneamento brasileiro foi introduzida pela Lei nº 14.026/2020 (Novo Marco do Saneamento), cujo objetivo principal é universalizar e qualificar a prestação desses serviços.

Naturalmente, a aprovação dessa legislação representou um ponto de inflexão para a Corsan, que procurou compreender e dar transparência aos impactos da nova regulação em suas atividades.

Vetos presidenciais

Em 2021, o Congresso Brasileiro votou pela manutenção dos vetos presidenciais a alguns artigos do Novo Marco do Saneamento. Cabe destacar a exclusão do Art. 16º, que previa que as prestações de serviços de saneamento com empresas estatais, contratualizadas ou não, poderiam ser renovados mediante acordo entre as partes. O veto argumentou que tal dispositivo atrasaria as necessárias mudanças para o setor.

Tais vetos ocorreram sem prejuízo ao Art. 14º do mesmo Novo Marco do Saneamento, que possibilita a readequação dos contratos vigentes "em caso de alienação de controle acionário de empresa pública ou sociedade de economia mista prestadora de serviços públicos de saneamento básico", desde que o novo instrumento contratual cumpra com as diretrizes de universalização e eficiência do serviço. Além disso, o trecho autoriza a repactuação do contrato no que se refere às suas cláusulas de serviços e financeiras para além dos comandos legais expressos, permitindo, inclusive, a extensão do seu prazo de vigência.

Metas de Universalização

De acordo com o Art. 11º-B, todos os contratos de saneamento no país deverão comprometer-se com metas que estabeleçam a universalização de serviços até o final de 2033, a saber:

- Para o abastecimento de água:
  cobertura de 99% da população
- Para a colega e tratamento de esgoto sanitário:
  cobertura de 90% da população

O Novo Marco estabeleceu prazo até 31 março de 2022 para adequação dos contratos vigentes e inclusão de cláusulas que definam as metas de universalização.

Normas de Referência

O Novo Marco Legal do Saneamento prevê a criação de um Comitê Interministerial de Saneamento Básico para articulação institucional das entidades federais com atuação no setor, sob a liderança do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). Segundo o Art. 4º da nova Lei, a Agência Nacional de Águas (ANA), vinculada ao MDR, será a entidade responsável pela regulação do setor de saneamento, atuando para mediar impasses regulatórios (tais como indenizações) e emitindo as normas de referência para prestação de serviços de saneamento básico no Brasil, controlando ainda os níveis de perda de água no país.

Comprovação da capacidade econômico-financeira

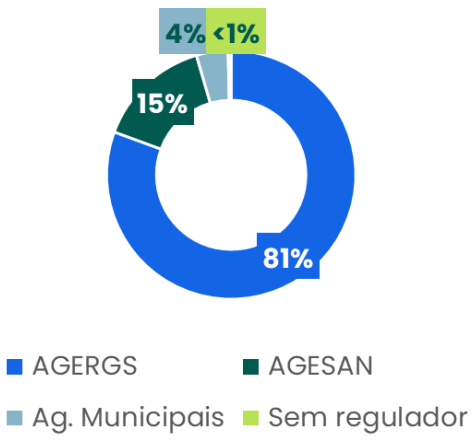
Em 31 de dezembro de 2021, em atendimento ao que estabelecem o Novo Marco do Saneamento e o Decreto Federal 10.710/2021, submetemos às agências reguladoras informações sobre indicadores econômico-financeiros validados por auditor independente, bem como estudos de viabilidade e plano de captação de recursos que comprovam a capacidade econômico-financeira da empresa para o atendimento das metas de universalização previstas, validada por certificador independente. Os dados foram também compartilhados com a Agência Nacional de Águas - ANA.

3.2. Contexto regulatório local

Regulação e agentes reguladores

Por configurar monopólio natural, a atividade de saneamento básico está submetida a intensa regulação da qualidade e preço dos serviços. No caso da Corsan, nossas operações são atualmente reguladas por 5 agências, que se dividem na **regulação técnica** (fiscalizações, metas e compromissos contratualizados) e **econômico-financeira** (regime tarifário, reajustes, revisões, equilíbrio da prestação, modicidade tarifária, custos eficientes e investimentos) dos serviços nos 317 municípios atendidos pela Corsan.

Regulador	Faturamento (%)	Municípios (número)
AGERGS	81%	286
AGESAN	15%	16
AGER	2%	1
AGERST	2%	1
AGESB	1%	1
Sem agência	0%	12
Total	**100%**	**317**



Reajustes e revisões tarifárias

O modelo atualmente adotado pelas agências que regulam os serviços da Corsan é denominado de regulação pelo custo. Também conhecido como *cost-plus*, esse modelo de definição da tarifa se baseia (i) nos custos efetivamente incorridos pelo prestador e (ii) na remuneração dos investimentos realizados e ainda não amortizados/depreciados. A Base de Ativos Regulatórios (BAR) empregada no cálculo tarifário é, atualmente, apurada usando estimativa contábil fornecida pela Corsan e validada pelas agências.

As Revisões Tarifárias Ordinárias (RTOs) ocorrem em ciclos de 5 anos, reavaliando toda a estrutura de custos da Companhia. Já os Reajustes Tarifários Anuais (RTAs) buscam a recuperação inflacionária anual pela aplicação de índices setoriais sobre a estrutura de custos homologada na Revisão Tarifária.

Mais detalhes sobre a RTO mais recente (2019) da AGERGS, principal agência reguladora, podem ser obtidos aqui.

A mais recente metodologia para apuração dos RTAs, contendo a relação dos índices inflacionários considerados, da AGERGS está disponível aqui e resumida no quadro a seguir.

AGERGS - Despesas e Custos Diretos		
	Ponderação	**ÍNDICE**
1. Pessoal	**31,13%**	
1.1. Salários	23,02%	INPC
1.2. Outros custos com pessoal	8,11%	IGP-DI
2. Material	**3,40%**	
2.1. Material de tratamento	1,46%	IGP-DI
2.2. Outros materiais	1,94%	IGP-DI
3. Serviços	**20,22%**	
3.1. Energia elétrica	8,13%	Diversos
3.2. Outros serviços	12,09%	IGP-DI
4. Gerais	**5,86%**	**IGP-DI**
5. Depreciação/Provisão/Amortização	**4,00%**	**INCC-DI**
6. Fiscais	**0,60%**	**IPCA**
7. Tributos sobre receitas - Créditos	**7,72%**	**IPCA**
8. Remuneração da BAR	**27,06%**	**IPCA**

Reajustes tarifários de 2021

Em 2021, foram homologados os índices de reajuste abaixo listados:

Regulador	Reajuste 2021
AGERGS*	12,19%
AGESAN	6,97%
AGER	5,46%
AGERST	4,56%
AGESB	9,38%

*Com recomendação de parcelamento

Cálculo do Índice de Reajuste Tarifário 2021 - AGERGS			
Índice	Peso dos Custos (1)	Variação no Período (2)	(1) x (2)
INPC	23,02%	6,94%	1,60%
IGP-DI*	29,46%	30,64%	9,03%
Índices de energia elétrica**	8,13%	6,27%	0,51%
INCC	4,00%	11,95%	0,48%
IPCA***	35,38%	6,10%	2,16%
	100%		**13,77%**

*IGP-DI corresponde ao somatório dos grupos de custos reajustados por este índice (Outros custos com pessoal, Material de tratamento, Outros materiais, Outros serviços e Gerais).

** Cesta de índices de reajustes tarifárias de concessionárias locais

***IPCA corresponde ao somatório dos grupos de custos reajustados por esse índice (Fiscais, Tributos sobre receita – Créditos, Remuneração da BAR).

A aplicação dos índices de reajuste ocorreu em 1º de julho de 2022. No caso específico da AGERGS, decidimos seguir a recomendação da agência de dividir a aplicação do índice de 12,19%: uma parcela de 6,97% foi aplicada na data de 1º julho de 2022, enquanto os 5,22% remanescentes serão aplicados no momento do RTA de 2022. Tal recomendação, disposta na Resolução nº 623/2021 da AGERGS, encontrava base na situação macroeconômica desafiadora resultante dos efeitos causados pela pandemia de Covid-19, que poderiam afetar sensivelmente a acessibilidade dos serviços de saneamento à população atendida.

Cabe salientar ainda que, de acordo com a cesta de índices aprovada pela metodologia vigente, o índice de reposicionamento tarifário (IRT) seria de 13,77% em vez de 12,19%. Ocorre que, em 2020, o IRT homologado foi de 4,45%. No entanto, como esse reajuste – em caráter excepcional – só foi aplicado em outubro daquele ano, houve um acréscimo no índice de reajuste para compensar a defasagem temporal, na ordem de 1,48 p.p. O reajuste aplicado foi, então de 5,93%.

Para afastar os efeitos desse elemento da defasagem temporal do reajuste anterior, foi feito um cálculo composto, e se concluiu que se deveria retirar 1,59 p.p. do índice, passando de 13,77% para 12,19%. Por isso, o reajuste aplicado restou fixado em 12,19% - com a mencionada recomendação de parcelamento na aplicação.

Histórico de reajustes e revisões tarifárias

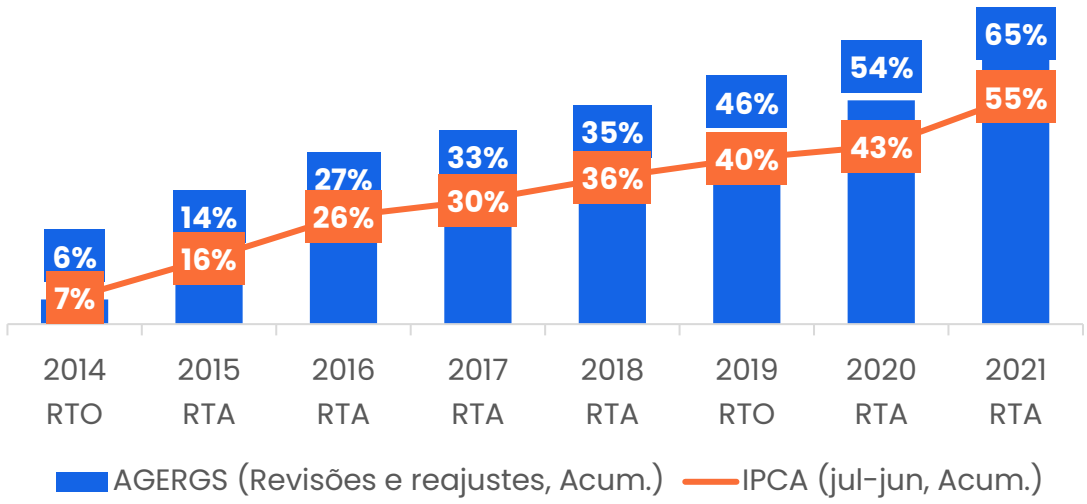
O histórico de RTAs e RTOs das agências reguladoras de nossas operações pode ser resumido conforme segue:

Ano	Tipo	AGERGS	AGESB	AGER	AGERST	AGESAN
2014	RTO	6,0400%	6,0400%	6,0400%	6,0400%	N/A
2015	RTA	7,6600%	6,4000%	7,6600%	7,6600%	N/A
2016	RTA	11,4500%	12,7800%	11,4500%	11,4500%	N/A
2017	RTA	4,1700%	5,3200%	4,1000%	4,1700%	4,1700%
2018	RTA	2,1200%	2,4200%	2,5900%	2,4800%	2,1200%
2019	RTO	7,6900%	7,6900%	4,0000%	7,4800%	8,5300%
2020	RTA	5,9300%	5,9300%	0,0000%	4,4100%	4,6300%
2021	RTA	12,19%*	9,3800%	4,5600%	5,4600%	6,9700%

*Aplicação de 6,97% em 1º de julho de 2021, e 5,22% a ser aplicado em 2022 – conforme detalhado na seção anterior.

Tomando-se o histórico de tarifas reguladas pela agência com maior impacto no faturamento da Corsan, nosso histórico de revisões e reajustes acumulados vem acompanhando e superando a inflação oficial acumulada no mesmo período.

Revisões tarifárias AGERGS e IPCA acumulado



3.3.Modelo tarifário

Comparação da tarifa

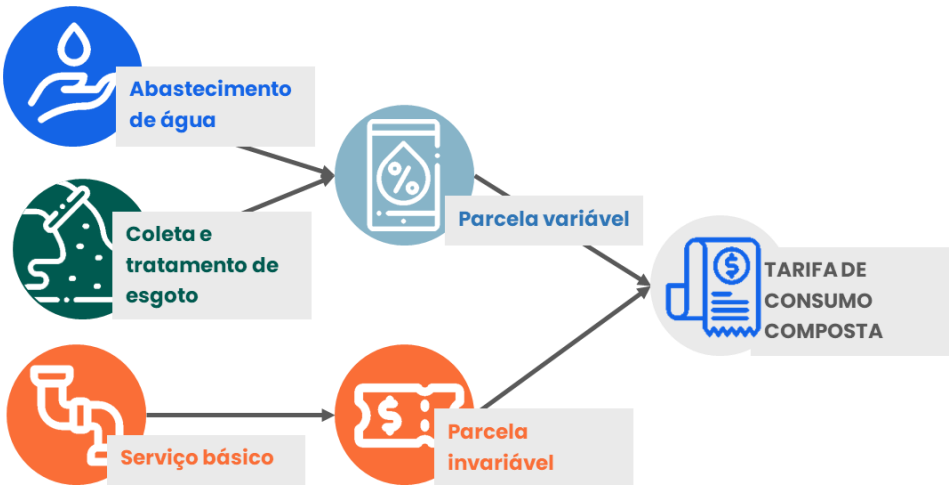
Com o objetivo de estimular o uso racional da água, praticamos uma tarifa de consumo composta por parcelas variável (água/esgoto) e fixa (serviço básico).

Parcela variável: cobre os gastos com insumos para produção, tratamento e distribuição da água, coleta e tratamento do esgoto.

Parcela fixa: garante o equilíbrio econômico financeiro da prestação dos serviços, cobrindo os custos de operação dos sistemas, manutenção da infraestrutura, administração e gestão.

Há também a divisão entre as categorias residencial e empresarial (subdividida em comercial, pública e industrial), bem como a aplicação de tarifa social.

Abaixo está a estrutura tarifária sintética utilizada no faturamento dos municípios regulados pela AGERGS, principal agência reguladora, a partir de 1º de julho de 2021:



		ÁGUA			ESGOTO		DISPONIBILIDADE DO ESGOTO	
TARIFA	**CATEGORIA**	**Preço Base**	**Serviço**	**Tarifa**	**Coletado preço**	**Tratado preço**	**Coletado preço**	**Tratado preço**
SOCIAL	**Bica pública**	3,05	12,09	42,59	1,52	2,13	3,04	4,26
	Residencial A e A1	2,56	12,09	37,69	1,28	1,79	2,56	3,58
	m³ excedente	6,35			3,17	4,44	6,34	8,88
BÁSICA	**Residencial B**	6,35	30,14	93,64	3,17	4,44	6,34	8,88
EMPRESARIAL	**Comercial C1**	6,35	30,14	93,64	3,17	4,44	6,34	8,88
	m³ excedente	7,23			3,61	5,06	7,22	10,12
	Comercial C1	7,23	53,77	198,37	3,61	5,06	7,22	10,12
	Pública	7,23	107,41	252,01	3,61	5,06	7,22	10,12
	Industrial	8,22	107,41	380,50	4,11	5,75	8,22	11,50

Para informações detalhadas sobre a **composição tarifária**, consulte www.corsan.com.br/*sistematarifario*.

Proposta para o futuro

O Novo Marco do Saneamento estabeleceu a atribuição da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) de instituir normas de referência para a regulação da prestação dos serviços públicos de saneamento básico por seus titulares e suas entidades reguladoras e fiscalizadoras.

Expectativas para as normas de referências e ANA:

A fim de colaborar com a modernização do ambiente regulatório, a Corsan elaborou uma proposta que foi traduzida em "Anexo Tarifário" constante dos aditivos aos contratos com os municípios. Acreditamos que, até 2027, o setor de saneamento no Rio Grande do Sul já estará amadurecido para que seja possível a transição do modelo de *regulação pelo custo* para o modelo de *regulação pelo preço*, em que está alicerçada nossa proposta, contando com mecanismos de incentivos orientados para a redução de custos e aumento de eficiência operacional. Além disso, metodologias aderentes e normas de referências instituídas pela ANA já se encontrarão consolidadas no ambiente regulatório do setor de saneamento – em consonância com o previsto no Novo Marco do Saneamento.

No "Anexo Tarifário", está pactuado que os Reajustes Tarifários Anuais (RTA) sejam estabelecidos a partir da aplicação da variação anual do Índice Nacional de Preços Amplo – IPCA entre os anos de 2022 e 2026; havendo, portanto, a manutenção da tarifa em patamares reais durante esse período. A partir de 2028, a metodologia para definição dos RTA será determinada observando as normas de referência a serem emitidas pela ANA.

A primeira Revisão Tarifária Ordinária (RTO) está prevista para ocorrer em 2027, sendo então processada a cada 5 anos a partir dessa data. Será considerada uma tarifa única para todos os municípios atendidos pela Corsan.

A Base de Ativos Regulatórios ("BAR") será apurada conforme metodologia do Valor Novo de Reposição ("VNR"), que preconiza o reconhecimento de todos os ativos relacionados à prestação do serviço regulado, e observa aspectos de elegibilidade, utilidade e eficiência econômica. Certificada por Agência Reguladora competente após sua apuração, a BAR será única – sendo remunerada por taxa regulatória que reflita o Custo Médio Ponderado de Capital ("WACC").

Os Custos Operacionais Eficientes serão calculados a partir de análise de eficiência operacional, que levará em consideração o desempenho de concessionárias de saneamento básico comparáveis no contexto nacional, respeitando também o padrão de qualidade exigido nos contratos de prestação de serviços e observando as condições geográficas e econômicas de cada área atendida. Será criado um mecanismo de compartilhamento de ganhos de produtividade ("Fator X"), que funcionará como um deflator dos RTA – de modo a viabilizar que usuário final do serviço também possa se beneficiar da melhoria da performance operacional da Companhia.

A Agência Reguladora competente poderá aplicar uma Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de prestação de serviços, caso existam alterações significativas e devidamente comprovadas nos custos da Corsan.Destaca-se que a presente proposta está em avaliação pelas agências reguladoras competentes, e só se efetivará na assinatura dos aditivos contratuais juntos aos poderes concedentes municipais.

A íntegra do "Anexo Tarifário", no qual está inserida nossa proposta para a estrutura tarifária, foi divulgada em sua íntegra no dia 19 de novembro de 2021, através de Comunicado ao Mercado.

Base de ativos regulatórios

Em agosto de 2021, houve a emissão pela Deloitte de Relatório do Laudo de Avaliação da Base de Ativos Regulatórios (BAR) a partir de trabalho realizado pela empresa utilizando metodologias técnicas visando avaliar essa Base pelo seu Valor Novo de Reposição (VNR). O VNR representa o valor de um bem em estado novo naquela data-base, idêntico ou com características e capacidades semelhantes ao avaliado.

Indica, assim, o quanto o bem valeria caso fosse montado ou adquirido novamente, mantendo sua concepção original.

O relatório concluiu que os ativos elegíveis à remuneração pela prestação de serviço regulado restavam avaliados em cerca de R$ 7 bilhões, em termos líquidos, na data-base de 31 de março de 2020.

Salienta-se que os laudos decorrentes do trabalho citado foram submetidos às agências reguladoras das áreas atendidas pela Corsan a fim de se obter a certificação dessa Base de Ativos Regulatórios.

Base de Ativos Regulatórios (BAR) - Municípios atendidos pela Corsan	
Laudo de Avaliação Deloitte - agosto de 2021	
Em milhões de R$, data-base 31/03/2020	
Valor Novo de Reposição (VNR)	**11.967**
(-) Depreciação acumulada	4.691
Valor de Mercado em Uso (VMU)	**7.276**
(-) Dedução por Índice de Aproveitamento (IA)	38
Valor da Base de Remuneração	**7.238**
(-) Dedução itens não elegíveis	266
Valor da Base de Remuneração Líquida Total	**6.972**

4. Evoluir a estratégia

Nossa estratégia

O Novo Marco do Saneamento impôs metas e prazos aos compromissos de universalização do saneamento em todo o Brasil. O esforço recente da Corsan é no sentido de assimilar e tornar possível a realização dessas metas até o prazo estipulado de 31 de dezembro de 2033. Para esse fim, nossa estratégia para o futuro consiste (a) na adequação dos contratos ao Novo Marco, (b) na execução de ambicioso plano de investimentos, da ordem de aproximadamente R$ 1 bilhão ao ano até 2033, (c) na implementação do plano para ganhos de eficiência operacional e melhora nos indicadores de rentabilidade, (d) na implementação das melhores práticas de governança corporativa e (e) na participação ativa para o fortalecimento de um ambiente regulatório saudável e previsível, que equilibre a relação da Corsan com os usuários finais.

Para realizar nossa visão estratégica e cumprir com as obrigações impostas pelo Novo Marco, entendemos que a Corsan precisará evoluir ainda mais, adotando uma estrutura alinhada às melhores práticas de mercado, com o objetivo de realizar seu plano de investimentos de forma ágil e eficiente. Com esse fim, temos nos preparado para lançar oferta inicial de ações na B3, com subsequente descaracterização do controle estatal da Corsan. A partir do novo status como companhia de controle privado com governança independente, pretendemos rapidamente realizar nosso potencial de ganhos de eficiência e levar a cabo nosso ambicioso plano de investimentos, utilizando para isso os canais de financiamento que serão viabilizados pela privatização.

Assessores de primeira linha foram contratados para nos auxiliar a estruturar as principais frentes de trabalho que destravarão valor para a Corsan:

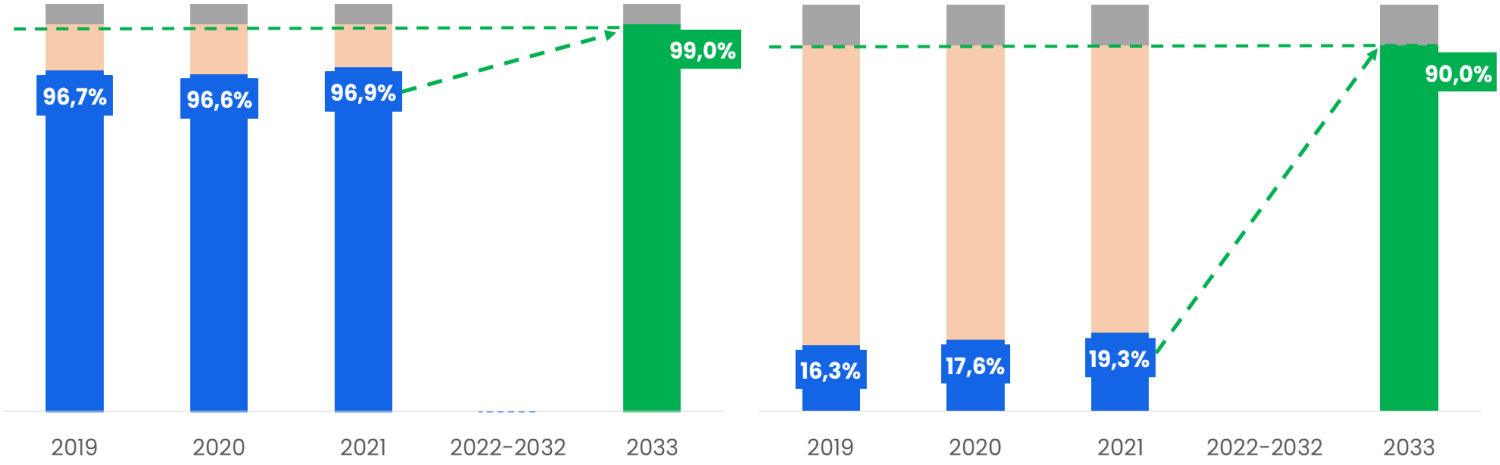
- **Kearney**, com foco em elaboração do plano de negócios e desenvolvimento de um mapa de eficiências;
- **Alvarez & Marsal**, com foco na validação do plano de investimentos em obras e reengenharia do processo de Capex;
- **AEA**, para desenvolvimento e revisão dos mecanismos tarifários e regulatórios;
- **Deloitte**, para validação da Base de Ativos Regulatória (BAR) via metodologia de Novo Valor de Reposição;
- **Mirador**, com foco na reestruturação do plano de pensão do qual a Companhia é patrocinadora;
- **Nova Engevix**, para aumentar a eficiência da implementação das obras e investimentos;
- **MZ**, com foco em estruturação da área de Relação com Investidores; e

- **SAP**, para a implementação de um novo sistema integrado de gestão empresarial (ERP).

4.1. Plano de investimentos

No cerne da nossa estratégia está uma implementação acelerada e eficiente de nosso plano de investimentos, validado pela consultoria Alvarez & Marsal. O plano compreende um desembolso de R$ 11,6 bilhões no período 2022-33 (média de R$ 1 bilhão anual) para a universalização dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto nos munícipios em que já atuamos.

Caminho para a universalização, água e esgoto



O desenvolvimento do Plano de Investimentos realizado pela Alvarez & Marsal se baseou em uma análise metodológica, com foco em (i) um plano de ação para implementação – incluindo ações alinhadas com cada área responsável, além de validação do plano de investimentos em comparação com o orçamento; (ii) estimativas orçamentárias – baseadas nos orçamentos do Comitê de Projetos e Comitê de Operações, planilha de custos médios com base em cada atividade desenvolvida, classificação de projetos de acordo com a AACE e determinação probabilística do volume de investimentos com base em simulações Monte Carlo; e (iii) estratégias de contratação – incluindo consultas ao setor de licitações e de fornecimentos e análise histórica do prazo de implementação dos projetos.

Alguns dos principais projetos de expansão a serem implementados incluem:

- Sistema integrado SIAV (Municípios Alvorada e Viamão), incluindo novas estruturas de bombeamento de água, redes de tubulações e ETA Modelo 800 l / s.
- Sistema integrado SIGRAC (Municípios Cachoeirinha e Gravataí), incluindo nova ETA Cachoeirinha, expansão da ETA Gravataí e expansão da rede de tubulações existente.

- Sistema integrado Sapucaia Água (Município Sapucaia do Sul), incluindo construção de 2 adutoras, 3 reservatórios e expansão da rede da ETE Esteio.
- Expansão da SES Passo Fundo, incluindo rede de tubulações e elevadora de água.
- Expansão da SES Rio Grande, incluindo rede de tubulações, elevadora de água e nova ETE.
- Expansão da SES Santa Cruz, incluindo rede de tubulações e elevadora de água.
- Sistema integrado Sapucaia Esgoto (Município Ijuí), incluindo construção de 2 redes de tubulações e 3 reservatórios.

Para concretizar nosso plano, entendemos que será necessária maior eficiência na execução de obras, o que também tem sido objeto de trabalho da consultoria Alvarez & Marsal. São pilares dessa gestão eficiente de investimentos:

a) Melhor gestão da cadeia de suprimentos, com conceito da área "core" para atender às demandas de investimento;

b) Implementação estratégica de PMO, centralizando o controle do plano de investimentos da Corsan com foco nos pilares de processos, governança e controles;

c) Remodelação e adequação da área de engenharia, com integração entre os investimentos e a operação e aplicação de melhores práticas nos controles e execução de projetos e planejamento financeiro;

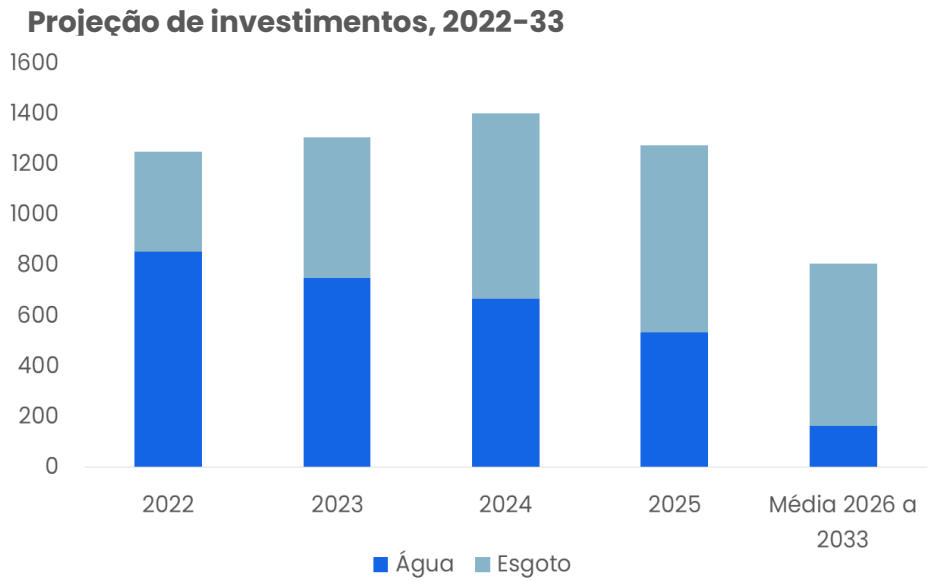
d) Busca por fontes de financiamento para os recursos com maior visibilidade, o que também já vem sendo desenvolvido considerando as captações recentes realizadas, como por exemplos as debêntures de infraestrutura com selo verde.

GRI 203-1 Com o cumprimento do plano de investimentos, incluiremos 4,5 milhões de pessoas no sistema de esgotamento sanitário da Corsan, gerando externalidades positivas em todo o estado do Rio Grande do Sul. O grande esforço de construção dessa infraestrutura gerará empregos e renda, privilegiando recursos e mão de obra disponível na região. Seu efeito também impactará diretamente as condições de vida e a saúde da população, posto que limitará a exposição a doenças infecciosas e a proliferação de seus vetores. Por fim, esperamos observar a reversão dos níveis de poluição dos mananciais gaúchos, hoje diretamente afetados pelo lançamento de dejetos sem tratamento em cursos d'água e no solo.

Para a Corsan, além da contribuição para o desenvolvimento sustentável do RS, a execução de nosso plano de investimento representa uma oportunidade de negócio. Com a expansão da rede de água e, principalmente, de esgoto, aumentaremos nossas receitas de forma sustentável e duradoura. Contribuirá para isso o fato de que grande parte das regiões que receberão os investimentos em esgoto já são atualmente atendidas

com abastecimento de água, o que se traduz em sinergia de custos e ganhos de escala relacionados à logística de serviços e à maior facilidade de ativação dos clientes na rede.

Além de investimentos em expansão, também realizaremos investimentos em manutenção, melhorias e modernização da infraestrutura existente, de forma a reduzirmos perdas na distribuição de água – objetivo transversal em todo nosso o planejamento.



Meios de financiamento

Com o objetivo de executar nosso plano de investimentos e cumprir com as metas de universalização do saneamento, contaremos com recursos próprios e de terceiros. A relação profícua entre Corsan e as principais instituições financeiras de fomento, tanto no Brasil quanto internacionalmente, fará dessa uma importante opção de captação de recursos para os nossos investimentos.

R$ 600 milhões captados em debêntures

Contamos também com a realização de novas operações no mercado de dívidas brasileiro, onde temos obtido resultados positivos com a emissão de debêntures não conversíveis em ações. Em 2021, nossa 4ª emissão resultou na captação de R$ 600 milhões, com prazos/amortização em 5, 7 e 10 anos.

Por fim, estamos nos preparando para a realização de oferta pública de distribuição primária de ações (IPO), a ser realizada em 2022, com o objetivo de capitalização da Companhia em, no mínimo, R$ 1 bilhão. Associada a essa oferta, também está prevista uma distribuição secundária para alienação de ações pertencentes ao Estado do RS, através da qual se concretizará a desestatização da Corsan.

Além dos recursos que ingressarão na Companhia através da abertura de capital, projeta-se que uma futura Corsan, privada e com ações negociadas em bolsa, obterá acesso a fontes diferenciadas de recursos. Isso será possível através da introdução de uma nova cultura de eficiência, transparência e responsabilidade socioambiental, que resultará em melhor acesso aos mercados de dívidas – inclusive de títulos verdes –, bem como a fontes de financiamento tradicionais.

4.2. Potencial para ganhos de eficiência

Com o objetivo de mapear os principais eixos de ineficiência e traçar planos corretivos, contratamos trabalho de consultoria junto à Kearney, que apresentou um "Programa de Transformação" baseado em diagnóstico detalhado. Os principais pilares para realização de ganhos de eficiência são: (i) gestão de pessoal, (ii) redução de custo e gestão de energia elétrica, (iii) redução de custo e gestão de materiais, serviços e produtos, (iv) redução de perdas físicas e comerciais, (v) redução de inadimplência (foco em melhorias operacionais); e (vi) gestão dos investimentos.

Entre as principais iniciativas mapeadas para melhoria da eficiência da Corsan estão:

- Criação de planos de remuneração que gerem **alinhamento de longo prazo com os funcionários**, aumentando a atratividade de contratação e retendo talentos para liderar a estratégia da Companhia.
- **Redução da despesa com pessoal** via (i) revisão do escopo e número de funcionários; (ii) revisão dos serviços terceirizados em volume e escopo; (iii) revisão do número de áreas na Companhia e dos níveis hierárquicos, buscando sua simplificação; (iv) implementação de Plano de Demissão Voluntária (PDV); e (v) Restruturação do Plano de Pensão da Companhia.
- **Melhoria da produtividade** no quadro de pessoal com aumento da clareza nos programas de avaliação e desempenho, aumento da digitalização e automação dos processos, padronização de processos e políticas internos e fornecimento de ferramentas e metodologias "agile".
- Redução dos custos e despesas com **MSO e produtos químicos** a partir da (i) revisão do volume consumido com base em KPIs e melhores benchmarks; (ii) revisão de contratos ineficientes; (iii) definição de novos fornecedores considerando processo mais eficiente de contratação e *supply chain*; (iv) estruturação de Orçamento Base Zero sem "vieses" do Opex; e (v) estruturação de iniciativas de *strategic sourcing*.
- Redução dos custos e despesas com **energia elétrica** via (i) revisão do volume consumido; (ii) substituição de equipamentos ineficientes; e (iii) migração para o mercado livre de energia ou desenvolvimento de projetos para geração própria.

- **Redução de perdas físicas e comerciais** via (i) automação de equipamentos (poços e ETAs 4.0); (ii) substituição de hidrômetros ineficientes; (iii) georreferenciamento; e (iv) implementação de Centro de Controle Operacional.
- **Redução de inadimplência**, buscando inclusive recuperar clientes inativos ou inadimplentes via (i) aprimoramento do relacionamento com os clientes e da percepção da qualidade do serviço; (ii) treinamentos internos sobre comunicação e endomarketing; (iii) processo de digitalização e atualização da base de dados dos clientes; e (iv) implementação de sistemas e totens de autoatendimento, bem como de atendimentos via call-center.
- Nova ferramenta de ***advanced analytics*** permitirá mapear os consumidores com maior risco de inadimplência. De forma complementar, serão implementadas medidas adicionais que facilitem o pagamento pelos clientes: (i) pagamento das faturas através de PIX, monetização do auxílio emergencial e outras soluções customizadas às comunidades locais; (ii) lançamento regular de campanhas de regularização de débitos; (iii) criação de portais online que viabilizem a renegociação desses débitos em atraso em condições customizadas à real 'capacidade' de pagamento dos consumidores; (iv) Adequação do sistema comercial e combate ao 'uso não-autorizado' através da contratação de fornecedores terceiros com uma remuneração atrelada ao desempenho realizado; (v) Novo sistema em PowerBI da Corsan permitirá o controle em tempo real dos resultados, gerando níveis de granularidade distintos e exaustivos que 'facilitem a tomada de decisão pelos responsáveis.
- Na frente de **gestão de investimentos**, desenvolvimento de uma 'Gestão de Ativos 4.0' em busca de visão holística sobre a base de ativos, com dados em tempo real alavancados por soluções de *advanced analytics*.

4.3. IPO e privatização

Desde 2020, a Corsan vem se estruturando para realizar rodada de capitalização através de oferta pública de emissão primária de ações (IPO). Os recursos obtidos, em torno de R$ 1 bilhão, serão aplicados na necessária expansão da sua cobertura de serviços – principalmente no eixo de esgotamento sanitário. Em março deste ano, o Governo do Estado do RS, acionista controlador da Corsan, divulgou decisão pela realização de uma segunda oferta – secundária – vinculada ao IPO. Essa operação tem como objetivo alienar parcela significativa das ações controladas pelo Estado, com o fim de descaracterizar o atual controle acionário e, por consequência, transformar a Corsan em empresa privada com capital pulverizado e governança independente.

A privatização via IPO é uma decisão histórica da Companhia e do Governo do Estado do RS, uma vez que fará da Corsan pioneira da mudança estrutural proposta pelo Novo

Marco do Saneamento – que em 2020 apontou caminhos para a desestatização do setor. Nesse novo projeto, o papel do Estado do RS será de fiador da transição, permanecendo com participação muito relevante (até 30%) do capital da Companhia.

Como resultado da mudança acionária e da recaracterização como empresa privada, esperamos uma transformação profunda. De um lado, a capitalização oriunda da oferta primária nos entregará, no curto prazo, meios financeiros para dar tração ao plano de investimentos já a partir de 2022. De outro, a privatização abrirá novos caminhos no mercado de dívidas, onde a Corsan pretende atrair capital interessado em oportunidades ligadas à agenda ESG. A essa relevante capitalização, soma-se a introdução de uma nova cultura de eficiência, puxada por uma gestão mais ágil e flexível, que estará a todo tempo submetida ao olhar da sociedade, dos acionistas e dos agentes de mercado em geral.

Com o objetivo de lançamento da oferta em 2022, em 9 de dezembro de 2021 arquivamos junto à CVM pedido de registro de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações"), nos termos da Instrução da CVM nº 400. Simultaneamente, demos entrada em pedido de reclassificação como emissor de valores mobiliários junto à CVM, subindo da categoria "B" para "A". À B3 foi solicitado ingresso no segmento especial de listagem "Novo Mercado". Todos os eventos relacionados à operação vêm sendo devidamente comunicados à CVM pelos seus canais oficiais, e ao público em geral através do nosso site de Relações com Investidores.

Lei estadual 15.708/2021

Em agosto de 2021, a Assembleia Legislativa do RS aprovou lei que autorizou o Executivo estadual a promover a desestatização da Corsan, inclusive por meio de oferta pública de ações. A mesma Lei também estabeleceu sistema de incentivos para a assinatura de aditivos contratuais entre a Corsan e os municípios onde atuamos. O incentivo consistiu na cessão de 10% das ações do Estado do RS na Corsan – condicionada à efetivação do IPO – a serem distribuídas de forma proporcional à participação de cada município no faturamento da Companhia. Como contrapartida, a Lei estipulou que os aditivos deveriam incluir (1) a extensão dos prazos contratuais até 2062 e (2) a adequação dos termos às metas de universalização do Novo Marco do Saneamento. O texto previu, por fim, que o prazo final para acessar os incentivos propostos pelo Governo seria de 16 de dezembro de 2021.

4.4. Aditivações

No segundo semestre de 2021, Corsan empreendeu esforços pela aditivação dos Contratos de Programa com os municípios, com o objetivo de ajustá-los às metas de univer-

salização do Novo Marco do Saneamento. Foram produzidas 307 propostas de aditivação, contemplando todos os municípios com contratos vigentes com a Corsan (contratos vencidos ou declarados inválidos não poderiam ser objeto de aditivação). Além da adequação ao Novo Marco, os aditivos propostos contemplaram três aspectos, principalmente:

- Inclusão de planos de obras para os municípios, condicionados à efetivação da privatização, elaborados com apoio da consultoria Alvarez & Marsal, com o objetivo de universalizar o acesso aos serviços da Corsan nos termos do Novo Marco do Saneamento;
- Extensão do prazo contratual até 31 de março de 2062, condicionado à efetivação da privatização, conforme autorizado pelo Novo Marco do setor; e
- Nova proposta tarifária, com reajustes anuais indexados pela inflação (IPCA) no período 2022-2026, e o estabelecimento de nova metodologia aderente às normas de referência a serem instituídas pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).
- Conforme previsto na Lei Estadual 15.708/21, foram oferecidas contrapartidas (condicionadas à concretização do IPO) àqueles municípios que firmassem esse compromisso até a data-limite de 16 de dezembro de 2021. No dia seguinte ao prazo final, divulgamos balanço das aditivações até aquela data, que somou 74 municípios, incluindo 9 dos 10 maiores contratos da Corsan. Esses municípios representam aproximadamente 52% do faturamento em 2021, e o novo prazo médio dos contratos (ponderado pelo faturamento) é de 29,7 anos.

4.5. Evento subsequente: reforma do estatuto

Nota: Em janeiro de 2022, promovemos reformas em nosso Estatuto Social com o objetivo de alinhar a Corsan às melhores práticas de mercado, bem como estabelecer o regramento para o cenário pós-abertura de capital. Sendo este um evento central para uma das principais frentes de trabalho da Corsan em 2021 – sua privatização via IPO –, optamos por divulgar este evento subsequente, que oferece esclarecimento necessário sobre outros temas materiais contidos neste Relatório.

No contexto de privatização e entrada no segmento de listagem do "Novo Mercado", a Corsan desenhou sua governança para refletir as melhores práticas do mercado. O novo Estatuto Social proposto, que se tornará efetivo em caso de sucesso da operação de privatização via IPO, traz as cláusulas exigidas no segmento de listagem do Novo Mercado (B3), além de suprimir dispositivos aplicáveis exclusivamente a companhias regidas pela Lei Federal Nº 13.303/2016. Por fim, prevê também a criação de direitos de ação preferencial de classe especial de propriedade exclusiva e intransferível do Estado do Rio Grande do Sul (*golden share*), e inclui disposições relativas à proteção de dispersão acionária após a Oferta.

A proposta de reforma do Estatuto Social prevê os seguintes ajustes:

- Adequação formal ao Regulamento do Novo Mercado;
- Limitação do número de votos a 25% do capital social votante da Companhia para qualquer acionista individual, incluindo o Estado do Rio Grande do Sul, ou Grupo de Acionistas (conforme definido no Estatuto Social) representando um mesmo interesse. Essa limitação se extinguirá automaticamente em 30 de agosto de 2024;
- A partir de 30 de agosto de 2024, por iniciativa própria, a limitação do número de votos do Estado do RS passa a ser de 30% do capital social votante da Companhia. Não há previsão de extinção desta regra;
- Até 30 de agosto de 2024, qualquer pessoa, acionista ou não, que adquirir percentual acionário superior aos 25%, deverá realizar Oferta Pública de Aquisição (OPA). O preço de aquisição na OPA por Atingimento de Participação Relevante de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior ao maior valor entre (i) o Valor Econômico; (ii) 300% (trezentos por cento) do preço de emissão das ações no mais recente aumento de capital; e (iii) 300% (trezentos por cento) da média ponderada da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia durante o período de 90 (noventa) dias anterior à data de aquisição;
- Após 30 de agosto de 2024, qualquer pessoa, acionista ou não, que adquirir percentual superior aos 25% iniciais deverá realizar Oferta Pública de Aquisição (OPA). O preço de aquisição na OPA por Atingimento de Participação Relevante de cada

ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior ao maior valor entre (i) o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM ("Valor Econômico"); (ii) 130% (cento e trinta por cento) do preço de emissão das ações no mais recente aumento de capital; e (iii) 130% (cento e trinta por cento) da média ponderada da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia na bolsa de valores durante o período de 90 (noventa) dias;

- Enquanto o Estado do Rio Grande do Sul for titular da Ação Especial (Golden Share), a aprovação das seguintes matérias em Assembleia Geral estará sujeita ao seu voto afirmativo: (i) alteração da sede social da Companhia para outro Estado que não o Rio Grande do Sul; (ii) mudança substantiva do objeto social que acarrete sua descaracterização; (iii) aprovação da dispensa de realização de OPA por Atingimento de Participação Relevante, conforme previsto no artigo 57 do Estatuto Social; (iv) qualquer modificação nas disposições constantes do artigo 57 do Estatuto Social relativas à realização de OPA por Atingimento de Participação Relevante; (v) até 30 de agosto de 2024, a aprovação de cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações da Companhia em outra sociedade, nos dois últimos casos, na qualidade de incorporada; (vi) até 30 de agosto de 2024, aprovação de qualquer reforma estatutária, reorganização societária ou operação societária de outra natureza, cujo resultado final modifique a limitação do direito de votos da Companhia, conforme prevista no parágrafo 2º do artigo 4º do Estatuto proposto; e (vii) qualquer alteração do Estatuto Social que implique alteração dos direitos atribuídos à Ação Especial;
- Ainda, enquanto titular da Golden Share, o Estado do Rio Grande do Sul terá a prerrogativa de se opor a qualquer deliberação da diretoria ou do conselho de administração sobre revogação ou alteração dos seguintes programas, planos ou políticas da Companhia: (i) Plano de Ação Socioambiental, firmado em 31 de junho de 2021; (ii) convênio de proteção de nascentes firmado em 11 de junho de 2021; (iii) parcerias tecnológicas e de inovação com universidades públicas firmadas no âmbito do programa "Univertech Corsan"; e (iv) iniciativas de patrocínio e apoio a ações de valorização da cultura local e tradições gaúchas nos moldes e na proporção do histórico praticado pela Companhia nos últimos três anos anteriores à entrada em vigor do Estatuto Social proposto; e

Sobre a extinção da Golden Share do Estado do Rio Grande do Sul, o novo Estatuto Social prevê que os direitos inerentes ao Governo do Estado serão automaticamente extintos: (i) caso haja o cumprimento pela Companhia das metas de universalização dos serviços de distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto, previstas na Lei Federal nº

11.445/2007 e suas alterações; ou (ii) caso o Estado do Rio Grande do Sul passe a ter a titularidade de ações ordinárias de emissão da Companhia representativas de percentual inferior a 10% (dez por cento) do capital social da Companhia

5. Evoluir na governança

2021 foi um ano de transformações na Governança da Corsan. Implementamos mudanças com o objetivo de nos alinharmos às melhores práticas de mercado e antecipar nossa adesão às regras do Novo Mercado (B3), segmento de listagem em que buscaremos nos inserir a partir do lançamento da oferta primária de ações (IPO). Neste mesmo ano, redesenhamos o ordenamento que trata da estrutura administrativa da Corsan, seus conselhos e comitês. Também aprimoramos nossas frentes de gestão de riscos, de relações com investidores e de comunicação para a sociedade.

5.1. Estrutura Administrativa

GRI 2-9 Nossa Governança é exercida por conjunto de agentes e órgãos colegiados que têm a responsabilidade de assegurar que a Corsan esteja em conformidade com seus princípios e valores, refletidos em políticas, procedimentos e normas internas, bem como com as leis e com os dispositivos regulatórios a que a Companhia está submetida.

GRI 2-19 A remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia é estabelecida conforme Decreto Nº 45.273/07, que regulamentou o Programa de Racionalização de Despesas do Governo do RS "Fazendo Mais com Menos", e Resolução Nº 04/09 do Comitê de Governança Corporativa das Empresas Estatais, que fixou a remuneração dos dirigentes das sociedades de economia mista do Estado do RS, entre elas a Corsan. Segundo essa Resolução, os níveis de remuneração estabelecidos para Diretores-Presidentes e demais membros da Diretoria passam a ser revistos anualmente com base em índices fixados nas mesmas convenções, acordos coletivos ou sentenças normativas que orientam a revisão salarial dos empregados das empresas estaduais. Além disso, o texto recomenda a adoção de modelo de remuneração variável para dirigentes dessas entidades, o que reflete a realidade da Corsan.

São partes integrantes desse corpo de Governança, responsáveis pela tomada de decisão e pela supervisão da gestão dos impactos da organização:

Conselho de Administração

GRI 2-11 **GRI 2-12** **GRI 2-16** Órgão colegiado de deliberação estratégica, responsável por fixar o planejamento estratégico da Corsan, definindo diretrizes, nomeando e acompanhando o desempenho da Diretoria Colegiada. É responsável por determinar a implantação e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno, além de aprovar e monitorar decisões envolvendo práticas de governança corporativa, relacionamento com partes interessadas e Código de Ética e Conduta. Temas críticos para elaboração do Conselho podem ser submetidas através da Secretaria de Governança Cor-

porativa, por parte dos diretores ou membros dos comitês associados. Temas concernentes à elaboração ou execução de estratégias da Companhia são previamente submetidos para apreciação da Diretoria Colegiada.

De acordo com o estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração será composto por no mínimo 7 membros e no máximo 11 membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, todos com mandato de 2 anos, permitidas reeleições. Nos termos do Regulamento do Novo Mercado, no mínimo 25% dos membros do Conselho de Administração deverão ser conselheiros independentes.

Encerramos 2021 com 9 membros no Conselho de Administração, sendo 4 membros independentes (44%):

- **Mário Engler**, *membro independente e Presidente do Conselho*
- **Giovanni Fiorese**, *membro independente*
- **Thomas Brull**, *membro independente*
- **Karla Bertocco**, *membro independente e primeira conselheira mulher na história da Companhia*
- **Paulo Roberto Berta**
- **Henrique Zandoná**
- **Luiz Gustavo Souza**
- **Juliano Heinen**
- **Roberto Barbuti**, *Diretor-Presidente da Corsan, único membro executivo do Conselho*

Comitê de Auditoria Estatuário

O Comitê de Auditoria Estatutário, criado a partir da edição da lei federal nº 13.303/16, é um órgão de assessoramento ao Conselho de Administração que o auxilia não só no monitoramento da qualidade de demonstrações financeiras, mas também no que se refere aos controles internos, à conformidade, à integridade e ao gerenciamento de riscos da Companhia. Integraram o Comitê em 2021:

- **Marco Antonio Mayer Foletto**, *coordenador*
- **Luiz José Nogueira Lima**
- **Nilton dos Santos**

Diretoria Colegiada

A Diretoria Colegiada é o órgão deliberativo e executivo da Corsan, que decide por maioria de votos dos seus membros, tendo o diretor-presidente, além do voto pessoal, o voto de desempate. É responsável pela execução do planejamento estratégico definido pelo Conselho de Administração, pela elaboração de planos e projetos e pelo desempenho

operacional e financeiro da Companhia. A Diretoria é composta por um diretor-presidente, um diretor Administrativo, um diretor Financeiro e de Relações com Investidores, um diretor de Meio Ambiente e Sustentabilidade e um diretor Comercial, Inovação e Relacionamento, um diretor de Expansão e um diretor de Operações, que serão eleitos pelo Conselho de Administração. A atual diretoria é composta pelos membros:

- **Roberto Correa Barbuti**, *Diretor Presidente*
- **Douglas Ronan Casagrande da Silva**, *Diretor Financeiro e de Relações com Investidores*[2]
- **Liliani Adami Cafruni**, *Diretora de Meio Ambiente e Sustentabilidade*
- **Jean Carlo Flores Bordin**, *Diretor Comercial, de Inovação e Relacionamento*
- **André Gutterres Borges**, *Diretor de Expansão*
- **André Beltrão Finamor**, *Diretor de Operações*

Conselho Fiscal

Órgão independente de fiscalização, de atuação colegiada e individual, que atua em defesa da Corsan e dos seus acionistas. Pautada pelos princípios da transparência, equidade, independência e confidencialidade, suas competências consistem em fiscalizar os atos dos Administradores, observar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários e, caso necessário, denunciar aos órgãos de administração. O Conselho Fiscal é composto por 3 membros efetivos e outros 3 membros suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária. O Conselho Fiscal reúne-se ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado por qualquer de seus membros ou pela Diretoria. A composição do Conselho Fiscal em 2021 consistiu:

- **Kevin Chaves Krieger**

Suplente: Artur José de Lemos Júnior

- **Maria Betânia Braun**

Suplente: Paulo Roberto Dias Pereira

- **Felipe Henrique Giaretta**

Suplente: Francisco Luzardo da Silva Gonzalez

Outros órgãos da Governança Corporativa

Comitê de IPO

Órgão de assessoramento ao Conselho de Administração para demandas que envolvam a oferta pública de ações da Companhia. Trata-se de um comitê não estatutário,

[2] *Em 2021, ocupou interinamente também o cargo de Diretor Administrativo.*

temporário, sem poder deliberativo e composto, preferencialmente, por conselheiros. Dentre as suas atribuições, cabe apoiar as iniciativas da Alta Administração na estratégia de preparação da empresa para atender às exigências da bolsa, entre outros assuntos de sua competência e preparar as propostas ao Conselho de Administração. Em 2021, o Comitê de IPO foi coordenado pelo então conselheiro Thomas Brull.

Comitê de Inovação e Sustentabilidade

GRI 2-17 GRI 2-18 Órgão de assessoramento ao Conselho de Administração às demandas que envolvam inovação e a sustentabilidade da Companhia. Trata-se de um comitê não estatutário, temporário, sem poder deliberativo e composto, preferencialmente, por conselheiros. Dentre as suas atribuições, cabe acompanhar e discutir as práticas relacionadas à sustentabilidade socioambiental, governança corporativa e inovação, entre outros assuntos de sua competência, a fim de conferir maior transparência, eficiência e assertividade das iniciativas da Companhia. Em 2021, o Comitê de Inovação e Sustentabilidade foi coordenado pela conselheira Karla Bertocco Trindade.

Comissão de Ética

Órgão administrativo, subordinado ao Conselho de Administração, atua como instância consultiva dos dirigentes e empregados da Corsan, bem como instaura processo de apuração de fato ou conduta que possa configurar descumprimento ao padrão ético recomendado pelo Código de Ética e Conduta, esclarece e julga os comportamentos como desvios éticos.

Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento

Colegiado opinativo, responsável pela supervisão do processo de indicação e de avaliação de administradores, conselheiros fiscais e membros de outros comitês ou órgãos societários, observado o disposto no art. 10 da lei nº 13.303/2016, assim como pelo aconselhamento dos órgãos de Administração.

Auditoria interna

Unidade de caráter executivo e de assessoramento, vinculada ao Conselho de Administração, com subordinação hierárquica ao diretor-presidente. A Auditora interna é responsável por aferir a adequação dos controles internos, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e a divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras, assim como a aplicação do princípio da segregação de funções, de forma que seja evitada a ocorrência de conflitos de interesse e fraudes.

Secretaria de Governança Corporativa

Unidade organizacional de caráter executivo e de assessoramento, vinculada organizacionalmente ao Conselho de Administração da Companhia e subordinada hierarquicamente ao Diretor-Presidente. A SGC tem como atividade precípua o apoio e assessoramento direto aos órgãos colegiados da Companhia, em especial: Assembleia Geral de Acionistas; Conselho de Administração; Conselho Fiscal; Comitê de Auditoria Estatutário; Comitê de Elegibilidade Estatutário; Comissão de Ética; Comitê Executivo de Riscos; e Diretoria Colegiada.

Superintendência de Governança Corporativa, Gestão de Riscos e Conformidade

A Superintendência de Governança Corporativa, Gestão de Riscos e Conformidade (SUCORP) é a área responsável por propor e acompanhar práticas institucionais de governança corporativa, gestão de riscos e conformidade. Vincula-se diretamente ao diretor-presidente, com interlocução direta com o Conselho de Administração.

Auditoria independente

O Auditor Independente (ou externo) é responsável por emitir, observadas as disposições aplicáveis, opinião sobre se as demonstrações financeiras preparadas pela administração representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da empresa. Apoiado no trabalho da Auditoria Independente, o Conselho de Administração e a Diretoria Colegiada são responsáveis por assegurar a integridade das demonstrações financeiras da Corsan, preparadas de acordo com as os princípios contábeis geralmente aceitos e regulação aplicável ao setor de atuação da Companhia.

Comitê Executivo de Riscos

O Comitê Executivo de Riscos (CER) é órgão de assessoria da Diretoria da Presidência, de caráter permanente, para questões relativas à gestão de riscos e controles internos. De acordo com as demandas definidas pelo CER, seus membros deverão garantir a aplicação e execução das ações relativas à gestão de riscos e controles internos segundo os princípios, políticas e estratégias definidas pela Companhia, além de coletar informações perante suas áreas de representação.

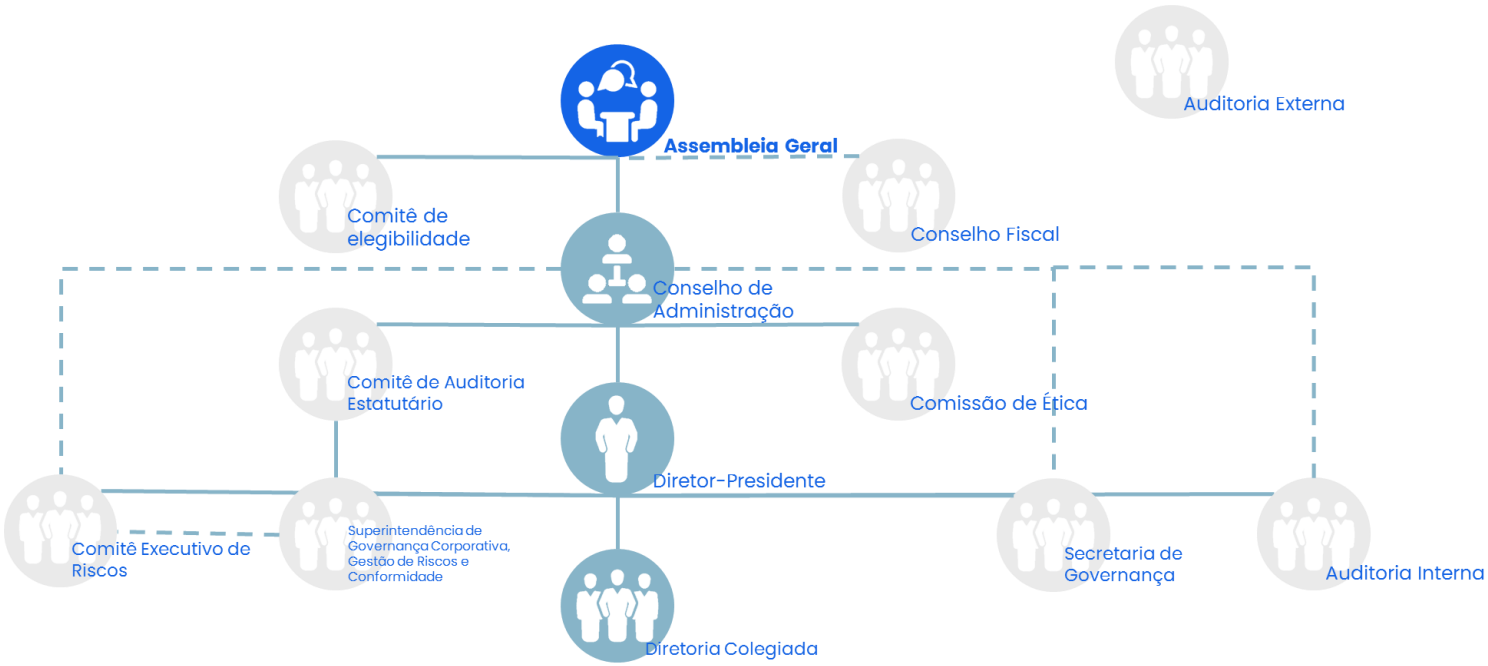
Política de Indicações

GRI 2-10 A Política de Indicações da Corsan é um instrumento de tomada de decisão da Administração que visa garantir a composição do Conselho de Administração e seus Comitês, do Conselho Fiscal e Diretoria Colegiada, de forma adequada e alinhada às melhores práticas de governança e a legislação e regramentos pertinentes.

São princípios básicos que devem nortear as indicações de que trata a Política:

- **Impessoalidade:** assegura que as indicações sejam realizadas de forma imparcial, impedindo discriminações e privilégios indevidamente dispensados a particulares;
- **Independência:** garante que a atuação dos indicados não dependa de posição de nenhum poder público, militar, econômico, financeiro ou religioso, sendo baseada no interesse da Companhia.
- **Integridade:** evita comportamentos em desalinho com o Código de Ética e Conduta da Corsan, e garante grau de confiança adequado nas atividades a serem exercidas pelos indicados;
- **Tecnicidade:** assegura que as indicações recaiam naqueles com conhecimento técnico e experiência compatível com a função; e
- **Transparência:** processo claro, objetivo e divulgado aos interessados, nos termos da legislação aplicável.

Organograma de Governança Corporativa

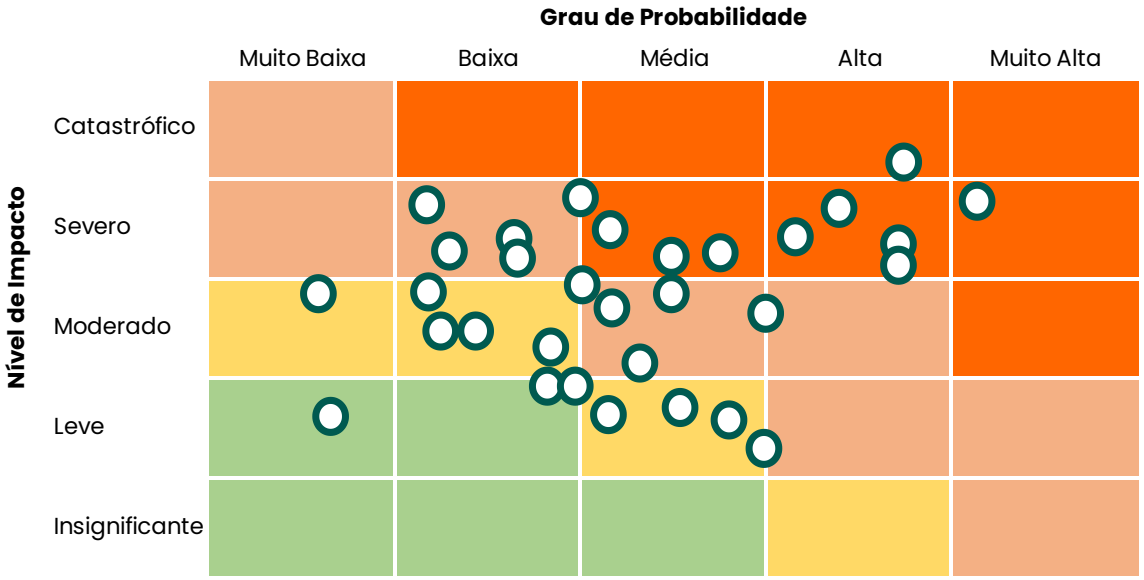


5.2.Gestão de riscos e controles internos

No ano de 2021, atualizamos nossa PGERCI – Política de Gestão Estratégica de Riscos e Controles Internos. Além da inclusão de novas classificações de riscos, é possível destacar a inclusão de definições para os agrupamentos de fatores de risco para cálculo de probabilidade e impacto, inclusão da metodologia de cálculo do risco residual e definição das faixas de apetite ao risco como os principais avanços da edição vigente.

Matriz de riscos corporativos

A Matriz de Riscos da Companhia é elaborada e submetida à apreciação pelo Comitê de Auditoria Estatutário e posterior aprovação pelo Conselho de Administração. A matriz de riscos atual da Cia contempla a identificação de 31 riscos corporativos. No ano de 2021, houve a atualização da classificação dos riscos, que está assim definida:



Riscos estratégicos: estão atrelados à tomada de decisão da Administração, podem gerar perda substancial no valor econômico da organização;

Riscos financeiros: estão associados à exposição das operações financeiras da organização;

Riscos operacionais: estão associados à possibilidade de ocorrência de perdas (de produção, ativos, clientes, receitas) resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos e sistemas internos, assim como a influência de eventos externos, como catástrofes naturais, alterações no ambiente regulatório, greves, pandemias e outros;

Riscos legais: aqueles relacionados a temas ligados ao ambiente regulatório e normativo no qual a Corsan atua, que engloba regramentos das mais variadas esferas, desde saúde e segurança do trabalhador, passando por meio ambiente, práticas comerciais, proteção do consumidor, proteção de dados, e diversos outros;

Riscos socioambientais: são potenciais danos gerados pelas atividades da Corsan ao meio ambiente e à comunidade e que, portanto, podem ter origem em diversos setores da empresa e;

Riscos de integridade: são mais conhecidos pela denominação de riscos de fraude e corrupção. Estes são riscos relacionados à conduta dos colaboradores da Corsan (dire-

tores, conselheiros, membros de comitês, empregados, estagiários e aprendizes) e também de seus parceiros de negócio (fornecedores, poder concedente, usuários, prestadores de serviços, dentre outros), os quais configuram ações ou omissões que podem favorecer a ocorrência de fraudes, desvios de conduta ou atos de corrupção.

Riscos físicos

Em 2021, foi concluída a elaboração de 112 laudos de barragens com a finalidade de avaliar as condições de estabilidade e segurança do funcionamento de todas as barragens da CORSAN, assim como, avaliar e classificar o Dano Potencial Associado e a Categoria de Risco Iminente de cada estrutura. Foram inspecionadas 40 barragens de acumulação e 72 barragens de nível.

Os laudos técnicos, além de comporem os processos de outorga, são instrumentos que darão a diretriz da tomada de decisões da Corsan referente aos encaminhamentos para atendimento das determinações da Política Nacional de Segurança de Barragens.

Riscos relacionados às mudanças climáticas

SASB IF-WU-450a.4 **GRI 201-2** O aumento das temperaturas médias globais impõe desafios a nível local, especialmente no que se refere à gestão do ciclo hidrológico. Nós na Corsan entendemos a urgência de ações que promovam a mitigação do aquecimento global e a adaptação de nossa operação e infraestrutura à maior frequência e intensidade de eventos extremos, enxurradas ou estiagens, que passarão a acometer o planeta como um todo, e o Rio Grande do Sul em particular. Até o momento, porém, ainda não promovemos discussão interna a respeito do gerenciamento de riscos e oportunidades oriundos das mudanças climáticas sobre a operação e a infraestrutura da Corsan.

SASB IF-WU-450a.1 Também reconhecemos que as transformações no clima global ensejarão mudanças no comportamento de rios, lagos e mares, agravando riscos físicos a imóveis próximos de tais corpos d'água. Ainda assim, até o presente não há levantamento oficial ou próprio da Corsan que identifique zonas de inundação centenária, o que prejudica a avaliação sobre a vulnerabilidade de nossas estruturas de tratamento de água e esgoto em áreas de risco.

Proteção de dados

A Lei Geral de Proteção de Dados impôs a observação de um novo e complexo regramento, desencadeando transformações na forma como gerimos e damos segurança à gestão de informações na Corsan. Dos 338 requisitos da LGPD, nosso levantamento indicou 320 requisitos aplicáveis à Corsan. A partir disso, elencamos 1912 medidas a serem adotadas, das quais cumprimos 1427, ou 75%, até 31 de dezembro deste ano. 485 atividades estão em execução. Entre as principais ações implementadas em 2021, listamos:

- Instituir Comitê Encarregado – LGPD e Canal direto com DPO: Em agosto/2021, foi designado Comitê Encarregado de Dados da Corsan, sendo nomeado como DPO o coordenador deste Comitê.
- Cláusula contratual LGPD: Os contratos firmados com a Companhia (firmados previamente à implementação da LGPD) estão sendo aditivados para contemplação das responsabilidades estabelecidas na Lei; de igual, os novos contratos já contemplam cláusula especifica sobre proteção e privacidade de dados pessoais.
- 1ª Ação de conscientização LGPD: Realizado treinamento sobre o tema LGPD para todo o corpo funcional da Companhia, através de encontros online e disponibilização de vídeo gravado para acesso a qualquer tempo.
- Atualização Política de Segurança da Informação: Aprovada, em Dez/2021, da atualização da Política de Segurança da Informação da Corsan, contemplando os requisitos exigidos pela LGPD.
- Elaboração da Política de Privacidade de Dados: Aprovada e publicada a Política de Proteção e Privacidade de Dados da Companhia.

5.3. Relações com investidores

Ao longo de 2021, o projeto de capitalização da empresa demandou garantias crescentes de acesso à informação, transparência e equidade de tratamento, bem como uma transformação em aspectos organizacionais da empresa. Neste sentido, a equipe de Relações com Investidores foi constituída e evoluiu rápida e naturalmente ao perseguir ferramentas modernas de comunicação e implantar desde já uma cultura de companhia aberta.

Lançamento do site de RI

De acordo com pesquisa da consultoria Brunswick (*Digital Investor Survey 2021*), o site de Relações com Investidores desponta como a mais confiável fonte de informação utilizada pela comunidade de investimentos sobre as companhias. 92% dos investidores entrevistados relataram utilizar a seção de RI do site para investigar assuntos relacionados à empresa e 72% afirmaram ter tomado uma decisão de investimento com base na informação dali extraída.

Neste contexto, em agosto, a Companhia lançou seu novo website de Relações com Investidores no endereço https://investidores.corsan.com.br e estabeleceu assim um canal permanente de comunicação com o mercado, moderno, atualizado e em contínua evolução. Além de garantir o acesso a conteúdos relacionados ao histórico e perfil corporativo da empresa, também disponibiliza, de maneira ágil e simplificada, a totalidade

dos documentos arquivados na CVM, tais como atas de Assembleias e Reuniões do Conselho, Comunicados ao Mercado e Fatos Relevantes, além de uma seção dedicada às divulgações de resultados trimestrais.

A plataforma estabelece também contato direto com a equipe de RI, além de uma ferramenta de busca inteligente que organiza o resultado das pesquisas por ordem decrescente de relevância, o que leva a uma navegação mais rápida e acelera a pesquisa dentro de documentos específicos.

O novo website de RI, agora mais dinâmico, completo e responsivo, é parte do compromisso contínuo da Corsan com a melhoria da comunicação corporativa com todos os seus stakeholders, além de reforçar o seu comprometimento com as melhores práticas de governança corporativa.

Em 2022, a meta da Companhia é seguir a tendência mundial e disponibilizar mais conteúdo em vídeo, aproximando ainda mais a Direção Executiva da empresa à comunidade de investimentos, sobretudo frente ao aumento significativo da participação e interesse dos investidores individuais na bolsa.

Divulgação de resultados trimestrais

Outra importante frente de ação desenvolvida no ano foi a aderência da Companhia, a partir do segundo trimestre, a um calendário completo de divulgação de resultados trimestrais. Com isso, a Corsan reafirma seu compromisso de aproximação com o mercado ao extrapolar a obrigatoriedade de arquivamento do ITR na CVM e detalhar, por meio de um *earnings release*, as análises, fatos e eventos que levaram aos resultados reportados.

Adicionalmente, a Companhia realiza teleconferências para apresentação dos resultados trimestrais com a presença da Diretoria Executiva e seguida de seção de perguntas e respostas com a participação de analistas, investidores e jornalistas, seguindo assim as melhores práticas de empresas abertas.

5.4. Comunicação digital

A partir da constatação da relevância das mídias sociais, principalmente para a relação com a população atendida, reestruturamos nossa atuação nessa mídia. A Corsan reviu sua comunicação no Facebook, no Twitter e no YouTube e passou a estar presente no

Instagram e no Linkedin. Após o diagnóstico, traçamos estratégia para a produção planejada de conteúdos que buscou potencializar as melhores características de cada rede. A entrada da empresa no Linkedin, por exemplo, procura dar mais visibilidade à atuação técnica da Companhia e ao trabalho dos profissionais. Já a página do Facebook se consolida como plataforma de informação ao cliente, e o Instagram está mais focado em fortalecer a imagem e abordar pautas positivas, com ênfase na sensibilização ambiental. Ao qualificar as suas redes sociais, a Corsan se conecta com a sociedade, apresentando seus principais projetos.

6. Evoluir na integridade

6.1. Programa Corsan Íntegra

A ética e a transparência fazem parte dos valores corporativos da Corsan. O programa de integridade Corsan Íntegra, lançado no ano passado, foi fortalecido em 2021. Ele abrange um conjunto de mecanismos e procedimentos internos utilizados na prevenção, detecção e combate à corrupção e fraudes, em consonância com a Lei Federal Nº 12.846/2013, com a Lei Estadual Nº 15.228/2019 e com o Decreto Estadual Nº 55.631/2020.

O Corsan Íntegra objetiva orientar colaboradores da empresa a atuarem para zelar pelo cumprimento de leis, regulamentações e instrumentos organizacionais, preservando ativos, imagem, integridade e demais valores éticos da Companhia. Os principais instrumentos que compõem o programa são (1) o Código de Ética e Conduta, (2) as Políticas de Integridade e (3) o Canal de Denúncias.

Compromisso com o que é certo

Em 2021, lançamos a campanha "Compromisso com o que é certo", novo conceito do Corsan Íntegra que traduz a essência do Programa de Integridade da Companhia. A campanha fortalece e engaja todos os empregados e demais stakeholders no Programa Corsan Íntegra. Com isso, nosso propósito é reafirmar o compromisso da Companhia com o cumprimento de todas as leis aplicáveis e com o agir de maneira ética, íntegra, sustentável e socialmente responsável, o tempo todo.

Trilha de Integridade Corporativa

GRI 205-2 Em 2021, lançamos a Trilha de Integridade Corporativa, estruturada no âmbito do Programa Corsan Íntegra, consistindo em um treinamento que esclarece quais são os nossos instrumentos de integridade e como cada um se relaciona com o dia a dia da Companhia. Houve grande adesão ao treinamento – 92% dos colaboradores acessaram o curso e 86% já concluíram a atividade, abrangendo pessoas de todas as superintendências regionais e da administração central.

86% dos colaboradores já concluíram

Combate ao nepotismo

O combate à prática de nepotismo nas relações internas e externas foi uma iniciativa fortemente trabalhada pela Corsan no ano de 2021, mediante o lançamento da "Cartilha de Combate ao Nepotismo", que busca esclarecer aspectos referentes ao tema, como

situações, exceções, definições de grau de parentesco, papéis e responsabilidades na prevenção e no combate, entre outros.

6.2. Políticas corporativas

Na Corsan, empregamos esforço permanente no reforço e atualização das políticas corporativas vigentes. Em 2021, atualizamos as seguintes políticas corporativas:

Política de Porta-Vozes (1º versão lançada em 2021): tem como objetivo consolidar princípios e diretrizes que orientam a atuação dos porta-vozes da Corsan, buscando garantir a unidade do discurso institucional, proteger a reputação da Companhia e fortalecer o relacionamento com a imprensa e demais públicos, de forma adequada e alinhada aos princípios éticos da Corsan, à estratégia da Companhia, às melhores práticas de governança e à legislação e regramentos pertinentes.

Política de Privacidade e Proteção de Dados (1º versão lançada em 2021): tem como objetivo estabelecer diretrizes e responsabilidades que permitam aumentar o nível de segurança na privacidade e proteção de dados, bem como, elencar os direitos e deveres dos usuários, clientes, colaboradores, fornecedores, parceiros de negócio, e também dos visitantes do website da Corsan. A instituição de uma política de proteção de dados foi uma das ações de adequação da Companhia às determinações da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

Política de Gestão de Riscos e Controles Internos (atualizada em sua 3º versão): tem como objetivo reduzir os riscos existentes e/ou os que possam se manifestar no futuro, maximizando as oportunidades de negócio e o atingimento dos objetivos estratégicos da Companhia, bem como disseminar a cultura de gestão de riscos e controles internos, para auxiliar na mitigação dos riscos e garantir o cumprimento de leis, regulamentos e normativas internas e externas.

Política de Segurança da Informação (atualizada em sua 4º versão): tem como objetivo fortalecer a segurança da informação nos processos críticos da Companhia, mediante o estabelecimento de diretrizes e responsabilidades que norteiem os procedimentos de segurança da informação a partir do comportamento seguro, do alinhamento com os objetivos do negócio e do engajamento dos usuários.

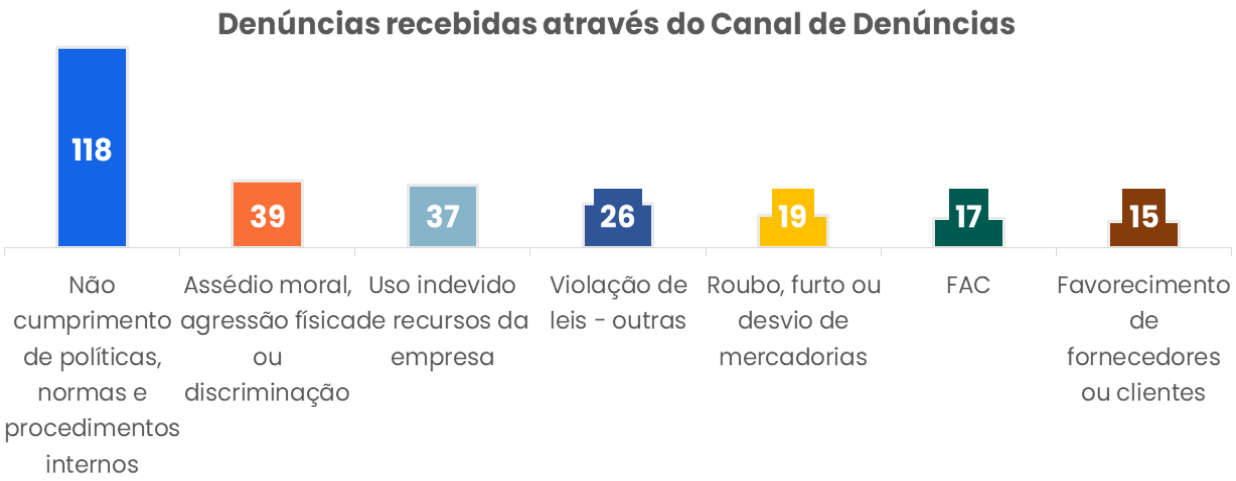
Todas as políticas corporativas da Corsan podem ser consultadas aqui.

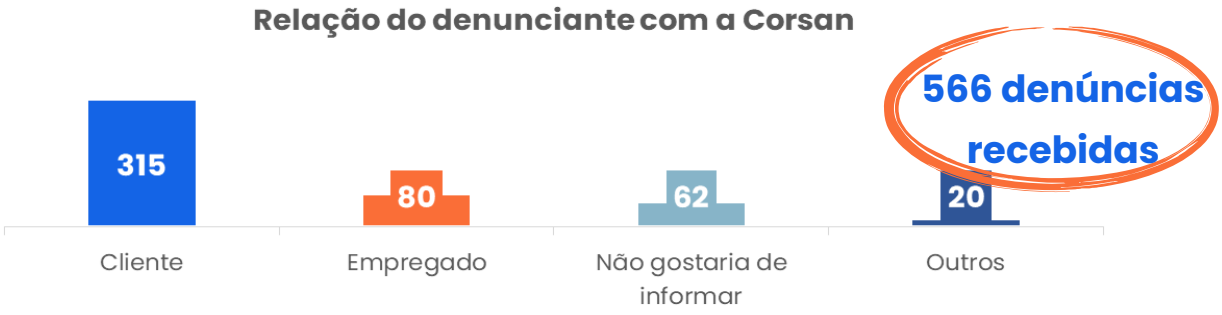
Canal de denúncias independente

GRI 2-26 O Canal de Denúncias, em operação desde março deste ano, é o meio utilizado pelos públicos interno e externo para denunciar eventuais irregularidades passíveis de violar o Corsan Íntegra. A implementação de um canal independente e autônomo assegura que as instâncias de governança sejam noticiadas de fatos que escapem à

postura ética que se espera de todos. Representa para a Companhia um enorme avanço, pois garante o comportamento ético desde a Alta Administração, passando por empregados, fornecedores e demais parceiros de negócio.

Entre seu lançamento e 31 de dezembro deste ano, foram 566 denúncias recepcionadas. Deste total, 118 (21%) foram denúncias relativas ao não cumprimento de políticas, normas e procedimentos internos.





6.3. Agendas anticorrupção

Programa Nacional de Prevenção à Corrução

A Corsan está em contínuo desenvolvimento de medidas de integridade, em conformidade com seu Código de Ética e Conduta, fortalecendo suas estruturas de prevenção à corrupção. Em 2021, participamos do Programa Nacional de Combate à Corrupção (PNPC). Nosso desempenho quanto à aderência às boas práticas de prevenção à fraude e à corrupção foi classificado no nível "aprimorado" – o segundo maior conceito.

Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção – Instituto Ethos

Em 2020, aderimos ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, do Instituto Ethos, com o lançamento do Corsan Íntegra. De lá para cá, implementamos melhorias em nosso Programa de Integridade, que refletiram na avaliação da Corsan. Em

2021, obtivemos nota geral de 7,5 para Programa de Integridade, frente a 5,3 no ano anterior.

Além disso, alcançamos excelente conceito nos quesitos (i) sistema de gestão e (ii) prestação de contas, e superamos a média geral das organizações nos quesitos (iii) práticas concorrenciais, (iv) práticas anticorrupção, (v) governança e conduta e (vi) envolvimento político responsável.

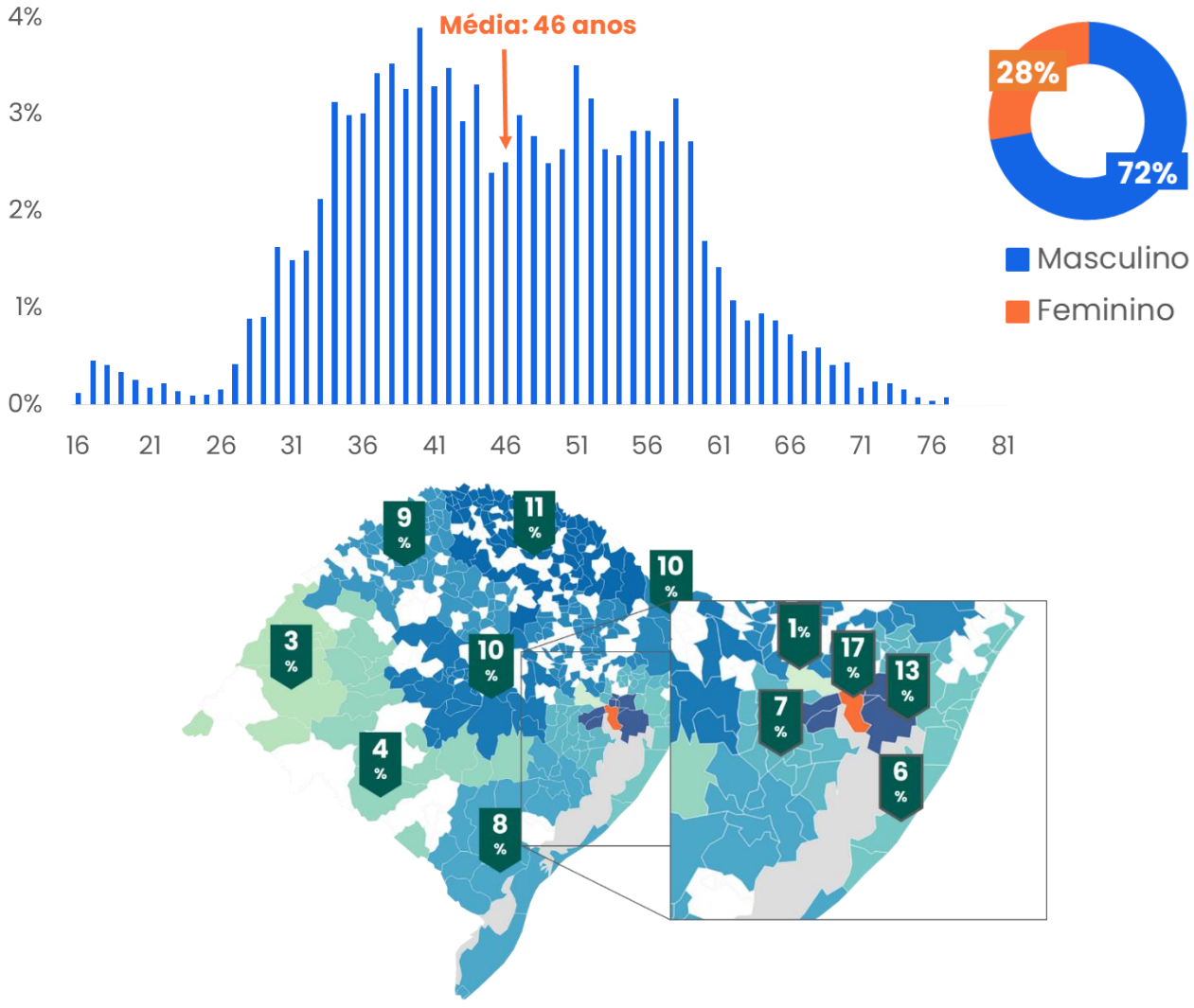
7. Evoluir junto das pessoas

Nosso negócio consiste em centenas de unidades de tratamento, em extensas redes de distribuição, em sistemas complexos de informação e gestão. Na origem de tudo isso estão, sobretudo, pessoas – quase 6 mil funcionários e mais de 6 milhões de usuários.

7.1. Quadro de pessoal

GRI 2-7 **GRI 405-1** Em 31 de dezembro de 2021, nosso quadro de pessoal totalizava 5.995 trabalhadores, sendo 5.551 funcionários ativos no regime CLT (92,6%) – dos quais apenas 28 (0, 5%) trabalham em jornada reduzida. Compõem o quadro outros 285 funcionários permanentemente afastados por invalidez (4,75%), 153 estagiários (2,55%), além de 6 membros de diretoria. Outros três funcionários mantêm contratos de trabalho temporários com a Companhia.

Distribuição de funcionários por faixa etária, gênero e localização



Desse total, 72% são homens e 28% são mulheres (estas são 11% no Conselho de Administração, 17% na Diretoria Colegiada e 33% no Conselho Fiscal, mas recebem média salarial 2,9% superior à dos homens). A idade média do funcionário da Corsan é de 46 anos.

A maior concentração de pessoal está na Administração Central da Companhia, localizada em Porto Alegre-RS, onde estão lotados 1.051 trabalhadores, ou 17,5% do total. Entre as superintendências regionais, aquelas com maior lotação de trabalhadores são, respectivamente, a da Região Metropolitana (13,2%), do Planalto (10,6%) e Central (9,8%).

GRI 401-1 Em 2021, reduzimos nosso quadro no regime CLT, registrando 192 saídas, 68 ingressos e *turnover* de 2,34. O perfil das novas admissões é majoritariamente feminino e com média a larga experiência profissional (73% se concentram na faixa entre 26 e 45 anos). Todos os contratados são empregados em postos no RS, com destaque para a administração central em Porto Alegre (38%) e para a superintendência regional da Região Metropolitana (21%).

Perfil das novas contratações

7.2. Sistema de incentivos

GRI 2-21 Prezamos por uma política de cargos e salários equilibrada e que produza incentivos em favor da produtividade e do atingimento dos objetivos da Corsan. Parte importante dessa prática de remuneração é a justiça salarial, que pode ser medida pela avaliação da folha salarial. Em 2021, a razão entre o maior salário e o salário mediano da Corsan foi de 8,48. Quando observamos a variação percentual dos salários em 2020-21, o mesmo indicador apresenta variação negativa de -1,82.

GRI 404-3 **GRI 401-2** Adotamos o Programa de Participação nos Lucros e Resultados Corsan (PPLR) que, anualmente, é utilizado para estimular os esforços dos empregados aderentes aos objetivos organizacionais. O Programa segue as diretrizes gerais estabelecidas pela Lei Federal Nº 10.101/2000, sendo negociado anualmente com os sindicatos. Desde 2020, além dos indicadores que medem o desempenho corporativo e setorial da empresa, foram incluídos indicadores de dimensão individual, reflexo do processo de

avaliação de desempenho da Companhia. Nos anos de 2018, 2019 e 2020 foram alcançadas respectivamente, 43%, 28,3% e 70% das metas corporativas estabelecidas. Em 2021, o resultado atingido foi de 68,9%.

Proporcionamos a todos os colaboradores um ciclo de avaliação de desempenho que conta com um processo estruturado e consolidado para identificar, desenvolver e acompanhar a performance dos profissionais da empresa. A avaliação de desempenho é composta por duas ferramentas:

Avaliação de desenvolvimento: importante momento de promover e ampliar conversas sobre comportamento, de maneira a reconhecer competências, realizações e planejar oportunidades de aprendizado; e

Avaliação de certificação: quando são validadas as práticas exercidas e, por consequência, o desempenho individual correspondente ao ano apurado. A avaliação deve ser feita anualmente por 100% dos colaboradores elegíveis, conforme PCES/2001 - Resolução Nº 014/2001.

O resultado individual da avaliação de desempenho compõe o Indicador de Avaliação Individual do Programa de Participação nos Lucros e Resultados Corsan (PPLR), para o qual se destina o valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor total do Programa (equivalente a 100% de um Salário Base PPLRC), atribuído aos empregados de forma proporcional ao resultado da Avaliação de Desempenho. Complementarmente, o resultado da Avaliação de Desempenho é base para o processo de progressão funcional, conforme estabelece o Plano de Cargos Salários vigente, Resolução Nº 014/2001 – GP.

Tal incentivo financeiro ocorre paralelamente aos pagamentos regulares, constantes em contrato, e que consistem no salário e no pacote de benefícios – Vale Refeição e Alimentação, Adicional Noturno, Adicional de Insalubridade, Adicional de Periculosidade Pago, Sobreaviso, Vale Transporte, Participação nos Resultados, Reembolso Educação Infantil, Auxílio às Pessoas com Deficiência – (PcDs), Auxílio Educação, Auxílio para Instrutor de Treinamento, Serviço Social e Assistência Psicológica, Plano de Saúde, Incentivo para Plano Odontológico e Vale Cultura.

GRI 201-3 A Corsan também é patrocinadora da Fundação Corsan dos Funcionários da Companhia Riograndense de Saneamento (FUNCORSAN), cuja principal finalidade é manter Plano de Benefício Definido destinado aos empregados e ex-empregados. Em 31/10/2021, estavam contribuíam para o Plano um total de 4.472 empregados ativos, enquanto acessavam os benefícios 2.864 aposentados e 1.392 pensionistas. De acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 695, de 2012, a Companhia reconheceu no passivo não circulante os efeitos das obrigações com o plano de benefícios, pelo regime de competência. Em 31 de dezembro de 2021, o passivo total do Plano de Benefício

Definido totalizava R$ 527,9 milhões, conforme Nota Explicativa 25 das Demonstrações Financeiras.

7.3. Relações sindicais

GRI 407-1 A Corsan valoriza a atuação dos sindicatos como representantes dos interesses de seus colaboradores e colaboradoras e reconhece o direito de livre associação. A Companhia mantém um relacionamento permanente e respeitoso com as diversas entidades sindicais e, para isso, disponibiliza canais de comunicação constantemente abertos, contando com a atuação mais próxima das Superintendências de Gestão Estratégica de Pessoas e Superintendência Jurídica, para que eventuais conflitos e impasses sejam tratados e solucionados pela via negocial.

GRI 2-30 Em 2021, 100% dos colaboradores e colaboradoras foram abrangidos por Convenção Coletiva de Trabalho. Os colaboradores e colaboradoras têm ampla liberdade de associação e os sindicatos têm acesso direto a eles por meio das assembleias, boletins sindicais e eventuais contatos em seus locais de trabalho.

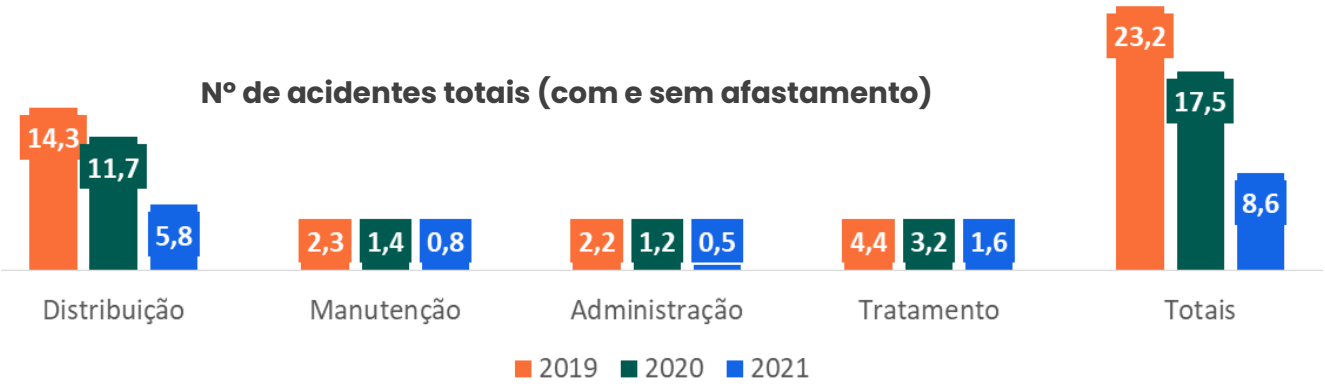
Os principais sindicatos das diversas categorias profissionais são:

Sindicatos		Base Corsan	Sócios	% Sócios
SINDIÁGUA	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgoto do Estado do Rio Grande do Sul	5842	3907	66,88
SENGE	Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio Grande do Sul	5842	273	4,67
SINTEC	Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do Estado do Rio Grande do Sul	5842	395	6,76

**Foram considerados, para fins de contabilização, os empregados CLT, CCL, Diretores e funcionários permanentemente afastados por invalidez*

7.4.Segurança no trabalho

GRI 403-9 Nosso objetivo será sempre acidente zero. No caminho até lá, temos apresentado redução na frequência de acidentes na Corsan, contribuindo para a manutenção do bom desempenho em Saúde e Segurança Ocupacional, segundo parâmetros de Taxa de Frequência e Índice de Avaliação da Gravidade de acidentes da Organização Internacional do Trabalho – OIT.



Em 2021, continuamos com a tendência de redução da frequência de acidentes, resultado das ações de prevenção aplicadas aos ambientes de trabalho pelos profissionais da área de Segurança do Trabalho, tais como: Diálogos Diários de Segurança – DDS, Prevenção Contra Vazamento de Cloro "*on the job*" nas Estações de Tratamento de

Água – ETA´s, treinamentos para o exercício do trabalho em altura – Norma Regulamentadora NR-35, e trabalho em espaços confinados – NR-33, sendo este realizado por meio de simulador próprio a fim de representar a realidade da Corsan.

Em 2021, a Corsan obteve uma a taxa de frequência de **8,61**, enquadrada como **Muito Boa**, conforme classificação da OIT. Em 2021, o índice de avaliação da gravidade foi de **75,23**, também com avaliação conceitual enquadrada como **Muito Boa**, de acordo com a tabela 4 que apresenta os parâmetros da OIT pata taxa de gravidade.

Comissões Internas de Prevenção de Acidentes

A Corsan mantém Comissões Internas de Prevenção de Acidentes em todas unidades de saneamento com 20 ou mais colaboradores, conforme exigido na NR-5. Complementarmente, nas unidades com menos de 20 colaboradores, a Companhia designa representantes da CIPA para atuação nas iniciativas concernentes a prevenção de acidentes.

7.5. Qualidade de vida

A Corsan vivencia um momento de realinhamento de seus negócios, provocado pela elevação do grau de exigência em relação ao nível dos serviços prestados, expresso, em última análise, no Novo Marco do Saneamento. Em 2021, a Companhia amplia seu olhar para as pessoas (clientes ou não) e para a promoção de bem-estar.

Para isso, também criamos comitês e programas para assuntos específicos, a fim de propor iniciativas que pudessem ser rapidamente implementadas, causando impacto direto no bem-estar dos colaboradores:

Grupo de Multiplicadores Elo da Amizade: realiza atividades preventivas e de acompanhamento dos casos de dependência química dentro da empresa.

Bem-Estar Corsan, Saúde para viver melhor: evolução do projeto Qualidade de Vida na Corsan, que ganhou status de programa corporativo da Companhia. O foco segue na promoção de saúde, disseminando informações e gerando maior conscientização da importância do cuidado de si e de quem está ao nosso redor, promovendo maior integração entre colegas e, consequentemente, melhorando o ambiente de trabalho – objetivo estratégico da companhia. Ao longo do ano de 2022, o Bem-Estar Corsan, abordará conteúdos e iniciativas com o objetivo de melhorar a saúde e bem-estar no trabalho e na vida, através de ações diversificadas (palestras, dinâmicas e/ou trabalhos em grupo, pesquisas etc.) voltadas a todos os colaboradores.

Programa Diversidade e Inclusão: busca valorizar o encontro de origens, etnias, crenças, classes, idades, gêneros e orientações sexuais, além de promover elementos para um

processo de inclusão pautado na participação ativa dos empregados de todos os grupos, onde sejam realizadas ações concretas de acessibilidade, integração e sensibilização a toda empresa.

Empregados PcD: realizamos acompanhamento daqueles colaboradores que ingressaram na Corsan na condição de PcD ou que foram reabilitados durante a vida laboral, visando auxiliá-los na adaptação aos espaços em que estão inseridos, com o objetivo de melhorar sua qualidade de vida e seu desempenho no trabalho.

Comissão PcD da Corsan: tem por objetivo desenvolver ações relativas à Pessoa Com Deficiência na Corsan, abrangendo os empregados e seus dependentes, através de diagnóstico, sensibilização e ações que viabilizem saúde, qualidade de vida e bem-estar. Desde 2021, contamos com Comissão PcD, que trabalha abrangendo os empregados e seus dependentes, através de diagnóstico, sensibilização e ações que viabilizem saúde, qualidade de vida e bem-estar. Ao todo, ao final de 2021 contávamos com 240 colaboradores com deficiência, um total de 4,3% do nosso quadro, aproximadamente. No segundo semestre de 2021, o Departamento de Gestão da Saúde e Qualidade de vida e a Comissão PcD, promoveram a II Semana da Pessoa com Deficiência na Corsan, "*Novos Caminhos*: *Desafios para trilhar o futuro*", por meio de webinars abertos a todos os colaboradores.

Programa de acompanhamento dos empregados afastados em Licença Saúde (LSI): acompanhamento social dos funcionários afastados por motivo de doença ou acidente de trabalho, atuando em nível informativo, educativo e preventivo, visando instrumentalizar e apoiar os funcionários em sua recuperação da saúde e reintegração funcional.

Programa de Preparação para a Aposentadoria: promove espaço de reflexão e informações específicas sobre questões vivenciadas na aposentadoria e suas implicações biopsicossociais, bem como as relacionadas a construção de um projeto de vida pós aposentadoria.

7.6. Universidade Corporativa da Corsan – Unicorsan

GRI 404-1 **GRI 404-2** A Universidade Corporativa da Corsan se propõe a estimular o aprendizado coletivo, desenvolvendo competências voltadas à excelência e explorando vantagens competitivas, o que reflete em um melhor desempenho organizacional.

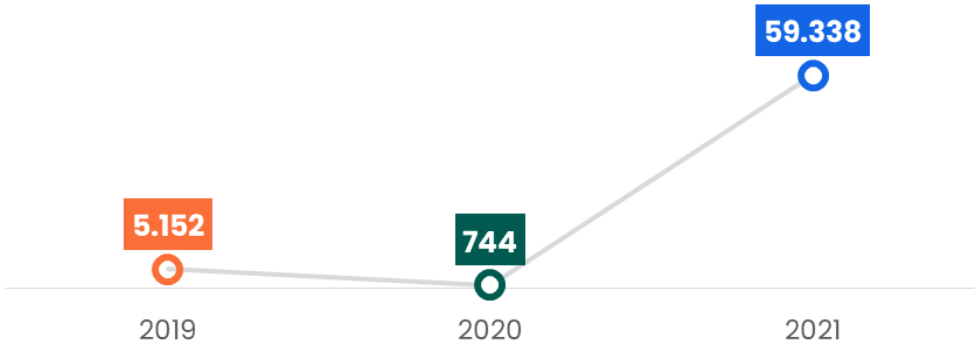
Desde 2020, enquanto iniciativa de sustentação e apoio à estratégia corporativa, a universidade lançou o *Portal Unicorsan*, que atualmente dispõe de uma série de cursos *e-learning* voltados para a evolução das nossas pessoas. No portal, há cursos obrigatórios e opcionais que abrangem diversas temáticas. Para as atividades obrigatórias, tem-se a participação a partir de convocação. Por outro lado, nos cursos opcionais o empregado assume a responsabilidade pela evolução da sua carreira, escolhendo, a partir de seus

interesses, quais capacitações do portal irá realizar. Aqui, reforçamos sempre a necessidade de alinhar com o seu gestor qual é o melhor momento para se capacitar, considerando adequação com a jornada de trabalho. Ao término de cada curso, o empregado recebe uma pesquisa para avaliar a capacitação. Assim, o processo da Unicorsan considera essas sugestões para a construção contínua dos processos, sempre em busca da evolução.

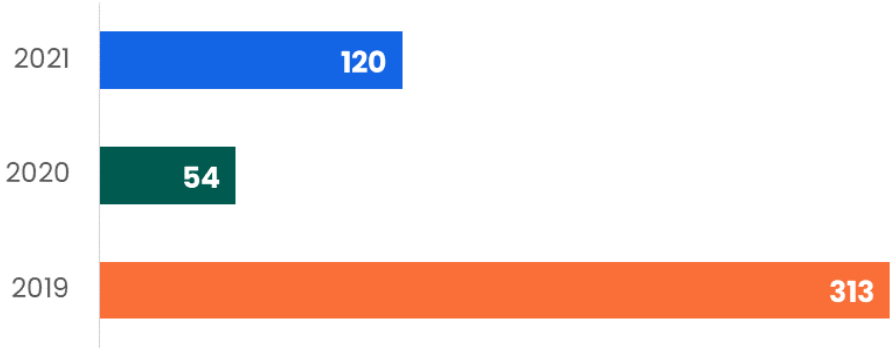
Algumas opções de cursos disponíveis:

- Canais de Relacionamento com o Cliente
- Gestão de Perdas de Água
- Gestão do Licenciamento Ambiental
- Integridade Corporativa
- Parcerias Público-Privadas (PPP) na Corsan
- Regulamento Disciplinar
- Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC)

Número de capacitações



Horas de capacitação



Investir em modelos de educação e desenvolvimento com foco na estratégia do negócio e na obtenção de resultados é cada vez mais necessário, e está diretamente relacionado

à gestão estratégica de pessoas. Pessoas capacitadas fazem um trabalho melhor, elevam a qualidade de suas entregas e tem ampliado o seu senso de responsabilidade.

Espaço do Líder

O Espaço do Líder se apresenta como uma oportunidade informal de qualificação e desenvolvimento dos gestores da Corsan, com a apresentação e discussão de temáticas pertinentes ao dia a dia dos mesmos e do contexto da própria empresa. Esta atividade tem cunho opcional e reúne, em média, 150 gestores por edição, através de webconferência. Para os gestores interessados e que não conseguem participar das atividades de maneira síncrona, são disponibilizados vídeos para acesso posterior, via Portal Unicorsan.

Em 2021, foram tratados os seguintes temas:

- Transformação Digital
- O papel do Gestor no Desenvolvimento das equipes
- Comunicação e liderança
- Compliance e liderança
- Administração do Tempo
- Gestão de Conflitos

7.7. Programa de Aprendizagem

A Lei Nº 10.097/2000 provoca o aprofundamento das reflexões sobre responsabilidade social no cotidiano das empresas, em especial sobre a possibilidade de elas atuarem no processo de formação dos jovens e sua inserção no mundo produtivo. Através do Programa de Aprendizagem, a Corsan cumpre seu papel legal e, principalmente, assume um papel de agente transformador, fomentando a formação profissional e cidadã de jovens autônomos, que saibam fazer novas leituras de mundo, tomar decisões e intervir de forma positiva na sociedade. Os efeitos da exclusão social podem ser minimizados pelo acesso à informação e à formação profissional, bem como por experiências pessoais a serem proporcionadas nas relações humanas do ambiente de trabalho e no aprendizado de atividades laborais que colaborem na construção de perfil profissional.

Frente ao desafio de promover a qualificação profissional de adolescentes e jovens, a Corsan oferece oportunidade a três diferentes públicos:

Adolescentes e jovens privados de liberdade, que cumprem medida socioeducativa: Uma parcela significativa destes jovens não concluiu o ensino fundamental, e muitos sequer foram alfabetizados. Esses mesmos jovens, quando reintegrados à sociedade, encontram dificuldade para colocarem-se no mercado de trabalho, devido à ausência de escolarização mínima e da falta de experiência profissional e qualificação. Apesar da

eficácia das atuais medidas socioeducativas, as mesmas podem ter seu efeito potencializado se associadas a políticas de recuperação e reintegração social através da educação e a inserção no mundo do trabalho, uma vez que o jovem ainda está em fase de desenvolvimento de sua personalidade e essas duas dimensões são, por excelência, formativas do caráter e dos valores sociais. Através de Termo de Cooperação celebrado em 2013 entre FASE, CIEE e Corsan, oportunizamos acesso à profissionalização e primeiro emprego para esses jovens, cumprindo com importante papel social na transformação dessa realidade.

Adolescentes e jovens inseridos em comunidades: recebemos meninos e meninas das mais diferentes regiões do estado e que possuam perfil de atendimento da rede de assistência social, pela situação de vulnerabilidade social e econômica em que estão inseridos. São Jovens de 14 a 24 anos que possuem em seus históricos familiares pouca ou nenhuma referência de inserção no mercado de trabalho formal, podendo encontrar nessa oportunidade uma alternativa muitas vezes inédita nos seus núcleos familiares, podendo vislumbrar diferentes horizontes para seus projetos de vida. Esses jovens realizam o módulo prático do curso profissionalizante nas dependências da Corsan, apoiando às mais diferentes áreas da Companhia.

Adolescentes e jovens com deficiência: buscamos oportunizar a jovens com deficiência acesso ao mundo do trabalho com qualificação técnica para que possam vislumbrar importantes perspectivas em suas trajetórias profissionais. Este formato está em desenvolvimento, com início a ser definido no próximo ano.

A cota legal de aprendizagem da Corsan contempla em torno de 270 Jovens, sendo rigorosamente cumprida. Atualmente, o Programa de Aprendizagem da Corsan está vinculado ao CIEE, entidade formadora contratada para disponibilização e coordenação dos cursos profissionalizantes, assim como para a gestão trabalhista dos contratos dos jovens.

7.8. Agenda pela igualdade de gênero

Na Corsan, reconhecemos a importância de uma agenda para a igualdade de gênero que resulte em um ambiente corporativo mais acolhedor para as mulheres e outros grupos subrepresentados, equilibrando a ocupação dos cargos-chave e cargos de liderança, ainda majoritariamente masculinos. Para além do compromisso retórico, divulgamos aqui algumas ações relevantes que apontam para essa agenda:

Lançamento da cartilha comportamental

Representada pela diretora de Meio Ambiente e Sustentabilidade, Liliani Cafruni, a Corsan participou de painel sobre a vulnerabilidade da mulher em ambientes públicos, durante o 31º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, em Curitiba. Na ocasião

também foi lançada cartilha comportamental sobre machismo coorporativo pelo Instituto Musas – Mulheres do Saneamento, em parceria com a Corsan.

Encontro virtual

A igualdade de gênero é um assunto que não se esgota. Para tanto, propusemos neste 2021 um debate sobre estudos que colocam em evidência a figura da mulher enquanto personagem histórico, dando voz e protagonismo a ela. Participaram do encontro a Diretora Liliani Adami Cafruni, primeira Diretora mulher da Corsan, a Conselheira Karla Bertocco Trindade, primeira Conselheira mulher da Companhia, e Lea Patricia Pinheiro Basei, assistente da Presidência. O webinar abordou assuntos como a educação e seus reflexos na redução da igualdade de gênero e ascensão das mulheres do mercado de trabalho. O evento foi aberto ao público interno e externo.

7.9. Comunicação interna

Não é tarefa simples a comunicação interna a quase seis mil funcionários distribuídos por todo o território do Rio Grande do Sul. Por isso, em 2021 realizamos diagnóstico e desenhamos o perfil do quadro de funcionários para planejar uma plataforma de comunicação capaz de alcançar o maior número de pessoas dentro desse universo rico em diversidade. A nova Plataforma de Canais de Comunicação Interna, a Info+, tem como objetivo dar aos funcionários acesso a informações internas, por meio de um conteúdo transparente, dinâmico e atrativo.

O espaço Mural Info+ (instalado fisicamente em todas as superintendências e unidades) divulga mensalmente até seis pautas por edição, promovendo o conhecimento sobre a Corsan, os seus times e as novidades.

A newsletter quinzenal News Info+ traz matérias com maior profundidade. A partir dela, os leitores são redirecionados ao Site Info+, onde podem conferir detalhes sobre cada conteúdo. Vale lembrar que o site está aberto a todo o público interno, podendo ser acessado, inclusive pelo celular.

A newsletter mensal News Líder Info+ destaca o papel das lideranças. Nela, informações, dicas e ideias estão ao alcance de todos os gestores para leitura e consulta.

O WhatsApp Info+ passa a ser fonte de conteúdos pontuais e que necessitam de maior agilidade de disparo, por meio de listas de transmissão ou grupos com as equipes.

Pelo Podcast Info+ os funcionários podem ouvir as notícias da empresa. Os Comunicados da Companhia também fazem parte dos novos canais, sendo exibidos no *feed* do Site Info+.

Por fim, preparamos a Revista Info+, uma produção de doze páginas com conteúdos fundamentais e importantes para o acesso a comunicação dos funcionários. A publicação, sobretudo, dá destaque para projetos e programas da Corsan, trazendo bimestralmente depoimentos e imagens dos funcionários envolvidos.

8. Evoluir na operação

8.1. Prestação de serviços

SASB IF-WU-000.A SASB IF-WU-000.C GRI 2-6 Em 2021, somamos 3.571 mil economias de água e esgoto, o que representou crescimento de 2,83% em relação ao ano anterior. Desse total, 85% (3.038 mil) são economias de água, e 15% (534 mil) são economias de esgoto. Nosso perfil de cliente permanece eminentemente residencial, refletindo a vocação da Corsan para atendimento em todo o território do Rio Grande do Sul.

3.038 mil economias de água
534 mil economias de esgoto

O crescimento das economias atendidas pela Corsan se concentra atualmente no eixo de esgoto. Entre 2019 e 2021, a taxa de crescimento anual composta (CAGR) de economias para esse serviço foi de 8,9%, contra 1,6% de crescimento das economias de água. É esperado que esse efeito cresça nos próximos anos, na medida em que empregamos esforços pela universalização do serviço de coleta e tratamento de esgoto, em atendimento ao Novo Marco do Saneamento. Em razão da quase universalização do serviço de água tratada (hoje em 96,9%), o crescimento desta frente de negócios será puxado, principalmente, pelo crescimento vegetativo da população e das zonas urbanizadas nos municípios atendidos.

Acompanhando o crescimento da base de economias atendidas, em 2021 também registramos aumento dos volumes consumidos de água (0,35%) e esgoto (7,8%).

Gestão da água

O Rio Grande do Sul possui posição muito privilegiada em relação à disponibilidade de água doce. O RS figura entre os estados brasileiros com maior disponibilidade de águas superficiais, classificadas em três grandes bacias: Uruguai, Guaíba e Litorânea, que abrangem 57%, 30% e 13% do território gaúcho, respectivamente. O RS ainda conta com acesso direto ao segundo maior aquífero subterrâneo do mundo, o Guarani, que se estende da Argentina até o Mato Grosso, atravessando boa parte do território gaúcho.

SASB IF-WU-000.B SASB IF-WU-440a.2 GRI 303-3

Do total de 619.077.605 m³ de água doce bruta que captamos, 531.778.875 m³ (ou 86%) provém de reservatórios superficiais, como rios, lagos e barragens. A captação superficial é complementada por uma extensa rede de poços artesianos espalhados pelo Estado, de onde captamos outros 87.298.730 m³ (ou 14%). Em 2021, ainda reciclamos 1.248.748 m³ de água para reuso.

SASB IF-WU-450a.3 Segundo o regramento vigente das agências reguladoras do RS, o planejamento e a divulgação de paradas no serviço de abastecimento de água deve ser realizado com no mínimo 5 dias de antecedência. Ocorrências de rede sem comunicação prévia no prazo regular devem ser entendidas como "ocorrências não programadas". Todos esses eventos, programados ou não programados, são classificados por tempo de interrupção. Na Corsan, agregamos esses eventos em 3 grupos: (i) ocorrências de até 6h de duração, (ii) ocorrências de 6h a 12h de duração e (iii) ocorrências com mais de 12h de duração.

Em 2021, registramos 11.203 ocorrências de rede não programadas, sendo 66,6% de curta duração (até 6h), 28,8% de média duração (6-12h) e 4,5% de grande duração (mais de 12h). A maior parte desses eventos esteve relacionada a rompimentos de rede espontâneos (7.255) ou causados por terceiros (521), dos quais a grande maioria (5.873) mostrou-se de curta duração. Outro motivo comum para ocorrências não programadas é a falta de energia elétrica, que produziu 714 ocorrências. Em média, cada ocorrência não programada impactou no fornecimento de 2.394 economias de água.

As ocorrências programadas, por sua vez, somaram 1.141 e impactaram, em média, 6.069 economias cada. A causa

Interrupções não programadas: **67% atendidas em até 6h**

Ocorrências programadas (mín. 5 dias)

	Até 6h	6h-12h	Mais de 12h	Total
Número de ocorrências (unid.)	**459**	**601**	**81**	**1.141**
Manutenção cf. Decreto Estadual 23.430/1974	336	267	30	633
Interligação de Rede	35	59	10	104
Falta de Energia Elétrica	22	52	7	81
Outras ocorrências	66	223	34	323
Média de economias afetadas (unid.)	**2.610**	**14.929**	**7.517**	**6.069**

Ocorrências não programadas

	Até 6h	6h-12h	Mais de 12h	Total
Número de ocorrências (unid)	**7.466**	**3.226**	**511**	**11.203**
Rompimento de Rede	5.519	1.587	149	7.255
Falta de Energia Elétrica	281	343	90	714
Rompimento de Rede (Causado por Terceiros)	354	153	14	521
Outras ocorrências	1.312	1.143	258	2.713
Média de economias afetadas (unid.)	**1.352**	**3.942**	**7.857**	**2.394**

mais comum para esses eventos são manutenções (633), seguidas de obras de interligação de rede (104). O tempo de interrupção é inferior a 6h em 40,2% dos casos (459), entre 6h e 12h em 52,7% dos casos e superior a 12h em apenas 7,1% dos eventos.

Qualidade da água

SASB IF-WU-250a.1 **GRI 416-1** **GRI 416-2** Prezamos pela qualidade da água que entregamos a nossos usuários, e mantemos rigoroso controle de qualidade em atendimento às portarias que regulam os critérios de potabilidade da água no Brasil. Eventuais alterações nos padrões de qualidade são detectadas ainda dentro das Estações de Tratamento de Água e disparam medidas imediatas para regularização do tratamento e prevenção de violações de qualidade da água fornecida, de maneira que não registramos eventos relacionados à qualidade da água na sua etapa de tratamento – qual seja, quando a mesma deixa as unidades da Corsan. Também monitoramos e participamos dos debates entorno da atualização das listas vigentes de substâncias controladas na etapa de tratamento de água.

SASB IF-WU-250a.2 Para além do cumprimento rigoroso das leis e portarias que estabelecem os critérios de potabilidade de água, entendemos que é necessário discutir o controle de contaminantes cujo monitoramento ainda escapa aos órgãos reguladores. Os chamados Contaminantes de Preocupação Emergente (CPE) compreendem um grande número de substâncias, geralmente originadas da atividade humana, como fármacos, produtos de higiene, agrotóxicos, produtos industriais, químicos em geral e microplásticos. O fato de não serem objeto de regulação torna tão mais importante o estudo dessas substâncias, dos seus efeitos sobre a saúde humana e o meio-ambiente, bem como as formas mais adequadas de tratamento da água bruta contaminada com essas substâncias.

Por isso, temos aberto portas e apoiado financeiramente pesquisas dedicadas ao entendimento do tema. A Rede Água consiste em uma rede de cooperação entre Corsan e algumas das maiores universidades do RS, nomeadamente UFRGS, FURG e UFSM, para promover estudos e ações para aumentar o conhecimento quanto à ocorrência de agrotóxicos e outros contaminantes em águas destinadas ao consumo. A cooperação tem duração de 30 meses, e se encerrará em 2022 após amplo estudo nas regiões Metropolitana, Central, Sul, Litoral e Serra do RS. O projeto legará à Corsan importante conjunto de dados sobre CPEs em seus estabelecimentos, além da capacitação do seu corpo técnico de análise e monitoramento. Com isso, contribuímos para o avanço do entendimento científico sobre o tema, e nos antecipamos às mudanças regulatórias que provavelmente se seguirão. Apesar do apoio a iniciativas de pesquisa, até o momento não incorporamos procedimentos de monitoramento permanente de contaminantes fora das listas de substâncias reguladas pelos órgãos oficiais.

8.2.Gestão do ciclo hidrológico

SASB IF-WU-440a.3 GRI 303-1 Ainda que careçamos de discussões mais amplas sobre o cenário de emergência climática, temos avançado com medidas que preparam a Corsan para operar com segurança em um cenário climático hostil. Exemplo disso é a contratação da empresa Climatempo para a elaboração de um "Estudo de Previsão Climática Estratégica e Caracterização Preliminar de Segurança Hídrica". Os dados obtidos através desse estudo nos colocarão em posição privilegiada para a tomada de decisões relacionadas ao manejo dos principais mananciais da área de atendimento da Corsan, propor ações de contingenciamento e garantir o abastecimento de água limpa aos gaúchos.

O estudo deverá estar concluído em 2022 e contemplará as seguintes avaliações pela Climatempo: caracterização das bacias de contribuição dos pontos selecionados pela Corsan; caracterização climática e previsão climática estratégica; e caracterização de risco referente à segurança hídrica. O trabalho visa orientar a tomada de decisão e subsidiar medidas de gestão na Companhia no que diz respeito à disponibilidade hídrica (superficial e subterrânea), com vistas ao aumento da segurança hídrica, além da caracterização de risco referente a essa segurança.

No que diz respeito ao planejamento da segurança hídrica, a Corsan está também trabalhando no desenvolvimento de seu Plano de Segurança Hídrica (o PSH-Corsan), que abrangerá todos os municípios atendidos pela Companhia. Contando com as contribuições técnicas da IFC e do Banco Mundial, estima-se que a conclusão do PSH-Corsan aconteça nos próximos 24 meses, permitindo assim que sejam realizadas iniciativas para gestão hídrica eficaz e com maior nível de segurança.

Enfrentamento à estiagem

O Rio Grande do Sul vem atravessando período de chuvas abaixo das médias históricas desde 2019. Ainda assim, os meses finais de 2021 foram especialmente marcados por forte estiagem no estado, com impactos importantes sobre as atividades da Corsan. Com o objetivo de combater os efeitos da seca, abrimos 85 novos poços e recuperamos outros 80 poços existentes. Em muitas regiões foi preciso a instalação de bombas complementares, com o objetivo de incrementar a adução de água bruta para o sistema, e adaptações no processo de tratamento da água. Selecionamos algumas das contingências adotadas localmente:

- No município de Tramandaí, o manancial de captação de água apresenta nível muito baixo da normalidade, o que interfere diretamente no tratamento e qualidade da água. Foi acionado o serviço de caminhão-pipa para situações emergenciais. Como medida de contingência, foi montada uma captação em balsa com auxílio de equipes

de mergulhadores, o que permite instalar bombas em maior profundidade. Também houve ajuste dos produtos químicos empregados, com o objetivo de conter as alterações da qualidade da água do manancial. A ação ocorre em todas as Estações de Tratamento de Água (ETAs) do litoral.

- A captação para atividades agrícolas no rio Gravataí foi suspensa em 28 de dezembro. O acordo entre a Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura, a Corsan e o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí (Comitê Gravatahy) mantêm a suspensão da captação agrícola enquanto a situação do manancial não se regularizar. Além dessa medida, foram providenciadas a instalação de uma balsa na captação para acessar água em níveis mais baixos do curso d'água, novo equipamento de bombeamento para ampliar em torno de 150 l/s o bombeamento de água bruta do arroio das Garças para o sistema integrado de Alvorada e Viamão; instalação de equipamentos de bombeamento de água bruta do arroio das Garças – junto à estação de recalque de Cachoeirinha, à estação de recalque das Garças, à Estação de Tratamento de Água (ETA) Niterói e à ETA Rio Branco – para o sistema integrado de Cachoeirinha e Gravataí; entre outras medidas. Além disso, há investimentos previstos para adutora em Gravataí, que vai da ETA Parque dos Anjos até o centro de reservação Cipreste; novas obras para o sistema de abastecimento de água de Viamão, que permitirão a sobra de aproximadamente 750 l/s do sistema de Alvorada e Viamão para Gravataí; adutora Alvorada-Gravataí, que possibilitará o incremento de vazões no abastecimento de Gravataí, decorrente da sobra obtida com as novas obras do sistema de Viamão; reservatório de 3 mil m³ em Gravataí, na Morada do Vale; e adutora entre os dois centros de reservação: Cipreste e Vista Alegre, em Gravataí.
- Na região das Missões (norte do RS), foi intensificado o trabalho de pesquisa e conserto de vazamentos, bem como o monitoramento de poços e mananciais. Outras medidas incluem: interligação e ampliação de rede para aumentar vazão; montagem de novos poços para operação; auxílio no abastecimento com caminhões-pipa nos municípios de Tenente Portela, Derrubadas e eventualmente em Vista Gaúcha e distrito de Irapuá; desassoreamento da barragem Lajeado da Cruz, em Cruz Alta; e ampliação do horário de funcionamento das ETAs.
- Na região do Planalto, foram colocados em operação 15 novos poços que estavam de reserva nos principais sistemas. Houve também aumento na produção dos poços com substituição de bombas, bem como a instalação de novos reservatórios. No município de Passo Fundo, instalou-se novas adutoras de água bruta, sendo uma com diâmetro de 300 mm e extensão de 1,3 mil m da Barragem do Rio Passo Fundo até a ETA III, e outra com diâmetro de 500 mm e extensão de 4.020 m do rio Jacuí até a Barragem da Fazenda da Brigada e ETA III; também foi realizado o alteamento da Barragem da Fazenda da Brigada, ampliando em 5,5% o volume de acumulação e o aumento da vazão

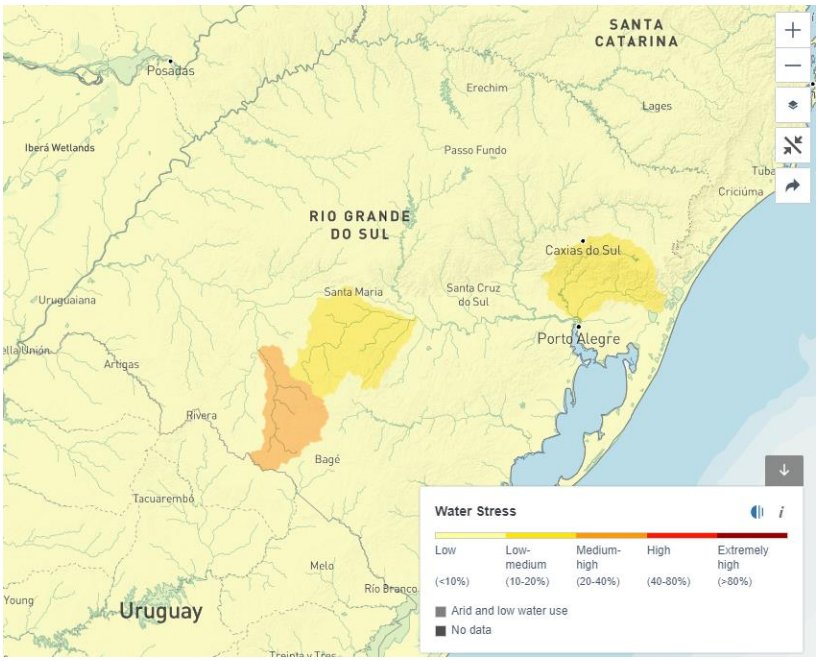
da transposição do rio Jacuí. Já no município de Lagoa Vermelha, foi realizado o desassoreamento da barragem de acumulação, o reforço e alteamento do barramento com 100% de aumento no volume de acumulação, e foram colocados em operação trechos da adutora de água bruta.

- Na região da Fronteira, foi preparado recalque auxiliar para as cidades de Itaqui e São Borja, as quais são abastecidas pelo Rio Uruguai, atingido pelos efeitos da estiagem desde 2019. O recalque auxiliar consiste em captar água da parte mais profunda do rio e jogar dentro da caixa de sucção, para que as bombas recalquem até a ETA.
- No Sul do estado, nas cidades que mais enfrentam problemas de estiagem – Canguçu, Morro Redondo e Capão do Leão –, as principais ações são os desassoreamentos das barragens. Nesse sentido, foram executadas as batimetrias e em breve começarão os serviços de desassoreamento.
- No Nordeste do RS, que engloba a Serra Gaúcha, foram colocados diversos poços novos em operação em Flores da Cunha e Garibaldi. As ações também incluem o desassoreamento de barragens – em Garibaldi, Fontoura Xavier e Nova Petrópolis.
- Na porção central, Cachoeira do Sul contou com a instalação de bombas submersíveis de pré-recalque em função do baixo nível do rio Jacuí, que não permite a vazão necessária para captação. No município de Rio Pardo, a captação existente já não consegue mais aduzir água por gravidade, o que levou à instalação de bombas de pré-recalque. Em Candelária, a Corsan recebeu autorização da Fepam e do Departamento de Recursos Hídricos do Estado para construção de um barramento provisório no rio Pardo, visando fazer o represamento de volume de água junto à captação. Finalmente, em Restinga Seca e Formigueiro a Corsan instalou bombas de pré-recalque em suas barragens de acumulação.
- Na bacia do rio dos Sinos, Campo Bom viu a instalação de nova captação, projetada para situações em que rio esteja com nível baixo. Em Taquara, Três Coroas, Rolante, Parobé e Dois Irmãos foram feitas melhorias nos barramentos existentes, gerando maior eficiência na captação de água, e novo poço em Dois Irmãos. No município de Morro Reuter, foram executadas duas novas subestações, entrada de energia nova, quadro de comando e troca de reservatório. Em Nova Santa Rita, Arroio dos Ratos, Charqueadas, General Câmara, Triunfo, Butiá e Barra do Ribeiro, realizamos melhorias nas estações de captação, por meio de ações como instalação de bombas, inversores de frequência e telemetria. Em Minas do Leão, foi providenciada a dragagem no entorno da sucção da bomba, além da recuperação da ETA, implantação de telemetria em diversos pontos, elétrica predial nova na ETA e instalação de softstarter no booster São Miguel. No município de Sentinela do Sul, foi providenciada a limpeza do córrego, melhorias na captação de água e recuperação da barragem, enquanto Tapes recebeu instalação de macro

medidores de vazão nos poços. Por fim, foi providenciada instalação de Centros de Controle Operacional nas unidades de Arroio dos Ratos, Barra do Ribeiro, Triunfo, Nova Santa Rita e Butiá.

SASB IF-WU-440a.1 **GRI 303-3** Apesar do grande estresse hídrico que viveu o Rio Grande do Sul no final de 2021, um único manancial – o rio Santa Maria – era classificado com déficit hídrico médio-alto, segundo o *Aqueduct Water Risk Atlas*, elaborado pelo *World Resources Institute* (WRI). Dele, captamos ao longo do ano um total de 5.377.625 m³ de água doce bruta para a produção de 4.892.355 m³ de água tratada. Nenhum manancial do RS era classificado com risco elevado ou extremamente elevado.

A classificação do WRI mede o quociente entre a extração de água e a disponibilidade de água superficial e subterrânea. Considera-se extração de água todo o tipo de consumo doméstico e industrial, bem como toda a destinação para irrigação e rebanhos. Na avaliação da disponibilidade de água, são considerados impactos nas fozes e barragens. Valores mais altos indicam maior competição pelo recurso hídrico.



Cabe ressaltar aqui que, ao final de 2021, a situação hídrica do RS deteriorou significativamente. Em 31 de dezembro, eram 76 municípios em situação de emergência decorrente da falta de chuva no Estado.

Comitês de Bacia

GRI 303-1 Como ocorre em todos os estados brasileiros, a gestão dos recursos hídricos ocorre no âmbito Comitês de Gerenciamento de Bacia Hidrográfica – fóruns que integram o Sistema de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul onde são discutidas as questões do planejamento e gestão da água, como conflitos pelo uso, enquadramento dos recursos hídricos, monitoramento hidrológico, cobrança pela utilização do recurso e gestão de eventos extremos (secas e estiagem). A Corsan possui representação direta nos 25 Comitês de Bacias do RS, totalizando 50 representantes.

Em novembro de 2021, realizamos a capacitação anual dos representantes da CORSAN em comitês de bacia através do 17ª Seminário de Capacitação em Recursos Hídricos,

com foco na gestão dos recursos hídricos e na segurança hídrica. Entre as principais temáticas trabalhadas ao longo do ano com os representantes de Comitês de Bacia estão: Modernização da Lei 10.350/94, análise do Plano de Trabalho da atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos, análise de relatórios dos Planos de Bacia do Rio Tramandaí e do Rio Mampituba e publicação de Resoluções de Acordo de captação de Água do Rio Gravataí durante período de estiagem.

8.3. Plano de segurança hídrica

No ano de 2021, a partir do compromisso firmado com o IFC, e tendo em vista a perspectiva do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima de que as mudanças climáticas tendem a afetar significativamente o ciclo hidrológico, com maior frequência de eventos hidrológicos extremos, começamos a delinear Termo de Referência para o Plano de Segurança Hídrica da Corsan.

Nosso Plano de Segurança Hídrica tem como objetivo a garantia do abastecimento de água em quantidade e qualidade adequadas aos municípios concedentes. Para isso, serão realizados o diagnóstico e o prognóstico dos mananciais superficiais e subterrâneos em todas as 25 bacias hidrográficas do Estado do Rio Grande do Sul. O estudo terá enfoque nos municípios atendidos pela Corsan, bem como no diagnóstico dos Sistemas de Abastecimento de Água (SAAs) e de Esgotamento Sanitário (SESs) da Companhia.

A partir desse levantamento será calculado o Índice de Segurança Hídrica da Corsan (ISHC), considerando (i) as dimensões e a capacidade de atendimento das demandas em nível de projeto, (ii) a qualidade da água e (iii) a resiliência a eventos hidrológicos extremos. Será realizado um inventário dos Estudos, Planos, Projetos e Obras relacionados com a segurança hídrica, seguido da análise integrada com a melhoria do ISHC. Será então realizada uma análise de vulnerabilidade e risco, com identificação de áreas prioritárias para ação. A partir daí será estruturada uma matriz de problemas e soluções, com a proposição de ações estruturais (infraestrutura cinza) e não estruturais (infraestrutura verde e medidas de gestão) com análise de sustentabilidade e viabilidade econômico-financeira e ambiental das ações, e o desenvolvimento de um Manual Operativo do PSH-Corsan, contando com a articulação e pactuação para definição e cumprimento de metas, incluindo atores internos e externos à Corsan. Estima-se prazo de 18 meses para a elaboração do plano, cuja contratação é esperada para o primeiro semestre de 2022.

Caracterização climática

Diante da situação de estiagem deflagrada no Estado do Rio Grande do Sul, contratamos a consultoria Climatempo para realizar estudo de caracterização climática e previsão meteorológica estratégica na área de atuação da Corsan, conjuntamente com uma caracterização preliminar de risco no que se refere à segurança hídrica para os 100 maiores sistemas de abastecimento de água da Companhia.

Dessa forma, foi realizada a contratação para o desenvolvimento do estudo com vistas a subsidiar a tomada de decisões em diversas áreas da empresa – ajudando a embasar medidas como a priorização de mananciais, o planejamento de obras, campanhas de uso consciente da água, planos de contingência e ações de monitoramento, entre outras iniciativas. Este estudo preliminar tem previsão de conclusão no primeiro trimestre de 2022.

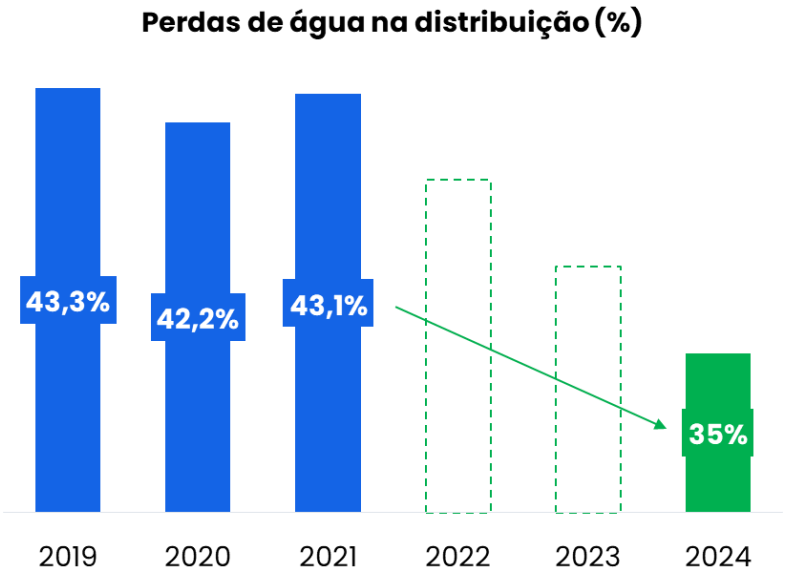
8.4. Uso eficiente de recursos

Na Corsan, entendemos que perseguir maior eficiência operacional consiste em um dos principais pontos de contato entre as agendas de sustentabilidade e de geração de valor financeiro. Em nossas operações, as principais pautas de eficiência se concentram nas perdas de água, no consumo de energia elétrica e no consumo de químicos para tratamento. Tanto são essas nossas prioridades, que contamos desde 2020 com Política de Eficiência Operacional e Energética própria, com diretrizes objetivas para perseguirmos o melhor emprego dos recursos hídricos e energéticos.

Perdas de água

Entende-se como perda de água a diferença entre o volume total de água tratada e o que efetivamente é registrado (faturado) como consumo. Segundo define nossa Política de Eficiência Operacional e Energética, em consonância com a International Water Association (IWA), perdas de água são classificadas como perdas físicas (desperdícios ocorridos na operação e distribuição, ou seja, água tratada que nunca chega às pessoas) e perdas aparentes (consumo não faturado, fruto de ligações irregulares).

Neste 2021, firmamos com o IFC compromisso de redução desse índice de perda na distribuição (perdas físicas e aparentes somadas), dos atuais 43,1% para 35% até 2024 – conforme medido pelo indicador SNIS IN049. Esperamos alcançar esse objetivo a partir de um conjunto de ações que pesam tanto sobre as perdas aparentes quanto físicas.



SASB IF-WU-140a.2 **SASB IF-WU-140a.1** Na frente de combate às perdas reais (físicas), que representaram 160.129 mil m³ de água tratada e desperdiçada em 2021, estamos implementando ações que visam recuperar e dar maior resiliência à infraestrutura de distribuição. Apenas este ano, substituímos 130,02km de redes de água, o que representa 0,44% da rede de distribuição de água da Corsan. Além disso, investimentos em tecnologias e sistemas de gestão que aprimorarão o controle sobre o sistema como um todo. Entre as principais medidas, listamos: a modelagem hidráulica, a implantação de Distrito de Medição e Controle (setores de rede macromedidos), o controle de pressões, a capacitação de pessoas, a qualificação dos materiais e a pesquisa de vazamentos. Também possuímos uma importante agenda de pesquisa, com vistas ao desenvolvimento e implementação de equipamentos e software inovadores.

Já da perspectiva comercial (perdas aparentes), o trabalho consiste na modernização do sistema de medição e no cadastramento de usuários irregulares. Estamos investindo na renovação do parque de hidrômetros, privilegiando equipamentos mais precisos, com medição volumétrica. Isso vem sendo acompanhado da implementação de sistemas de gestão baseados em dados, os quais permitirão auditar o sistema de maneira mais eficiente, identificando, por exemplo, ligações que apresentem variação atípica. Além disso, apostamos em nosso programa Água, Vida e Cidadania, que regulariza conexões clandestinas sem a cobrança da primeira ligação e com inserção automática na tarifa social. Com isso, ganha a Companhia, que amplia sua base de clientes, reduz perdas aparentes de água e gera receita sobre um serviço que deixava de ser faturado; mas também ganham as pessoas, que passam a contar com uma infraestrutura mais adequada e com uma água tratada de melhor qualidade.

Consumo de energia

SASB IF-WU-130a.1 GRI 302-1 GRI 302-3 Tomando-se o gasto de energia elétrica e o consumo de combustíveis para a frota própria de veículos, consumimos em 2021 um total de 1.628.596.808,43 MJ de energia, sendo 49,02% dela de matriz renovável.

Consumo de Energia Elétrica			
	2019	2020	2021
Total consumido (GJ)	**1.461.451,56**	**1.484.574,12**	**1.518.824,80**
Rede - ambiente regulado (%)	99,99	86,06	47,48
Rede - ambiente livre (%)	0	13,93	52,51
Geração própria (%)	0,01	0,01	0,01
De fonte renovável (%)	**0,01**	**12,66**	**49,02**

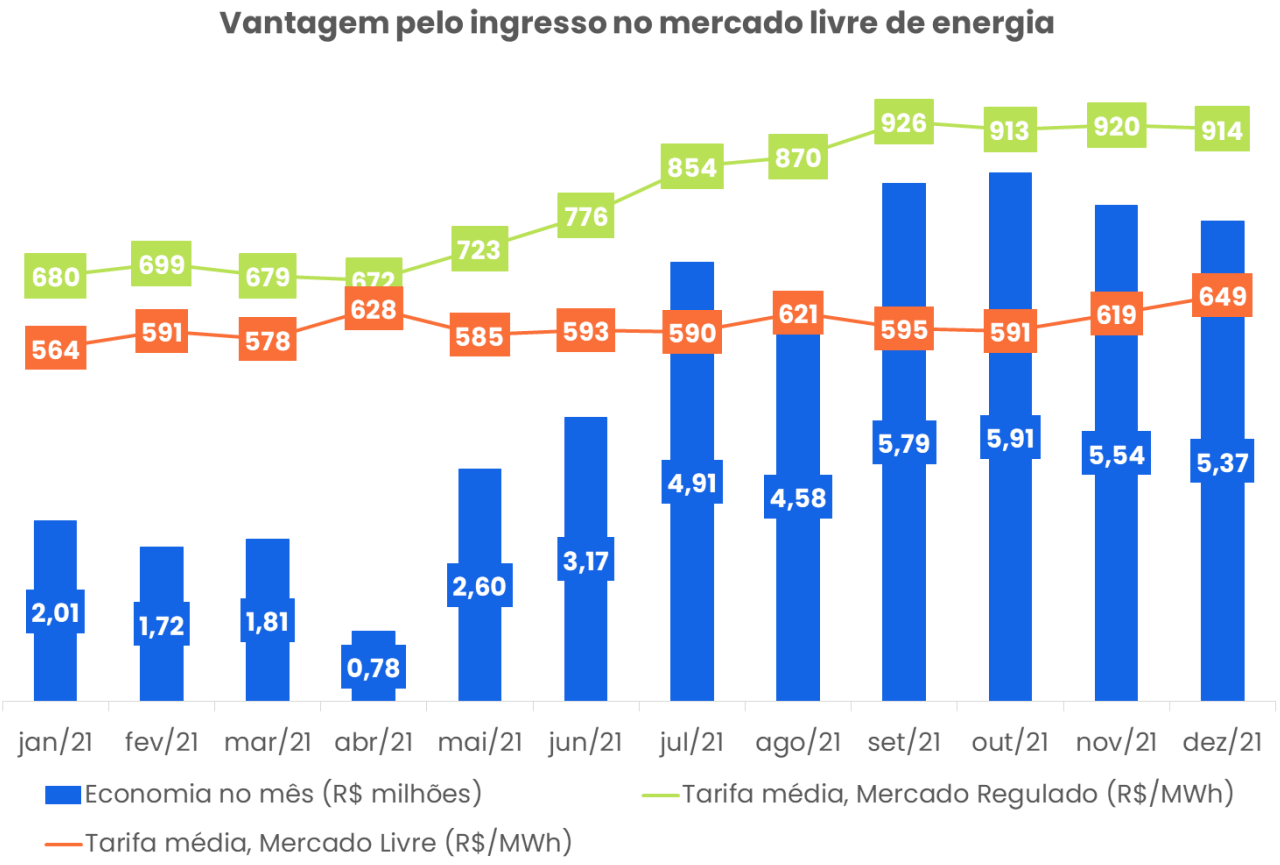
A maior concentração se dá justamente no consumo elétrico, que representa 93,3% deste total. Tal concentração é decorrência, principalmente, do emprego de equipamentos para transporte da água e esgoto através da rede.. **A intensidade energética da água tratada pela Corsan totalizou 4,86 MJ/m³, enquanto o esgoto tratado registrou intensidade energética de 30,88 MJ/m³** - tomando-se exclusivamente o consumo direto de energia elétrica. Com isso em vista, temos investido em ações que contribuam para a eficiência energética de nossos sistemas, além de mantermos equipe permanente de especialistas no tema.

Em 2021, demos continuidade aos nossos projetos de eficientização das unidades de bombeamento, principais fontes de consumo de energia elétrica. Essas ações têm o objetivo de renovar, modernizar e automatizar os equipamentos em uso, o que melhora a gestão e a eficiência de nossa operação. Também temos trabalhado em planos para geração elétrica própria a partir fontes renováveis. O processo vem em desenvolvimento desde 2020 e deve tomar forma em 2022, com o apoio de consultoria já contratada.

O ingresso das unidades de maior porte no Ambiente de Contratação Livre (ACL) também ganhou velocidade em 2021. Encerramos o ano com as 54 unidades de maior consumo no ACL, o que gerou uma economia estimada de mais de R$ 51 milhões, fruto da obtenção de tarifas mais vantajosas do que as praticadas no mercado regulado. Para os contratos do ACL, garantimos que 93% da energia contratada seja de fontes renováveis.

49%
da eletricidade
proveniente de
matriz renovável

R$ 51 milhões
de economia
após ingresso no **ambiente**
de livre contratação



Geração de energia elétrica distribuída

Em 2021, do total de 421.896 MWh (1.518.824,8 GJ) de energia elétrica consumida, apenas 0,012% foi autogerada, proveniente de sistema de produção de energia limpa com painéis fotovoltaicos e aerogeradores na Estação de Tratamento de Água (ETA) de Atlântida Sul, em Osório. Ainda assim, esta é uma importante avenida a ser percorrida pela Corsan, com importantes projetos sendo desenvolvidos a nível de pesquisa e teste de conceito.

Com o objetivo de melhor aproveitar o potencial energético (hídrico e fotovoltaico) das barragens, está em desenvolvimento um sistema de controle de vazões e da geração de energia hidroelétrica e fotovoltaica, a fim de otimizar a geração de energia, sem prejuízo à captação de água bruta, a partir de uma micro central hidrelétrica (MCH) e de unidades fotovoltaicas flutuantes.

O projeto tem como objetivo aplicar, em ambiente de teste, tecnologias já consolidadas no mercado. Como resultado, espera-se demonstrar um conceito viável para a geração distribuída em nossos estabelecimentos. Estudos preliminares demostram a sinergia entre as atividades de saneamento e pequenas usinas de geração de energia. Isso porque barragens funcionam como estoques de energia, passíveis de transformação em ener-

gia elétrica. Ao mesmo tempo, a água contribui para o resfriamento necessário das placas solares, enquanto que estas reduzem a evaporação e a proliferação de algas nos mananciais.

Consumo de combustíveis

GRI 302-1 Impacto relevante também se dá no consumo de combustíveis, tanto para o abastecimento elétrico de emergência, através de grupos geradores, quanto na movimentação da frota de automóveis da Companhia. Em 2021, nossa frota de veículos consumiu um total de 1,8 milhão de litros de gasolina, 1,1 milhão de litros de diesel e 1.060 litros de etanol, num total de 109.772 GJ de energia. Os fatores de conversão seguem padrão adotado pela REN21.

	Combustíveis (frota)
Total consumido (MJ)	**109.772.004,03**
Gasolina (%)	59,30
Diesel (%)	40,67
Etanol (%)	0,02

8.5. Expansão da capacidade

Neste ano marcado novamente pela estiagem, a perfuração e a manutenção de poços garantiram o abastecimento em diversos municípios onde os reservatórios de superfície minguaram. Esse trabalho foi acelerado em 2021 pela introdução de um novo modelo de gestão, focado na execução de novas perfurações e manutenções preventivas dos poços existentes. Como resultado desses esforços, em 2021 foram perfurados 85 novos poços produtivos, enquanto outros 80 poços existentes foram recuperados, ampliando a produção de água em diversas regiões do estado.

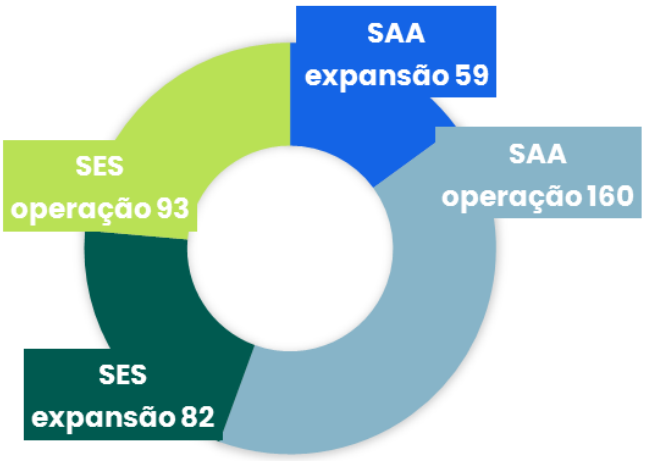
Execução de obras de expansão

Em 2021, a pandemia Covid-19 seguiu impactando diretamente nas atividades da Corsan, incluindo a execução das obras de expansão de sistemas de abastecimento de água (SAA) e de esgotamento sanitário (SES). Tomamos medidas para garantir a mão de obra necessária nas obras, o que se mostrou relevante e efetivo.

O impacto na cadeias de insumos, porém, produziram exigências de reequilíbrio financeiro dos contratos, com efeitos representativos. Outra atividade impactada, mas que evoluiu e cumpriu objetivos foi o trabalho técnico-social, que adaptou as atividades socioambientais vinculadas às obras de expansão de acordo com o cenário imposto, possibilitando mitigar o impacto no cotidiano dos usuários, bem como orientar na fase final dos empreendimentos de esgoto: a conexão dos imóveis à rede de esgotamento sanitário disponibilizada.

Apesar das dificuldades externas, foram concluídas 21 novas obras, das quais podemos destacar o SES de Gramado, o SAA de Santa Cruz do Sul, o SES Bento Gonçalves e o SAA Canela. Em 2021 ainda foram concluídos mais de 40 Termos de Referência para contratação de novas obras de expansão, totalizando mais de R$ 330 mi em investimentos para os próximos anos.

Processos de licenciamento - Expansão e Operação



SASB IF-WU-000.E Além da expansão da capacidade tratamento, expressa por obras de ETAs e ETEs pelo estado, nosso plano de universalização engloba importantes investimentos na ampliação e renovação das redes de distribuição existentes. Atualmente, a Corsan dispõe de mais de 29 mil km de redes de água e 5 mil km de redes de esgoto.

Licenciamento ambiental

No final do ano de 2021, estava sob gestão da Companhia um total de 394 processos de licenciamento, sendo 219 relacionados a Sistemas de Abastecimento de Água (SAAs) e 175 relativos a Sistemas de Esgotamento Sanitário (SESs).

Da totalidade de processos, 329 deles estão atrelados a licenças ambientais vigentes, sendo 109 para expansão dos sistemas (46 SAAs e 63 SESs) e outras 220 licenças relacionadas à operação dos sistemas da Companhia (164 SAAs e 66 SESs). Somam-se a esta lista a licença de operação da fábrica de sulfato e das fontes móveis que realizam a coleta dos resíduos de esgotamento sanitário, assim como as licenças e certificados de cadastro de laboratórios.

Outorgas superficiais

Em 2018, a Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul instituiu o sistema on-line de outorgas (SIOUT). Desde então, a Companhia aplica esforços na transição e atualização de todos seus processos de outorga superficial físicos para o sistema on-line. Em dezembro de 2021, estava sob gestão da Companhia um total de 346 processos de outorga envolvendo recursos hídricos superficiais. A outorga corresponde ao

ato administrativo pelo qual o Poder Público outorgante concede o direito de uso dos recursos hídricos nos termos e condições estabelecidas no referido documento.

Situação do Processo de Outorga	Qtd.
Outorga Emitida pelo SIOUT (DRHS)	93
Regularizado pela IN SEMA 01/2021	205
Válidas em processo físico (DRHS)	34
Outorga emitida pela ANA	14
TOTAL	**346**

8.6. PPP da região metropolitana

Em 2021, observamos o primeiro ano de operação da Parceria Público-Privada firmada entre Corsan e Aegea para formar a Ambiental Metrosul, nova responsável pelo esgotamento sanitário da região metropolitana. O contrato de PPP foi elaborado de modo que, no primeiro ano, não houvesse previsão de investimentos em expansão por parte do parceiro privado – isso considerando a necessidade de estabelecimento e adaptação operacional à estrutura existente.

Ainda assim, a Ambiental Metrosul executou investimentos em expansão, parte já concluído em 2021, contribuindo com 4.174 novas economias de esgoto. Estas, somadas às 19.126 economias implantadas nas obras de ampliação de cobertura da Corsan, elevaram a cobertura de SES disponível para conexão de 247.062 no início de janeiro para 270.362 ao final de dezembro.

Considerando o universo de economias abastecidas pelo sistema de abastecimento de água dos municípios da PPP, saímos de uma cobertura de 37,19% para 40,37%, de modo que a meta de cobertura de esgoto sanitário no ano de 2021 estabelecida no contrato (36,79%) foi superada, nos deixando na metade do caminho para a meta de 2022 (43,40%).

4.174 novas economias de esgoto

Também ao longo do ano a parceira privada colocou em prática um conjunto de ações para atendimento a outros objetivos do contrato, como a efetivação das ligações em áreas já atendidas com esgotamento sanitário. Em janeiro, das 247 mil economias com cobertura do SES, 58 mil não estavam conectadas ao sistema. Ao longo do ano, a ação de efetivação de ligações surtiu efeito em 18 mil dessas economias, que agora já se encontram conectadas ao sistema.

8.7. SoluTrat

O serviço SoluTrat é uma solução de coleta e tratamento de esgoto sanitário, por meio da prestação do serviço de limpeza programada de soluções individuais (fossas sépticas) e destinação correta dos efluentes. Considerando a grande capilaridade dos serviços da Corsan, presente em 317 municípios, espera-se que o SoluTrat contribuirá para viabilizar a universalização dos serviços de saneamento básico.

A Corsan trabalhou junto a outras instituições para estabelecer normativas que regulam o tema, incluindo Ministérios Público Estadual e Federal. Tais regramentos foram estabelecidos nas duas principais agências reguladoras do Estado, resultando nas publicações das resoluções RN 50/2019 – AGERGS e CSR 008/2020 AGESAN-RS, as quais estão em processo de revisão.

A solução individual tem sua aplicação restringida aos lugares pouco adensados, no entanto, de acordo com o planejamento de expansão dos sistemas de esgoto, mesmo os municípios de maior porte terão um pequeno percentual de suas economias atendidas por meio dessa solução.

O serviço foi iniciado na região das missões, no qual foram validados os processos de vistoria e limpeza, sendo geradas mais de 2.400 notificações, executadas cerca de 240 vistorias e 30 limpezas. Estes números serão alavancados a partir da revisão das normativas, tendo em vista atualmente não prever punição para a não adesão ao programa.

Apenas em 2021, foram realizadas em torno de 70 reuniões de apresentação do SoluTrat às prefeituras, as quais anuíram com a implantação do serviço, especialmente aqueles municípios com baixa densidade demográfica, cujo planejamento da Companhia prevê 100% de sistema individual.

Caminho para a universalização

A atualização do marco legal do saneamento, lei federal 14.026/2020, estabeleceu que os contratos de prestação do serviço de água e esgoto deverão definir metas de universalização que garantam o atendimento de 90% da população com coleta e tratamento de esgotos até 2033. Mirando esta meta, a Corsan se estruturou para implantar o SoluTrat em todos os municípios onde presta serviço.

No ano de 2022 a Corsan tem por meta, já estabelecida em contrato, iniciar o serviço de limpeza de soluções individuais em Aceguá, Arroio do Sal, Condor, Estância Velha, Gramado, Nova Hartz, Osório, Panambi, Passo Fundo, Pejuçara, Salto do Jacuí, Santa Maria do Herval, Sapiranga, Taquara, Terra de Areia, Tramandaí e Três Coroas.

No período de longo prazo, estima-se que cerca de 35% das economias de água serão atendidas com soluções individuais nos 307 municípios atendidos pela Corsan.

8.8. Gestão de efluentes e resíduos

GRI 303-2 Para além do tratamento de água, atendemos à população do Rio Grande do Sul com a coleta e tratamento de esgoto sanitário, atendendo aos padrões de qualidade de efluentes descartados determinados nas Resoluções CONSEMA 355/17 e CONAMA 430/11. Em ambas as atividades, há a produção de resíduos sólidos (lodo), cuja destinação adequada é cuidadosamente gerida pelas equipes da Corsan.

SASB IF-WU-140b.1 **SASB IF-WU-450a.2** **GRI 307-1** **GRI 416-2**
Ainda que nossas atividades estejam pautadas pelo cumprimento estrito da legislação e demais regulações, quatro autos de infração relacionados ao lançamento de efluentes foram registrados, sendo dois no município de Capão da Canoa e outros dois em Xangri-Lá. Dois autos dizem respeito ao não cumprimento de disposições e condicionantes das licenças de operação; uma terceira infração consistiu no envio de resíduo de esgotamento sanitário entre empreendimentos; por último, recebemos autuação por lançamento de esgoto cloacal bruto para o meio ambiente, em virtude do rompimento de taludes de bacias de infiltração. Somadas, as multas se aproximam ao valor de R$ 109 mil. De maneira geral, recebemos 25 autos de infração em 2021, dos quais 4 consistem em autos de advertência e 21 já resultaram em multa ou outra sanção. Desse total, 13 infrações estão ligadas a falhas de controle ou de atendimento às licenças em vigor; 4 estão ligadas ao lançamento de efluentes; e 8 dizem respeito a fatos relacionados à qualidade da água distribuída. Neste 2021, ainda realizamos 4.410 serviços relacionados a notificações de extravasamento de esgoto.

SASB IF-WU-140b.2 Reconhecemos que, assim como nos posicionamos em relação à qualidade da água, precisamos evoluir nosso entendimento sobre os impactos de efluentes lançados no meio-ambiente. Por isso, entre 2017 e 2018, foi realizado projeto em parceria com a FURG para a identificação de ferramentas mais adequadas para as análises químicas e ecotoxicológicas do esgoto tratado pela Corsan. Entendemos a importância fundamental de se encaminhar o tratamento de contaminantes de preocupação emergente, em particular de produtos de higiene e fármacos, com o objetivo de minimizar impactos nos copos hídricos receptores.

Contribuições para a gestão de resíduos sólidos

GRI 306-1 Em sistemas convencionais, os lodos provenientes do tratamento de água e esgoto costumam ser destinados a aterros sanitários, onde seu potencial de reuso é desperdiçado, restando apenas os impactos negativos, como o uso do espaço e a emissão de gases causadores de efeito estufa.

Por isso, em 2021 realizamos diversas ações para qualificar a gestão dos resíduos sólidos produzidos pela Corsan em seus processos, como a padronização dos modelos de Plano

de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para os Sistemas de Abastecimento de Água, Sistema de Esgotamento Sanitário e Laboratórios Analíticos da Companhia. Para tanto, contratamos o SENAI com o objetivo de definir as diretrizes e estratégias para o processo de gestão dos resíduos sólidos gerados em nossas unidades, desde a identificação até a destinação ambientalmente adequada, em conformidade com as Políticas Nacional de Estadual de resíduos sólidos.

Criamos o Grupo de Trabalho do Lodo, com a finalidade de definir regras para a gestão desse resíduo, incluindo critérios para priorização das unidades desaguadoras e definição de novas tecnologias para secagem de lodo. Além disso, iniciamos em 2021 o Projeto Estratégico de Gestão dos Lodos, que visa propor alternativas tecnológicas para desaguamento e destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelos Sistemas de Abastecimento de Água, bem como consolidar uma gestão adequada desses materiais, com informações centralizadas.

GRI 306-2 Também financiamos até 5 anos de pesquisa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) dedicada ao aproveitamento e disposição do lodo de Estações de Tratamento de Água em solo agrícola. Com base nesse estudo, propusemos ao Conselho Estadual de Meio Ambiente que defina critérios e procedimentos para o uso no solo dos lodos gerados em estações de tratamento.

Por fim, contribuímos para a alteração da Resolução CONSEMA 372/2018, buscando a não incidência de licenciamento ambiental sobre Sistemas de Abastecimento de Água de porte mínimo, o que equipara a legislação do RS à de outros entes da federação. A partir dessa alteração, estimamos redução de custos da ordem de R$ 100 milhões, enquanto preservamos o monitoramento ambiental a montante e a jusante dessas unidades.

9. Evoluir é inovar

9.1. Atendimento digital

O atendimento ao cliente pode ser um desafio para quem, como a Corsan, atende a uma extensa área de 317 municípios. Por isso, entendemos que a fronteira para melhorarmos nosso atendimento ao cliente está na combinação de presença local com canais digitais abrangentes e qualificados.

> **Nosso objetivo é oferecer o melhor atendimento ao cliente entre todas as empresas de saneamento no Brasil**

Em 2021, os registros de solicitações no site (Unidade de Atendimento Virtual) e App Corsan tiveram um aumento de 45% e 64%, respectivamente, em relação ao ano anterior. Outro canal que apresentou um significativo aumento no registro de solicitações por parte dos usuários foi o totem de autoatendimento. Em 2020 foram 32.911 solicitações registradas, enquanto em 2021 atingimos 319.130 registros (aumento de 870%).

Unidades inteligentes

O projeto Unidades Inteligentes consiste na padronização e modernização dos ambientes de atendimento da Corsan. Em 2021, 35 unidades foram beneficiadas pelo projeto, num total de 40 até agora. No próximo ano, outros 107 estabelecimentos Corsan serão atualizadas para o novo padrão visual e tecnológico, atingindo 100% das unidades. O produto do projeto são ambientes de atendimento totalmente remodelados, modernos, melhorando a relação da Corsan com seus usuários, inovando nos processos de atendimento e aumentando a satisfação daqueles que procuram os escritórios locais. O projeto inclui:

- Padronização visual;
- Atendimento somente via agendamento prévio;
- Treinamento para os atendentes;
- Tablets para digitalização de documentos;
- Outras comodidades.

	2020		2021		
Principais canais	**Atendimentos (unid.)**	**%**	**Atendimentos (unid.)**	**%**	**Δ (p.p)**
Site	3.040.731	49	4.403.953	52	3
App Corsan	818.007	13	1.344.425	16	3
Call center	973.539	16	1.218.253	14	-2
Presencial (US)	1.066.683	17	1.075.281	13	-4

Totens de autoatendimento

A implantação dos totens de autoatendimento tornou mais ampla a gama de Canais de Relacionamento da Corsan, propiciando mais opções aos clientes, tanto dentro das Unidades de Saneamento, quanto em pontos estratégicos de grande circulação de pessoas, como Prefeituras, Câmara de Vereadores, supermercados, estações rodoviárias/hidroviárias, etc.

Nos terminais de autoatendimento estão disponíveis os serviços mais demandados, como emissão de 2ª via da fatura, informe de vazamentos, registro de falta de água, consulta à situação do abastecimento, entre outros. Desde o início das instalações já foram registrados em média 30 mil serviços/mês, com destaque para o pagamento/parcelamento de faturas com cartões de crédito e débito. Em comparação aos demais canais de autoatendimento (site e app), os totens apresentam o maior número de transações até o momento, com arrecadação média de R$ 200 mil ao mês.

Os 320 totens contratados estão disponíveis em 249 dos 317 municípios atendidos. Outros 66 já estão contratados, e serão disponibilizados aos usuários até o final de 2022.

Unidade de atendimento virtual

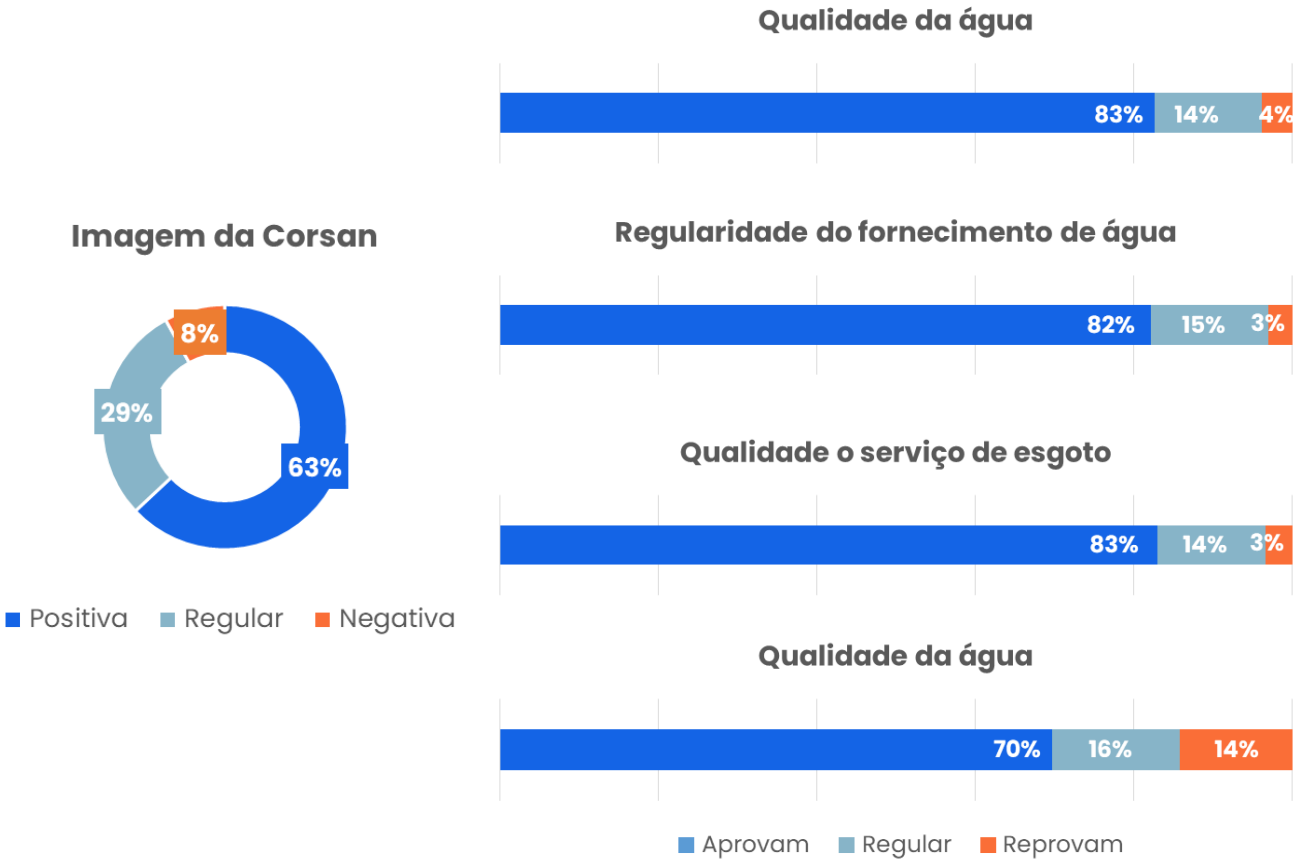
Em 2021, lançamos a Unidade de Atendimento Virtual, canal de atendimento da Corsan que oferece **serviços 100% digitais**. Atualmente, a Unidade de Atendimento Virtual é o canal mais utilizado dentre os canais de relacionamento da Corsan. O destaque principal é a Central de Serviços, canal que registra o maior número de solicitações e tem sido um diferencial no atendimento ao cliente desde o início da pandemia, oferecendo cada vez mais serviços. Nesse canal, o cliente pode registrar a sua solicitação, 24 horas por dia, sem necessidade de atendimento telefônico ou presencial, para os principais serviços. Além disso, o cliente tem a possibilidade de agendar um atendimento na unidade mais próxima, ou através do serviço de Atendimento por Videochamada.

Atendimento por videochamada

Em 2021, lançamos nosso canal de atendimento por meio de videochamada, uma modalidade que oferece ao usuário a possibilidade de ser atendido por um funcionário da Corsan, em tempo real, em qualquer lugar, via celular, tablet ou computador. Ao agendar o atendimento por videochamada, o solicitante recebe um e-mail com as informações sobre o serviço solicitado, com o dia e horário e o link de acesso para o atendimento.

Todos os serviços disponibilizados na carta de serviços da Corsan estão disponíveis no atendimento por vídeochamada. O canal detém a maior nota de satisfação dentre os canais de relacionamento: 9,5/10,0.

Pesquisa com clientes



Realizamos pesquisa amostral entre usuários da Corsan, para medir o nível de conhecimento, satisfação e confiança desses em relação à Companhia. Foram 24.986 entrevistas, em 66 municípios, durante os meses de junho e julho. Principais resultados produzidos pela pesquisa:

- **Nota média elevada**: 7,67/10,0
- 5 principais **pontos de desconforto**:
  1º) **valor cobrado** pelos serviços (29%);
  2º) **buracos na rua** provocados por serviços (22%);
  3º) **falta de água** (19%);
  4º) **ausência de rede de esgoto** (18%); e
  5º) **qualidade da água** (17%).

Em relação à última pesquisa, realizada em 2016:

- Evoluíram positivamente: qualidade, regularidade no fornecimento, esgoto, atendimento.
- Evoluíram negativamente: obras, manutenção e cobrança.

9.2. Governança de inovação

Estamos evoluindo a forma como buscamos as soluções para os nossos problemas. Queremos focar cada vez mais na criação de soluções inovadoras, com as tecnologias de informação emergentes, como Inteligência Artificial, Deep Learning, Big Data, IoT, BI e outras. Reside na digitalização o maior desafio para mudar a realidade descrita como "Rica em dados" e "Pobre em informação". Entendemos que o caminho a percorrer é o da tecnologia, da digitalização, da integração e da gestão inteligente de informações.

Quando se pretende inovar em uma grande organização, a maior barreira é cultural. E para alavancar-nos a patamares competitivos de inovação, a cultura de inovação da Corsan precisa evoluir. O propulsor dessa mudança é o Programa de Inovação Univer|Tech.

Univer | Tech

Para colocar em prática nosso papel de protagonistas na busca por soluções inovadoras no saneamento, constituímos em 2020 o Programa de Inovação UniverTech, que estabelece um conjunto de métricas, eixos de atuação e propostas para a inovação. Seu objetivo é fomentar a inovação no ambiente interno da Corsan e no ecossistema de inovação do Estado do Rio Grande do Sul, impulsionando a cultura de inovação, convergindo as ações de inovação e simplificando os meios/processos de inovação. Com orçamento realizado de R$ 827 mil em 2021, o Univer|Tech é um dos pilares de sustentação da Governança da Inovação da Corsan.

Parcerias tecnológicas

Conectar a Corsan às Universidades, aproximar a Companhia da sociedade e das empresas privadas é um dos eixos de atuação do programa, que busca agregar valor para a marca Corsan, gerar novos negócios e ampliar o retorno social. Para isso, empregamos uma concepção de crescimento escalável (metodologia FLY): o início dos projetos se dá nas redes de inovação, avançando pela alavancagem e viabilizando a incubação e a aceleração de alternativas de grande potencial. Em 2021 foram formalizados 5 Protocolos de intenção com universidades do Rio Grande do Sul: FURG, UFSM, UPF, IMED e UNIIJUI. Também nos associamos a 3 ecossistemas de inovação (Transforma RS, Amcham e Aliança Empresarial Norte), e construímos a Política e Estratégia de Inovação (Guerra IPS e FIA).

9.3. Saneamento 4.0

O futuro é 4.0. As transformações tecnológicas caminham no sentido da automação de processos com emprego de análise de dados, inteligência artificial, robótica, internet das

coisas, computação em nuvem, entre outras. Mais do que absorver essas tecnologias, na Corsan tentamos torna-las realidade em menor tempo.

ETA 4.0

Atualmente, para entregar água com qualidade na casa de seus clientes, nossos os colaboradores realizam mais de 250 análises químicas por dia, ajustando dosagens para o controle de 39 parâmetros em 6 operações unitárias diferentes. No projeto ETA 4.0, substituímos essas atividades por sistemas analíticos automatizados, que digitalizam toda a informação química necessária para o controle da qualidade da água. Em cada ETA 4.0, são instalados 4 sistemas modularizados para monitorar e controlar os parâmetros operacionais, realizando as dosagens necessárias dos produtos químicos.

Esta mudança acelera a tomada de decisão e melhora nossa capacidade de gestão estratégica a partir da geração de dados qualificados sobre a operação. Os resultados são visíveis, como demonstra a experiência com a ETA 4.0 de Tramandaí, projeto de R$ 1,4 milhão, em operação desde 2020:

- Redução em 37% de consumo de ácido fluossilicico
- Redução em 29% de consumo de gás Cloro
- Redução em 25% de consumo de sulfato de alumínio
- Redução em 29% de custo unitário da água produzia
- Aproximadamente 30% em necessidade de pessoal
- Salto de 180 vezes na frequência da coleta de informações, passando de uma escala de tempo de horas para segundos.

Neste ano, o projeto ETA 4.0 começou a ser expandido para outras unidades. Até setembro de 2022, as unidades de Canela, Charqueadas, Camaquã, Lajeado e Venâncio Aires deverão operar segundo o conceito 4.0. O investimento total do projeto é de R$ 11 milhões.

Poço 4.0

Este projeto tem como objetivo o desenvolvimento e produção de um lote pioneiro de 22 protótipos funcionais de analisadores-dosadores multiparâmetros, a serem instalados em poços de captação de água na cidade de Alegrete. O objetivo é avaliar o desempenho funcional dos equipamentos sob diferentes condições e ambientes operacionais, aproximando-se assim de um equipamento em nível pré-comercial. O Poço 4.0 possibilita ana lisar cor, turbidez, flúor, cloro, temperatura e pH da água captada, e dosar os insumos necessários, conforme a vazão, para assegurar a potabilidade da água captada. Os benefícios são muitos:

- Redução de 4 vezes de consumo de produtos químicos
- Redução de 40% no custo unitário da água produzida

- Consumo previsto de energia por módulo de 300 W
- Redução de 14 vezes da necessidade/despesas de pessoal (homem/hora)
- Redução de 14 vezes de custos de deslocamentos
- Aumento dos padrões analisados, dos atuais 5 para 20

O projeto tem valor total de R$ 2,3 milhões, sendo 60% através da Lei do Bem.

Água conectada

O projeto Água Conectada consiste na implementação de software para recebimento e gestão de dados de telemetria de consumo de água, pressão, vazão, temperatura, entre outros. A partir da gestão desses dados, teremos condições de produzir análises de perfil de cliente, funcionamento dos hidrômetros, e até emitir alertas de anomalias. Na frente comercial, o Água Conectada integrará os hidrômetros de forma automática aos sistemas de faturamento e de serviço, disparando ordens de serviço, como a suspensão do fornecimento de água no caso de usuários inadimplentes.

Georreferenciamento

Com o objetivo de melhorar sua capacidade de controle e gestão em um ambiente operacional complexo e espalhado por 317 municípios do RS, a Corsan vem investindo em ferramentas que empregam tecnologias de georreferenciamento em diversos processos relacionados ao licenciamento ambiental, à operação de tratamento e distribuição, bem como à gestão comercial.

Construímos a ferramenta georrefenciada do SIG Ambiental a fim de qualificar o planejamento ambiental da companhia em 5 eixos gerais:

- Meio físico (geologia, hidrogeologia, geomorfologia, pedologia etc),
- Meio socioeconômico (malha viária, organização administrativa, ocupações do solo, povos tradicionais (quilombolas e povos indígenas) etc);
- Meio biótico (vegetação, biomas, unidades de conservação e zonas de amortecimento etc);
- Corsan (regionais, COP, captação, estações de tratamento de água e esgoto, barragens e pontos de lançamento); e,
- Potenciais poluidores (polo petroquímicos, oleodutos, gasodutos, aterros, extração mineral etc).

Esta ferramenta apresenta as potencialidades para evoluir a nossa gestão ambiental, integrando informações corporativas à visão geográfica, com atualizações periódicas, resultando na obtenção de novas informações através de *dashboards* e de mapas interativos gerenciais. Por meio dessa base de dados georreferenciada, esperamos implementar a gestão ambiental em nível corporativo, bem como auxiliar gestores na tomada

de decisões sobre expansão e manutenção da operação. Além disso, o SIG Ambiental serve como uma ferramenta de respostas a emergências.

10. Evoluir nos resultados financeiros

10.1. Desempenho Financeiro

(R$ mil)	2021	2020	Δ (%)
Receita Operacional Líquida	**3.410.664**	**3.153.453**	8,2%
Receita de Água	3.281.127	3.029.098	8,3%
Receita de Esgoto	260.826	229.537	13,6%
Receita de Construção	310.496	316.509	-1,9%
Deduções da Receita	(441.785)	(421.691)	4,8%
Custos e Despesas Operacionais	***(2.733.724)***	***(1.546.946)***	76,7%
Custos dos Serviços	(2.090.008)	(1.932.944)	8,1%
SG&A	(686.334)	(566.945)	21,1%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	42.617	952.943	-95,5%
EBITDA	**676.940**	**1.606.507**	-57,9%
Margem EBITDA	*19,85%*	*50,94%*	*-31,1 p.p.*
Depreciações e Amortizações	(196.423)	(170.519)	15,2%
EBIT (Lucro Operacional)	**480.516**	**1.435.988**	-66,5%
Margem EBIT	*14,09%*	*45,54%*	*-31,4 p.p.*
Resultado Financeiro	(162.268)	460.429	-135,2%
Lucro Líquido antes da CSLL	**318.248**	**1.896.417**	-83,2%
CSLL	32.221	(82.023)	-139,3%
Lucro Líquido	**350.469**	**1.814.394**	-80,7%
Margem Líquida	*10,28%*	*57,54%*	*-47,3 p.p.*

10.2. Receita

GRI 201-1 A receita operacional líquida, considerando apenas as receitas de água e de esgoto, atingiu R$ 3.100 milhões no exercício encerrado em 31/12/2021, um aumento de 9,3% em relação ao exercício anterior. Esse crescimento é decorrente, principalmente, do reajuste tarifário aplicado no período, além do crescimento orgânico de economias de água e de esgoto.

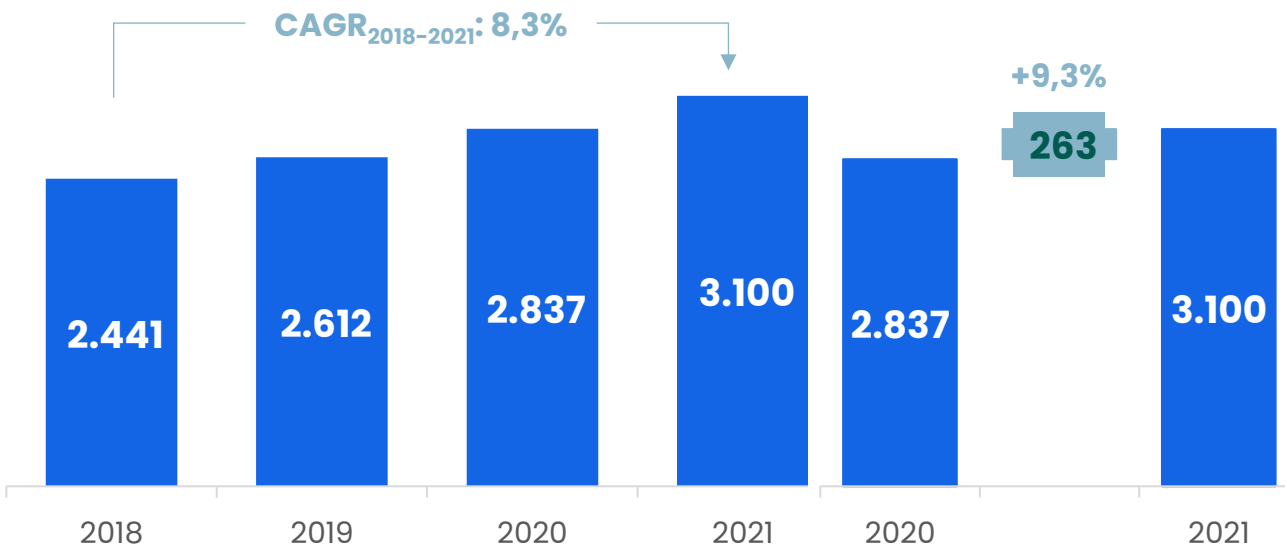
R$ 3 bilhões

em receita operacional líquida

9,3%

maior em relação a 2020

Evolução da Receita Líquida (R$ milhões)

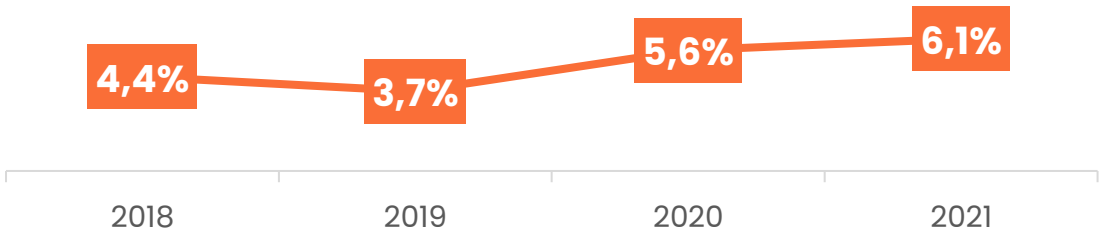


10.3. Inadimplência

Acompanhamos como principal indicador de inadimplência a representatividade dos títulos com atrasos acima de 180 dias após o vencimento em relação a seu faturamento nos últimos 12 meses, por entender que esta é a melhor referência para a inadimplência estrutural do negócio.

Em 31/12/2021, o indicador de inadimplência 180 dias foi de 6,1%. Os patamares observados em 2021 refletem os efeitos da pandemia de Covid-19, principalmente como consequência das restrições à suspensão do fornecimento de água.

Inadimplência 180 dias/faturamento UDM

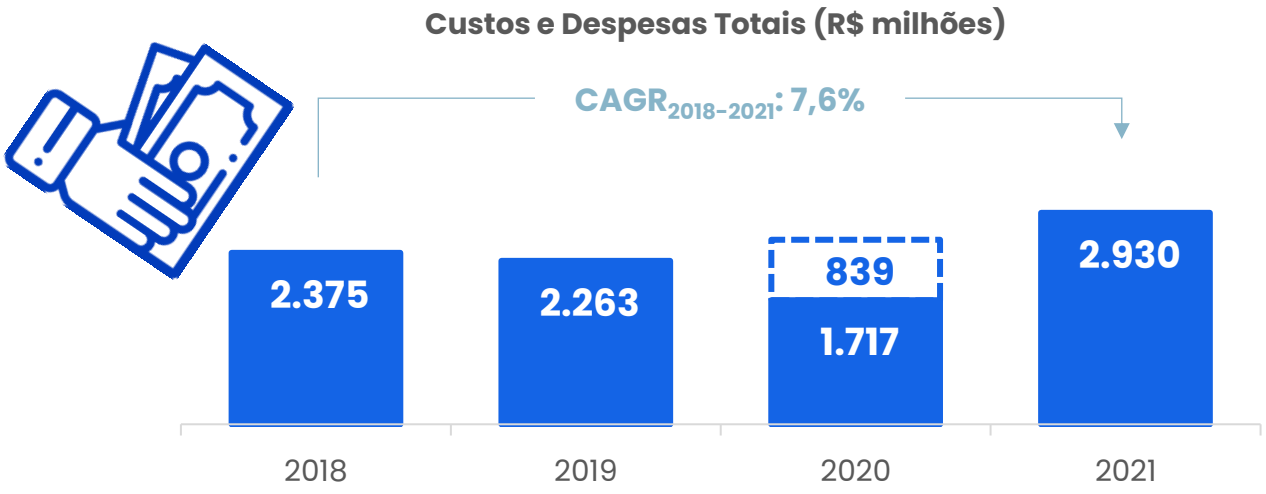


Temos como meta a redução desse índice ao prezar pela qualidade do serviço prestado, buscando manter uma comunicação clara e tempestiva com os clientes e proporcionar formas diferenciadas de quitar suas pendências.

10.4. Custos e Despesas

(R$ mil)	2021	2020	Δ (%)
Pessoal	(1.067.200)	(982.622)	8,6%
Indenizações e provisões trabalhistas	(214.785)	(127.860)	68,0%
Provisões de pós-emprego	(31.467)	(5.454)	477,0%
Materiais	(134.441)	(120.586)	11,5%
Energia Elétrica	(340.570)	(295.232)	15,4%
Serviços de Terceiros	(396.944)	(374.101)	6,1%
Contraprestação PPP - RMPA	(43.764)	-	N/A
Gerais	(153.602)	(135.104)	13,7%
PECLD	(45.978)	(31.274)	47,0%
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	989	839.279	-99,9%
Subtotal	**(2.427.761)**	**(1.232.956)**	96,9%
Depreciações e amortizações	(196.423)	(170.519)	15,2%
Custo de Construção	(305.963)	(313.991)	-2,6%
Total	**(2.930.148)**	**(1.717.465)**	70,6%

Os custos e despesas, descontados os efeitos da amortização e depreciação e custos de construção, totalizaram R$ 2.428 milhões, um aumento de 96,9% em comparação com o exercício anterior. O incremento de R$ 1.195 milhões nos custos e despesas decorreu, principalmente, do reconhecimento da imunidade tributária impostos federais, cuja ação judicial está transitada em julgado, e teve impacto superior a R$ 800 milhões no resultado operacional de 2020 – dificultando em larga medida a comparabilidade com outros períodos.



Pessoal

Os custos e despesas com pessoal totalizaram R$ 1.067,2 milhões, um crescimento de 8,6% em comparação com o exercício anterior. O aumento de R$ 84,6 milhões no período foi influenciado pelos reajustes salariais. Os custos e despesas com pessoal aqui demonstrados incluem apenas o gasto com pessoal ativo, não considerando as despesas com indenizações trabalhistas e as provisões previdenciárias.

Indenizações e provisões trabalhistas

Os custos e despesas com indenizações e provisões trabalhistas totalizaram R$ 214,8 milhões, um aumento de 68,0%.

As provisões de pós-emprego totalizaram R$ 31,5 milhões, com aumento de 477%, em razão da atualização das estimativas atuariais para cobertura do passivo do plano de pensão do qual a Companhia é patrocinadora. Cabe destacar também a redução de R$ 184 milhões no saldo da provisão para benefício pós-emprego, registrada no Passivo Não Circulante, em larga medida decorrente da atualização da premissa de taxa de desconto atuarial (de R$ 954 milhões para 677,4 milhões).

Materiais

Os custos e despesas com materiais totalizaram R$ 134,4 milhões, um acréscimo de 11,5% em relação ao exercício anterior. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência do aumento nos preços de aquisição de materiais e produtos químicos (tais como sulfato de alumínio, ácido sulfúrico, materiais de laboratório, e cloro).

Energia Elétrica

Os gastos com energia elétrica totalizaram R$ 340,6 milhões, um aumento de 15,4% na comparação com o exercício anterior, explicado principalmente pelos aumentos tarifários aplicados no período, compensados parcialmente pela ampliação da aquisição de energia no ambiente de contratação livre.

Serviços de Terceiros

Os custos e despesas com terceiros totalizaram R$ 396,9 milhões, 6,1% maior em relação ao mesmo período do ano anterior. Os principais fatores que influenciaram essa variação foram os serviços especializados de terceiros, que inclui o trabalho das consultorias contratadas para suportar as entregas estratégicas da Companhia, e a renovação e novos contratos de apoio operacional em diversos municípios.

Contraprestração PPP – RMPA

As despesas de contraprestação no âmbito da Parceria Público-Privada (PPP) da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) totalizaram R$ 43,8 milhões. A PPP consiste numa concessão administrativa ao parceiro privado para a operação de serviços de esgoto e execução de obras para ampliação da rede e infraestrutura em 9 municípios, durante 35 anos. A Corsan mantém contratos diretamente com os municípios da área de abrangência, bem como é responsável pela gestão comercial e pelo relacionamento com o usuário final dos serviços.

Gerais

Os custos e despesas gerais totalizaram R$ 153,6 milhões, um aumento de 13,7% em relação ao exercício anterior. Os principais fatores que contribuíram foram o aumento de R$ 10,2 milhões com concessões, e o aumento de R$ 5,6 milhões em publicidade e propaganda.

Perdas Esperadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

As perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa, totalizaram R$ 46 milhões, um aumento de 47% em relação ao mesmo período do ano anterior. Explica-se pelo aumento da inadimplência verificado pelo acréscimo do saldo de contas a receber vencidas a mais de 180 dias. Atualmente, a Corsan constitui a PECLD com base no período prescricional de suas faturas (5 anos para particular e 10 anos para público), representando o patamar histórico de 1% do faturamento mensal da Companhia.

Outras receitas e despesas operacionais

As variações nas outras receitas e despesas operacionais, líquidas, na ordem de R$ 800 milhões, justificam-se pelo reconhecimento da imunidade tributária impostos federais.

10.5. EBITDA

O EBITDA do exercício de 2021 foi de R$ 676,9 milhões, com significativa redução na comparação com 2020. Essa variação é decorrente do reconhecimento da imunidade tributária impostos federais, cuja ação judicial está transitada em julgado, e teve impacto superior a R$ 800 milhões no resultado operacional de 2020 – dificultando em larga medida a comparabilidade com outros períodos. A margem EBITDA, resultado da divisão do EBITDA pela Receita Operacional Líquida, atingiu 19,85% no ano, uma redução de 31,1 p.p. em relação a 2020.

10.6. EBITDA Ajustado

O EBITDA Ajustado foi construído pela Companhia com a intenção de permitir melhor interpretação do desempenho operacional, modelo de negócio e conversão de caixa. A

métrica busca eliminar efeitos de receitas e despesas não recorrentes, assim como afastar o resultado da margem de construção (diferença entre as receitas e custos de construção).

Em 31/12/2021, o EBTIDA Ajustado atingiu R$ 826,9 milhões, crescendo 2% em relação ao resultado do exercício anterior. O aumento desse indicador se explica pelo crescimento da Receita Operacional Líquida, que, desconsiderando as Receitas de Construção, acrescentou R$ 263,2 milhões ao resultado operacional.

A elevação dessas receitas deu-se, largamente, pelos reajustes tarifários de 2021, aplicados em 01/07/2021. Isso foi capaz de compensar o aumento nos Custos e Despesas.

A Margem EBITDA Ajustada, que se dá pela divisão do EBITDA Ajustado pela Receita Operacional Líquida (desconsiderando as Receitas de Construção), registrou 26,7% em 31/12/2021 ante 28,6% no exercício anterior.

A tabela a seguir apresenta a reconciliação do EBITDA e do EBITDA Ajustado, demonstrando quais os efeitos foram excluídos e adicionados:

(R$ mil)	**2021**	**2020**	**Δ (%)**
Lucro Líquido	**350.469**	**1.814.394**	-80,7%
(+/-) Resultado Financeiro	162.268	(460.429)	-135,2%
(+) CSLL	(32.221)	82.023	-139,3%
(+) Depreciações e amortizações	196.423	170.519	15,2%
EBITDA	**676.940**	**1.606.507**	-57,9%
Margem EBITDA	*19,8%*	*50,9%*	-31,1 p.p.
(+/-) Efeitos não recorrentes	***154.489***	***(793.092)***	*-119,5%*
Reconhecimento/efeitos da imunidade tributária	3.055	(839.092)	-100,4%
Aportes extraordinários	49.301	27.000	82,6%
Provisões adicionais – passivo trabalhista	102.133	-	N/A
Baixa de ativos (obras em andamento)	-	19.000	-100,0%
(+/-) Outros efeitos	***(4.532)***	***(2.518)***	*80,0%*
Margem de Construção	(4.532)	(2.518)	80,0%
EBITDA Ajustado	**826.897**	**810.897**	2,0%
Margem EBITDA Ajustado	*26,7%*	*28,6%*	-1,9 p.p.

Os motivos que justificam as adições e exclusões são os seguintes:

- O reconhecimento da imunidade tributária sobre impostos federais, cuja ação judicial está transitada em julgado, teve impacto positivo de R$ 839 milhões no resultado operacional do exercício findo em 31 de dezembro 2020 – dificultando a comparabilidade com outros períodos. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, o impacto é menor, no valor de R$ 3 milhões negativos.
- Os aportes extraordinários referem-se a gastos pontuais arcados pela Companhia relacionados a acordos celebrados para aditamento dos contratos dos municípios, incluindo aqueles contemplados pela Parceria Público-Privada (PPP) da Região Metropolitana de Porto Alegre. A PPP consiste em acordo celebrado, em 2020, entre a Companhia e a Ambiental Metrosul na referida região;
- O valor considerado como "Provisões adicionais – passivo trabalhista" representa os esforços internos para aprimoramento do provisionamento relacionado ao contencioso trabalhista. Esse trabalho de revisão foi executado no exercício social de 2021 e, por sua natureza extraordinária, a Companhia entende que os seus efeitos devem ser excluídos da análise do desempenho do período. Totalizaram R$ 102 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.
- As baixas de ativos referem-se a um conjunto de obras que estavam classificadas como "em andamento" e que foram descontinuadas. A Companhia considera esse evento como não recorrente.

10.7. Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido de 2021 foi uma despesa de R$ 162,3 milhões.

(R$ mil)	2021	2020	Δ (%)
Receitas financeiras	136.176	98.666	38,0%
Despesas financeiras	(316.747)	(183.208)	72,9%
Resultado financeiro ajustado	**(180.571)**	**(84.542)**	113,6%
(+) Ajustes variações da imunidade tributária	18.303	544.971	-96,6%
Resultado financeiro líquido	**(162.268)**	**460.429**	-135,2%

10.8. Lucro Líquido

O Lucro Líquido em 2021 foi de R$ 350,5 milhões, com significativa redução na comparação com 2020. Essa variação é decorrente do reconhecimento da imunidade tributária impostos federais, cuja ação judicial está transitada em julgado, e teve impacto superior a R$ 800 milhões no resultado operacional de 2020 – dificultando em larga medida a comparabilidade com outros períodos. A margem líquida atingiu 10,28% no ano, uma redução de 47,3 p.p. em relação a 2020.

10.9. CAPEX

GRI 203-1 No exercício de 2021, a Companhia realizou R$ 480 milhões em investimentos, um aumento de R$ 63 milhões em comparação com o exercício anterior. O aumento no nível de investimento da Companhia é decorrente da busca de atingimento da meta de ampliação da rede de coleta e tratamento de esgoto.

10.10. Endividamento

A dívida bruta da Companhia atingiu R$ 1.152 milhões em 2021, um aumento de R$ 560,1 milhões com relação ao mesmo período anterior, em função, principalmente, da emissão de debêntures.

O saldo de caixa e equivalentes somou, em 2021, R$ 678,9 milhões, aumento de R$ 445,7 milhões em comparação com a mesma data do ano passado. Essa variação é também explicada pela captação via emissão de debêntures.

Por entendermos que a natureza do passivo da Companhia não é de origem meramente financeira, criamos, para fins de análise, o indicador Alavancagem Total, que inclui dívidas não financeiras e reflete de maneira mais realista a situação das obrigações da Companhia.

(R$ mil)	2021	2020	Δ (%)
Dívida Líquida e Outras Dívidas	**1.702.945**	**1.911.854**	-10,9%
(+) Dívida Líquida	473.417	359.021	31,9%
(+) Dividendos a pagar	83.207	345.205	-75,9%
(-) Precatórios a receber	(338.454)	(220.154)	53,7%
(+) Passivo Contingente Líquido	711.673	467.194	52,3%
(+) Obrig. Previdenciárias	527.920	677.425	-22,1%
(+) Plano de Ass. Médica	229.042	251.875	-9,1%
(+) Parc. Dívidas Tributárias	16.140	31.288	-48,4%
EBITDA UDM	**676.940**	**1.606.507**	-57,9%

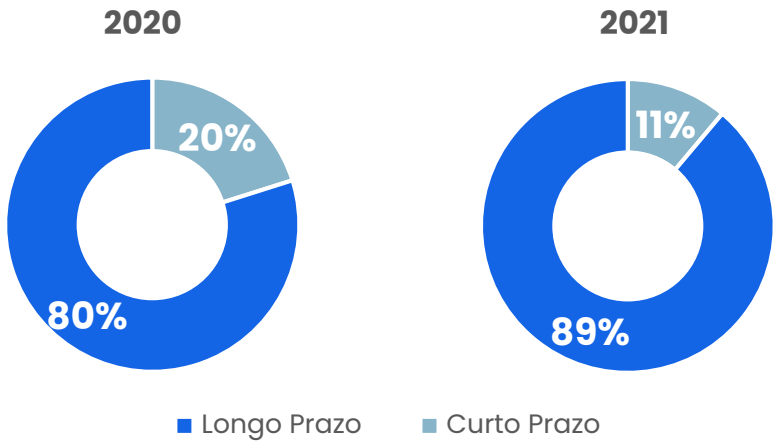
Dívida Líquida e Outras Dívidas/EBITDA UDM	*2,52x*	*1,19x*
Dívida Líquida /EBITDA UDM	*0,70x*	*0,22x*

O indicador, medido pelo índice Dívida Líquida e Outras Dívidas/EBITDA UDM, registrou 2,52x no exercício de 2021, ante 1,19x do exercício anterior, principalmente em função da elevação da Dívida Líquida financeira.

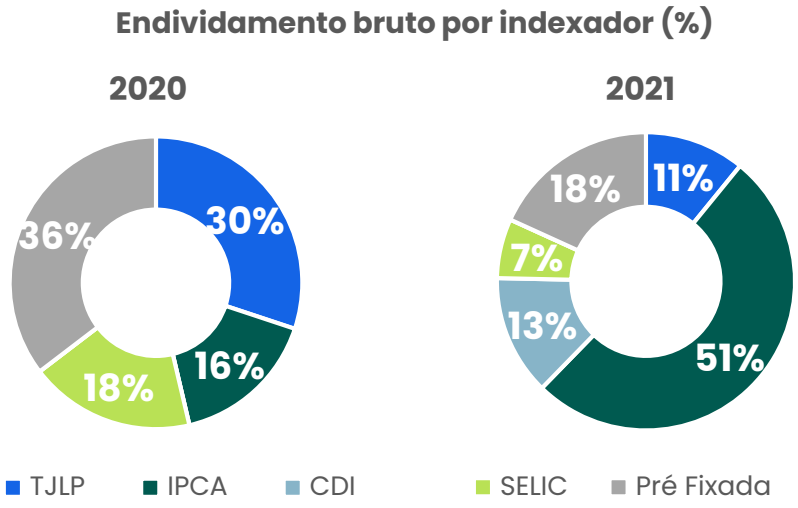
A alavancagem financeira da Companhia, medida pelo índice Dívida Líquida/EBITDA UDM aumentou em relação ao mesmo período do ano anterior e está em 0,70x.

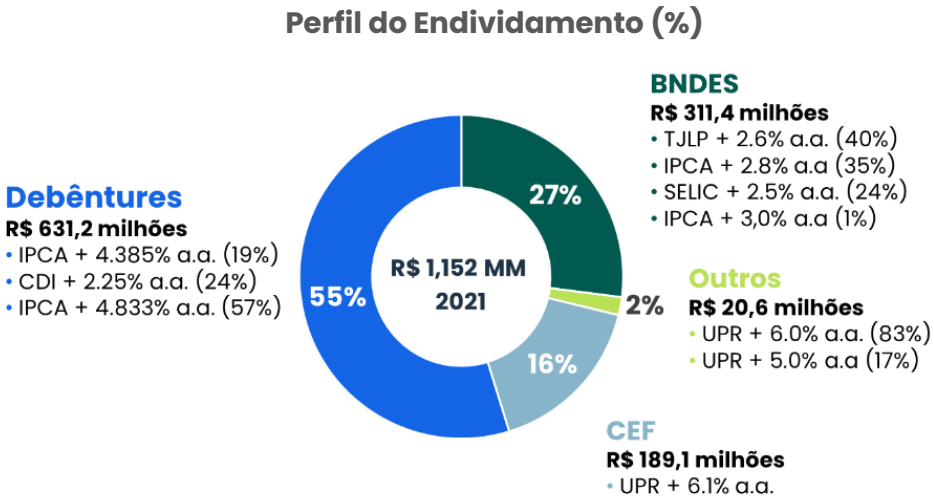
A dívida de curto prazo da Companhia representa 11,1% do endividamento total e 18,9% do saldo de caixa e equivalentes, como demonstram os gráficos a seguir:

Caixa e Cronograma de amortização da dívida (R$ milhões)



Atualmente, a dívida financeira da Corsan está atrelada majoritariamente ao IPCA. O aumento da participação do indexador é característico das linhas de financiamento das Debêntures e BNDES contratadas pela Companhia. Os gráficos a seguir apresentam a composição da dívida bruta por indexador:





10.11. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O Estatuto Social da Companhia prevê que, do lucro líquido do exercício, após as deduções determinadas ou admitidas em lei, 25% será destinado aos acionistas como dividendo mínimo, respeitada a vantagem atribuída as ações preferenciais.

A Companhia efetuou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o registro de juros sobre capital próprio no valor de R$ 83,2 milhões (R$ 97,4 milhões em 31 de dezembro de 2020), utilizando como base a taxa de juros de longo prazo TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido, observado o limite de 50% do somatório dos lucros acumulados e reservas de lucros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração deliberou e a Assembleia de Acionistas ratificou a proposta de distribuição de dividendos extraordinários no valor de R$ 1.286 milhões. O valor corresponde à parcela controversa, que ainda pende de expedição de precatório, do ativo reconhecido a partir do trânsito em julgado do Processo nº 93.0015146-0, movido pela Corsan em desfavor da União, referente à imunidade de recolhimento de tributos federais (IRPJ e ITR). A liquidação dos dividendos a pagar dar-se-á por meio de cessão da posição processual ao acionista controlador, isto é, a transferência do direito ao recebimento do crédito decorrente da ação judicial, e em espécie para os acionistas minoritários, de forma proporcional à sua partição no capital – não tendo efeito caixa.

11. Evoluir no impacto socioambiental

11.1. Saneamento é cidadania

Basta revisitar as conexões entre nossas atividades e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável para termos clara a centralidade do saneamento para o desenvolvimento humano (nas dimensões de renda, saúde e educação) e para a dignidade das pessoas. Por isso, é fundamental fortalecermos uma agenda de inclusão e acessibilidade econômica dos serviços da Corsan.

SASB IF-WU-240a.3 **SASB IF-WU-240a.4** Com o prolongamento da pandemia de Covid-19 e seus efeitos sobre as atividades econômicas, repetiu-se neste ano o cenário de pauperização das classes baixas e médias do Brasil e do Rio Grande do Sul – ora agravado pelo crescimento da inflação. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou o ano com alta de 10,06%, a maior em 6 anos, espremendo ainda mais o orçamento das famílias. Isso sem dúvidas contribuiu para o crescimento de 0,5 p.p. da inadimplência entre usuários e para as mais de 211 mil suspensões residências ocorridas em 2021 (89,94% das quais foram religadas no prazo de 30 dias). Sendo saneamento um serviço básico e – sublinhamos – essencial para o desenvolvimento e a dignidade humanas, orientamos nossa prática comercial para servir à população, oferecendo oportunidades para regularização, renegociação e mesmo redução – via tarifa social – dos preços cobrados pelo abastecimento de água e esgotamento sanitário. Para 2022, projetamos a reversão parcial desse quadro macroeconômico, a partir da estabilização da inflação, da geração de empregos e do crescimento econômico.

Água, vida e cidadania

O programa Água, Vida e Cidadania visa a atender à população de baixa renda em áreas de ocupação consolidada, as quais não têm acesso à água tratada de qualidade, proporcionando mais saúde, dignidade e cidadania. Além da água tratada, a população atendida também tem acesso a benefícios como primeira ligação gratuita e três meses de suspensão do faturamento da área para o trabalho socioambiental de conscientização do consumo, além de promover oficinas de geração de trabalho e renda para os moradores das áreas regularizadas.

O projeto também gera diminuição das perdas físicas de água nos sistemas de abastecimento, aumento na base de clientes da Corsan, regularização da pressão nas áreas do entorno e fortalecimento da imagem da Companhia junto à comunidade e às prefeituras.

Capacitação de mulheres

Em 2021, lançamos o projeto **Nenhuma Casa sem Banheiro**, que beneficiará comunidade no município de Eldorado do Sul, também atendida pelo programa Água, Vida e Cidadania. O programa inclui a capacitação de mulheres chefes de família, por meio da metodologia da ONG Mulher em Construção, para atuar na construção civil e acompanhar a obra.

Entre os objetivos desta edição do Nenhuma Casa sem Banheiro estão:

- **Contribuir** para a promoção da saúde através de soluções de saneamento a partir da moradia;
- **Promover** o uso de tecnologias construtivas sustentáveis e construção coletiva de conhecimento na execução da unidade sanitária;
- **Capacitar** mulheres da comunidade e oportunizar o resgate de valores e direitos sociais a famílias em situação de vulnerabilidade

Esta edição do Nenhuma Casa sem Banheiro é uma parceria entre o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/RS), o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB RS), a ONG Mulher em Construção e a Corsan, com apoio da prefeitura municipal.

11.2. Educação ambiental

Portal H2OJE

Em 2021, a Corsan aprimorou o aplicativo/portal H2OJE, que dissemina a cultura da sustentabilidade para a comunidade. Ele está disponível para download gratuito nas lojas Google Play e Apple Store, e pode ser acessado também na plataforma www.h2oje.com. O H2OJE funciona como um agregador de informações, notícias, vídeos, game, materiais de apoio, podcast e um chatbot de Sustentabilidade. O Portal também conta com uma série animada da "Patrulha da Água" e planos pedagógicos relacionados ao meio ambiente para os professores realizarem com os alunos. As atividades podem ser realizadas presencialmente ou no formato EAD, servindo de apoio aos professores no desenvolvimento de atividades virtuais devido a pandemia da COVID-10.

Dia Mundial da Água

O Dia Mundial da Água é uma data fundamental para a Corsan e os multiplicadores ambientais realizam inúmeras ações durante o mês de março para comemorar essa data. Em 2021, devido a pandemia, 91% das ações foram realizadas na modalidade online, atingindo através de 57 atividades um público de mais de 3.600 participantes em mais de 100 horas de ações de educação ambiental.

Outra ação realizada em alusão a data do Dia Mundial da Água envolvendo o público interno com objetivo de promover a cultura da sustentabilidade, da inovação e do engajamento com seus colaboradores, foi a 3º edição o Game H2OJE.

Cerca de de 250 funcionários, divididos em 25 equipes realizaram uma série de 7 desafios relacionados ao meio ambiente e a convervação dos recursos hídricos. O Game promovou a integração das equipes, além de fornecer subsídios para que a Corsan estude as práticas e aprendizados que podem ser adotados para aperfeiçoar sua cultura sustentável, disseminada junto à cultura de inovação.

Dia Mundial do Meio Ambiente

O Dia Mundial do Meio Ambiente é comemorado anualmente em 5 de junho. No ano de 2021, o tema do Dia Mundial do Meio Ambiente foi Restauração de Ecossistemas. Nesse mês, a Corsan realizou diversas ações para esta data comemorativa. Neste mês de junho foram realizadas 126 ações, atingindo um público de mais de 3.600 participantes em mais de 250 horas de ações de educação ambiental. Dentre as ações, foram realizadas plantio de mudas, palestras em escolas, participação em eventos em alusão ao tema e palestras de sensibilização envolvendo a sociedade.

Semana Interamericana da Água

Em outubro de 2021, a Corsan participou do evento de abertura da 28ª Semana Interamericana e a 21ª Semana Estadual da Água. O evento foi realizado de maneira virtual em função da pandemia. O tema dessa edição foi "cuide da água, preserve a vida". Também em comemoração à Semana Interamericana da Água, a Corsan promoveu ações em todas as Regionais com a organização e participação ativa dos multiplicadores ambientais e envolvimento da comunidade local. As 267 ações realizadas atingiram cerca de 16.200 participantes em 480 horas de ações. Dentre as ações, foram realizadas palestras em escolas, participação em eventos em alusão ao tema, palestras de sensibilização envolvendo a sociedade e visitas guiadas nas estações de tratamento de água da Corsan.

Jovem Embaixador do Saneamento Básico

A Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan), em parceria com a Quinta da Estância, promoveu para 10 mil estudantes da rede pública da Serra Gaúcha e 10 mil estudantes do município de Viamão, a primeira imersão digital do Brasil. Trata-se de uma experiência diferenciada e inovadora na área da educação ambiental: a Viagem de Estudos Virtual. São videoaulas temáticas e interativas, elaboradas com o objetivo de encantar e inspirar as crianças em meio aos desafios do ensino à distância por conta da pandemia da Covid-19.

A Viagem de Estudos Virtual da Corsan, que já é adaptada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com foco transdisciplinar, explorando as 4 áreas de conhecimento, conta com 27 vídeo aulas e 120 testes de conhecimento distribuídos após cada aula. Os alunos receberam um link de acesso, no qual farão a inscrição e, depois, tiveram acesso à plataforma EAD da Quinta da Estância, onde foi hospedada a Viagem de Estudos da Corsan. Ao final da Viagem de Estudos virtuais, os alunos receberão um certificado de "Jovens Embaixadores do Saneamento Básico".

Capacitação dos Multiplicadores Ambientais da CORSAN

Em 2021 realizamos processo inovador de formação de Multiplicadores Ambientais, capacitando, através do SENAI, cerca de 300 funcionários da Corsan. Com investimento de R$ 480 mil, o Programa incluiu 56 horas de formação em temas como abastecimento de água, esgotamento sanitário, recursos hídricos, resíduos sólidos, didáticas de ensino, elaboração de projetos de educação ambiental e sensibilização. A grande adesão dos funcionários, que entenderam a importância do programa, garantiu o sucesso do projeto este ano.

Após a capacitação, os multiplicadores ambientais estão aptos organizar e realizar ações com o público externo (escolas, prefeituras, empresas) e público interno (funcionários da CORSAN), abordando as diferentes temáticas com apoio de materiais padronizados. Além dos módulos teóricos, os alunos foram incentivados a elaborar projetos relacionados à temática de educação ambiental, colocando em prática os conhecimentos adquiridos ao longo da formação. No evento houve a entrega dos certificados de capacitação e apresentação dos projetos de educação ambiental.

Os projetos foram elaborados no curso de capacitação por cada grupo de multiplicadores das Regionais, com orientação da equipe do SENAI e apresentaram os seguintes objetivos:

Regional	Projeto
SURCEN	Instalação de Pontos de Entrega Voluntária (PEV) para recolhimento do óleo usado da cozinha doméstica, com ações de sensibilização sobre o descarte correto
SURFRO	Diagnóstico de nascentes urbanas, recuperação e conservação
SURLIT	Portfólio informativo sobre o trabalho em educação ambiental desenvolvido na CORSAN SURLIT, com estratégias de divulgação das ações dos Multiplicadores Ambientais
SURMET	Programa CORSAN mais limpa com diferentes frentes de ação (projeto pedagógico de alfabetização ambiental, ação de aproveitamento de água filtrada da saída dos filtros da ETA, compostagem de resíduos orgânicos e implementação de um horto como experimento piloto)

Regional	Projeto
SURMIS	Elaboração de materiais para ações de educação ambiental orientados para abastecimento de água e tratamento de esgoto – valorização e divulgação dos serviços da CORSAN
SURNE	Feira ambiental itinerante, com apresentação/avaliação de projetos de escolas, palestras e exposições, oficinas etc.
SURPA	Programa de educação ambiental, customizado para a regional sobre abastecimento de água (da origem ao tratamento e distribuição), identificando as características e desafios locais de abastecimento. Elaboração direcionada para o público interno com futura expansão para outros públicos.
SURPLA	Estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental de implementação de um sistema de microgeração de energia de fonte solar e modernização dos equipamentos para redução do consumo energético na unidade de São Valentim.
SURSIN	Customização de materiais didáticos de educação ambiental com informações locais da SURSIN, direcionado para os 4 eixos do saneamento e 3 públicos distintos. Parte do material será produzido com conteúdo inclusivo (aula gravada incluindo legendas e libras)
SURSUL	Desenvolvimento de conteúdo para ações de EA com o viés de valorizar as atividades da Companhia.

Em 2022, entre as metas de desenvolver ações de educação ambiental, os multiplicadores também irão implantar estes programas nas suas Regionais.

Ações de educação ambiental

De janeiro a dezembro de 2021, foram registradas mais de 740 ações de educação ambiental, atingindo 127 municípios atendidos pela Corsan distribuídos nas 10 Regionais. Essas ações incluíram visitas nas Estações de Tratamento de Água, palestras e oficinas nas escolas, atividades de limpeza e recuperação de espaços, participação em eventos, visitas domiciliares, ações nas associações de moradores, entre outras.

Essas ações foram realizadas nas modalidades on-line ou presencial, abordando temáticas ambientais e, em alguns casos, sociais. Foram aplicadas a diferentes públicos, como interno e externo e de variadas faixas etárias, incluindo alunos do ensino infantil (4 a 6 anos) até adultos e atingindo aproximadamente 30 mil pessoas com mais de 1.400 horas de atividades de educação ambiental.

11.3. Pagamentos por serviços ambientais

Com o objetivo de promover o uso sustentável dos recursos naturais, manter a qualidade de nossos serviços de abastecimento, bem como melhorar resiliência de nossos serviços em um futuro de extremos climáticos (cenários de estiagem, escassez hídrica e baixa qualidade da água bruta), inovamos em fomentar práticas de engenharia verde para benefício dos mananciais do RS.

O Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) é um conceito inovador que traz como princípio o incentivo aos proprietários de zonas rurais, por meio de recompensa, monetária ou não, a se engajarem ou manterem práticas conservacionistas que beneficiam a sociedade por meio da oferta de serviços ambientais que a natureza proporciona. Trata-se de um instrumento econômico e de caráter voluntário.

Em 2021, iniciamos piloto para nosso Programa de Pagamentos por Serviços Ambientais (PPSA) no município de Venâncio Aires, visando à proteção e/ou recomposição de nascentes e matas ciliares na sub-bacia do arroio Castelhano. O objetivo central do Programa é a melhoria da disponibilidade e qualidade da água bruta captada no manancial superficial. Em sua primeira fase, que envolve mapeamento da região para estudo da viabilidade de desenvolvimento de um PSA, estudos preliminares foram conduzidos por uma equipe técnica de trabalho da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, com grande experiência na temática.

O primeiro relatório produzido pela equipe da UNISC foi finalizado em 2021, e incluiu diagnósticos da área, análise das opções de pagamento aos produtores, considerações e recomendações acerca do PSA, metodologia para o PPSA e um Plano de Ações. Ademais, para o primeiro trimestre de 2022, será entregue (i) metodologia para a valoração individual das propriedades por meio de múltiplos fatores, através de uma calculadora, para que assim os proprietários sejam remunerados financeiramente por meio do PPSA; e (ii) relatório final e capacitações em temáticas relevantes para a Corsan.

11.4. Compromissos públicos

Convênio com o Ministério Público

Neste 2021, a Corsan e o Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP-RS) firmaram convênio para mapear e conservar nascentes no território gaúcho. A parceria visa estabelecer o acesso da Companhia ao sistema “Água para o Futuro”, do MP, com repasse a essa instituição das informações sobre as nascentes localizadas e cadastradas pela Companhia no âmbito do Programa Especial de Pagamento por Serviços Ambientais (PPSA).

O convênio vai fomentar práticas transparentes de recuperação e conservação de áreas de proteção permanente (APP) associadas às nascentes, garantindo um apoio que beneficia diretamente à sociedade e aos usuários, e valoriza as propriedades rurais e as fontes de abastecimento.

Devido ao importante papel da Corsa para a sociedade gaúcha, questões como igualdade de gênero farão parte do Programa. Em 2022, deverão ser executados importantes passos para a expansão do Programa para outras regiões do estado.

Compensação ambiental FETAG

Em 2018, a Companhia assinou o Termo de Compromisso Ambiental nº 007/2018-DBIO/SEMA com a Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura para a execução de projeto de reposição florestal obrigatória através da execução do projeto denominado "Recuperação de Biomas" tendo como parceira responsável pela execução à Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG-RS).

O projeto se justificou na medida em que visa fomentar a conscientização ambiental de agricultores gaúchos e a recuperação de áreas degradadas de Biomas Pampa e Mata Atlântica, com ênfase na importância da preservação ambiental e no uso racional dos recursos naturais e na produção rural. O mesmo envolveu a alocação de recursos no valor de R$ 1.364.099,80 e teve como objetivos recuperar áreas degradadas em remanescente de vegetação nativa no Bioma Mata Atlântica e realizar o manejo conservacionista no Bioma Pampa, promovendo a conservação e recuperação da biodiversidade, mediante o gerenciamento integrado dos ecossistemas e a criação de oportunidades para o uso sustentável dos recursos naturais; atingir um público alvo em torno de 550 propriedades de agricultores e pecuaristas familiares; recuperar 281,2 hectares de área nos biomas Mata Atlântica e Pampa do RS e plantar 50.617 mudas nativas. A previsão é que este processo encerre no ano de 2022.

Dessa forma, a sociedade civil organizada e o Poder Público, por meio dessa parceria buscou apoiar a manutenção do homem no campo com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliando na conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promovendo a conservação da água e da biodiversidade da fauna silvestre e da flora nativa.

11.5. Plano de Ação Socioambiental

GRI 2-24 GRI 2-25 Ao obter financiamento de R$ 300 milhões com a International Finance Corporation (IFC), vinculada ao Grupo Banco Mundial, a Corsan tornou-se a primeira empresa da América Latina a aderir à iniciativa Utilities for Climate (U4C – Serviços

Públicos para o Clima). Reafirmando a ênfase em sustentabilidade, o empréstimo é voltado para ações de redução de perdas de água e eficiência energética que compõem um projeto com investimentos totais da ordem de R$ 453 milhões.

Atrelado à operação, a Companhia firmou compromisso com o IFC de cumprir um rigoroso Plano de Ação Socioambiental, no qual estão estabelecidas metas de adaptação às melhores práticas do mercado em termos de governança ambiental, social e corporativa, incluindo o desenvolvimento de um sistema de gestão socioambiental, práticas relacionadas a condições de trabalho e, ainda, saúde e segurança de comunidades e outras partes interessadas.

O Plano de Ação Socioambiental tem as seguintes metas e entregáveis:

- Desenvolver e implementar um Sistema de Gerenciamento Ambiental e Social, que deve conter os seguintes elementos:

a) Política Ambiental e Social

b) identificação de riscos e impactos

c) capacidade organizacional, competências e responsabilidades

d) preparação e respostas para emergências

e) engajamento dos stakeholders

f) monitoramento e revisão

Os indicadores devem ser medidos, auditados periodicamente e reportados à alta administração;

- Desenvolver e implementar um plano para mitigar as perturbações e impactos socioeconômicos durante a execução das obras do projeto de redução de perdas de água;
- Fortalecer sua estrutura organizacional atual no nível corporativo e nos escritórios regionais para integrar a equipe ambiental, social e de saúde e segurança ocupacional, e garantir a implementação consistente das políticas, planos e procedimentos ambientais e sociais corporativos em todas as operações da empresa;
- Desenvolver mais profundamente a matriz de identificação de riscos em termos de potenciais situações de emergência e desenvolver e implementar EPRPs (Emergency Preparedness and Response Package), que serão adaptados para cada instalação ou atividade a ser realizada. Funcionários e contratados serão treinados em resposta a emergências e exercícios serão realizados. A empresa fornecerá informações adequadas às comunidades potencialmente afetadas e às agências governamentais relevantes;

- Desenvolver e implementar um sistema de gestão de SSO consistente com os requisitos de PS da IFC e alinhado com GIIP, incluindo as diretrizes relevantes incluídas nas Diretrizes Gerais de EHS do WBG e Diretrizes de EHS para Água e Saneamento. A Corsan revisará, atualizará e fortalecerá a implementação de políticas, planos e procedimentos corporativos para garantir um desempenho consistente de SSO em todas as regiões de operações. A empresa irá revisar e atualizar a alocação de recursos, incluindo pessoal, ferramentas e equipamentos, e estrutura organizacional para apoiar o sistema de gestão de SSO. Os procedimentos incluirão medidas para mitigar e monitorar a exposição ocupacional a produtos químicos nas ETAs;
- Estabelecer políticas e procedimentos para gerenciar e monitorar SSO e o desempenho dos contratados em relação aos requisitos do Performance Standard 2. Além disso, a empresa incorporará esses requisitos nos acordos contratuais com seus contratados;
- Desenvolver e implementar planos de preparação e resposta a emergências para os locais do projeto. Os planos incluirão cenários de emergência no local e fora do local, incluindo avaliações de risco quantitativas apropriadas em termos de liberação de materiais perigosos. Dependendo das condições específicas do local e do potencial de emergências para afetar as partes interessadas próximas, os planos de emergência e preparação terão procedimentos para treinamento de conscientização, incluindo exercícios e coordenação com autoridades de emergência do governo distrital/local;
- Desenvolver um Plano de Gestão de Segurança, incluindo disposições para fornecedores de serviços de segurança em termos de seleção de pessoal de segurança, regras de engajamento, conduta apropriada em relação aos trabalhadores e comunidades, treinamento, equipamentos, instalações, condições de trabalho e mecanismo de reclamação. A Corsan está atualizando seu mecanismo de reclamação para as comunidades afetadas, o que permitirá a expressão de preocupações sobre os arranjos de segurança e ações do pessoal de segurança.

11.6. Finanças verdes

Em razão de nossa agenda estratégica para ESG, temos ganhado espaço e reconhecimento em operações financeiras verdes, com efeitos positivos sobre a oferta e o custo de capital de terceiros para a Corsan.

Por nosso destaque em operações financeiras ligadas à sustentabilidade, passamos a integrar a Plataforma de Transparência de Títulos Sustentáveis (*Green Bond Transparency*), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), onde são reunidas informações e indicadores de desempenho dos projetos financiados com a emissão de "títulos verdes" ou "títulos sustentáveis" na América Latina e Caribe.

Utilities for Climate (U4C)

Firmamos com a International Finance Corporation (IFC), vinculada ao Banco Mundial, o primeiro *Sustainability-Linked Loan* (SL) da Corsan, no valor total de R$ 300 milhões. Com isso, a Corsan se tornou a primeira empresa da América Latina a ingressar no programa Utilities for Climate (U4C), desenvolvido pela organização especialmente para fomentar projetos no setor de saneamento e água que contribuam no combate às mudanças climáticas.

O empréstimo se destina a combater perdas de água e a melhorar a eficiência do nosso consumo energético. O mecanismo de incentivo colocado pelo IFC prevê que o cumprimento da meta principal (reduzir as perdas de água de 43% para 35% até 2024), resultará na diminuição automática da taxa de juros contratada em 10bps. Atrelado à operação, firmamos compromisso por um rigoroso Plano de Ação Socioambiental, no qual estão estabelecidas metas de adaptação às melhores práticas do mercado em termos de governança ESG.

Títulos sustentáveis

Em 2021, pela primeira vez, uma emissão de debêntures da Corsan foi classificada como Título Sustentável, com impacto ambiental e social comprovado, e contribuição positiva para o desenvolvimento sustentável. O reconhecimento veio pela SITAWI, principal organização certificadora de finanças verdes no Brasil, que emprega metodologia alinhada com principais padrões internacionais de sustentabilidade em finanças. A opinião da SITAWI foi baseada em características da emissão, na performance socioambiental dos projetos nos processos de licenciamento e gestão socioambiental, bem como no desempenho geral da Corsan em governança ESG.

Prêmio Latin Finance

A Corsan recebeu da LatinFinance o prêmio *2021 Project & Infrastructure Finance* (Financiamento de Projetos e Infraestrutura), na categoria Infraestrutura de Água e Saneamento, em reconhecimento à 4ª emissão de debêntures, reconhecida como Título Sustentável. O prêmio reconhece as transações e instituições de maior destaque em campos críticos para o progresso econômico da região. O processo de identificação e seleção das melhores operações financeiras foi baseado em nomeações, consulta de mercado, pesquisa de dados financeiros e feedback sobre as transações.

12. Ações na pandemia de Covid-19

Este ano não foi apenas marcado pela continuidade da pandemia de Covid-19, mas principalmente pelo seu agravamento. O Brasil atravessou o primeiro semestre de 2021 com casos em alta, mas encerrou o ano com quadro um pouco mais controlado – ainda que inspirando atenção. Na Corsan, enfrentamos o desafio, adotando as medidas sanitárias recomendadas pelas autoridades e engajando nossos funcionários em campanhas permanentes por cuidados individuais, bem como na campanha nacional pela vacinação.

Nossas atividades, naturalmente, nunca pararam. Mais do que um trabalho essencial para a população, o setor de saneamento tornou-se central para o combate ao espalhamento do vírus, dada a importância das ações de higiene e limpeza para esse fim. Enquanto nossas equipes permaneciam nas ruas e nos postos de atendimento, buscamos desenvolver novos canais de relacionamento com o cliente de forma segura – unidades inteligentes, totens de autoatendimento, unidade de atendimento virtual e atendimento por vídeo chamada.

Também não negligenciamos o impacto muito notável e negativo da pandemia na situação social do país e do estado do RS em particular. Por isso, tomamos medidas para apoiar nossos clientes mais expostos à crise e garantir seu acesso a água, apesar das dificuldades financeiras que se abateram sobre muitos.

12.1. Saúde e segurança em primeiro lugar

GRI 403-1 **GRI 403-6** **GRI 403-7** Durante a pandemia, mantivemo-nos atentos e atuamos com zelo a fim de garantir a saúde de nossos colaboradores. Atuando em atividade considerada essencial, a Corsan manteve a rigidez de seus protocolos sanitários no intuito de preservar seus trabalhadores e conscientizá-los quanto à importância de estenderem os cuidados à sua rotina pessoal e familiar.

Instruímos os colaboradores constantemente, mantendo o Plano de Contingência e Protocolos (PCP COVID19 CORSAN) atualizado conforme diretrizes sanitárias federal, estadual e municipais, reforçando a importância do cuidado em outras situações fora do ambiente de trabalho, e conversamos muito, com escuta aberta, para dar apoio emocional e psicológico, cuidando da saúde de todos os funcionários e terceirizados.

Proporcionamos aos nossos colaboradores locais de trabalho seguros e saudáveis, por meio do cumprimento de leis relativas à medicina e à segurança do trabalho, com uma equipe dedicada à gestão do tema e um conjunto de normas e políticas estruturadas:

- Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO)
- Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA)

- Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)

SIPAT 2021

GRI 403-5 A Semana Interna de Prevenção de Acidente do Trabalho (Sipat) 2021, com a participação do Serviço Social da Indústria (SESI), foi uma ação fundamental para todos os empregados e aconteceu de maneira totalmente virtual em razão da pandemia da Covid-19 e da necessidade do distanciamento social. Entre os temas abordados destacaram-se: Saúde mental em tempos de Covid-19, comportamento consciente e seguro no trabalho e relacionamento interpessoal no ambiente de trabalho.

Houve também quiz interativo com perguntas relacionadas ao conteúdo apresentado em cada palestra. Após o término dos cinco cursos e dos exercícios, foi possível emitir na plataforma do SESI o certificado de participação.

12.2. Negociação de Dívidas

Diante das dificuldades impostas à sociedade pela pandemia, a Corsan ofereceu a seus usuários uma série de descontos e benefícios para quem necessita colocar em dia suas pendências com a Companhia. Lançado em setembro de 2020 e prorrogado até 31 de maio de 2022, o Programa de Negociação de Dívidas (PND) proporciona condições especiais para a quitação de dívidas antigas com a Companhia, concedendo até 50% de desconto do valor ao devedor, facilitando sua regularização e promovendo uma maior tranquilidade para os clientes.

Para faturas vencidas entre 01/08/2015 e 31/07/2019, a Corsan oferece desconto de 99% sobre os valores referentes à multa e aos juros sempre que o pagamento for à vista. Caso o cliente opte por parcelar o pagamento, o desconto será de 50% sobre os valores de multa e juros, com isenção total de juros futuros. Já para regularizar as faturas vencidas até 31/07/2015, sempre que o pagamento for à vista a Companhia concede isenção total de multa e juros, além de um desconto de 50% sobre o valor da dívida. Para os pagamentos parcelados, o desconto será de 50% sobre os valores de multa e juros e isenção total de juros futuros.

As condições de parcelamento oferecidas pela Corsan dentro do PND são: (a) 35% de entrada e parcelamento em até 12 vezes (caso o parcelamento seja feito por cartão de crédito, não é necessário pagar entrada); e (b) as parcelas deverão ter um valor mínimo: na categoria residencial subsidiada deve ser de ao menos R$ 30,00 por economia, enquanto nas demais categorias o valor mínimo da parcela deverá ser de R$ 50,00.

Em dezembro de 2021, decidimos por estender o PND a hospitais gaúchos. Reconhecendo a importância da atuação dessas instituições para o Sistema de Saúde do Rio Grande do Sul, a Corsan concederá 90% de desconto nas faturas pendentes e vencidas há mais

de 5 anos. E nas faturas mais recentes, isenção de multa e juros de mora, bem como juros de parcelamento de toda a dívida para aquelas instituições que tenham pelo menos 15 faturas em aberto.

13. Sobre este relatório

GRI 2-2 **GRI 2-3** Esta é a 4ª edição do Relatório de Administração e Sustentabilidade da Corsan, de frequência anual, publicado em 22 de março de 2022, e elaborado em conformidade com as Normas GRI.

Com o lançamento deste documento, seguimos em nossa evolução por mais transparência e diálogo com nossas partes interessadas: a sociedade gaúcha, nossos clientes, acionistas, colaboradores e fornecedores, além dos poderes concedentes (municípios), agentes reguladores, fiscalizadores, entre outros. Apresentamos aqui nossa abordagem para transformar a Estratégia Corsan em ações que nos aproximem da nossa Missão e dos nossos Valores. Esta também é uma oportunidade para balanço interno e prestação de contas a respeito da forma como impactamos o nosso entorno.

GRI 2-14 Neste documento, de divulgação anual, tornamos públicos os resultados operacionais, financeiros e socioambientais apurados no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021. Os dados que apresentamos aqui refletem a operação da Companhia como um todo, o que inclui suas 317 unidades de saneamento e 10 superintendências regionais. Todos as afirmações, dados e indicadores refletem a realidade da Corsan em 31 de dezembro de 2021; exceções são informadas ao longo do texto. O conteúdo deste relatório foi revisado e aprovado pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração da Companhia em 07/03/2022 e 22/03/2022, respectivamente.

Na edição 2021 do Relatório Anual de Administração e Sustentabilidade da Corsan, apresentamos algumas novidades. A Corsan está adotando as normas de relato GRI (Global Reporting Initiative), bem como indicadores padronizados SASB (Sustainability Accounting Standards Board), dois padrões-ouro em matéria de relato de sustentabilidade, e que darão visibilidade, objetividade e comparabilidade aos resultados da Corsan frente a companhias do segmento no Brasil e no exterior. Os indicadores GRI e SASB estão referenciados ao longo do texto. Para navegação mais rápida por esses dados, consulte os Índices de Conteúdo GRI e SASB, bem como pelo Painel de Indicadores na seção Evoluir define a Corsan.

GRI 2-26 Caso o leitor deseje esclarecer ou complementar informações contidas neste relatório, entre em contato com nossa equipe de Relações com Investidores:

ri@corsan.com.br | +55 51 3215 4646

Verificação externa

GRI 2-2 **GRI 2-3** **GRI 2-5** As demonstrações financeiras incluídas neste Relatório foram objeto de auditoria independente, que se debruçou sobre o balanço patrimonial em 31

de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Outras informações, incluindo os indicadores operacionais e socioambientais, não foram objeto de auditoria, mas refletem a melhor informação disponível pela Companhia na data de publicação deste documento.

Relacionamento com auditores

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, os serviços de auditoria independente foram contratados junto à empresa PwC Auditores Independentes. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor. Cumpre registrar que os auditores externos realizaram serviços exclusivamente relacionados à auditoria das demonstrações financeiras.

13.1. Partes interessadas e definição de materialidade

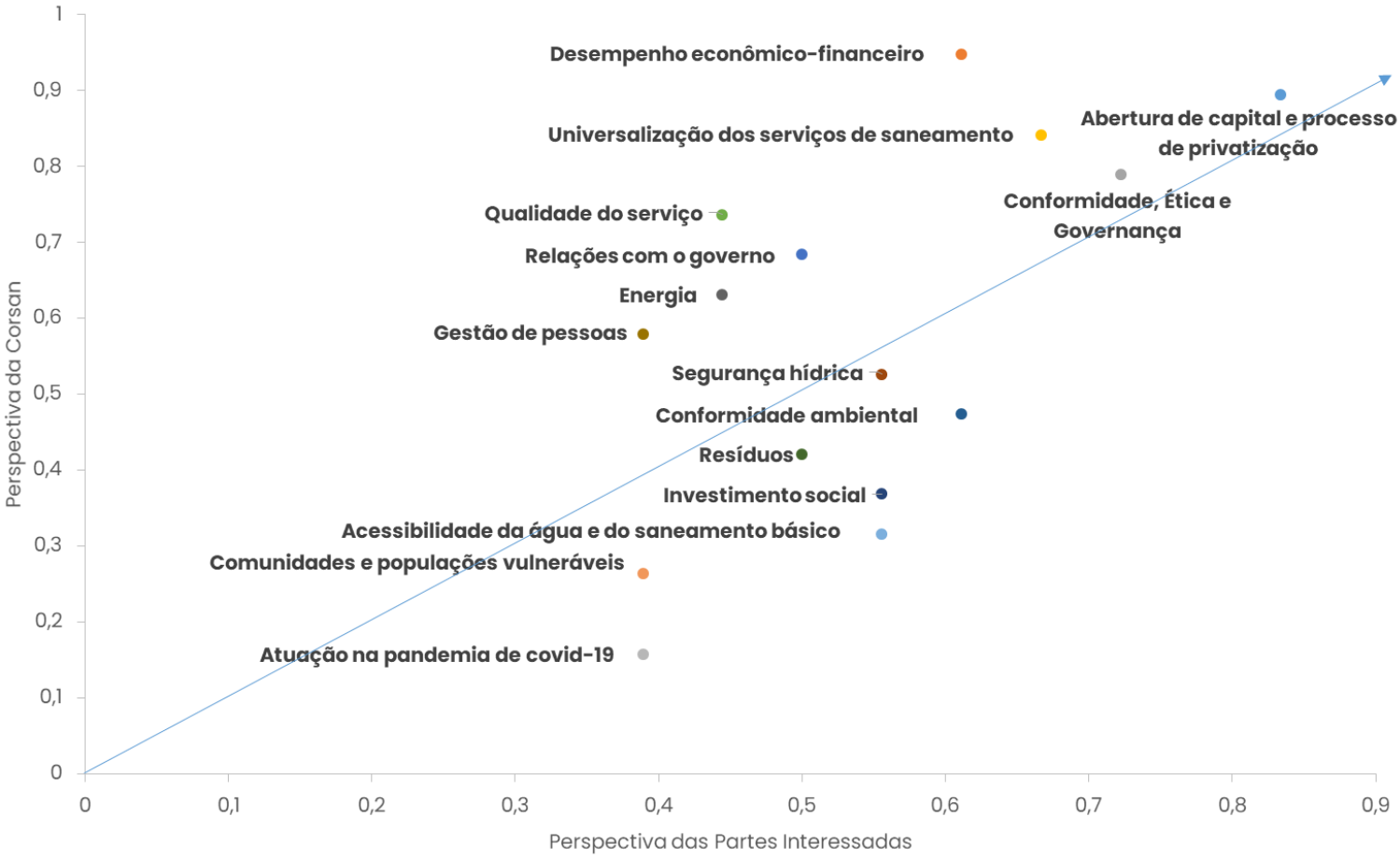
GRI 2-29 Em 2021 elaboramos nossa primeira matriz de materialidade em atendimento às normas GRI – um desafio, sendo este um ano de tantas transformações para a Corsan. Esse trabalho foi construído com base em ações já desenvolvidas no âmbito do acordo com o IFC e que trataram da qualificação do engajamento com nossas partes interessadas. Apresentamos a seguir um resumo do levantamento de partes interessadas da Corsan.

GRI 3-1 GRI 3-2 A Corsan também elaborou levantamento de temas relevantes para divulgação. Para tanto, realizamos benchmarking com pares nacionais e internacionais do setor de saneamento, consultamos os temas materiais SASB, elencamos matérias sobre a Corsan pautadas na imprensa e recebemos apontamentos diretos dos clientes na mais recente pesquisa de satisfação (2021). Aos temas levantados foi atribuída pontuação que expressasse sua importância para o conjunto das partes interessadas, bem como para a própria Companhia. Para o futuro, projetamos incluir nossas partes interessadas de forma mais direta, com a elaboração de consultas online e abertura de mais canais de interação.

Parte interessada	Ponto focal de relacionamento na Corsan
Controladores	Alta Administração
Potenciais investidores	Alta Administração; Diretoria Financeira e de Relações com Investidores; Superintendência de Relações com Investidores

Clientes	Diretoria Comercial e suas Superintendências; Superintendências regionais; Unidades de saneamento
Fornecedores	Superintendência de Suprimentos; Superintendências regionais; Demais áreas da empresa que realizem contratações
Sociedade	Todas as áreas da empresa
Força de trabalho	Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas
Poder concedente (municípios)	Superintendência de Relacionamento com o Cliente; Superintendência de Relações Institucionais
Órgãos reguladores	Departamento de Regulação Econômico-Financeira; Departamento de Regulação Técnica
Sindicatos	Diretoria Administrativa, Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas; Superintendência Jurídica; Departamento de Políticas de Gestão de Pessoas
Financiadores	Diretoria Financeira e de Relações com Investidores; Superintendência Financeira; Departamento de Captação e Acompanhamento de Recursos Financeiros
Imprensa	Assessoria de Comunicação Social
Órgãos de controle e de fiscalização	(1) Superintendência de Governança Corporativa; (2) Superintendência de Relações com Investidores
Ministério do Desenvolvimento	Diretoria Financeira e de Relações com Investidores; Superintendência Financeira; Superintendência de Relações com Investidores
Comitês de Bacias	Departamento de Gestão de Recursos Hídricos
FUNCORSAN	Diretoria Administrativa; Superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas
Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura-RS	Diretoria da Presidência; Diretoria de Meio Ambiente
Agências certificadoras e de avaliação de risco de crédito	Diretoria Financeira e de Relações com Investidores; Superintendência de Relações com Investidores

O produto final do processo de definição de materialidade e priorização dos temas de 2021 é o gráfico a seguir.



GRI 3-3 Para auxiliar o leitor, inserimos marcações ao longo do texto sempre que uma informação estiver relacionada a algum indicador padronizado de relato. Em nosso Índice GRI, o leitor também pode buscar a relação entre esses indicadores, os ODS e os temas materiais relacionados.

Buscamos aqui oferecer a melhor informação disponível quanto aos impactos – realizados e potenciais – relativos a cada um dos temas materiais listados. Da mesma forma, procuramos descrever ações tomadas com o objetivo de gerenciar, prevenir, mitigar e/ou remediar impactos relevantes da Corsan em nosso entorno. Quando possível, demos publicidade a metas e a indicadores que ajudam a compreender esses temas – cumprindo, portanto, com nosso dever de transparência com os públicos interno e externo da Corsan.

14. Índice de Conteúdo GRI

Índice	Nome do Indicador	Item	ODS relacionado
DIVULGAÇÕES GERAIS			
2-1	Detalhes da organização	3	-
2-2	Entidades incluídas no relatório de sustentabilidade	14, 14.1	-
2-3	Período de relato, frequência e ponto focal	14, 14.1	-
2-4	Correções de informação	N/A	-
2-5	Verificação externa	14.1	-
2-6	Atividades, cadeia de valor e relações de negócio	9.1	6
2-7	Empregados	8.1	8
2-9	Estrutura de governança e composição	6.1	16
2-10	Nomeação e seleção do mais alto órgão da aministração	6.1	16
2-11	Presidência do mais alto órgão de governança	6.1	16
2-12	Papel do mais alto órgão de governança na supervisão da gestão de impactos	6.1	16
2-14	Papel do mais alto órgão de governança na divulgação de sustentabilidade	14	16
2-16	Comunicação de preocupações críticas	6.1	16
2-17	Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança	6.1	16
2-18	Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança	6.1	16
2-19	Políticas de remuneração	6.1	8
2-21	Razões de remuneração anual total	8.2	8
2-22	Declaração sobre estratégia de desenvolvimento sustentável	2	6, 12, 14
2-23	Compromissos	3.3	17
2-24	Internalizando compromissos	12.5	6, 9, 11, 12, 17
2-25	Processos para remediar impactos negativos	12.5	12
2-26	Mecanismos para busca de informações e apresentação de preocupações	7.2	16
2-29	Abordagem para o engajamento de partes interessadas	14.2	17
2-30	Acordos de negociação coletiva	8.3	8
TEMAS MATERIAIS			

Índice	Nome do Indicador	Item	ODS relacionado
3-1	Processo para determinação de temas materiais	14.2	17
3-2	Lista de temas materiais	14.2	-
3-3	Gestão dos temas materiais	14.2	-
DESEMPENHO ECONÔMICO			
201-1	Valor econômico direto gerado e distribuído	11.2	8
201-2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes das mudanças climáticas	6.2	13
201-3	Obrigações do plano de benefício definido e outros planos de aposentadoria	8.2	8
IMPACTOS ECONÔMICOS INDIRETOS			
203-1	Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços	5.2, 11.8	6, 8
203-2	Impactos econômicos indiretos significativos	3.3	1, 8, 9, 10, 12
ANTI-CORRUPÇÃO			
205-2	Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção	7.1.2	16
ENERGIA			
302-1	Consumo de energia dentro da organização	9.4	7, 12
302-3	Intensidade energética	9.4	7, 12
ÁGUA E EFLUENTES			
303-1	Interações com a água como um recurso compartilhado	9.2, 9.2, 3.4	6, 12, 14
303-2	Gestão de impactos relacionados ao descarte de água	9.8	6, 14
303-3	Captação de água	9.1.1	6, 12
RESÍDUOS			
306-1	Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos	9.8	3, 6, 13, 14
306-2	Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos	9.8	3, 6, 14
CONFORMIDADE AMBIENTAL			
307-1	Não conformidade com leis e regulamentos ambientais	9.8	3, 6, 14
EMPREGO			
401-1	Novas contratações e rotatividade de empregados	8.1	8

Índice	Nome do Indicador	Item	ODS relacionado
401-2	Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial	8.2	8
SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO			
403-9	Acidentes de trabalho	8.4	3, 8
DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES			
405-1	Diversidade em órgãos de governança e empregados	8	8, 10
SAÚDE E SEGURANÇA DO CONSUMIDOR			
416-1	Avaliação dos impactos na saúde e segurança causados por categorias de produtos e serviços	9.1	3
416-2	Casos de não conformidade em relação aos impactos na saúde e segurança causados por produtos e serviços	9.1	3, 6

16. Índice de Conteúdo SASB

Métrica	Tópico	Item	ODS relacionado
IF-WU-130a.1	Gestão de energia	9.4	7
IF-WU-140a.1	Eficiência da rede de distribuição	9.4	6
IF-WU-140a.2	Eficiência da rede de distribuição	9.4	6
IF-WU-140b.1	Gestão da qualidade de efluentes	9.8	3, 6, 14
IF-WU-140b.2	Gestão da qualidade de efluentes	9.8	3, 6, 14
IF-WU-240a.1	Acesso e acessibilidade à água	N/D	-
IF-WU-240a.2	Acesso e acessibilidade à água	N/D	-
IF-WU-240a.3	Acesso e acessibilidade à água	12.1	1, 6
IF-WU-240a.4	Acesso e acessibilidade à água	12.1	1, 6
IF-WU-250a.1	Qualidade de água potável	9.1	3, 6
IF-WU-250a.2	Qualidade de água potável	9.1	3, 6
IF-WU-420a.1	Eficiência de uso final	N/A	-
IF-WU-420a.2	Eficiência de uso final	N/A	-
IF-WU-440a.1	Resiliência do fornecimento de água	9.2	6, 12
IF-WU-440a.2	Resiliência do fornecimento de água	9.1	6, 12
IF-WU-440a.3	Resiliência do fornecimento de água	9.1	6, 12
IF-WU-450a.1	Resiliência da rede e impactos das mudanças climáticas	6.2	13, 14
IF-WU-450a.2	Resiliência da rede e impactos das mudanças climáticas	9.8	13, 14
IF-WU-450a.3	Resiliência da rede e impactos das mudanças climáticas	9.1	6
IF-WU-450a.4	Resiliência da rede e impactos das mudanças climáticas	6.2	13
IF-WU-000.A	Atividade	9	6
IF-WU-000.B	Atividade	9.1	6
IF-WU-000.C	Atividade	9	6
IF-WU-000.D	Atividade	N/D	-
IF-WU-000.E	Atividade	9.5	6

Coordenação e Elaboração

Equipe de Relações com Investidores

Douglas Ronan Casagrande da Silva
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Alexandre Saleh
Emanuelle Schneider
Matheus Gebhardt

Agradecimentos

Gabinete da Presidência, Assessoria de Comunicação, Superintendência de Planejamento, Orçamento e Gestão, Escritório de Gerenciamento de Projetos Estratégicos, Superintendência de Governança Corporativa, Gestão de Riscos e Conformidade, Secretaria de Governança Corporativa, Superintendência Jurídica, Unidade de Negócio e Parcerias Estratégicas, Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, Diretoria Comercial, Diretoria de Operações, Diretoria de Expansão, Diretoria Administrativa, superintendências regionais.

Porto Alegre, 22 de março de 2022

17. Demonstrações Financeiras

Pautados pelos princípios de transparência e conformidade com a regulação vigente, apresentamos a seguir as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Índice das Demonstrações Financeiras

Demonstrações Contábeis 125
- Balanços Patrimoniais 125
- Demonstrações dos Resultados 127
- Demonstrações dos Resultados Abrangentes 128
- Demonstrações dos Fluxos de Caixa 129
- Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido 130
- Demonstrações do Valor Adicionado 131
- Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 132

Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Contador 224
Relatório dos Auditores Independentes 225
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 231
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes 232
Manifestação do Conselho de Administração 233
Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria 234
Parecer do Conselho Fiscal 235
Proposta de Orçamento de Capital 236

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO CIRCULANTE		**2.721.228**	**774.855**
Caixa e equivalentes de caixa	5.a	678.979	233.267
Aplicações financeiras	5.b	–	11.339
Contas a receber de clientes	6	484.169	415.615
Estoques	7	115.502	102.983
IRPJ e CSLL a recuperar	8.c	1.299.397	21
Precatórios a receber	9	129.146	–
Outros créditos	11	14.035	11.630
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**5.121.833**	**6.152.587**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		*2.583.930*	*3.598.718*
Aplicações financeiras	5.b	54.133	65.206
Contas a receber de clientes	6	4.951	3.525
Aplicações no caixa único do Estado	27.a	–	5.970
Créditos fiscais diferidos	8.a	126.226	66.694
Ativos financeiros contratuais	12	638.843	588.827
Indenização por desapropriação	10	46.561	42.191
IRPJ e CSLL a recuperar	8.c	25.414	1.430.357
Ativos de contratos	13	1.463.138	1.174.160
Precatórios a receber	9	209.308	220.154
Outros créditos	11	15.356	1.634
INVESTIMENTOS		*791*	*845*
IMOBILIZADO		*157.285*	*168.505*
Imobilizado técnico	14	132.957	124.724
Ativos de direito de uso	16.a	24.328	43.781
INTANGÍVEL	*15*	*2.379.827*	*2.384.519*
TOTAL DO ATIVO		**7.843.061**	**6.927.442**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
PASSIVO CIRCULANTE		**1.968.409**	**864.436**
Empréstimos e financiamentos	18	114.427	114.381
Debêntures	19	13.899	4.811
Fornecedores		140.159	118.988
Impostos e contribuições		31.847	36.183
Parcelamentos de impostos e contribuições	20	16.140	15.644
Salários e encargos a pagar		140.939	145.109
Participação nos resultados		53.557	43.584
Dividendos e juros sobre o capital próprio	27.a	1.368.821	345.205
Passivos de arrendamento	16.b	20.668	23.674
Obrigações contratuais	21	56.522	9.000
Outros débitos	22	11.430	7.857
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**2.652.337**	**2.019.485**
Empréstimos e financiamentos	18	406.719	473.096
Debêntures	19	617.350	-
Parcelamentos de impostos e contribuições	20	-	15.644
Contratos de repasse	23	86.770	53.895
Provisão para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas	24	718.801	467.194
Provisão para benefício pós-emprego	25	760.099	944.110
Débitos fiscais diferidos	8.b	36.361	41.362
Parceria Público Privada - RMPA	13	22.423	-
Obrigações contratuais	21	-	4.000
Passivos de arrendamento	16.b	3.814	20.184
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**3.222.315**	**4.032.697**
Capital social	26.a	1.878.540	1.682.328
Reservas de capital	26.b	17.148	17.148
Reservas de lucros	26.e	1.187.026	2.388.985
Outros resultados abrangentes	26.c	139.601	(55.764)
Adiantamento para futuro aumento de capital	26.f	-	10.824
PATRIMONIO LIQUIDO E ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		*3.222.315*	*4.043.521*
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**7.843.061**	**6.927.442**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2021	2020
RECEITA LIQUIDA DE VENDA DE BENS E SERVIÇOS	**28**	**3.410.664**	**3.153.453**
Custos das vendas, serviços e de construção	29	(2.273.988)	(2.088.042)
LUCRO BRUTO		**1.136.676**	**1.065.411**
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		*(656.160)*	*370.577*
Despesas comerciais	29	(161.673)	(134.418)
Despesas administrativas	29	(537.104)	(447.948)
Outras receitas operacionais	29	67.740	1.018.528
Outras despesas operacionais	29	(25.123)	(65.585)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		**480.516**	**1.435.988**
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	*30*	*(162.268)*	*460.429*
Receitas financeiras		154.479	643.637
Despesas financeiras		(316.747)	(183.208)
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**318.248**	**1.896.417**
Contribuição social corrente		(46.809)	(49.042)
Contribuição social diferida		79.030	(32.981)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**350.469**	**1.814.394**
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO			
PN	*26.g*	*0,57798*	*2,99225*
ON	*26.g*	*0,52544*	*2,72023*
LUCRO DILUÍDO POR AÇÃO			
PN	*26.g*	*0,57798*	*2,99225*
ON	*26.g*	*0,52544*	*2,72023*

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**350.469**	**1.814.394**
Outros resultados abrangentes	*195.365*	*(86.738)*
Realização da reserva de reavaliação	(1.781)	(2.191)
Ganho (perda) atuarial - Fundação Corsan	216.644	(92.909)
Contribuição social diferida	(19.498)	8.362
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**545.834**	**1.727.656**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Lucro antes da contribuição social	**318.248**	**1.896.417**
Ajustes para reconciliação:		
Depreciação e amortização	196.423	170.519
Baixa de imobilizado, intangível e ativos de contratos	2.080	20.268
Provisão para perdas esperadas	45.978	31.274
Provisão para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas	55.064	(74.275)
Provisão para benefício pós-emprego	32.634	4.611
Provisão para participação nos resultados	53.466	43.491
Juros e variações monetárias sobre financiamentos	47.430	44.532
Juros e variações monetárias sobre outras dívidas	64.541	2.855
Apropriação de custos na captação de recursos de terceiros	2.116	-
Variações monetárias sobre contingências	206.536	145.261
Variação líquida da indenização da imunidade tributária	(20.214)	(1.408.328)
Atualização monetária de precatórios	(15.768)	(11.469)
Outros ajustes ao lucro	(59)	(678)
Rendimento sobre aplicações financeiras de curto prazo	(25.833)	(1.865)
Ajuste a valor presente sobre clientes	(651)	(350)
Ajuste a valor presente sobre ativos financeiros	(39.994)	(36.435)
Margem na construção de obras - contratos de concessão	(4.532)	(2.518)
Provisão para tributos diferidos (Cofins/Pasep)	(5.001)	24.634
Lucro líquido ajustado	**912.464**	**847.944**
Variações nos ativos:		
(Aumento) de contas a receber de clientes	(115.308)	(85.185)
(Aumento) de estoques	(12.474)	(16.581)
(Aumento) redução de depósitos judiciais	(9.994)	17.762
Redução (aumento) de rendimentos do Caixa Único	5.970	(3.756)
(Aumento) de indenização por desapropriação	(4.370)	(352)
Redução (aumento) de reclamações e rescisões contratuais	(102.532)	16.083
(Aumento) de outros créditos	(16.149)	(701)
Redução (aumento) de tributos a recuperar	125.803	(3.482)
Variações nos passivos:		
Aumento (redução) de fornecedores	21.171	(4.118)
(Redução) de impostos e contribuições	(4.337)	(29.673)
(Redução) de impostos e contribuições - parcelamento	(16.023)	(15.502)
(Redução) de dívidas com Fundação Corsan	-	(23.176)
(Redução) aumento de férias e encargos a pagar	(4.171)	62.660
(Redução) de participação nos resultados	(43.493)	(19.396)
Aumento de Parceria Público Privada - RMPA	22.423	-
Aumento (redução) de obrigações contratuais	43.522	(40.604)
Aumento (redução) de outros débitos	3.574	(5.134)
Caixa proveniente das operações	**806.076**	**696.789**
Contribuição social paga	(46.809)	(46.224)
Empréstimos, financiamentos e arrendamento - pagamento de juros	(42.003)	(28.771)
Caixa líquido das atividades operacionais	**717.264**	**621.794**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Aplicações financeiras	48.244	(4.484)
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(30.217)	(32.929)
Aquisição de ativos de construção	(305.963)	(313.991)
Aquisições de ativos intangíveis	(139.675)	(67.524)
Outros investimentos	-	78
Caixa líquido das atividades de investimento	**(427.611)**	**(418.850)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Empréstimos e financiamentos - captação	44.728	77.432
Empréstimos e financiamentos - pagamento de principal	(116.486)	(89.764)
Debêntures - captação	600.000	-
Debêntures - custo de emissão	(21.989)	-
Debêntures - pagamento	(17.355)	(9.830)
Contratos de repasse - Governo Estadual/Funasa/ANA	32.875	10.458
Dividendos/juros sobre capital proprio - pagamento	(345.205)	(38.000)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	10.824
Amortização do passivo de arrendamento	(20.509)	(23.778)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**156.059**	**(62.658)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**445.712**	**140.286**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	678.979	233.267
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	233.267	92.981
Variação de caixa e equivalentes de caixa	**445.712**	**140.286**
Itens que não afetam caixa		
Transferencias entre ativo financeiro e intangível	34.055	257.220
Transferencias entre estoque e intangível	24.432	33.060
Juros capitalizados	14.465	13.234
Aumento de capital social com adiantamento para futuro aumento de capital	10.824	47.183

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

17.

		Reservas de capital			Reservas de lucros								
	Nota	Capital social	Reserva de investimentos	Doações e subvenções para investimentos	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros a realizar	Outros resultados abrangentes	Lucros/ prejuízos acumulados	Total patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**1.635.145**	**9.262**	**7.886**	**136.558**	**2.394**	**530.892**	**-**	**30.974**	**-**	**2.353.111**	**47.183**	**2.400.294**
Integralização de Capital	26.a	47.183	-	-	-	-	-	-	-	-	47.183	(47.183)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	26.f	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.824	**10.824**
Realização de reservas	26.c	-	-	-	-	-	-	-	(2.191)	2.191	-	-	-
Ganhos e perdas atuariais		-	-	-	-	-	-	-	(84.547)	-	(84.547)	-	**(84.547)**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	1.814.394	1.814.394	-	**1.814.394**
Destinações propostas à Assembléia Geral Ordinária:													
Juros sobre o capital próprio atribuído ao dividendo	26.d	-	-	-	-	-	-	-	-	(97.444)	(97.444)	-	**(97.444)**
Constituição de reservas	26.e	-	-	-	90.720	17	1.294.934	333.470	-	(1.719.141)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**1.682.328**	**9.262**	**7.886**	**227.278**	**2.411**	**1.825.826**	**333.470**	**(55.764)**	**-**	**4.032.697**	**10.824**	**4.043.521**
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**1.682.328**	**9.262**	**7.886**	**227.278**	**2.411**	**1.825.826**	**333.470**	**(55.764)**	**-**	**4.032.697**	**10.824**	**4.043.521**
Integralização de Capital	26.a	196.212	-	-	-	-	(185.388)	-	-	-	10.824	(10.824)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	26.f	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	26.c	-	-	-	-	-	-	-	(1.781)	1.781	-	-	-
Ganhos e perdas atuariais		-	-	-	-	-	-	-	197.146	-	197.146	-	**197.146**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	350.469	350.469	-	**350.469**
Destinações propostas à Assembléia Geral Ordinária:													
Juros sobre o capital próprio atribuído ao dividendo	26.d	-	-	-	-	-	-	-	-	(83.207)	(83.207)	-	**(83.207)**
Dividendos	26.d	-	-	-	-	-	(952.144)	(333.470)	-	-	(1.285.614)	-	**(1.285.614)**
Constituição de reservas	26.e	-	-	-	17.523	117	251.403	-	-	(269.043)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**1.878.540**	**9.262**	**7.886**	**244.801**	**2.528**	**939.697**	**-**	**139.601**	**-**	**3.222.315**	**-**	**3.222.315**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Receitas	**3.733.947**	**4.409.390**
Vendas de mercadorias e serviços	3.420.123	3.127.413
Receitas de construção	310.496	316.509
Provisão para perdas esperadas	(45.978)	(31.274)
Reconhecimento do ganho Imunidade Tributária	8.945	863.356
Outras receitas	40.361	133.386
Insumos adquiridos de terceiros	**(1.372.255)**	**(1.255.283)**
Custos dos serviços	(1.151.923)	(1.065.650)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(215.253)	(165.815)
Outros	(5.079)	(23.818)
Valor adicionado bruto	**2.361.692**	**3.154.107**
Depreciação e amortização	(196.423)	(170.519)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**2.165.269**	**2.983.588**
Valor adicionado recebido em transferência	*169.274*	*644.775*
Receita financeira sobre ganho da Imunidade	26.472	544.971
Outras receitas financeiras	128.007	98.666
Doações e subvenções	14.795	1.138
Valor adicionado total a distribuir	**2.334.543**	**3.628.363**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	**1.198.047**	**1.078.820**
Remuneração	856.632	785.703
FGTS	45.111	38.436
Benefícios	194.254	193.194
Fundo de previdência	102.050	61.487
Impostos, taxas e contribuições	**458.087**	**544.394**
Federal	437.159	525.938
Estadual	20.854	18.295
Municipal	74	161
Remuneração de capitais de terceiros	**327.940**	**190.755**
Despesas financeiras	316.747	183.208
Aluguéis	11.193	7.547
Remuneração de capitais próprios	**350.469**	**1.814.394**
Juros sobre o capital próprio	83.207	97.444
Lucros retidos	267.262	1.716.950
Total do valor adicionado distribuído	**2.334.543**	**3.628.363**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1) Informações sobre a Companhia

A Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan ("Companhia") é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades por Ações, constituída com base na Lei nº 5.167, de 21 de dezembro de 1965, regulamentada pelo Decreto nº 17.788, de 04 de fevereiro de 1966, e alterada pela Lei nº 13.435, de 05 de abril de 2010 e pela Lei nº 14.833, de 04 de janeiro de 2016. A Companhia passou a operar de forma efetiva a partir de 28 de março de 1966.

O acionista controlador da Corsan é o Estado do Rio Grande do Sul, que detém 99,99% do seu capital social, estando a Companhia vinculada à Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura.

O objeto social da Companhia é realizar a construção, a operação, a exploração mercantil e a ampliação de instalações concernentes aos serviços públicos de fornecimento de água potável e coleta de esgotos sanitários; a realização de estudos, pesquisas e projetos no intuito do constante desenvolvimento de suas atividades operacionais, bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas permitidas por lei, relativas à atividade de prestação de serviços de saneamento básico e participação em outras sociedades.

Atua em 317 Municípios do Rio Grande do Sul com a prestação do serviço de abastecimento de água, sendo 301 contratos de programa vigentes, um anulado judicialmente (Erechim) e 15 contratos de concessão, e, concomitantemente, em 306 Municípios com a prestação do serviço de esgotamento sanitário. Em 31 de dezembro de 2021, há 09 contratos de concessão vencidos nos quais está se verificando, em termos jurídicos, a possibilidade de regularização contratual diante do Novo Marco Legal do Saneamento. O contrato do município de Erechim, bem como os outros 09 contratos que não estão vigentes representam, respectivamente, 1,52% e 0,52% da receita operacional bruta da Companhia.

Novo Marco Legal do Saneamento

Em 15 de julho de 2020 foi sancionada a Lei Federal nº 14.026/2020 que atribui à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) a autoridade para editar normas de referência para regular o saneamento com o objetivo de minimizar as incertezas regulatórias, bem como impõe metas de atendimento de 99% da população atendida com água potável e de 90% com coleta e tratamento de esgoto até 31 de dezembro de 2033, incentivando as operadoras a atuarem com maior eficiência e ampliando a concorrência no setor.

Em 31 de maio de 2021 foi publicado o Decreto nº 10.710 que regulamenta o art. 10-B da Lei Federal nº 11.445/2007, dando diretrizes quanto à comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável e/ou de esgotamento sanitário.

Em conformidade com o artigo 10 do Decreto nº 10.710, a Companhia protocolou, em 31 de dezembro de 2021, junto às Agências Reguladoras, os requerimentos de comprovação de sua capacidade econômico-financeira. A documentação enviada incluiu informações sobre indicadores econômico-financeiros, com cálculos validados por especialista, estudos de viabilidade e plano de captação de recursos validados por certificador especializado. Adicionalmente, a fim de cumprir o parágrafo 2º do Art. 11 do mesmo decreto, a Companhia submeteu essas informações à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA.

1.2) Informações por segmento

Os segmentos operacionais são determinados de forma consistente com os relatórios internos do principal gestor das decisões operacionais da Companhia, ou seja, a Diretoria Colegiada, em relação a tomada de decisões estratégicas, alocação de recursos e avaliação do desempenho.

A prestação de serviços da Companhia tem características e natureza semelhantes, bem como a mesma categoria de clientes. A Administração entende, com base na prestação de serviços simultânea de abastecimento de água e tratamento de esgoto, em conjunto com o ambiente regulatório em que está inserida, que atua sob um único segmento de negócios que é a prestação de serviços de saneamento básico.

1.3) Impactos do Coronavírus (COVID-19)

Desde 2020, a Corsan vem acompanhando os impactos no cenário mundial decorrentes da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), e adequando seus processos e serviços para melhor atender seu público interno e externo, uma vez que o setor de saneamento é um dos serviços essenciais para o combate ao vírus, uma vez que a higiene pessoal é a principal medida de prevenção à doença.

A Corsan buscou minimizar riscos sem deixar de atender aos seus usuários, ainda que alguns aspectos tenham impactado as atividades da Companhia no período, como o aumento no prazo médio de recebimento das faturas, trazendo a necessidade de monitoramento da arrecadação diária e acompanhamento da inadimplência devido aos reflexos no caixa da empresa.

Até o presente momento a Companhia tem mantido as medidas de segurança recomendadas pelas autoridades de saúde e no ano de 2021, a Administração entendeu não ter ocorrido grandes riscos para sua operação - apesar de estar alerta às novas variantes do vírus - e concluiu que os ativos atrelados aos sistemas de abastecimento de água e esgoto da Companhia não sofreram impactos no período e não identificou indicativos de risco de *impairment*.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1) Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras pela Diretoria ocorreu no dia 07 de março de 2022 e aprovação pelo Conselho de Administração ocorreu no dia 22 de março de 2022.

2.2) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui transações em moeda estrangeira, não havendo necessidade de operação de conversão.

2.3) Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis com base nas normas e pronunciamentos vigentes, a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras e o detalhamento está disponível nas respectivas notas explicativas.

2.3.1) Demonstrações dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) foi preparada pelo método indireto e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos períodos apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2)/IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

2.3.2) Demonstração do Valor Adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça julgamentos e utilize estimativas e premissas, as quais afetam valores de ativos e passivos que podem apresentar resultados diferentes dos resultados reais. Estas estimativas e premissas são revistas de forma tempestiva, sendo que os efeitos decorrentes destas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas.

As principais estimativas e premissas, relativas a fontes de incerteza na data do balanço, que envolvem risco de causar um ajuste significativo (ou não) no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

Receitas a faturar

As receitas ainda não faturadas são estimadas a partir da projeção da receita, à qual aplica-se percentual proporcional aos dias de consumo do faturamento do mês subsequente, mas que devem ser reconhecidos no mês de efetivo consumo, sendo contabilizadas na conta de Receitas a faturar.

Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Quando necessário, a Administração pode decidir contratar pareceres de especialistas tributários para suportar a tomada de decisão quanto aos valores e momento das tributações de determinadas transações.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 também foram considerados os aspectos do ICPC 22/IFRIC 23 e revisados os julgamentos efetuados na apuração da contribuição social e do crédito tributário relativo a R$ 1.408.327 divulgado na nota 8, concluindo não haver tratamentos incertos utilizados nessas demonstrações financeiras, uma vez que todos os procedimentos adotados para o recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação aplicável e precedentes jurídicos.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia efetua o teste de redução ao valor recuperável quando há indicativos de que o valor contábil de um ativo ou da unidade geradora de caixa exceda o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos despesas de venda e o valor em uso. A política da Administração se baseia no valor em uso aplicando o modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa são projetados pelo período médio de vigência dos contratos de programa e não incluem investimentos futuros significativos à base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Benefícios de aposentadoria

Os estudos atuariais realizados para dimensionar as obrigações e custos dos benefícios de aposentadoria e assistência à saúde têm a finalidade de atender às exigências de contabilização de passivos/ativos resultantes dos benefícios oferecidos pelas empresas aos seus empregados,

considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), em correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 19.

Os cálculos atuariais efetuados para dimensionar todas estas obrigações são realizados tendo como base parâmetros técnicos (premissas atuariais, demográficas, econômicas e financeiras) que são reavaliados periodicamente visando atestar sua aderência à massa de participantes do plano.

Provisão para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, ambientais e trabalhistas, sendo que os principais julgamentos e estimativas relacionados estão descritos na nota 24.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em um período não superior a um ano efetuando alterações de acordo com eventos processuais.

4. PRONUNCIAMENTOS IFRS NOVOS OU REVISADOS

A Companhia observou que as emissões/alterações das normas IFRS efetivas para o exercício vigente não provocaram impacto nestas demonstrações financeiras e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor.

Melhorias anuais nos CPC/IFRS 2018-2020

Efetua alterações nas normas CPC 37 (R1)/IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; CPC 48/IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; CPC 06 (R2)/IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e CPC 29/IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações são efetivas

para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

Alteração do CPC27/IAS 16 – Imobilizado

Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

Alteração do CPC 25/IAS 37 – Contrato oneroso: Custo de cumprimento de um contrato

Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

Alteração do CPC 15 (R1)/IFRS 3 – Referências a estrutura conceitual

Esclarece alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual do IFRS. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

Alteração do CPC 26 (R1)/IAS 1– Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante

Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-Circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

Alteração do CPC 50/IFRS 17 – Contratos de seguro

Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2023. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Política Contábil:

São compostos pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo e alta liquidez, utilizados para cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia.

A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data da contratação.

a) Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos bancários livres	**641.196**	211.647
Depósitos bancários vinculados	**37.783**	21.620
Total	**678.979**	233.267

Tendo em vista o disposto no Decreto nº 55.846/2021 de 18 de abril de 2021 que autorizou a saída da Companhia do Sistema Integrado de Administração de Caixa – SIAC, a partir de 30 de abril de 2021, os recursos de caixa da Companhia foram aplicados em fundos de investimento liquidez imediata e baixo risco.

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica depósitos bancários livres apresentada como Caixa e Equivalentes de Caixa inclui o saldo de R$ 381.774, os quais estão compromissados para uso exclusivo em projetos em virtude do Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, que dispõe que a totalidade dos recursos líquidos captados pela Companhia por meio das Debêntures da Terceira Série e/ou Quarta Série serão utilizados exclusivamente para pagamento futuro ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas, conforme o caso, relacionados aos investimentos nos termos dos

projetos de Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água e/ou Sistema de Esgotamento Sanitário em treze municípios do Estado do Rio Grande do Sul e o Projeto de Implantação de Estação de Tratamento de Água em Santa Cruz do Sul – RS.
A conta depósitos bancários vinculados apresenta valores referentes a liberações/desembolsos de recursos de terceiros vinculados aos contratos de financiamento e repasse celebrados junto aos agentes financeiros (Caixa, BNDES, Funasa e Focem) e estão disponíveis para utilização a qualquer momento.

Os referidos recursos são aplicados em contas bancárias de liquidez imediata e exclusivamente dedicadas à operacionalização financeira dos contratos para execução de investimentos em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

b) Aplicações financeiras

Banco	Vencimento	31/12/2021	31/12/2020
Caixa Econômica Federal - ANA	2021	-	7.676
Banrisul Garantia Debêntures	2021	-	3.663
Total Circulante		-	11.339

Banco	Vencimento	31/12/2021	31/12/2020
Banrisul Reserva BNDES - PAC 1	-	-	6.508
Banrisul Reserva BNDES - PAC 2	-	-	2.027
Banrisul Reserva BNDES - PAC 2 e Repactuação	-	-	7.142
Caixa Econômica Federal - Reserva	2034	**48.570**	46.516
Banrisul Reserva PPP	2055	**5.563**	3.013
Total Não Circulante		**54.133**	65.206

As aplicações financeiras referem-se a valores depositados para constituição de garantias contratuais de operações de empréstimos/financiamentos pactuados junto aos agentes financeiros Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, destinados à execução do plano de investimentos da Companhia, contemplando ações

de ampliação/melhorias nos sistemas de abastecimento de água, desenvolvimento comercial/institucional e implantação/ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário.

Os recursos estão aplicados em fundos de investimento no Banrisul e Caixa Econômica Federal, nos quais a remuneração é variável, definida por marcação a mercado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a rentabilidade das aplicações no Banrisul foi de 4,4772% (2,4976% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020) e na Caixa Econômica Federal foi de 4,3832% (2,4491% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Política Contábil:

Contas a receber de clientes: inclui os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativa pelo regime de competência, com base no consumo médio de cada rota de faturamento, aplicado ao período entre a data da última leitura e o final do mês.

Ajuste a Valor Presente: os créditos de longo prazo de contas a receber de clientes são ajustados a valor presente utilizando uma taxa de 1% ao mês, que é a mesma taxa de atualização dos créditos vencidos e parcelamentos realizados pela Companhia.

Provisão para perdas esperadas: a provisão para perdas esperadas foi calculada por meio de abordagem simplificada, de acordo com o histórico de perdas na realização de créditos de contas a receber de clientes do serviço de água e esgoto, projetando o cenário futuro. A política de recuperação da Companhia considera que os créditos são recuperáveis durante todo o prazo de prescrição da dívida, que é de dez anos para clientes particulares e cinco anos para clientes públicos, e contempla a interrupção dos serviços prestados aos clientes inadimplentes. A Companhia não constitui provisão para perdas na realização de créditos do acionista controlador (Estado do Rio Grande do Sul) devido ao histórico de regularização de débitos através de pagamentos recíprocos com dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.

Os valores de contas a receber estão compostos da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber vincendas		
Particular	**227.735**	200.863
Pública	**8.335**	6.654
Contas a receber vencidas		
Particular	**311.674**	271.222
Pública	**33.494**	8.464
Receitas a faturar	**108.867**	93.253
Total de contas a receber	**690.105**	580.456
Ajuste a valor presente	**(3.060)**	(2.313)
Provisão para perdas esperadas	**(197.925)**	(159.003)
	489.120	419.140
Circulante	**484.169**	415.615
Não circulante	**4.951**	3.525

	31/12/2021		31/12/2020	
	Particular	**Pública**	**Particular**	**Pública**
A vencer	**227.735**	**8.335**	200.863	6.654
Créditos vencidos - 01 a 30 dias	**69.122**	**5.256**	62.067	3.873
Créditos vencidos - 31 a 90 dias	**27.983**	**9.437**	24.913	856
Créditos vencidos - 91 a 180 dias	**13.542**	**8.577**	10.221	145
Créditos vencidos - mais de 181 dias	**201.027**	**10.224**	174.021	3.590
Total	**539.409**	**41.829**	472.085	15.118

O saldo de contas públicas corresponde ao faturamento pela prestação de serviços de água e esgoto para órgãos e autarquias dos poderes federal, estadual e municipal.

A movimentação da provisão para perdas esperadas foi a seguinte:

Provisão para perdas esperadas	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	**(159.003)**	(127.729)
Adições	**(45.978)**	(60.942)
Reversões/realização de perda	**7.056**	29.668
Saldo no final do exercício	**(197.925)**	(159.003)

7. ESTOQUES

Política Contábil:

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo e à manutenção de sistemas de água e esgoto. A avaliação é realizada pelo custo médio de aquisição e não excede o valor líquido realizável. Os materiais destinados à aplicação em obras são classificados no ativo não circulante como ativos de contrato.

Os saldos de estoque por tipo de material são assim representados:

	31/12/2021	31/12/2020
Tubulações de água e esgoto	**79.216**	69.132
Materiais de tratamento/laboratório	**12.608**	6.448
Materiais elétrico e mecânico	**7.410**	4.435
Materiais de segurança e ambiental	**9.719**	6.468
Equipamentos de informática e telecomunicações	**2.238**	3.728
Materiais diversos	**9.248**	14.678
Provisão para perda	**(4.937)**	(1.906)
Total	**115.502**	102.983

A movimentação da provisão para perdas de estoque foi a seguinte:

Provisão para perdas de estoque	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	**(1.906)**	(3.425)
Adições	**(3.031)**	-
Reversões	**-**	1.519
Saldo no final do exercício	**(4.937)**	(1.906)

8. TRIBUTOS

Política Contábil:

Tributos correntes: ativos e passivos tributários correntes do exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor a recuperar ou a pagar para as autoridades fiscais. A alíquota da contribuição social (9%) e as regras tributárias utilizadas para apurar o montante são aquelas que estão em vigor conforme normas estabelecidas para as empresas que têm como base de apuração o lucro real.

Tributos diferidos: de acordo com o CPC 32/IAS 12, vêm sendo registrados os tributos diferidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Os itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que os originou no resultado ou diretamente no patrimônio líquido. Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos.

Imunidade de tributos federais

Em razão da imunidade tributária, obtida a partir da decisão monocrática que reconheceu a imunidade de impostos federais à Corsan, bem como a restituição dos valores pagos nos exercícios de 1988 a 2018, em 2019 a Companhia deixou de apurar e recolher o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e o Imposto Territorial Rural (ITR). O trânsito em julgado do RE 342314/RS, que julgou definitivamente a questão envolvendo a imunidade tributária, ocorreu em 28 de maio de 2020. A partir do trânsito em julgado do processo e do respectivo ganho da Companhia, a Administração concluiu, em conjunto com seus assessores, que é provável que as autoridades fiscais aceitem o tratamento fiscal deste crédito, pois, apesar da possibilidade de recursos por parte da União, a imunidade já está decretada por tribunal superior. Assim, entendeu-se como adequada, em linha com o preconizado pelo CPC 32 e ICPC 22, a contabilização em seu balanço, possuindo documentação suporte para apuração do valor total desse crédito.

A Corsan apresentou, em janeiro de 2021, petição de implementação da fase de cumprimento de sentença postulando a devolução, através de precatório, da quantia de R$ 1.408.327. A quantia envolve a repetição dos impostos federais (IRPJ e ITR) entre 1988 e 2018, atualizados até dezembro de 2020. O índice utilizado para todo o período foi a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), índice aplicado para atualização dos tributos federais.

Seguindo regularmente o trâmite processual, em 05 de abril de 2021, a União apresentou impugnação ao cumprimento de sentença contra a fazenda pública contestando o valor apresentado pela Corsan, reconhecendo como devida a quantia de R$ 128.587, para a qual foi emitido precatório em 06 de maio de 2021 (atualizado para R$ 129.146 em 31 de dezembro de 2021).
Tal impugnação foi respondida pela Companhia em 30 de abril de 2021, sustentando a manutenção do valor inicialmente pedido, excluindo R$ 16.048 relativos aos pagamentos de 1997 e 1998 que já foram devolvidos à Companhia através de processo administrativo.

Quanto aos valores controvertidos, o processo segue tramitando regularmente, aguardando julgamento de agravo de instrumento junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, recurso

esse interposto pela União após decisão que rejeitou a impugnação anteriormente apresentada. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 1.299.397, valor este registrado na rubrica de IRPJ e CSLL a recuperar no ativo circulante, em função da destinação mencionada na nota 26.d. Do valor contabilizado, R$ 815.123 refere-se ao valor principal de impostos pagos e R$ 484.274 à atualização monetária do valor principal.

Como impacto da contabilização do ativo, a administração reconheceu o montante a pagar de R$ 22.519 referente a Pasep e Cofins no passivo não circulante. A Administração da Companhia, suportada por parecer de especialista tributário, entende que a tributação para fins de Pasep, Cofins e CSLL do ganho decorrente do trânsito em julgado desse processo deverá ocorrer sobre o valor referente ao ITR. E sobre o valor da atualização monetária, apenas Pasep e Cofins quando da expedição do respectivo precatório, sendo que os tributos incidentes sobre o precatório já emitido foram recolhidos por meio de depósito judicial.

Conciliação alíquota efetiva	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes da contribuição social (CSLL)	**318.248**	1.896.417
Alíquota vigente	**9%**	9%
Expectativa de despesa de CSLL, de acordo com a alíquota vigente	**(28.642)**	(170.678)
Efeito da CSLL sobre as diferenças permanentes:		
Juros sobre capital próprio	**7.489**	8.770
Ganho da Imunidade Tributária IRPJ	**50.426**	77.645
Outras diferenças permanentes	**2.948**	2.240
Contribuição social no resultado	**32.221**	(82.023)
Corrente	**(46.809)**	(49.042)
Diferido	**79.030**	(32.981)
Alíquota efetiva	**-10,12%**	4,33%

Em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal julgou o RE nº 1.063.187, submetido à sistemática da repercussão geral, e decidiu que é inconstitucional a incidência do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre os valores referentes à taxa SELIC recebidos em decorrência de repetição de indébito tributário. Sendo assim, a Companhia reverteu o valor de R$ 42.470 contabilizado como CSLL diferida sobre

a atualização monetária do ganho da imunidade tributária, bem como a provisão de CSLL no valor de R$ 7.128 calculada sobre a atualização do precatório já emitido, ocasionando uma alíquota efetiva negativa em 31 de dezembro de 2021.

a) Créditos fiscais diferidos

Contribuição social diferida sobre diferenças temporárias:	31/12/2021	31/12/2020
Passivo atuarial	**760.099**	944.110
Provisões para débitos com exigibilidade suspensa	**21.570**	14.646
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	**1.122.262**	860.661
Provisões para perda esperada	**90.950**	44.989
Provisões para perdas diversas	**-**	9.610
Precatório Prefeitura de Novo Hamburgo	**(93.502)**	(103.941)
Reserva de reavaliação	**(58.664)**	(58.149)
Efeitos da adoção do ICPC01 - contratos de concessão	**(200.713)**	(215.586)
Encargos financeiros capitalizados	**(281.033)**	(264.338)
Atualização monetária precatórios	**(560)**	(1.095)
Atualização monetária imunidade tributária	**-**	(544.971)
Outras provisões e diferenças temporárias	**42.097**	55.106
Total das diferenças temporárias	**1.402.506**	741.042
Alíquota vigente	**9%**	9%
Total da contribuição social diferida líquida	**126.226**	66.694

b) Débitos fiscais diferidos

	31/12/2021			31/12/2020		
	Cofins	Pasep	Total	Cofins	Pasep	Total
Diferimento contabilização imunidade	**19.371**	**3.148**	**22.519**	21.799	3.542	25.341
Diferimento receita de precatórios	**6.357**	**1.334**	**7.691**	7.747	1.671	9.418
RTT	**5.054**	**1.097**	**6.151**	5.425	1.178	6.603
Valor passivo	**30.782**	**5.579**	**36.361**	34.971	6.391	41.362

Os débitos fiscais diferidos se referem a diferenças entre créditos de depreciação contábil e fiscal, ao diferimento de tributos incidentes sobre o saldo contabilizado dos precatórios em nome da Companhia e ao diferimento de tributos incidentes sobre o valor controvertido referente ao processo de imunidade tributária.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda a recuperar	**1.299.397**	-	**10.321**	1.418.589
Contribuição social a recuperar	**-**	21	**15.093**	11.768
Total	**1.299.397**	21	**25.414**	1.430.357

O recebimento dos saldos registrados no ativo não circulante tem a seguinte previsão, por ano:

Ano	Imposto/Contribuição	Valor
2024	Imposto de Renda	10.321
2024	Contribuição Social	1.145
2025	Contribuição Social	11.118
2027	Contribuição Social	2.830
		25.414

Do saldo de imposto de renda a recuperar, R$ 1.299.397 corresponde aos valores controvertidos no processo referente à imunidade tributária e será distribuído como dividendo aos acionistas, conforme aprovado pelo Conselho de Administração e ratificado em Assembleia Geral.

9. PRECATÓRIOS A RECEBER

Órgão	Natureza	31/12/2021	31/12/2020
Erechim	Indenizatória	**-**	411
Novo Hamburgo[a]	Serviço da dívida	**12.494**	41.942
Novo Hamburgo[b]	Indenização ao patrimônio	**161.465**	145.112
Novo Hamburgo[c]	Faturas de água	**35.297**	32.642
São Gabriel	Tributária	**52**	47
União	Tributária	**129.146**	-
		338.454	220.154
Circulante		**129.146**	-
Não circulante		**209.308**	220.154

Os valores acima se referem a ações movidas pela Companhia, para as quais já foi emitido precatório, e que resultaram em indenização conforme a natureza do processo. Os valores mais relevantes estão descritos abaixo:

Novo Hamburgo:

a) Por força de decisão judicial exarada no processo nº 001/1.15.0168335-8, que tramitou perante a 3ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de Porto Alegre, restou o Município de Novo Hamburgo condenado a indenizar a Corsan pelo ressarcimento dos financiamentos contraídos para a prestação dos serviços de saneamento que eram executados no Município de Novo Hamburgo. Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia recebeu R$ 32.078.

b) A ação judicial nº 001/1.05.0286812-4, discutiu a indenização relativa ao patrimônio que a Corsan detinha no Município de Novo Hamburgo, afetado à prestação do respectivo serviço.

c) Por força de decisão judicial exarada no processo nº 001/1.05.0286844-2, que tramitou perante a 3ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de Porto Alegre, restou o Município de Novo Hamburgo condenado a pagar à Corsan faturas de água devidas pelo Município no período de 12/1998 a 12/2016.

O município de Novo Hamburgo está em regime especial de pagamento de precatórios e deverá liquidar estes precatórios até o final de 2029.

União:

O trânsito em julgado do RE 342314/RS, que julgou definitivamente a questão envolvendo a imunidade tributária, ocorreu em 28 de maio de 2020. Em 05 de abril de 2021, a União apresentou impugnação ao cumprimento de sentença contra a fazenda pública contestando o valor apresentado pela Corsan, impugnação essa que, em suma, reconheceu como devida a quantia de R$ 129.146. O precatório tem realização prevista até o final de 2022

10. INDENIZAÇÕES POR DESAPROPRIAÇÃO

Referem-se a áreas para construção e/ou ampliação dos sistemas de água e esgoto que foram desapropriadas aguardando documentação de transferência de propriedade para a Corsan. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi imobilizado um item patrimonial no valor de R$ 125 (29 itens patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 no valor de R$ 55.538, transferidos ao intangível) e foram desembolsados R$ 4.245 (R$ 352 em 31 de dezembro de 2020) a título de indenizações.

11. OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2021	31/12/2020
Créditos com prefeituras municipais	**2.175**	5.025
Antecipação FMGC - Esteio	**11.989**	-
Pagamentos antecipados	**6.641**	-
Adiantamento de férias	**4.257**	3.747
Indenizações judiciais a receber	**1.477**	1.477
Por serviços ou obras prestados a terceiros	**1.901**	2.011
Valores a compensar	**209**	209
Prêmios de seguro	**542**	618
Créditos diversos	**200**	177
	29.391	13.264
Circulante	**14.035**	11.630
Não circulante	**15.356**	1.634

O valor de R$ 6.641 na rubrica de pagamentos antecipados refere-se aos custos de captação de empréstimo junto ao IFC, conforme descrito na nota 18. No momento do efetivo recebimento dos recursos, o valor será transferido ao passivo circulante como conta redutora para apropriação mensal ao longo do prazo do contrato. Também estão contabilizadas nesta rubrica as taxas de cadastro e registro pagas à CVM e B3 em função dos protocolos de conversão da categoria "B" para "A", visando o processo de IPO e comporão o custo da oferta.

O valor de R$ 11.989 na rubrica de antecipação FMGC – Esteio refere-se à antecipação dos aportes mensais realizados ao Fundo Municipal de Gestão Compartilhada do município, conforme cláusula do Termo Aditivo ao Contrato de Programa assinado em novembro de 2021. Esses aportes mensais são realizados para alguns municípios e são destinados à realização de investimentos voltados ao meio ambiente e saneamento.

12. ATIVOS FINANCEIROS CONTRATUAIS

Política Contábil:

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber um montante financeiro ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes créditos a receber são classificados no ativo não circulante, tendo como base a data de encerramento das concessões.

Ajuste a Valor Presente: estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia (WACC).

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2021, R$ 467.661 a receber do poder concedente, referente ao montante esperado de ressarcimento do valor residual da infraestrutura ao final das concessões (R$ 588.827 em 31 de dezembro de 2020). Este valor foi ajustado ao respectivo valor presente no reconhecimento inicial, tendo sido descontado pelo custo médio ponderado de capital, conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros	**1.385.460**	1.348.229
(-) Ajuste a valor presente	**(746.617)**	(759.402)
Total	**638.843**	588.827

Movimentação do ativo financeiro	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	**588.827**	341.039
Constituição/realização de AVP	**39.994**	36.435
Adições	**5.838**	752
Baixas	**(4)**	(2.892)
Transferências líquidas	**4.188**	213.493
Saldo no final do exercício	**638.843**	588.827

Transferência de bens e serviços da Corsan para o poder concedente

Atualmente a Companhia está pleiteando judicialmente a indenização pelos investimentos realizados nos municípios de Uruguaiana, São Gabriel e Teutônia, com os quais os contratos foram encerrados:

a) Uruguaiana: No ano de 2014 foi ajuizada ação de indenização estando ainda pendente de julgamento. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2021 totaliza R$ 32.190 (R$ 32.190 em 31 de dezembro de 2020).

b) São Gabriel: Após retomada, pelo Município de São Gabriel, dos serviços de água e esgoto que eram prestados pela Corsan, foi ajuizada ação judicial de cobrança relativa ao patrimônio que era afetado à execução dos citados serviços, estando ainda pendente de julgamento. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2021 totaliza R$ 3.808 (R$ 3.831 em 31 de dezembro de 2020).

c) Teutônia: Após retomada, pelo Município de Teutônia, dos serviços de água e esgoto que eram prestados pela Corsan, foi ajuizada ação judicial de cobrança relativa ao patrimônio que era afetado à execução dos citados serviços, estando ainda pendente de julgamento. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2021 totaliza R$ 292 (R$ 292 em 31 de dezembro de 2020).

Os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 referem-se aos ativos construídos nos municípios durante o período da prestação de serviços. O valor da indenização desses bens será baseado em laudo de especialista e reconhecidos a partir do trânsito em julgado.

13. ATIVOS DE CONTRATOS

Política Contábil:

Conforme determinado pelo CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01(R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, devem ser classificados como ativos de contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível somente após a conclusão.

São reconhecidos os custos incorridos com materiais, mão-de-obra direta e indireta e outros gastos que a empresa efetuar na construção e instalação, até o momento em que os bens entram em operação. Após a conclusão, os bens são transferidos para o ativo intangível, quando amortizáveis dentro de um contrato de programa; para o ativo financeiro, para seus valores subsequentes.

Os gastos indiretos reconhecidos, são apropriados aos custos capitalizáveis indiretos e rateados de acordo com as entradas mensais atribuídas aos serviços técnicos operacionais ligados aos projetos e obras.

Capitalização de Juros e Encargos Financeiros: compreendem juros e outros custos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo. Conforme o ICPC 01(R1)/IFRIC 12, a Companhia capitaliza os custos dos empréstimos referentes aos ativos relacionados aos contratos de programa de serviços públicos. Após a finalização da obra os valores serão registrados no resultado do período em que ocorrerem.

Custo	Obras em andamento	Estoques para obras	Total dos ativos de contratos
Saldos em 31/12/2020	1.144.938	29.222	1.174.160
Adições	346.209	21.326	367.535
Baixas e perdas	(1.062)	(565)	(1.627)
Transferências	(52.696)	(24.234)	(76.930)
Saldos em 31/12/2021	**1.437.389**	**25.749**	**1.463.138**

Custo	Obras em andamento	Estoques para obras	Total dos ativos de contratos
Saldos em 31/12/2019	1.592.123	33.120	1.625.243
Adições	311.586	21.896	333.482
Baixas e perdas	(19.247)	-	(19.247)
Transferências	(739.524)	(25.794)	(765.318)
Saldos em 31/12/2020	**1.144.938**	**29.222**	**1.174.160**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as adições compreendem R$ 115.805 (R$ 97.292 em 31 de dezembro de 2020) para sistemas de água e R$ 230.404 (R$ 214.294 em 31 de dezembro de 2020) para sistemas de esgoto.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, 949 obras foram concluídas, sendo transferidas para Ativo Intangível e Ativo Financeiro. As obras mais relevantes imobilizadas no período correspondem a ampliações de sistemas de esgotamento sanitário, redes coletoras e ramais prediais nos municípios de Alvorada, Ijuí e Santo Antônio da Patrulha.

O valor dos custos de empréstimo capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 14.465 (R$ 13.234 em 31 de dezembro de 2020).

Parceria Público-Privada Região Metropolitana de Porto Alegre

Em dezembro de 2021, completou-se um ano de operação dos sistemas por parte do parceiro privado. No período, a empresa parceira executou investimentos em expansão na ordem de R$ 23.517, registrados na rubrica de ativos de contrato em contrapartida da obrigação reconhecida de R$ 1.094 no passivo circulante, na rubrica de outros débitos (nota 22), e de R$ 22.423 no passivo não circulante.

14. IMOBILIZADO

Política Contábil:

O ativo imobilizado da Companhia está composto, substancialmente, por terrenos, prédios, veículos, sistemas de esgotos próprios e ligados à atividade industrial privada e outros bens que não estão vinculados à concessão pública. Os bens classificados no ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição ou de construção.

Quando uma manutenção relevante for feita e gerar expectativa de benefício futuro, o seu custo será reconhecido no valor contábil do imobilizado. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

	Vida útil do imobilizado
Edifícios	30 a 50 anos
Máquinas	10 a 20 anos
Veículos	5 a 12 anos
Demais bens móveis	5 a 12 anos
Sistema de esgoto próprio	50 anos

A Companhia contratou empresa especializada para realizar o trabalho de avaliação de seus ativos. Com base no Relatório de Revisão de Vidas Úteis, emitido pela referida empresa, foram atualizadas as vidas úteis dos bens do imobilizado que passaram a vigorar a partir de junho de 2021. A Administração avaliou as variações de vida útil dos bens, sendo que para alguns itens houve redução e outros aumento, sem impacto representativo.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo

(calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Movimentação dos ativos imobilizados:

Custo	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Obras em andamento	Total do imobilizado
Saldos em 31/12/2020	22.574	427.794	2.673	453.041
Adições	-	28.679	1.538	30.217
Baixas	-	(2.245)	(34)	(2.279)
Transferências	-	(1.092)	(498)	(1.590)
Saldos em 31/12/2021	**22.574**	**453.136**	**3.679**	**479.389**
Depreciação				
Saldos em 31/12/2020	(20.023)	(308.293)	-	(328.316)
Depreciações	(238)	(20.520)	-	(20.758)
Baixas	-	2.039	-	2.039
Transferências	-	603	-	603
Saldos em 31/12/2021	**(20.261)**	**(326.171)**	-	**(346.432)**
Saldos líquidos em 31/12/2020	2.551	119.501	2.673	124.725
Saldos líquidos em 31/12/2021	**2.313**	**126.965**	**3.679**	**132.957**

Custo	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Obras em andamento	Total do imobilizado
Saldos em 31/12/2019	22.534	404.838	1.747	429.119
Adições	40	31.963	926	32.929
Baixas	-	(2.743)	-	(2.743)
Transferências	-	(6.265)	-	(6.265)
Saldos em 31/12/2020	**22.574**	**427.793**	**2.673**	**453.040**

Depreciação				
Saldos em 31/12/2019	(19.687)	(289.875)	-	(309.562)
Depreciações	(336)	(21.496)	-	(21.832)
Baixas	-	1.759	-	1.759
Transferências	-	1.319	-	1.319
Saldos em 31/12/2020	**(20.023)**	**(308.293)**	-	**(328.316)**
Saldos líquidos em 31/12/2019	2.847	114.963	1.747	119.557
Saldos líquidos em 31/12/2020	**2.551**	**119.500**	**2.673**	**124.724**

A depreciação do exercício apropriada ao resultado como custo do serviço prestado foi de R$ 12.255 (R$ 11.394 em 31 de dezembro de 2020), R$ 945 (R$ 1.437 em 31 de dezembro de 2020) como despesa comercial e R$ 7.558 (R$ 9.001 em 31 de dezembro de 2020) como despesa administrativa.

Sob a rubrica "sistemas de esgotos", são registrados itens do ativo imobilizado utilizados pela Companhia em atividades próprias ou para prestação de serviços não relacionados à concessão pública, como, por exemplo, tratamento de esgoto de condomínios industriais privados.

Sob a rubrica "bens de uso geral", são registrados terrenos, imóveis, veículos e máquinas utilizados pela Companhia em processos indiretos necessários para o funcionamento e consecução das atividades relacionadas à concessão pública.

	Edifícios	Máquinas	Veículos	Demais bens móveis	Total de bens de uso geral
Saldo contábil	145.081	9.230	27.736	271.089	453.136
(-) Depreciação acumulada	(126.141)	(4.888)	(19.011)	(176.131)	(326.171)
Saldos líquidos em 31/12/2021	**18.940**	**4.342**	**8.724**	**94.959**	**126.965**

15. INTANGÍVEL

Política Contábil:

Concessões: a Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário denominados contratos de programa. Os contratos de programa são firmados com os municípios e representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, via tarifação, controlada pelas agências reguladoras dos serviços públicos delegados, durante o prazo de vigência.

A Companhia reconhece como um ativo intangível esse direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário durante o período de concessão, em linha com a interpretação ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia deduzida do valor alocado no ativo financeiro. O registro é realizado de acordo com o modelo bifurcado (ativo intangível e ativo financeiro). Neste modelo, a Companhia registra parte no ativo intangível e outra parte do valor no ativo financeiro na extensão em que a vida útil econômica dos bens registrados no ativo intangível ultrapassa o prazo do contrato. O ativo financeiro representa o valor remanescente do ativo intangível, ajustado a valor presente, a ser reembolsado à Companhia pelo poder concedente no final do prazo do contrato.

A amortização do ativo iniciará quando a infraestrutura estiver em seu local e na condição necessária para ser operada pela Companhia, sendo cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, o que ocorrer primeiro. Os bens patrimoniais são amortizados de forma linear pela vida útil dos mesmos.

As taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens seguem abaixo:

	Vida útil do intangível	Prazo médio de concessão
Sistemas de água	50 anos	25 anos
Sistemas de esgoto	50 anos	25 anos
Bens de uso geral	5 a 30 anos	25 anos

Com base no trabalho efetuado por empresa especializada também foram atualizadas as vidas úteis dos ativos intangíveis, as quais foram implementadas a partir de junho de 2021. Da mesma forma, a Administração avaliou as variações de vida útil sem impacto representativo.

Licenças de uso de software: as licenças de uso de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que estejam prontos para serem utilizados.

A Companhia iniciou a implantação do Sistema Integrado de Gestão Empresarial (*Enterprise Resource Planning* – ERP) em julho de 2019 tendo prazo de execução estimado em 39 meses.

A amortização ocorrerá a partir do início da operação, com previsão para outubro de 2022. O prazo de amortização será de 5 anos de forma linear.

Impairment de ativos não financeiros: os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de indicadores de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment,* os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

Em virtude da interdependência dos sistemas e da metodologia de subsídio cruzado, aplicável às localidades e à prestação de serviços de saneamento básico, e que faz com que a tomada

de decisões na Companhia seja centralizada e baseada nas informações consolidadas da Corsan, a Administração entende possuir uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC).

Movimentação dos ativos intangíveis:

Custo	Sistemas de abastecimento de água	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Licenças de software	Total do intangível
Saldos em 31/12/2020	1.488.212	1.447.691	290.401	13.919	3.240.223
Adições	25.875	7.825	27.195	8.335	69.230
Baixas	(8.513)	-	(562)	-	(9.075)
Transferências	42.932	34.319	4.915	-	82.166
Saldos em 31/12/2021	**1.548.506**	**1.489.835**	**321.949**	**22.254**	**3.382.544**
Amortização					
Saldos em 31/12/2020	(457.202)	(293.939)	(104.563)	-	(855.704)
Amortizações	(84.096)	(55.531)	(15.451)	-	(155.078)
Baixas	8.364	-	498	-	8.862
Transferências	-	-	(797)	-	(797)
Saldos em 31/12/2021	**(532.934)**	**(349.470)**	**(120.313)**	-	**(1.002.717)**
Saldos líquidos em 31/12/2020	1.031.010	1.153.752	185.838	13.919	2.384.519
Saldos líquidos em 31/12/2021	**1.015.572**	**1.140.365**	**201.636**	**22.254**	**2.379.827**

Custo	Sistemas de abastecimento de água	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Licenças de software	Total do intangível
Saldos em 31/12/2019	1.217.259	1.139.381	203.747	7.998	2.568.385
Adições	22.366	343	13.956	5.921	42.586
Baixas	(3.800)	-	(42)	-	(3.842)
Transferências	252.387	307.967	72.740	-	633.094
Saldos em 31/12/2020	**1.488.212**	**1.447.691**	**290.401**	**13.919**	**3.240.223**
Amortização					
Saldos em 31/12/2019	(396.133)	(248.138)	(88.715)	-	(732.986)
Amortizações	(64.852)	(45.801)	(14.267)	-	(124.920)
Baixas	3.783	-	22	-	3.805
Transferências	-	-	(1.603)	-	(1.603)
Saldos em 31/12/2020	**(457.202)**	**(293.939)**	**(104.563)**	-	**(855.704)**
Saldos líquidos em 31/12/2019	821.126	891.243	115.032	7.998	1.835.399
Saldos líquidos em 31/12/2020	**1.031.010**	**1.153.752**	**185.838**	**13.919**	**2.384.519**

A amortização do período apropriada ao resultado como custo do serviço prestado foi de R$ 155.078 (R$ 124.920 em 31 de dezembro de 2020).

Sob a rubrica "bens de uso geral", são registrados imóveis e equipamentos necessários à administração e manutenção dos sistemas de água e esgoto diretamente relacionados à concessão pública. Tais ativos têm vida útil específica.

Na data do balanço, não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para perda do valor recuperável de ativos.

16. ATIVOS DE DIREITO DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

Política Contábil:

A Companhia analisou os contratos de arrendamentos vigentes. Esta análise identificou impactos principalmente relacionados às operações de arrendamento de veículos e imóveis

locados de terceiros. A mensuração dos ativos de direito de uso é igual ao valor do passivo de arrendamento no momento do reconhecimento, sendo realizada conforme os prazos dos contratos.

A Companhia aplicou a isenção de reconhecimento prevista no CPC 06 (R2)/IFRS16, especificamente a seus arrendamentos com prazo igual ou inferior a 12 meses e arrendamentos de ativos de baixo valor. Foram desconsideradas também as locações de áreas de poços perfurados e mantidos pela empresa, bem como áreas de acesso a recursos naturais, utilizadas para a captação de água bruta. Para estes, as despesas são contabilizadas em base linear ao longo do período de arrendamento.

Ajuste a Valor Presente: os passivos de arrendamento foram mensurados a valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental sobre os seus empréstimos. Para estes contratos, foi aplicada taxa fixa CDI, praticada na data de seu reconhecimento, cotados de acordo com o prazo final de seus vencimentos, taxa essa observada para os contratos futuros negociados em bolsa, mais 0,5% a.a., a título de risco de crédito.

a) Ativos de direito de uso

	Imóveis	Veículos	Equipamentos de informática	Total
Saldos em 31/12/2020	6.057	33.047	4.677	43.781
Ajuste por remensuração	439	16	-	455
Novos contratos	4.619	-	-	4.619
(-) Exclusões	(275)	-	(3.665)	(3.940)
(-) Depreciação acumulada	(3.371)	(16.204)	(1.012)	(20.587)
Saldos em 31/12/2021	**7.469**	**16.859**	**-**	**24.328**

	Imóveis	Veículos	Equipamentos de informática	Total
Saldos em 31/12/2019	5.288	52.592	6.412	64.292
Novos contratos	3.373	-	-	3.373
(-) Exclusões	(117)	-	-	(117)
(-) Depreciação acumulada	(2.487)	(19.545)	(1.735)	(23.767)
Saldos em 31/12/2020	**6.057**	**33.047**	**4.677**	**43.781**

b) Passivos de arrendamento

Passivo	Imóveis	Veículos	Equipamentos de informática	Total
Saldos em 31/12/2020	6.133	33.049	4.676	43.858
Ajuste de remensuração	439	15	-	454
Novos contratos	4.619	-	-	4.619
(-) Baixas	(275)	-	(3.665)	(3.940)
(-) Pagamentos	(3.606)	(16.240)	(1.052)	(20.898)
Realização do AVP	313	35	41	389
Saldos em 31/12/2021	**7.623**	**16.859**	**-**	**24.482**
Circulante				**20.668**
Não circulante				**3.814**

Passivo	Imóveis	Veículos	Equipamentos de informática	Total
Saldos em 31/12/2019	5.375	52.594	6.411	64.380
Novos contratos	3.373	-	-	3.373
(-) Baixas	(117)	-	-	(117)
(-) Pagamentos	(2.651)	(22.055)	(2.224)	(26.930)
Realização do AVP	153	2.510	489	3.152
Saldos em 31/12/2020	**6.133**	**33.049**	**4.676**	**43.858**
Circulante				**23.674**
Não circulante				**20.184**

c) Cronograma de vencimento dos arrendamentos

Ano de vencimento	Imóveis	Veículos	Total
2022	3.932	19.376	**23.308**
2023	2.538	-	**2.538**
2024	1.044	-	**1.044**
2025	621	-	**621**
2026	209	-	**209**
	8.344	**19.376**	**27.720**
Juros embutidos	(721)	(2.517)	**(3.238)**
Saldo do passivo de arrendamento	**7.623**	**16.859**	**24.482**

d) Direito potencial de Pasep e Cofins a recuperar

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de Pasep e Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos nominais e saldos ajustados a valor presente:

Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	24.318	21.327
Pasep/Cofins (9,25%)	2.249	1.973

e) Divulgações adicionais requeridas pela CVM

Na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16.

A Administração realiza o acompanhamento e apresentação dos saldos comparativos do passivo de arrendamento considerando os fluxos com expectativas inflacionárias descontados:

	2022	2023	2024	2025	2026
Passivo de arrendamento					
Contábil - CPC 06 (R2)/IFRS 16	4.198	1.895	901	243	-
Fluxo com projeção da inflação	4.833	2.164	1.013	270	-
Variação	15,13%	14,24%	12,51%	11,05%	-
Direito de Uso					
Contábil - CPC 06 (R2)/IFRS 16	6.331	2.408	1.273	628	-
Fluxo com projeção da inflação	6.838	2.415	1.186	437	-
Variação	8,00%	0,28%	-6,83%	-30,48%	-
Despesa financeira					
Contábil - CPC 06 (R2)/IFRS 16	(1.642)	(284)	(128)	(61)	(16)
Fluxo com projeção da inflação	(1.770)	(309)	(139)	(65)	(17)
Variação	7,84%	9,07%	8,57%	6,95%	5,55%
Depreciação					
Contábil - CPC 06 (R2)/IFRS 16	(19.321)	(3.767)	(1.068)	(602)	(221)
Fluxo com projeção da inflação	(20.826)	(2.419)	(979)	(576)	(194)
Variação	7,79%	-35,80%	-8,31%	-4,20%	-12,37%

17. SEGUROS

A Corsan vem buscando a inserção no mercado de seguros, objetivando avaliar a adequada aplicabilidade para a organização, juntamente com as melhores soluções para a transferência de seus principais riscos. Para tal, vem contando com apoio de consultoria técnica especializada, bem como está em processo de validação com especialistas da International Finance Corporation – IFC, para implantação de um Programa de Seguros Corporativo.
A Companhia possui contrato para cobertura securitária na modalidade de Responsabilidade Civil para Conselheiros e Administradores (D&O – Directors and Officers), com Limite Máximo de Garantia de R$ 40 milhões e vigência até 06 de março de 2022.

Adicionalmente, a Corsan finalizou a contratação de Seguradora objetivando a cobertura e emissão de apólices de Seguro Garantia com a finalidade de garantir valores que seriam

depositados e/ou substituir os valores já depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais de ações trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais. A contratação contempla, também, cobertura para demais modalidades de garantias como licitações, contratos, comercialização de energia, entre outras. O contrato estabelece limites de garantia de R$ 400 milhões para o Setor Público (ramo 0775) e R$ 100 milhões para o Setor Privado (ramo 0776) e tem vigência até 16 de dezembro de 2022.

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Política Contábil:

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado.

Os saldos dos contratos de empréstimos e financiamentos é assim representado:

		Taxa de	Taxa de	Último	Circulante		Não circulante	
Instituição	Indexador	juros anual	adm/risco	vencimento	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
BNDES	TJLP	2,61%	-	15/07/29	**48.026**	53.837	**77.485**	123.975
BNDES - FINEM	IPCA	2,78%	2,03%	15/08/38	**12.026**	9.498	**96.288**	82.279
BNDES - CG	SELIC	2,50%	-	15/11/23	**38.670**	37.209	**35.676**	71.183
BNDES - Avançar Cidades	IPCA	3,00%	2,42%	15/10/38	**205**	-	**3.023**	-
Caixa Econômica Federal	TR	6,00%	2,50%	15/07/38	**12.929**	11.361	**176.204**	175.792
Prefeitura Municipal de Encantado	TR	6,00%	2,70%	06/05/30	**92**	76	**691**	771
Prefeitura Municipal de Osório	TR	6,00%	2,30%	04/08/30	**1.811**	1.759	**12.558**	13.888
Prefeitura Municipal de Sapiranga	TR	5,00%	2,70%	15/09/31	**328**	299	**3.191**	3.306
Prefeitura Municipal de Torres	TR	6,00%	3,00%	05/04/28	**340**	342	**1.603**	1.902
Total					**114.427**	114.381	**406.719**	473.096

As taxas de juros, taxas de administração e risco de crédito podem sofrer diferenciação nos contratos de empréstimos e financiamentos, principalmente pelo objeto contratado (realização de obras de água e/ou esgoto, aquisição de equipamentos, entre outros). Na tabela acima, apresentamos as taxas máximas aplicadas.

Com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a Corsan firmou sete Contratos de Financiamento objetivando a implantação, ampliação e modernização de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a renovação do parque de hidrômetros, ações de automação e telemetria, em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

A operação de crédito, na modalidade BNDES – CG, foi destinada ao apoio financeiro para capital de giro.

Determinados contratos mantidos com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social - BNDES possuem cláusulas financeiras que estabelecem metas de desempenho econômico-financeiro, que, se cumpridas, possibilitam à Companhia uma redução em sua taxa de juros contratual. Os juros sobre estes empréstimos são apropriados considerando os impactos decorrentes da aplicação de tais cláusulas.

Demais contratos de financiamento celebrados junto à Caixa Econômica Federal, lastreados em recursos do FGTS oriundos do Programa Saneamento para Todos, foram destinados à ampliação e modernização dos sistemas de esgotamento sanitário e abastecimento de água em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

Os contratos com as Prefeituras Municipais de Encantado, Osório, Sapiranga e de Torres foram firmados junto à Caixa Econômica Federal, onde a Companhia figura como Interveniente Anuente – Agente Promotor (responsável pela execução, acompanhamento e fiscalização das ações propostas no financiamento), visando à construção e ampliação do esgotamento sanitário dos respectivos municípios.

Em 30 de junho de 2021 a Companhia assinou contrato de R$ 300.000, para financiar investimentos na redução das perdas de água e em melhorias na eficiência energética, junto à *International Finance Corporation* - IFC. O prazo para amortização será de oito anos, com dois anos de carência e pagamentos trimestrais. A taxa de juros é resultante de uma combinação de CDI + 2,58 % (R$ 123.000) e CDI + 3,33% (R$ 177.000). A relação contratual estabeleceu o

cumprimento de obrigações por parte da Companhia, com destaque para os Índices Financeiros:

a) Índice de Dívida Financeira/EBITDA não superior a 3,0x;
b) Índice de Dívida Financeira Ajustado/EBITDA não superior a 5,0x nos Exercícios Financeiros de 2021 e 2022; 4,2x no exercício financeiro de 2023 e 2024; e 4.0x em diante;
c) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Prospectiva não inferior a 1,5x;

O primeiro desembolso desta operação está previsto para o primeiro trimestre de 2022.

Cláusulas contratuais restritivas – Covenants e garantias

A Corsan firmou empréstimos e financiamentos com condições contratuais específicas, que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) com base em determinados índices financeiros e com periodicidade de apuração semestral e anual, conforme estabelecido nos respectivos termos.

Alguns contratos preveem que, no caso de descumprimento desses índices, a Companhia apresente garantias reais adicionais ao credor ou restabeleça os índices financeiros previstos nos contratos em determinado prazo.
As garantias oferecidas pela Corsan nas referidas operações foram estabelecidas sob a forma de Penhor dos Direitos Emergentes da Concessão e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, operacionalizadas através da constituição de contas bancárias específicas para a manutenção de saldos em aplicação (Conta Reserva) e fluxo de valores (Conta Vinculada), durante a vigência dos contratos.

Em eventual descumprimento dos índices financeiros ou nos níveis de garantia pactuados, além dos limites de aceitação dos credores, poderá ser decretado o vencimento antecipado das dívidas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 todos os *covenants* vigentes foram atendidos.

O montante do passivo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

Ano	Valor
2023	71.485
2024	34.749
2025	36.038
2026	37.438
2027	36.151
Após 2027	190.858
Total	**406.719**

Os detalhes da movimentação dos empréstimos e financiamentos da Companhia estão demonstrados a seguir:

	BNDES	BNDES FINEM	BNDES CG	BNDES Avançar Cidades	CEF	Prefeituras	Total Calculado
Saldo em 31/12/2020	177.812	91.777	108.392	-	187.154	22.342	**587.477**
Captação	3.041	24.768	-	3.150	13.355	414	**44.728**
Pagamento de principal	(55.241)	(8.647)	(37.699)	-	(11.483)	(3.416)	**(116.486)**
Pagamento de juros	(10.062)	(12.925)	(2.268)	-	(15.676)	(1.072)	**(42.003)**
Provisão de juros	9.961	13.341	5.921	78	15.783	2.346	**47.430**
Saldo em 31/12/2021	**125.511**	**108.314**	**74.346**	**3.228**	**189.133**	**20.614**	**521.146**

	BNDES	BNDES FINEM	BNDES CG	BID	CEF	Prefeituras	Total Calculado
Saldo em 31/12/2019	179.329	60.416	107.366	14.980	201.460	20.497	**584.048**
Captação	16.313	30.600	-	-	26.546	3.973	**77.432**
Pagamento de principal	(23.584)	(1.829)	(3.091)	(17.023)	(40.829)	(3.408)	**(89.764)**
Pagamento de juros	(5.826)	(3.950)	(1.572)	(529)	(15.692)	(1.202)	**(28.771)**
Provisão de juros e variação cambial	11.580	6.540	5.689	2.572	15.669	2.482	**44.532**
Saldo em 31/12/2020	**177.812**	**91.777**	**108.392**	**-**	**187.154**	**22.342**	**587.477**

19. DEBÊNTURES

Política Contábil:

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Em 19 de março de 2021 a Companhia finalizou a quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, em três séries, para distribuição pública com esforços restritos, conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de fevereiro de 2021.

As debêntures da terceira e quarta séries foram caracterizadas como "Debêntures Verdes" com base em parecer de *second opinion* emitido em 11 de março de 2021 pela consultoria especializada Sitawi Finanças do Bem, elaborado com base nas diretrizes do *Guideline de Green Bond Principles* (GBP), de junho de 2018 emitido pelo *International Capital Market Association* (ICMA).

A segunda série possui prazo de cinco anos e amortização com parcelas anuais iniciando em 15 de fevereiro de 2023. A terceira série possui prazo de sete anos e amortização com parcelas anuais iniciando em 15 de fevereiro de 2025. A quarta série possui prazo de dez anos e amortização com parcelas anuais iniciando em 15 de fevereiro de 2025.

Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

- Não ocorrência da declaração de vencimento antecipado de quaisquer instrumentos de dívida ou financiamentos da Emissora, em valor individual ou agregado, igual ou superior a R$ 20.000 (ou seu equivalente em outras moedas);

- Não ocorrência de intervenção do poder concedente, desapropriação, confisco, arresto, sequestro/ penhora de bens, término, rescisão antecipada, caducidade ou transferência compulsória ou de ato de autoridade competente, dos Contratos de Serviços, ou quaisquer

outros eventos que impliquem na suspensão das atividades da Emissora e que correspondam a 15% ou mais do seu faturamento mensal médio dos últimos doze meses, conforme Demonstrações Financeiras mais recentes disponíveis, desde que tal suspensão não seja revertida em um prazo de até trinta dias;

- Não observância, no período de seis meses findo em 30 de junho de cada ano e nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Emissora em 31 de dezembro de cada ano, dos seguintes índices financeiros:

a) Relação entre a Dívida Líquida Financeira + Outras Dívidas e o EBITDA da Emissora deverá ser igual ou inferior a 4,0 (quatro) vezes;
b) Índice de Cobertura dos Serviços da Dívida deverá ser igual ou superior a 1,5 (um inteiro e cinco décimos) vezes.

Todos os *covenants* relativos ao presente instrumento contratual foram atendidos.

Os saldos dos contratos de debêntures em 31 de dezembro de 2021 são:

	Indexador	Taxa de juros anual	Circulante		Não circulante	
			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
3ª Emissão - 1ª série	TJLP	1,92%	**-**	197	**-**	-
3ª Emissão - 2ª série	IPCA	1,92%	**-**	4.367	**-**	-
3ª Emissão - 3ª série	TJLP	1,92%	**-**	247	**-**	-
4ª Emissão - 2ª série	CDI	2,25%	**5.064**	-	**145.303**	-
4ª Emissão - 3ª série	IPCA	4,385%	**2.106**	-	**120.733**	-
4ª Emissão - 4ª série	IPCA	4,833%	**6.729**	-	**351.314**	-
Total			**13.899**	4.811	**617.350**	-

O custo da captação de recursos relativo à quarta emissão de debêntures simples foi de R$ 21.989, o qual foi considerado na determinação da taxa efetiva de juros, calculada em 8,9231% (2ª série), 4,9415% + IPCA (3ª série) e 5,2236% + IPCA (4ª série).

O montante do passivo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

Ano	Valor
2023	36.326
2024	36.326
2025	116.697
2026	116.697
2027	80.371
Após 2027	230.933
Total	**617.350**

Os detalhes da movimentação das debêntures emitidas pela Companhia estão demonstrados a seguir:

	3ª Emissão 1ª série	3ª Emissão 2ª série	3ª Emissão 3ª série	4ª Emissão 2ª série	4ª Emissão 3ª série	4ª Emissão 4ª série	Total
Saldo em 31/12/2020	197	4.367	247	-	-	-	**4.811**
Captação*	-	-	-	144.503	110.785	322.723	**578.011**
Pagamento	(198)	(4.397)	(248)	(3.566)	(2.127)	(6.819)	**(17.355)**
Provisão de juros/custos	1	30	1	9.430	14.181	42.139	**65.782**
Saldo em 31/12/2021	**-**	**-**	**-**	**150.367**	**122.839**	**358.043**	**631.249**

*Os valores de captação referentes à quarta emissão estão apresentados líquidos dos custos da emissão.

	3ª Emissão 1ª série	3ª Emissão 2ª série	3ª Emissão 3ª série	Total
Saldo em 31/12/2019	2.567	8.363	3.209	**14.139**
Pagamento	(2.463)	(4.288)	(3.079)	**(9.830)**
Provisão de juros	93	292	117	**502**
Saldo em 31/12/2020	**197**	**4.367**	**247**	**4.811**

20. PARCELAMENTOS DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A composição apresenta os seguintes valores:

Imposto ou Contribuição	Taxa de juros	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Cofins	Selic	12/2022	**7.961**	7.716	-	7.716
Pasep	Selic	12/2022	**1.728**	1.675	-	1.675
Contribuição social	Selic	12/2022	**827**	802	-	802
Imposto de renda	Selic	12/2022	**5.624**	5.451	-	5.451
Total			**16.140**	15.644	-	15.644

Os detalhes da movimentação referente aos parcelamentos de impostos e contribuições dos quais a Companhia é parte estão demonstrados a seguir:

	Cofins	Pasep	CSLL	IRPJ	Total
Saldo em 31/12/2020	15.432	3.350	1.604	10.902	**31.288**
Pagamento	(7.817)	(1.697)	(812)	(5.697)	**(16.023)**
Provisão de juros	346	75	35	419	**875**
Saldo em 31/12/2021	**7.961**	**1.728**	**827**	**5.624**	**16.140**

	Cofins	Pasep	CSLL	IRPJ	Total
Saldo em 31/12/2019	22.573	4.901	2.344	15.948	**45.766**
Pagamento	(7.646)	(1.660)	(794)	(5.402)	**(15.502)**
Provisão de juros	505	109	54	356	**1.024**
Saldo em 31/12/2020	**15.432**	**3.350**	**1.604**	**10.902**	**31.288**

21. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A composição apresenta os seguintes valores:

	31/12/2021	31/12/2020
Alvorada	**4.267**	-
Bento Gonçalves	**-**	5.000
Canoas	**41.000**	-
Guaíba	**1.030**	-
Ijuí	**4.000**	8.000
Viamão	**6.225**	-
Santo Ângelo	**-**	-
Total	**56.522**	13.000
Circulante	**56.522**	9.000
Não circulante	**-**	4.000

Nos contratos de programa desses municípios há cláusulas específicas definindo que a Companhia realizará aportes extraordinários, os quais têm datas ou condicionantes estabelecidos e parcelas pré-fixadas.

O valor previsto para o município de Canoas foi repactuado no Termo Aditivo ao Contrato de Programa assinado em dezembro de 2021, que ajustou a destinação desse recurso a importantes obras de saneamento básico e preservação do meio ambiente, como o projeto e implantação do Parque Nacional Fazenda Guajuviras, obras em redes de drenagem pluvial e obras na central de triagem de resíduos sólidos do município a serem executadas pela Prefeitura Municipal.

22. OUTROS DÉBITOS

A composição apresenta os seguintes valores:

	31/12/2021	31/12/2020
Convênio Sesi	**60**	191
Depósitos e retenções contratuais	**7.123**	6.012
Parceria Público Privada - RMPA	**1.094**	-
Outras contas a pagar	**3.153**	1.654
Total	**11.430**	7.857

23. CONTRATOS DE REPASSE

A composição apresenta os seguintes valores:

	31/12/2021	31/12/2020
Orçamento Geral da União - OGU	**82.333**	44.316
Agência Nacional de Águas - ANA	**-**	5.142
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	**784**	784
Fundo Convergência Estrutural do Mercosul - Focem	**3.653**	3.653
Total	**86.770**	53.895

a) Orçamento Geral da União - OGU

A Corsan assinou contratos junto à União para recebimento de recursos a fundo perdido para aplicação em investimentos de água e esgoto. Desde a assinatura dos contratos até 31 de dezembro de 2021 foi liberado um total de R$ 391.556, referente a 44 contratos junto ao Ministério das Cidades e 08 contratos junto à Fundação Nacional de Saúde – Funasa, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi liberado o valor de R$ 38.017.

Por força de convênio com o Governo Estadual, a Corsan foi autorizada a proceder aumento de capital, sendo que R$ 313.313 foram incorporados ao seu Capital Social nos anos de 2011, 2015, 2020 e 2021. Deste valor constam R$ 4.090 recebidos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul para obras de implantação de Sistema de Abastecimento de Água na área industrial de Guaíba. O valor de R$ 82.333 inscrito no passivo não circulante refere-se a obras em andamento ou em fase de conclusão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram incorporados ao Capital Social o valor de R$ 10.824 (R$ 47.183 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

b) Agência Nacional das Águas – ANA

Foi assinado contrato 092/Ana/2014 – Prodes entre a Agência Nacional das Águas – ANA e a Companhia, que tem por propósito a transferência de recursos a título de compra de esgoto tratado no município de Erechim. O saldo foi resgatado pela Caixa Econômica Federal em setembro de 2021 em função da não realização do cronograma de execução.

c) Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Foi assinada, em 27 de fevereiro de 2018, a carta-convênio referente a Cooperação Técnica Não-Reembolsável Nº ATN/OC-16407-BR e ATN/OC-16408-BR Apoio à Preparação do "Programa de Ampliação e Melhoria dos Serviços de Água Potável do Estado do Rio Grande do Sul –PROSASUL, cujo objeto é apoiar na preparação de estudos, documentos operacionais e projetos que permitam desenvolver as atividades necessárias para a definição, planejamento e preparação do programa PROSASUL e gerar condições para sua execução eficiente. A prestação de contas foi aprovada pelo BID em 25 de fevereiro de 2022.

d) Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul – Focem

Foi assinado, em 06 de novembro de 2013, o Convênio Focem 04/13 – "Saneamento Urbano Integrado Aceguá/Brasil e Aceguá/Uruguai" para a implantação de sistema de esgotamento

sanitário no município de Aceguá, com o objetivo de elevar o índice de tratamento de esgoto do município para 100%. Sob responsabilidade da CORSAN está a construção de sistema coletor (12km), quatro estações de bombeamento e a estação de tratamento de esgoto, a serem realizados no lado brasileiro da fronteira.

24. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, AMBIENTAIS E TRABALHISTAS

Política Contábil:

As provisões para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação, sendo também possível realizar uma estimativa razoável do seu valor. A probabilidade de perda é avaliada a partir das evidências disponíveis, da hierarquia das leis, das jurisprudências disponíveis, das decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como da avaliação dos advogados da Companhia.

As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente levando em consideração alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A provisão para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas, líquida dos depósitos judiciais vinculados é composta como segue:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Provisões	Depósitos judicias vinculados	Provisões líquidas de depósitos	Provisões	Depósitos judicias vinculados	Provisões líquidas de depósitos
Ações tributárias, cíveis e ambientais	**205.046**	**(43.663)**	**161.383**	165.672	(37.465)	128.207
Ações trabalhistas	**917.216**	**(359.798)**	**557.418**	694.989	(356.002)	338.987
Total	**1.122.262**	**(403.461)**	**718.801**	860.661	(393.467)	467.194
Circulante	**231.703**	**(231.703)**	**-**	186.602	(186.602)	-
Não circulante	**890.559**	**(171.758)**	**718.801**	674.059	(206.865)	467.194

Segue a movimentação das provisões e depósitos judiciais vinculados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	31/12/2020	Provisões adicionais	Juros e atualização monetária	Saques e reversões	31/12/2021
Ações tributárias, cíveis e ambientais	165.672	12.966	37.324	(10.916)	205.046
Ações trabalhistas	694.989	274.366	169.212	(221.351)	917.216
Subtotal	860.661	287.332	206.536	(232.267)	1.122.262
Depósitos judiciais vinculados	(393.467)	(216.174)	-	206.180	(403.461)
Total	**467.194**	**71.158**	**206.536**	**(26.087)**	**718.801**

	31/12/2019	Provisões adicionais	Juros e atualização monetária	Saques e reversões	31/12/2020
Ações tributárias, cíveis e ambientais	119.744	110.139	60.627	(124.838)	165.672
Ações trabalhistas	669.931	275.891	84.634	(335.467)	694.989
Subtotal	789.675	386.030	145.261	(460.305)	860.661
Depósitos judiciais vinculados	(411.229)	(191.486)	-	209.248	(393.467)
Total	**378.446**	**194.544**	**145.261**	**(251.057)**	**467.194**

Provisões

Ações trabalhistas

a) Processo nº 0114000-44.1996.5.04.0122 ajuizado por ex-empregado. Trata-se de ação com pedido de suplementação de aposentadoria, ou, sucessivamente, pedido de reintegração no emprego. O processo está em fase de execução, aguardando o julgamento dos recursos de agravo de petição. Essa provisão totaliza, em 31 de dezembro de 2021, R$ 18.749 (R$ 12.776 em 31 de dezembro 2020).

b) Processo nº 0000972-51.2012.5.04.0021 ajuizado pelo Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do Estado do Rio Grande do Sul – SINTEC. Refere-se a diferenças salariais decorrentes da

consideração de diversas parcelas de natureza salarial na base de cálculo do adicional de periculosidade. Esta provisão totaliza, em 31 de dezembro de 2021, R$ 6.186 (R$ 4.957 em 31 de dezembro de 2020).

c) Processo nº 0190300-60.2004.5.04.0221 ajuizado pelo Sindiágua. Refere-se ao pagamento de adicional noturno e diferenças de horas extras em razão do cômputo da jornada reduzida, em parcelas vencidas e vincendas, bem como às diferenças salariais decorrentes da concessão de promoções por antiguidade, também em parcelas vencidas e vincendas. Após a garantia do juízo através de apólice de seguro garantia foram opostos Embargos à Execução, julgados parcialmente procedentes pelo Juiz. Após o julgamento dos Embargos de Declaração da sentença foi interposto agravo de petição em face da decisão, o qual aguarda julgamento pelo Tribunal Regional do Trabalho. Esta provisão totaliza, em 31 de dezembro de 2021, R$ 17.219 (R$ 14.081 em 31 de dezembro de 2020).

d) Processo nº 0021015-88.2020.5.04.0001 ajuizado pelo Senge pleiteando diferenças de adicional de periculosidade em relação à base de cálculo. O processo encontra-se atualmente em fase conciliatória. Esta provisão totaliza, em 31 de dezembro de 2021, R$ 9.889 (R$ 9.000 em 31 de dezembro de 2020).

e) Outras reclamatórias trabalhistas - Se referem a reclamatórias movidas por empregados, ex-empregados e prestadores de serviços terceirizados da Companhia e totalizam 3.770 ações. Em 31 de dezembro de 2021, as provisões referentes a outras reclamatórias trabalhistas totalizam R$ 865.173 (R$ 654.175 em 31 de dezembro de 2020).

Ações cíveis, ambientais e tributárias

a) Processo nº 001/1.16.0062447-3 ajuizado pela empresa terceirizada, em 27/05/2016, pretendendo obter indenização por alegado desequilíbrio econômico-financeiro do contrato firmado para a execução de estação de tratamento de esgoto sanitário e implantação de sistema de esgoto sanitário na região de Esteio e Sapucaia do Sul. Apresentada contestação pela Corsan, o feito encontra-se atualmente na fase instrutória. A Companhia constituiu provisão

para perda em 31 de dezembro de 2021 no montante de R$ 38.402 (R$ 26.911 em 31 de dezembro de 2020).

b) Processo nº 001/1.16.0124873-4 ajuizado pela empresa terceirizada, em 19/09/2016, pretendendo obter indenização referente ao contrato firmado para ampliação do sistema de esgoto sanitário nas localidades de Esteio e Sapucaia do Sul. A empresa requereu a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Apresentada contestação pela Corsan, o feito encontra-se atualmente na fase instrutória. A Companhia constituiu provisão para perda em 31 de dezembro de 2021 no montante de R$ 20.025 (R$ 15.748 em 31 de dezembro de 2020).

c) Processo nº 001/1.16.0095286-1 ajuizado pela empresa terceirizada, em 11/08/2016, pretendendo obter indenização referente ao contrato firmado para a execução de obras da nova estação de tratamento de esgoto de Alvorada. A empresa requereu a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Além disso, afirmou que a Corsan não pagou diversas faturas no prazo pactuado, gerando prejuízos. Apresentada contestação pela Corsan, o feito encontra-se atualmente na fase instrutória. A Companhia constituiu provisão para perda em 31 de dezembro de 2021 no montante de R$ 19.374 (R$ 15.244 em 31 de dezembro de 2020).

d) Processo nº 001/1.15.0202177-4 ajuizado pela empresa terceirizada. Trata-se de ação na qual a parte autora busca rescisão contratual, indenização devida a título de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e indenização de todo e qualquer dano, inclusive moral. Encerrada a fase instrutória, a Companhia apresentou memoriais. Processo ainda não sentenciado. A Companhia constituiu provisão para perda em 31 de dezembro 2021 no montante de R$ 9.639 (R$ 8.183 em 31 de dezembro de 2020).

e) Outras reclamatórias - As ações referem-se, em sua maioria, a reclamações de preços e/ou qualidade dos serviços, e transitam tanto no Juizado Especial Cível - JEC quanto na Justiça Comum Estadual. Em um segundo patamar estão ações indenizatórias por danos ao patrimônio, ações de desapropriação, ações civis públicas, ações cominatórias, ações populares, entre outras. Ao todo, a Companhia é parte em 417 ações para as quais está provisionado em 31 de dezembro de 2021 o montante de R$ 117.606 (R$ 99.586 em 31 de dezembro de 2020).

Causas Possíveis

	31/12/2021	31/12/2020
Ações trabalhistas	295.251	206.133
Ações cíveis	169.579	133.054
Ações ambientais	2.331	1.165
Ações tributárias	6.784	12.825
Total	**473.945**	**353.177**

Ações trabalhistas

a) Processo nº 001/1.16.0145282-0: Trata-se de ação de cobrança, ajuizada pela Funcorsan, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento de R$ 37.867 em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, acrescido de juros e correção monetária até a data do efetivo pagamento, para fins de regularizar o equacionamento do Plano de Benefícios Funcorsan BD001, ocorrido em dezembro de 2008. O processo encontra-se em fase instrutória, de produção de provas, estando os autos em carga com a perita para complementação do laudo pericial.

b) Outras reclamatórias trabalhistas para as quais a Companhia não constituiu provisão, no valor de R$ 254.384 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 167.266 em 31 de dezembro de 2020).

Ações cíveis, ambientais e tributárias

a) Processo nº 5000023-86.2020.8.21.0101: trata-se de Ação Civil Coletiva ajuizada em razão de desabastecimento por longos períodos em Gramado/RS. O pedido é de indenização pelos danos morais coletivos, corrigido monetariamente e acrescido dos juros legais, até o efetivo pagamento e de indenização pelos danos morais individuais sofridos pelos consumidores. O processo encontra-se na fase Instrutória. O valor estimado em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 5.149 (R$ 4.019 em 31 de dezembro de 2020).

b) Processo nº 5008269-85.2017.8.21.0001: Trata-se de ação ajuizada pedindo indenização decorrente de suposto descumprimento contratual por parte da Corsan. Requer perícia de

Engenharia de Custos e de Contabilidade e a condenação da ré ao pagamento da indenização. Processo em fase de instrução, sendo deferida em sede de agravo de instrumento interposto pela parte adversa a realização de prova pericial. O valor estimado é de R$ 3.735 em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020.

c) Processo nº 001/1.17.0053518-9: Trata-se de ação ajuizada pela pedindo indenização decorrente de suposto descumprimento contratual por parte da Corsan. Requer perícia de Engenharia de Custos e de Contabilidade e a condenação da ré ao pagamento da indenização. Processo em fase instrutória. O valor estimado é de R$ 3.483 em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020.

d) Processo nº 5091782-30.2019.4.04.7100: trata-se de mandado de segurança preventivo impetrado pela Corsan em face do Ilmo. Sr. Delegado da Receita Federal em Porto Alegre (RS), com o objetivo de assegurar que o crédito tomado pela Corsan a título de Pasep e Cofins decorrentes dos serviços de repavimentação e materiais, do período de dezembro de 2002 a dezembro de 2006, seja preservado e não gere problema algum para a Corsan. Depois de afetado à sistemática de julgamento do recurso especial repetitivo, o processo em questão aguarda julgamento pelo egrégio TRF da 4ª Região. O valor estimado é de R$ 4.658 em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020.

e) Outras reclamatórias cíveis, ambientais e tributárias para as quais não foram constituídas provisões, no valor de R$ 157.212, R$ 2.331 e R$ 6.784, respectivamente (R$ 121.817, R$ 1.165 e R$ 8.167 em 31 de dezembro de 2020).

25. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

Política Contábil:

A Companhia é patrocinadora da Fundação Corsan, entidade fechada de previdência complementar, cuja principal finalidade é manter planos de suplementação de aposentadorias, pensões e demais prestações asseguradas pela previdência oficial aos participantes. O plano

de benefícios da Fundação Corsan é do tipo "benefício definido" e a avaliação é procedida por atuário independente.

De acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 695, de 2012, a Companhia reconheceu no passivo não circulante os efeitos das obrigações com o plano de benefícios, pelo regime de competência.

Ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em "outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido, como requerido no CPC 33 (R1) e no IAS 19 – Benefício a Empregados.

Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período até que o direito aos benefícios seja adquirido.

O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos custos de serviços passados ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são mantidos pela Fundação Corsan.

Composição do passivo atuarial	31/12/2021	31/12/2020
Plano de benefício definido	**527.920**	677.425
Sistema de assistência a saúde IPE-SAÚDE	**229.042**	251.875
Incentivo à demissão voluntária	**3.137**	14.810
Total	**760.099**	944.110

Contribuição esperada para a patrocinadora	2022	2021
Plano de benefício definido	**121.783**	95.202
Sistema de assistência IPE-SAÚDE	**12.275**	10.542
Incentivo à demissão voluntária	**1.856**	7.365
Total	**135.914**	113.109

A Companhia reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, uma variação líquida de R$ 32.634 decorrente da avaliação atuarial do plano de benefício pós-emprego, "IPE SAÚDE" e "PDV". Essa contabilização foi realizada com base no laudo técnico preparado pelo atuário externo da Companhia.

a) Plano de benefício definido

O plano de benefício "BD nº 001" é um plano de previdência complementar da modalidade de benefício definido administrado pela Fundação Corsan, destinado aos empregados e ex-empregados da patrocinadora Corsan, tendo como objetivo complementar o salário real médio, sobre o qual incidirá contribuição para o plano, dos últimos anos de atividade em relação ao valor-base do benefício atribuído pelo regulamento à previdência social (teto Fundação Corsan).

De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos participantes são os seguintes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria especial, pecúlio por morte, auxílio-doença, pensão, auxílio-reclusão e abono anual.

Os benefícios, calculados com base na média das últimas remunerações dos participantes e no valor de referência do teto Fundação Corsan, são reajustados no mês de maio de cada ano, pelo indexador atuarial do plano (INPC).

Seguem os resultados da avaliação atuarial referentes a apuração do passivo (ativo):

Conciliação dos (ativos) passivos reconhecidos	31/12/2021	31/12/2020
Obrigações atuariais	**2.987.164**	3.373.558
Valor justo dos ativos do plano	**(1.931.324)**	(2.018.709)
Déficit apurado	**1.055.840**	1.354.849
Percentual da parcela de responsabilidade da patrocinadora (%)	**50%**	50%
Passivo (ativo) atuarial líquido total reconhecido	**527.920**	677.425
Passivo atuarial provisionado	**527.920**	677.425

A movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os exercícios de 2021 e 2020 foi a seguinte:

Movimentação do passivo (ativo) atuarial	2021	2020
Passivo (ativo) atuarial líquido no início do ano	**677.425**	630.669
Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	**73.749**	56.572
Contribuições do empregador vertidas no ano	**(54.443)**	(71.449)
Outros resultados abrangentes	**(168.811)**	61.633
Passivo (ativo) atuarial líquido no final do ano	**527.920**	677.425

A origem da despesa reconhecida na demonstração do resultado do exercício de 2021, assim como a projeção da despesa a reconhecer no exercício de 2022 são explicadas no quadro a seguir:

Despesa a reconhecer na Demonstração do Resultado	2022	2021
Custo do serviço corrente líquido	**18.742**	27.100
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	**154.956**	117.003
Rendimento esperado dos ativos financeiros do plano	**(101.373)**	(70.354)
Despesa a ser reconhecida pelo empregador	**72.325**	73.749

Evolução do valor presente das obrigações atuariais	2021	2020
Valor das obrigações atuariais no início do ano	**3.373.558**	3.308.708
Custo do serviço corrente líquido	**27.100**	16.642
Contribuições efetivas realizadas pelos participantes	**29.193**	20.709
Juros sobre obrigação atuarial	**234.007**	219.599
Benefícios pagos no ano	**(199.448)**	(179.909)
(Ganhos) perdas atuariais	**(477.246)**	(12.191)
Valor das obrigações atuariais no final do ano	**2.987.164**	3.373.558

Evolução do valor justo dos ativos	2021	2020
Valor justo dos ativos no início do ano	**(2.018.709)**	(2.047.370)
Benefícios pagos durante o exercício	**199.448**	179.909
Contribuições de participantes vertidas durante o exercício	**(52.984)**	(42.852)
Contribuições de empregador vertidas durante o exercício	**(54.443)**	(71.449)
Rendimento esperado dos ativos no ano	**(140.709)**	(139.739)
Ganhos (perdas) atuariais	**136.073**	102.792
Valor justo dos ativos no fim do ano	**(1.931.324)**	(2.018.709)

Premissas utilizadas para cálculo do passivo e das projeções

Foi adotado o método da unidade de crédito projetada para calcular as obrigações atuariais, de acordo com premissas abaixo indicadas:

Econômicas e financeiras	2021	2020
Taxa real de desconto atuarial	5,45%	3,69%
Retorno real esperado sobre os ativos	5,45%	3,69%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	2,85%	2,85%
Crescimento real dos benefícios do plano durante o recebimento	0,00%	0,00%
Fator de capacidade sobre os benefícios	98,00%	98,00%
Fator de capacidade sobre os salários	98,00%	98,00%
Inflação esperada	5,03%	3,32%
Taxa de desconto nominal	10,75%	7,13%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	10,75%	7,13%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	8,02%	6,26%
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	5,03%	3,32%
Reajuste salários INPC JUN - DEZ	1,068%	1,036%
Reajuste benefícios INPC JUN - DEZ	1,068%	1,036%

Demográficas	2021	2020
Mortalidade geral	AT-1983 M&F (IAM)	AT-1983 M&F (IAM)
Mortalidade de inválidos	MI 2006 (M&F)	MI 2006 (M&F)
Entrada em invalidez	IAPB-57 FRACA (D10%)	IAPB-57 FRACA (D10%)
Taxa anual de rotatividade	Nula	Nula
Composição familiar	Ativos: Familia Média / Assistidos: Família Real	Ativos: Familia Média / Assistidos: Família Real

Premissa	Análise de Sensibilidade	Impacto (%)
Taxa de desconto	Aumento de 1,0%	(8,97%)
	Redução de 1,0%	11,07%
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	1,96%
	Redução de 1 ano	(2,00%)
Crescimento Real de Salários	Aumento de 1,0%	1,38%
	Redução de 1,0%	(1,16%)

A análise de sensibilidade demonstra qual seria o impacto no valor presente da obrigação atuarial do plano em caso de variação das premissas atuariais mais significativas.

b) Sistema de assistência à saúde IPE-SAÚDE

A cobertura relativa ao Sistema de assistência é realizada através de contrapartida financeira estabelecida no "Termo de Contrato de Prestação de Serviços", celebrado entre a patrocinadora Corsan e o Instituto de Previdência do Estado do RS (IPERGS).

A contrapartida financeira mensal da Companhia para o IPE-SAÚDE corresponde a 10,44% incidente sobre o salário de contribuição dos empregados vinculados à Corsan. Pelo acordo coletivo da Companhia, fica garantido que 50% desse mesmo percentual serão extensivos aos empregados que estão em gozo de benefício de aposentadoria pela Fundação Corsan.

A movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os exercícios de 2021 e 2020 foi a seguinte:

Movimentação do passivo (ativo) atuarial	2021	2020
Passivo (ativo) atuarial líquido no início do ano	**251.875**	223.033
Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	**28.724**	24.324
Contribuições do empregador vertidas no ano	**(8.683)**	(7.869)
Outros resultados abrangentes	**(42.874)**	12.387
Passivo (ativo) atuarial líquido no final do ano	**229.042**	251.875

A origem da despesa reconhecida na demonstração do resultado do exercício de 2021, assim como a projeção da despesa a reconhecer no exercício de 2022, são explicadas no quadro a seguir:

Despesa a reconhecer na Demonstração do Resultado	2022	2021
Custo do serviço corrente, com juros, da reavaliação atuarial	**8.668**	10.848
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	**23.941**	17.876
Despesa a ser reconhecida pelo empregador	**32.609**	28.724

Evolução do valor presente das obrigações atuariais	2021	2020
Valor das obrigações atuariais no início do ano	**251.875**	223.033
Custo do serviço corrente líquido	**10.848**	8.648
Juros sobre obrigação atuarial	**17.876**	15.676
Benefícios pagos no ano	**(8.683)**	(7.869)
Perdas atuariais	**(42.874)**	12.387
Valor das obrigações atuariais no final do ano	**229.042**	251.875

Premissas utilizadas para cálculo do passivo e das projeções

Econômicas e financeiras	2021	2020
Taxa real de desconto atuarial	5,43%	3,80%
Retorno real esperado sobre os ativos	5,43%	3,80%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	Não aplicável	Não aplicável
Health Care Cost Trend Rate (HCCTR)	4,10%	3,75%
Fator de capacidade sobre os benefícios	Não aplicável	Não aplicável
Fator de capacidade sobre os salários	Não aplicável	Não aplicável
Inflação esperada	5,03%	3,32%
Taxa de desconto nominal	10,73%	7,25%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	10,73%	7,25%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	Não aplicável	Não aplicável
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	9,34%	7,19%
Reajuste salários INPC JUN - DEZ	1,068%	1,036%
Reajuste benefícios INPC JUN - DEZ	1,068%	1,036%

Demográficas	2021	2020
Mortalidade geral	AT-1983 M&F (IAM)	AT-1983 M&F (IAM)
Mortalidade de inválidos	MI-2006 M&F	MI-2006 M&F
Entrada em invalidez	IAPB-57 FRACA (D10%)	IAPB-57 FRACA (D10%)
Taxa anual de rotatividade	Nula	Nula
Composição familiar	Família Real	Família Real
Aging factor	Pesquisa Unidas 2018	Pesquisa Unidas 2018

Premissa	Análise de Sensibilidade	Impacto (%)
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(8,47%)
	Redução de 0,5%	9,70%
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	4,90%
	Redução de 1 ano	(4,80%)
HCCTR	Aumento de 0,5%	9,52%
	Redução de 0,5%	(8,39%)

Os impactos percentuais acima têm reflexo no passivo atuarial do plano, visto que não há ativos garantidores.

c) Incentivo à demissão voluntária

O prazo para adesões ao Plano de Incentivo à Demissão Voluntária encerrou em 31 de dezembro de 2016, quando 1.590 funcionários aderiram ao plano. O prazo final para desligamentos foi em 30 de setembro de 2019, quando os últimos 71 funcionários foram desligados da Companhia.

A indenização mensal é limitada em 62 meses ou ocorre no momento em que os empregados completem as carências junto da Fundação Corsan, o que ocorrer primeiro. Em 31 de dezembro de 2021, há 30 funcionários recebendo a indenização mensal.

O valor pago a título de indenizações do plano de incentivo a demissão voluntária no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 7.648 (R$ 19.514 em 31 de dezembro de 2020).

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, a despesa com desligamentos pelo PDV foi de R$ 7.084 (R$18.861 em 31 de dezembro de 2020).
Para fins de registro contábil da Corsan, a movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os exercícios de 2021 e 2020 foi a seguinte:

Movimentação do passivo (ativo) atuarial	2021	2020
Passivo (ativo) atuarial líquido no inicio do ano	**14.810**	14.473
Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	**370**	309
Contribuições do empregador vertidas no ano	**(7.084)**	(18.861)
Outros resultados abrangentes	**(4.960)**	18.889
Passivo (ativo) atuarial líquido no final do ano	**3.137**	14.810

A origem da despesa reconhecida na demonstração do resultado do exercício de 2021, assim como a projeção da despesa a reconhecer no exercício de 2022, são explicadas no quadro a seguir:

Despesa a reconhecer na Demonstração do Resultado	2022	2021
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	**112**	370
Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador	**112**	370

Evolução do valor presente das obrigações atuariais	2021	2020
Valor das obrigações atuariais no início do ano	**14.810**	14.473
Juros sobre obrigação atuarial	**370**	309
Despesa de juros sobre obrigação atuarial	**492**	522
Redução de juros decorrente dos pagamentos esperados de benefícios	**(122)**	(213)
Benefícios pagos no ano	**(7.084)**	(18.861)
(Ganhos) perdas atuariais	**(4.960)**	18.889
Valor das obrigações atuariais no final do ano	**3.137**	14.810

Premissas utilizadas para cálculo do passivo e das projeções

Econômicas e financeiras	2021	2020
Taxa real de desconto atuarial	0,00%	0,00%
Retorno real esperado sobre os ativos	0,00%	0,00%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	2,85%	2,85%
Crescimento real dos benefícios do plano durante o recebimento	0,00%	0,00%
Fator de capacidade sobre os benefícios	98,00%	98,00%
Fator de capacidade sobre os salários	98,00%	98,00%
Inflação esperada	5,03%	3,32%
Taxa de desconto nominal	5,03%	3,32%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	5,03%	3,32%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	8,02%	6,26%
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	5,03%	3,32%
Reajuste salários INPC JUN - DEZ	1,068%	1,036%
Reajuste benefícios INPC JUN - DEZ	1,068%	1,036%

Demográficas	2021	2020
Mortalidade geral	AT-1983 M&F (IAM)	AT-1983 M&F (IAM)
Mortalidade de inválidos	MI-2006 (M&F)	MI-2006 (M&F)
Entrada em invalidez	IAPB-57 FRACA (D10%)	IAPB-57 FRACA (D10%)
Taxa anual de rotatividade	0%	0%
Composição familiar	Ativos: Familia Média / Assistidos: Família Real	Ativos: Familia Média / Assistidos: Família Real

Premissa	Análise de Sensibilidade	Impacto (%)
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	(0,02%)
	Redução de 1 ano	0,03%
Crescimento Real de Salários	Aumento de 1,0%	(0,20%)
	Redução de 1,0%	0,20%

Os impactos percentuais acima têm reflexo no passivo atuarial do plano, visto que não há ativos garantidores.

d) Investimentos

O retorno dos investimentos do plano da Fundação Corsan em 2021 foi de R$ 58.862 (R$ 252.220 em 2020).

	Alocação dos ativos em 31 de dezembro em %	Alocação dos ativos em 31 de dezembro em %	Alocação dos ativos conforme determinação da Lei 3.792/2009 porcentagem ou faixa de porcentagem
Segmento	**2021**	**2020**	**Limite**
Renda fixa	73,01%	73,72%	100%
Renda variável	9,12%	10,97%	70%
Investimentos no exterior	1,66%	-	10%
Investimentos estruturados	10,74%	9,77%	20%
Carteira de imóveis	4,17%	3,96%	20%
Empréstimos	1,30%	1,57%	15%
Disponível	-	0,01%	-
Fundo Garantidor	**100%**	**100%**	**-**

e) Fundação Corsan

Estrutura jurídica

A Fundação Corsan caracteriza-se como entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada pela Corsan, constituída sob forma de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, tendo como objetivo primordial a administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária.

Gestão de recursos e investimentos

A Fundação Corsan delega a instituições financeiras, criteriosamente selecionadas, a gestão de seus recursos financeiros, realizando acompanhamento diário destes gestores. A gestão dos fundos de investimentos da Fundação Corsan está estruturada na forma de gestão própria e

terceirizada, sendo a gestão dos fundos de investimentos totalmente terceirizada, e a gestão de imóveis e empréstimos realizada pela própria Fundação.

Política de investimentos

A Fundação Corsan planeja e acompanha seus investimentos, de acordo com as normas estabelecidas na Resolução CMN nº 4661 de 25 de maio de 2018, bem como em conformidade com sua política de investimentos - PI.

O processo de planejamento e revisão da PI é anual, e se inicia no mês de outubro, com reuniões entre a área de investimentos, o Comitê de investimentos, a Consultoria financeira e a Diretoria executiva. Depois de estruturada a PI é submetida pela Diretoria executiva ao Conselho Deliberativo para aprovação.

Fontes de recursos

A Fundação Corsan obtém recursos decorrentes de:
a) contribuição de participantes ativos e assistidos;
b) contribuição mensal das patrocinadoras, principalmente da Corsan;
c) receitas de aplicações do patrimônio.

Custeio administrativo

A definição das fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas é de competência do Conselho Deliberativo e deverão estar expressamente previstas no plano de custeio e no orçamento anual.

Despesas de administração do plano

Os recursos destinados ao custeio administrativo são estabelecidos anualmente, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram utilizadas como fontes de custeio: a taxa de administração dos empréstimos concedidos aos participantes, taxa de carregamento de 7% sobre as contribuições vertidas ao Plano de Benefícios, a rentabilidade dos ativos do fundo administrativo, a transferência da taxa administrativa do fluxo de investimento na base

percentual de 0,27% dos recursos garantidores das reservas técnicas e, quando necessário, reversão do fundo administrativo.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Política Contábil:

Dividendos e juros sobre capital próprio: a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que for aprovado pelo Conselho de Administração.

O valor dos juros sobre o capital próprio é tratado como dividendo e é apresentado nas demonstrações financeiras como uma redução do Patrimônio Líquido conforme Deliberação CVM nº 683/12. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

Lucro por ação: o cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período de acordo com o CPC 41/IAS 33.

Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e, consequentemente, não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da Companhia e, desta forma, o dividendo básico e o diluído são de idêntico valor.

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é de R$ 1.878.540 (R$ 1.682.328 em 31 de dezembro de 2020), estando assim representado:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total ações	Capital total (%)	Capital votante (%)	Ações preferenciais (%)
Estado do Rio Grande do Sul	317.619.422	317.619.422	635.238.844	99,99999370316	99,99999370316	99,99999370316
Prefeitura Municipal de Estrela	5	5	10	0,00000157421	0,00000157421	0,00000157421
Prefeitura Municipal de Carazinho	3	3	6	0,00000094453	0,00000094453	0,00000094453
Prefeitura Municipal de São Marcos	2	2	4	0,00000062968	0,00000062968	0,00000062968
Prefeitura Municipal de Muçum	2	2	4	0,00000062968	0,00000062968	0,00000062968
Prefeitura Municipal de Rosário do Sul	2	2	4	0,00000062968	0,00000062968	0,00000062968
Prefeitura Municipal de Lajeado	2	2	4	0,00000062968	0,00000062968	0,00000062968
Prefeitura Municipal de Quaraí	2	2	4	0,00000062968	0,00000062968	0,00000062968
Prefeitura Municipal de Cerro Largo	2	2	4	0,00000062968	0,00000062968	0,00000062968
Total	317.619.442	317.619.442	635.238.884	**100,000000000**	**100,000000000**	**100,000000000**

Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, na forma prevista em lei.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não foram outorgados planos de opções de compra de ações.

Os aumentos de capital poderão ser deliberados com a exclusão do direito de preferência dos acionistas à subscrição de novos valores mobiliários emitidos pela Companhia, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei nº 6.404/76.

Em abril de 2021, foi integralizado ao capital social o valor de R$ 185.388 com recursos da reserva de retenção de lucros, aprovado pelos órgãos deliberativos da Companhia, conforme Estatuto Social. O valor está dentro do limite autorizado pela Assembleia Geral de Acionistas. Não houve diluição de ações nesta capitalização.

Em dezembro de 2021, foi integralizado o valor de R$ 10.824 que estava registrado em AFAC. Nesta operação houve o incremento de 4.053.834 ações, sendo 2.026.917 ordinárias nominativas e 2.026.917 preferenciais nominativas.

b) Reservas de capital

As reservas de capital compreendem doações de instalações e equipamentos de particulares e órgãos públicos. De acordo com a Lei nº 11.638/07, a partir de 2008, as referidas doações passaram a ser registradas no resultado do exercício e após transitarem no resultado, as doações de órgãos públicos são destinadas para reserva de incentivos fiscais.

c) Outros resultados abrangentes

A Companhia procedeu à reavaliação dos bens do ativo imobilizado nos exercícios de 1989, 1990, 1993 e 1994. Em contrapartida, foi constituída reserva de reavaliação no patrimônio líquido, sendo que a realização se dá através de depreciação e baixas dos respectivos bens, cujo total em 31 de dezembro de 2021 monta R$ 83.933 (R$ 85.713 em 31 de dezembro de 2020), líquido de efeitos tributários.

Com a aplicação do ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão, o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foi considerado como o valor justo do ativo intangível relacionado à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009, e a reserva de reavaliação, transferida para a conta de "outros resultados abrangentes".

Esses efeitos são revertidos para lucros acumulados na proporção em que os ativos são depreciados ou somente no caso de alienação ou baixa do ativo. O valor realizado contra lucros acumulados do exercício totalizou R$ 1.781, líquido dos efeitos tributários (R$ 2.191 em 31 de dezembro de 2020).

Conforme previsto pela Deliberação CVM nº 695/2012, os eventuais ativos ou passivos decorrentes de ganhos ou perdas atuariais passaram a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras na conta de outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido. Em 31 de dezembro

de 2021 a Companhia possui registrado um ganho atuarial de R$ 55.668, líquido dos seus efeitos tributários (31 de dezembro de 2020 a Companhia registrou uma perda atuarial de R$ 141.478).

d) Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia prevê que, do lucro líquido do exercício, após as deduções determinadas ou admitidas em lei, 25% será destinado aos acionistas como dividendo mínimo, respeitada a vantagem atribuída as ações preferenciais.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	**350.469**	1.814.394
(-) Reserva legal (5%)	**(17.523)**	(90.720)
(-) Reserva de incentivos fiscais	**(117)**	(17)
Base de cálculo para dividendos	**332.828**	1.723.657
Juros sobre capital próprio atribuídos aos dividendos	**83.207**	430.914
Reserva de lucros a realizar	**-**	(333.470)
Total dos juros e dividendos distribuídos	**83.207**	97.444

As ações preferenciais não terão direito a voto, mas gozarão de todos os demais direitos atribuídos às ações ordinárias em igualdade de condições, mais prioridade no reembolso do capital social, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia e dividendos 10% superiores aos pagos às ações ordinárias, nos termos do inciso II, § 1º, do Artigo 17 da Lei nº 6.404/76.

Os dividendos calculados por tipo de ação são apresentados a seguir:

Dividendos / Juros sobre o capital próprio	JSCP atribuídos a dividendos
Ações ordinárias	39.622
Ações preferenciais	43.585
Total	**83.207**

O quadro abaixo demonstra o valor da remuneração dos acionistas por ação:

Dividendos / Juros sobre o capital próprio	Quantidade	Remuneração total	Remuneração por ação
Ações ordinárias	317.619.442	39.622	0,12475
Ações preferenciais	317.619.442	43.585	0,13722
Total	**635.238.884**	**83.207**	**0,26197**

A Companhia efetuou no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o registro de juros sobre capital próprio no valor de R$ 83.207 (R$ 97.444 em 31 de dezembro de 2020), utilizando como base a taxa de juros de longo prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido, observado o limite de 50% do somatório dos lucros acumulados e reservas de lucros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração deliberou e a Assembleia de Acionistas ratificou a proposta de distribuição de dividendos extraordinários, encaminhada pela Administração, à conta de reservas de lucros no valor de R$ 1.285.614, nos termos do artigo 61, inciso II, b, do Estatuto Social da Companhia. O valor corresponde à parcela controversa – que ainda pende de expedição de precatório - do ativo reconhecido a partir do trânsito em julgado do Processo nº 93.0015146-0, movido pela Corsan em desfavor da União, referente à imunidade de recolhimento de tributos federais (IRPJ e ITR). A liquidação dos dividendos a pagar dar-se-á por meio de cessão da posição processual ao Acionista Controlador, isto é, a transferência do direito ao recebimento do crédito decorrente da ação judicial, e em espécie para os acionistas minoritários, de forma proporcional à sua participação no capital.

Conforme previsto na Lei nº 9.249/95, o valor registrado foi integralmente deduzido na apuração da contribuição social. A contribuição social do período foi reduzida em R$ 7.489 (R$ 8.770 em 31 de dezembro de 2020) em decorrência da dedução da mesma pelos juros sobre o capital próprio creditado aos acionistas.

e) Reservas de lucros

Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações é constituída à base de 5% do lucro líquido, estando limitada a 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais

Com base no artigo 30 da Lei nº 12.973/14, aditado após a promulgação da Lei Complementar nº 160, os incentivos fiscais concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal são considerados subvenções para investimentos, não podendo ser distribuídos como lucros ou dividendos aos acionistas. A adoção deste procedimento é fundamento para não tributação da subvenção para investimentos no âmbito do IRPJ e da CSLL.

Reserva de retenção de lucros

Esse valor corresponde ao lucro remanescente apurado após as destinações para reserva legal, de incentivos fiscais, dividendos e reserva de lucros a realizar, acrescido das contabilizações efetuadas diretamente na conta de lucros acumulados.

Os recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos sistemas de abastecimento de água, de sistemas de esgoto e desenvolvimento institucional, de forma a atender aos projetos previstos no orçamento da Companhia, com base em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

Reserva de lucros a realizar

A reserva de lucros a realizar, constituída em 31 de dezembro de 2020 no valor de R$ 333.470, compreende a parcela do lucro que não foi realizado, o qual foi distribuído como dividendos conforme aprovado pelos órgãos de governança da Companhia.

f) Adiantamento para futuro aumento de capital

Com base em faculdade prevista pelo Estatuto Social, a Companhia, após a finalização das obras e a devida comprovação e aprovação dos gastos, registra os saldos oriundos de repasse de recursos do Orçamento Geral da União - OGU como adiantamento para futuro aumento de capital. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não há saldo registrado no Patrimônio Líquido (R$ 10.824 em 31 de dezembro de 2020).

g) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro por ação (em milhares, exceto valores por ação):

Resultado básico e diluído por ação	2021	2020
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia		
Ações ordinárias	166.890	863.997
Ações preferenciais	183.579	950.397
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	317.619.442	317.619.442
Média ponderada de número de ações preferênciais	317.619.442	317.619.442
Resultado básico e diluído		
Por ação ordinária	**0,52544**	**2,72023**
Por ação preferencial	**0,57798**	**2,99225**

27. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são divulgadas de acordo com o CPC 05 (R1)/IAS 24. Em 31 de dezembro de 2021 as partes relacionadas são: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Banrisul, Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – Procergs e Instituto de Previdência do Estado – IPE.

a) Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Os valores a seguir demonstrados evidenciam as transações entre a Corsan e o Estado do Rio Grande do Sul:

	31/12/2021	31/12/2020
Contas de água e esgoto - saldo a receber	**36.365**	9.943
Rendimentos do caixa único do Estado	**-**	5.970
Juros sobre o capital próprio a pagar para o Governo do Estado	**(83.207)**	(345.205)
Dividendos propostos a pagar para o Governo do Estado	**(1.285.614)**	-

O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto para o Estado do Rio Grande do Sul no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi R$ 55.725 (R$ 52.806 em 31 de dezembro de 2020).

O valor de R$ 1.285.614 refere-se ao dividendo extraordinário distribuído conforme descrito na nota 26.d

b) Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Banrisul

O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi R$ 484 (R$ 403 em 31 de dezembro de 2020).

As despesas referentes ao serviço de arrecadação de contas de água, esgoto e serviços e débitos/repasse no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi R$ 7.521 (R$ 7.877 em 31 de dezembro de 2020).

c) Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – Procergs

Os valores devidos à Procergs referem-se ao contrato de prestação de serviços na área de tecnologia da informação. O valor da despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi

R$ 48.182 (R$ 41.450 em 31 de dezembro de 2020). O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 4.151 (R$ 3.618 em 31 de dezembro de 2020).

d) Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPE

Os valores devidos ao IPE referem-se ao contrato de assistência à saúde dos funcionários da Corsan, o valor da despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 20.714 (R$ 18.670 em 31 de dezembro de 2020). O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 5.522 (R$ 4.468 em 31 de dezembro de 2020).

e) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, formada pela Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, é estabelecida conforme Decreto 45.273/07 e Resolução 04/09 do Comitê de Governança Corporativa das Empresas Estatais. A Corsan não possui política de remuneração através de plano baseado em ações.

	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração e benefícios	**4.976**	3.425
Encargos sociais	**679**	491
Total	**5.655**	3.916

28. RECEITA LÍQUIDA

Política Contábil:

Prestação de serviços: a receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos tributos, dos abatimentos e dos descontos.

As receitas ainda não faturadas são calculadas com base na receita projetada, à qual aplica-se o percentual correspondente aos dias de consumo que irão compor o faturamento do mês seguinte, mas que, em obediência ao princípio da competência, são reconhecidos no mês em que houve o efetivo consumo e são contabilizadas na conta de Receitas a faturar. Esta contabilização é efetuada de forma segregada entre serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto.

Contratos de construção: a receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com o Cliente, segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico-financeiro de cada contrato.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. A receita é reconhecida tomando-se como base as margens anuais contratadas ou estimadas (1,48% em 31 de dezembro de 2021 e 0,80% em 31 de dezembro de 2020).

A Corsan opera os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A receita líquida de serviços apresenta a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Serviços de abastecimento de água	**3.281.127**	3.029.098
Serviços de esgoto	**260.826**	229.537
Receitas de construção	**310.496**	316.509
Deduções de receitas de serviços	**(441.785)**	(421.691)
	3.410.664	3.153.453

Em 31 de dezembro de 2021, o valor referente aos descontos incondicionais foi contabilizado na rubrica de deduções de receitas de serviços e corresponde a R$ 121.830 (R$ 131.222 em 31 de dezembro de 2020).

29. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS

Conforme requerido pelo CPC 26 (R1)/IAS 1, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

Custos e despesas por natureza	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	**1.227.803**	1.170.058
Materiais	**134.441**	120.586
Energia elétrica	**340.570**	295.232
Serviços de terceiros	**440.708**	374.101
Gerais	**153.602**	135.104
Depreciações e amortizações	**196.423**	170.519
Provisões	**173.255**	90.817
Custos de construção	**305.963**	313.991
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	**(42.617)**	(952.943)
	2.930.148	1.717.465
Classificados como:		
Custos dos serviços	**2.273.988**	2.088.042
Despesas comerciais	**161.673**	134.418
Despesas administrativas	**537.104**	447.948
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	**(42.617)**	(952.943)
	2.930.148	1.717.465

	31/12/2021	31/12/2020
Outras receitas operacionais	**67.740**	1.018.528
Doações e subvenções	**14.796**	1.138
Recuperação de receitas	**-**	12.375
Variação da indenização da imunidade tributária	**8.945**	863.356
Reversão de provisões para causas judiciais	**40.208**	129.294
Outras receitas operacionais	**3.791**	12.365
Outras despesas operacionais	**(25.123)**	(65.585)
Taxa de regulação órgãos fiscalizadores	**(19.167)**	(17.593)
Baixa de ativos	**(3.638)**	(20.646)
Tributos e taxas	**(2.318)**	(27.346)
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	**42.617**	952.943

30. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Política Contábil:

Receita financeira: a receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda do valor recuperável é identificada em relação a uma aplicação financeira ou uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil ao seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao ativo, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original da aplicação financeira ou das contas a receber.

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras	**154.479**	643.637
Juros ativos	**38.446**	35.926
Variações monetárias ativas	**4.552**	6.600
Receitas financeiras pela realização de AVP	**39.994**	36.435
Variações cambiais ativas	**-**	569
Atualização de precatórios	**15.768**	11.469
Atualização indenização imunidade tributária	**26.472**	544.971
Outras receitas financeiras	**29.247**	7.667
Despesas financeiras	**(316.747)**	(183.208)
Juros e taxas sobre financiamentos	**(32.965)**	(28.982)
Juros e taxas sobre outras obrigações	**(66.946)**	(2.855)
Variações monetárias passivas	**(206.536)**	(145.261)
Despesas financeiras pela realização de AVP	**(389)**	(3.151)
Variações cambiais passivas	**-**	(2.885)
Variação da indenização da imunidade tributária	**(8.169)**	-
Outras despesas financeiras	**(1.742)**	(74)
Resultado financeiro líquido	**(162.268)**	460.429

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Política Contábil:

Ativos Financeiros: a Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, dependerá da opção irrevogável no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Passivos Financeiros: os passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado utilizando o método da taxa de juros efetiva. As despesas de juros, ganhos e perdas são reconhecidas no resultado. As obrigações correspondentes são classificadas nos passivos circulante e não circulante de acordo com o prazo. Os títulos emitidos pela Companhia não são conversíveis em ações.

Reconhecimento e desreconhecimento: os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Mensuração: no reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado,

dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas.

Impairment: *a* Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, se aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48/IFRS 9 e reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos. Todas as operações são integralmente reconhecidas na contabilidade.

As avaliações de seus instrumentos financeiros bem como gerenciamento de riscos estão relacionadas a seguir:

a) Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Descrição	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Aplicações financeiras	5.b	54.133	76.545
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes	5.a	678.979	233.267
Contas a receber de clientes	6	489.120	419.140
Ativos financeiros	12	467.661	588.827
Tributos a recuperar	8.c	1.324.811	1.430.378
Precatórios	9	338.454	220.154
Total		**3.353.158**	**2.968.311**

Descrição	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Passivos			
Custo amortizado			
Fornecedores		140.159	118.988
Empréstimos e financiamentos	18	521.146	587.477
Debêntures	19	631.249	4.811
Obrigações contratuais	21	56.522	13.000
Contratos de repasse	23	86.770	53.895
Total		**1.435.846**	**778.171**

A Companhia adota a técnica de mensuração a valor justo e comparação de preços e valores observados no mercado (nível 2).

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o valor justo dos instrumentos financeiros se aproxima dos valores registrados contabilmente.

b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar instrumentos financeiros derivativos, tais como os contratos a termo, *swaps*, opções, futuros, *swaps* com opção de

arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos, derivativos exóticos e todas as demais operações com derivativos, independentemente da forma como sejam contratados.

c) Gerenciamento de riscos

Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores. A administração destes riscos é efetuada com base no sistema de controles internos, a qual estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição.

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

i) Risco de crédito:

O risco de crédito ao qual a Companhia está potencialmente sujeita se refere ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. A exposição máxima em 31 de dezembro de 2021 corresponde aos saldos contábeis demonstrados nas notas 5.a, 5.b e 6.

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

O risco de crédito destes ativos financeiros é considerado baixo em virtude de a Companhia manter os valores em aplicações de liquidez imediata, com insignificante risco de mudança de valor, e fundos de investimento, respectivamente, caracterizados como conservadores.

Contas a receber

A exposição relacionada aos clientes é considerada de baixo risco em virtude da base pulverizada que contempla boa parte do Estado, onde a Companhia presta serviços de saneamento básico. A política de recuperação prevê que os créditos são recuperáveis durante todo o prazo de prescrição da dívida (dez anos para clientes particulares e cinco anos para clientes públicos) e contempla a interrupção dos serviços prestados aos clientes inadimplentes após 45 dias de atraso.

O nível de perdas na realização de créditos é considerado normal para o setor e está adequadamente coberto pela provisão. A política de reconhecimento das perdas de crédito esperada e a movimentação da provisão estão descritas na nota 6.

ii) Risco de liquidez:

Risco de liquidez representa o encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos). A Companhia tem políticas de

monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar. Como formas de controle para este risco, podemos citar: ajuste da estrutura tarifária aos serviços prestados; implementação do gerenciamento matricial de despesas – GMD; melhoria da gestão do passivo trabalhista em execuções judiciais; combate às fraudes e ligações clandestinas; implantação do sistema de gestão estratégica de custos - Sisgec, dentre outras.

A tabela abaixo demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

	Projeção incluindo juros futuros			
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	154.934	245.493	489.751	**890.178**
Parcelamento de impostos	17.108	-	-	**17.108**
Debêntures	13.899	248.986	617.571	**880.456**
Fornecedores	140.159	-	-	**140.159**
Passivo de arrendamento	23.308	3.582	830	**27.720**
	349.408	**498.061**	**1.108.152**	**1.955.621**

iii) Risco de mercado:

Risco da taxa de juros: Esse risco advém de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado.

Risco de taxas de câmbio: Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira e o saldo passivo de contratos de financiamentos com indexador em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2021 não há ativos ou passivos indexados a moedas estrangeiras.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros e câmbio

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos e financiamentos que a Companhia possui exposição na data-base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 03 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos.
Com base na projeção do indexador de cada contrato para o ano de 2021 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações crescentes de 25% e 50%, respectivamente, para tais operações. Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos e financiamentos.

A manutenção da análise de sensibilidade com a utilização dos parâmetros de variação para cenários de 25% e 50% mostram-se adequados, a partir de referências em benchmarkings do setor, bem como publicações de expectativas de mercado do BACEN.

			(Perdas) Ganhos financeiros				
Operação	Risco	2021	Queda 25%	Queda 50%	Cenário provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Financiamento	TR	**(209.747)**	-	-	-	-	-
Financiamento	TJLP	**(125.511)**	(5.342)	(4.451)	(6.677)	(8.346)	(10.016)
Financiamento	IPCA	**(111.542)**	(8.932)	(7.444)	(11.165)	(13.957)	(16.748)
Empréstimo	SELIC	**(74.346)**	(5.442)	(4.535)	(6.803)	(8.503)	(10.204)
Debêntures	CDI	**(150.367)**	(5.317)	(4.431)	(6.646)	(8.308)	(9.969)
Debêntures	IPCA	**(480.882)**	(38.509)	(32.091)	(48.136)	(60.170)	(72.204)
		(1.152.395)	(63.542)	(52.952)	(79.427)	(99.284)	(119.141)
Indexador	TR		*0,00*	*0,00*	0,00	*0,00*	*0,00*
	TJLP		*4,26*	*3,55*	5,32	*6,65*	*7,98*
	IPCA		*8,01*	*6,67*	10,01	*12,51*	*15,02*
	SELIC		*7,32*	*6,10*	9,15	*11,44*	*13,73*
	CDI		*3,54*	*2,95*	4,42	*5,53*	*6,63*

Fontes:
TR - Portal Brasil
TJLP - BNDES
IPCA - Relatório Focus
SELIC - BACEN
CDI - B3

d) Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos no contrato de financiamentos e debêntures.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020.
O capital é administrado por meio do quociente de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos com rendimento, fornecedores e outros exigíveis, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, como demonstrado a seguir:

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos	18	**521.146**	587.477
Debêntures	19	**631.249**	4.811
Fornecedores		**140.159**	118.988
Parcelamento de impostos e contribuições	20	**16.140**	31.288
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5.a	**(678.979)**	(233.267)
(-) Aplicações financeiras	5.b	**(54.133)**	(76.545)
Dívida líquida		**575.582**	432.752
Patrimônio e adiantamentos		**3.222.315**	4.043.521
Capital social e dívida líquida		**3.797.897**	4.476.273
Quociente de alavancagem		**15,16%**	9,67%

32. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 08 de fevereiro de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou pelo agrupamento das ações que compõem o capital social da Companhia, na proporção de cada três ações para uma ação, sem qualquer alteração no valor do capital social, bem como a conversão de ações preferenciais em ações ordinárias de emissão da Companhia, condicionada à aprovação do preço por ação no âmbito da Oferta Pública de Ações.

Diretoria

ROBERTO CORREA BARBUTI
Diretor-Presidente

ANDRÉ BELTRÃO FINAMOR
Diretor de Operações

ANDRÉ GUTTERRES BORGES
Diretor de Expansão

DOUGLAS RONAN CASAGRANDE DA SILVA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

JEAN CARLO FLORES BORDIN
Diretor Comercial, de Inovação e Relacionamento

LILIANI ADAMI CAFRUNI
Diretora de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Conselho de Administração

MARIO ENGLER PINTO JUNIOR
Presidente

GIOVANNI FIORESE
Conselheiro

HENRIQUE ZANDONÁ
Conselheiro

JULIANO HEINEN
Conselheiro

KARLA BERTOCCO TRINDADE
Conselheira

LUIZ GUSTAVO DE SOUZA
Conselheiro

PAULO ROBERTO MONSCHAU BERTA
Conselheiro

ROBERTO CORREA BARBUTI
Conselheiro

Conselho Fiscal

FELIPE HENRIQUE GIARETTA
Conselheiro

KEVIN CHAVES KRIEGER
Conselheiro

MARIA BETÂNIA BRAUN
Conselheira

GRAZIELA BOHN FLORES
Contadora CRC/RS nº 070280/O-7

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

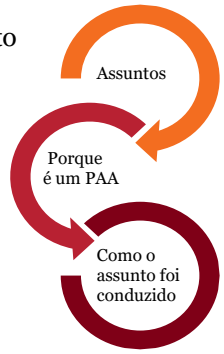
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi planejada e executada considerando o contexto do mercado em que a Companhia está inseridas e levando em consideração os principais acontecimentos ocorridos durante o exercício. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, estão descritos abaixo.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Reconhecimento de receita não faturada – Notas 3 e 28	
O reconhecimento da receita inclui uma estimativa referente aos serviços prestados, com base na média de volume consumido, mas ainda não faturados aos consumidores, calculada a partir da última data de leitura de consumo até o final de cada período de reporte. Em função do grau de julgamento da Administração na determinação das premissas utilizadas para a mensuração dessa estimativa, consideramos este tema como um principal assunto de auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos da Companhia sobre o processo de reconhecimento de receita não faturada, com foco no entendimento da metodologia utilizada para cálculo da estimativa dessa receita. Efetuamos o recálculo, em base de testes, da estimativa de faturamento e confronto com os registros contábeis no encerramento do exercício. Avaliamos a coerência e consistência das principais premissas utilizadas pela administração no cálculo da estimativa de faturamento, e também efetuamos comparação das estimativas apuradas durante os meses com a receita efetivamente faturada no mês subsequente. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração da Companhia na mensuração da estimativa da receita não faturada são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.
Ativos financeiros contratuais, ativos de contrato e intangível – Notas 12, 13 e 15	
A Companhia tem saldos relevantes registrados como Ativos Financeiros Contratuais, Ativos de Contrato e Ativo Intangível em 31 de dezembro de 2021, relacionados a investimentos realizados em consonância com os contratos de concessão de serviços de saneamento. Os valores registrados como Ativos de Contrato referem-se aos gastos incorridos na infraestrutura em construção que, após sua conclusão, são transferidos para a operação. Como resultado do processo de bifurcação dos contratos de concessão, a Companhia reconhece como ativos financeiros as parcelas dos investimentos efetuados que não serão completamente amortizadas ao final do prazo da concessão e serão indenizadas pelo Poder Concedente. Os valores registrados no Ativo Intangível representam os	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos relacionados com a classificação e mensuração dos contratos de concessão. Inspecionamos, em bases amostrais, os documentos suporte das adições ocorridas durante o exercício na conta Ativos de Contrato, bem como recalculamos e analisamos a razoabilidade das taxas de capitalização de juros e as margens de construção utilizadas. Adicionalmente, avaliamos o processo de transferência de ativos em construção para a operação. Efetuamos o recálculo do ajuste a valor presente dos Ativos Financeiros Contratuais e das amortizações do ativo intangível reconhecidas no exercício, comparando-os com os saldos contábeis, e efetuamos

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
investimentos que possuem expectativa de recuperação ao longo das concessões, baseada no recebimento de tarifas de serviços prestados aos usuários. Em virtude da relevância dos valores envolvidos, da complexidade envolvida na bifurcação e no cálculo do valor presente dos ativos financeiros, consideramos os ativos da concessão como um principal assunto de auditoria.	leituras das divulgações efetuadas sobre o assunto em notas explicativas. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na contabilização dos contratos de concessão são razoáveis e consistentes com as divulgações em notas explicativas.

Imunidade de impostos federais – Nota 8

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui registrado o montante de R$ 1.299.397 mil referente a créditos fiscais decorrente de trânsito em julgado favorável, ocorrido no exercício de 2020, da ação em que pleiteava a imunidade de determinados impostos federais, bem como o direito a restituição dos valores pagos nos exercícios de 1988 a 2018. A administração da Companhia apresentou, em janeiro de 2021, petição requerendo a devolução desse valor por meio de precatórios. Em virtude da relevância do valor envolvido e dos julgamentos da administração na determinação da forma e prazo estimado de realização do crédito tributário, consideramos este tema como um principal assunto de auditoria.	Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos: • Com o apoio de nossos especialistas tributários, efetuamos leitura e entendimento da decisão judicial e trâmites subsequentes, bem como discutimos com a administração o mérito reconhecido pela sentença e a metodologia de cálculo aplicada, fundamentados em opinião legal emitida por assessores jurídicos internos da administração. • Testamos, em base amostral, os cálculos preparados pela Companhia para mensurar os valores dos impostos a recuperar, incluindo a correspondente atualização monetária aplicável para o período objeto da ação judicial. • Inspecionamos a documentação relacionada com a petição do precatório e trâmites subsequentes. • Efetuamos entendimento e avaliação da destinação do valor adotada pela administração da Companhia para determinação da classificação do saldo no ativo circulante. • Efetuamos a leitura das divulgações realizadas pela administração nas demonstrações financeiras acerca do assunto.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
	Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações e evidências obtidas em nossos trabalhos.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir

modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 22 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP000160/O-5

Rafael Biedermann Mariante
Contador CRC 1SP243373/O-0

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Porto Alegre, 07 de março de 2022.

ROBERTO CORREA BARBUTI
Diretor-Presidente

ANDRÉ BELTRÃO FINAMOR
Diretor de Operações

ANDRÉ GUTTERRES BORGES
Diretor de Expansão

DOUGLAS RONAN CASAGRANDE DA SILVA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

JEAN CARLO FLORES BORDIN
Diretor Comercial, de Inovação e Relacionamento

LILIANI ADAMI CAFRUNI
Diretora de Meio Ambiente e Sustentabilidade

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e opinião expressos no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Porto Alegre, 22 de março de 2022.

ROBERTO CORREA BARBUTI
Diretor-Presidente

ANDRÉ BELTRÃO FINAMOR
Diretor de Operações

ANDRÉ GUTTERRES BORGES
Diretor de Expansão

DOUGLAS RONAN CASAGRANDE DA SILVA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

JEAN CARLO FLORES BORDIN
Diretor Comercial, de Inovação e Relacionamento

LILIANI ADAMI CAFRUNI
Diretora de Meio Ambiente e Sustentabilidade

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os abaixo-assinados, membros do Conselho de Administração da Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan, no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras e a Proposta para Destinação do Lucro, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e considerando o Relatório dos Auditores Independentes e o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, deliberam favoravelmente sobre os referidos documentos e propõem sua aprovação por parte dos Acionistas da Companhia.

Porto Alegre, 22 de março de 2022.

MARIO ENGLER PINTO JUNIOR
Presidente

GIOVANNI FIORESE
Conselheiro

HENRIQUE ZANDONÁ
Conselheiro

JULIANO HEINEN
Conselheiro

KARLA BERTOCCO TRINDADE
Conselheiro

LUIZ GUSTAVO DE SOUZA
Conselheiro

PAULO ROBERTO MONSCHAU BERTA
Conselheiro

ROBERTO CORREA BARBUTI
Conselheiro

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO-CAE
RESUMO RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES – 16/03/2021 a 14/03/2022

Ao Conselho de Administração da Corsan

1. OBJETIVOS

O **objetivo deste relatório é de apresentar as principais conclusões, recomendações e atividades** do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN) no período compreendido entre 16/03/2021 e 14/03/2022 (período), ou seja, equivalente ao interstício de tempo entre a emissão e aprovação da divulgação das Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas da CORSAN para os exercícios 2020 e 2021 (período deste relatório).

O **objetivo da atuação do CAE é assessorar o Conselho de Administração**, dentro das suas atribuições regulamentares.

2. PRINCIPAIS CONCLUSÕES

2.1 Elaboração das demonstrações financeiras:

O Comitê avaliou o processo de elaboração das demonstrações financeiras e suas notas explicativas da CORSAN no exercício de 2021 e concluiu que o mesmo **é suficientemente adequado**, **e recomendou ao Conselho de Administração a aprovação da divulgação destas demonstrações**.

2.2 Práticas de governança, de conformidade, de gestão de riscos

2.3 Tratamento de denúncia

2.4 Auditoria Interna

2.5 Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD

2.6 Parceria Público Privada (PPP)

2.7 Controles Gerais de Tecnologia da Informação - TI

3. PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES DESTE RELATÓRIO

Especificamente ao processo de elaboração das demonstrações financeiras, o Comitê recomenda que a Companhia persevere na melhoria dos controles e dos procedimentos como o percebido desde o exercício 2018, em especial os de formalização e análise de transações não usuais e das que demandam interpretação e julgamento profissional.

4. OUTROS TEMAS QUE FIZERAM PARTE DA PAUTA DO COMITÊ

5. O COMITÊ

6. EMISSÃO DESTE RELATÓRIO

O presente relatório é emitido e subscrito pelos membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Corsan e é destinado ao conhecimento e análise do Conselho de Administração da Companhia, podendo ser divulgado ou compartilhado ou ter seu acesso restrito por autorização do Conselho, de acordo com as regras de Segurança de Informação da Corsan.

Porto Alegre, 14 de março de 2022.

Luiz José Nogueira Lima

Nilton dos Santos

Marco Antônio Mayer Foletto

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam aos exames do Relatório de Administração e das Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Relatório sem ressalvas do Auditor Independente, Pricewaterhouse e Coopers Auditores Independentes, datado de 22 de março de 2022, concluímos que os referidos documentos foram elaborados, em todos aspectos relevantes, de acordo com a legislação vigente.

Porto Alegre, 22 de março de 2022.

FELIPE HENRIQUE GIARETTA
Conselheiro

KEVIN CHAVES KRIEGER
Conselheiro

MARIA BETÂNIA BRAUN
Conselheiro

Proposta de Orçamento de Capital

Sobre os investimentos, o programa da Corsan destina-se a melhorar e expandir seus sistemas e aumentar e proteger os recursos hídricos a fim de atender à crescente demanda por serviços de água e esgoto.

O programa de investimentos da Corsan compreende metas específicas com relação aos municípios atendidos:

a) Continuar a atender à demanda máxima por água tratada;
b) Implantar novos sistemas de coleta e tratamento de esgotamento sanitário;
c) Expandir a quantidade de residências conectadas ao sistema de esgoto da Corsan;
d) Aumentar a capacidade de tratamento do esgoto coletado; e,
e) Aumentar a eficiência operacional e reduzir a perda de água.

Demonstra-se a seguir os valores destinados às obras em andamento e obras previstas, bem como para outros investimentos, distribuídos por fonte de financiamento:

Orçamento de Capital

Programas	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Abastecimento de Água	840.471	714.805	658.146	530.133	363.767	3.107.322
Esgotamento Sanitário	319.526	492.597	666.428	702.463	690.551	2.871.566
Desenvolvimento	169.383	-	-	-	-	169.383
Total	1.329.379	1.207.402	1.324.574	1.232.596	1.054.318	6.148.270

Equacionamento de Recursos

Tipo de Recurso	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Recursos de Terceiros	195.683	116.804	128.139	119.241	101.994	661.860
Financiado	121.419	116.804	128.139	119.241	101.994	587.597
Repasse	74.264	-	-	-	-	74.264
Recursos Próprios da Companhia	1.133.696	1.090.599	1.196.436	1.113.356	952.324	5.486.410
Contrapartida	49.339	47.464	52.070	48.454	41.446	238.772
Próprio	1.084.357	1.043.135	1.144.366	1.064.902	910.878	5.247.638
Total	1.329.379	1.207.402	1.324.574	1.232.596	1.054.318	6.148.270

em milhares